



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TAÍS DE SANTANA FERREIRA

**O ARRANJO ESPACIAL DO ENSINO SUPERIOR E SUAS INFLUÊNCIAS
NA REDEFINIÇÃO DA CENTRALIDADE URBANA
DE SÃO GONÇALO - RJ**

RIO DE JANEIRO

2014

TAÍS DE SANTANA FERREIRA

**O ARRANJO ESPACIAL DO ENSINO SUPERIOR E SUAS INFLUÊNCIAS
NA REDEFINIÇÃO DA CENTRALIDADE URBANA
DE SÃO GONÇALO - RJ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Organização e Gestão do Território), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia (Organização e Gestão do Território).

Orientador: Prof. Dr. William Ribeiro da Silva.

Rio de Janeiro

2014

CIP - Catalogação na Publicação

383a Ferreira, Taís de Santana O arranjo espacial do ensino superior e suas influências na redefinição da centralidade urbana de São Gonçalo - RJ / Taís de Santana Ferreira. -- Rio de Janeiro, 2014. 217 f.

Orientador: William Ribeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

1. Modernização econômica. 2. Geografia Urbana reestruturação urbana. 3. Educação - ensino superior.
I. Ribeiro, William, orient. II. Título.

TAÍS DE SANTANA FERREIRA

**O ARRANJO ESPACIAL DO ENSINO SUPERIOR E SUAS INFLUÊNCIAS
NA REDEFINIÇÃO DA CENTRALIDADE URBANA DE SÃO GONÇALO - RJ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Organização e Gestão do Território), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia (Organização e Gestão do Território).

Aprovada em 03 de abril de 2014.



Prof. Dr. William Ribeiro da Silva (UFRJ)



Prof.^a: Dr.^a Lirian Melchior (UFRRJ)



Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Laura, a quem devo a minha existência e apoio nos estudos. Este título não é apenas meu, é dela também.

Ao meu irmão que sempre esteve comigo, sendo além de irmão, amigo e crítico. Contribuiu decisivamente para este trabalho ajudando no levantamento de dados.

Ao meu orientador, Dr. William Ribeiro da Silva, que com paciência e sabedoria me estimulou a estudar e caminhar no sentido da conclusão deste trabalho.

Ao professor Dr. Vinícius Seabra (FFP/UERJ), que foi meu professor de Cartografia durante a graduação e me ajudou na confecção dos mapas deste trabalho.

Ao professor Dr. Floriano Oliveira (FFP/UERJ) que sempre me estimulou a continuar estudando e pesquisando.

Aos amigos que a UFRJ me presenteou: Elizabeth, Ramon, Paula, Ana Paula, Jardel, Felipe Machado, Felipe “Bolinho”, Mariana e Nathália. Vivemos ótimos momentos durante meu percurso pelo Fundão.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado que foi crucial para realização e permanência no curso;

A todos que foram meus professores no curso de mestrado e, em especial, ao professor Dr. Roberto Lobato Corrêa pelos conselhos e indicações de leitura;

Aos meus amigos da FFP/UERJ. Agradecimento especial aos amigos Diego e Tadeu, que ajudaram no levantamento de dados da pesquisa e aos amigos Gilmara, Renan e Alice, que sempre estiveram comigo.

A todos que colaboraram para elaboração desse trabalho concedendo gentilmente dados e informações, em especial ao Manoel Esteves, pró-reitor da Universo, ao Helter Barcellos, reitor da Isat, ao Carlos, coordenador da Ucb e, ao Coutinho, funcionário da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

RESUMO

Entre os diferentes agentes envolvidos na produção da cidade, optamos por centrar o debate no papel do ensino superior privado, com suas diferentes estratégias empresariais e espacialidade particular. Buscamos analisar como se conformam espacialmente as instituições de ensino superior em São Gonçalo através de um debate sobre a questão locacional das atividades de serviços e comércio varejistas. Tratamos dos processos inter-relacionados de modernização econômica e de reestruturação urbana, que implicam em novas lógicas de localização das empresas em busca de novos mercados. Compreendemos que o fenômeno em estudo não ocorre isoladamente, sendo configurado a partir de ações em diferentes escalas, realizamos um esforço para articulá-las, colocando maior ênfase nas escalas nacional, do bairro, da cidade e da metrópole. Duas questões principais orientaram esse trabalho: como a presença de novas instituições de ensino superior altera a estrutura urbana e, como essa estrutura influencia e condiciona a localização das instituições de ensino superior. Assim, concluímos que a distribuição destas instituições está diretamente ligada às formas de expressão de centralidade que estruturam o espaço urbano de São Gonçalo.

Palavras-chave: Modernização Econômica. Reestruturação Urbana. Ensino Superior.

ABSTRACT

From among the different agents affecting the production of urban space, we chose to center the discussion on the role of private higher education institutions and their different business strategies and specific spatiality. We sought to analyze how spatial demands of private higher educational institutions in the city of São Gonçalo are met by means of a debate regarding the location of retail commerce and services, considering the interrelated processes of economic modernization and urban restructuring which affect new locational logic of the companies seeking new markets. Understanding that this phenomenon does not occur in isolation, being formed by actions in different scales, an effort to articulate them was made, emphasizing national, neighborhood, city and metropolis scales. Two main questions lead this study: how the spatial distribution of new higher education institutions changes urban structure, and how urban structure influences and conditions the location of higher education institutions. Therefore, our conclusions show that the spatial distribution of these institutions is related to the expressions of centrality that structure urban space in São Gonçalo.

Keywords: Economic Modernization. Urban Restructuring. Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

ACESG - Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo

ANHANGUERA - Universidade Anhanguera Uniderp

BNH - Banco Nacional da Habitação

BRICS - Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul

CAPES - Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CECIERJ - Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro

CEDERJ - Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro

CELSP - Comunidade Evangélica Luterana São Paulo

CIEP - Centros Integrados de Educação Pública

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

DETRO - Departamento de Transportes Rodoviários do Rio de Janeiro

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EAD – Ensino a Distância

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAMATH - Faculdades Integradas Maria Thereza

FAP - Faculdades Paraíso

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FATESG - Faculdade de Tecnologia São Gonçalo

FEPESP - Federação dos Professores do Estado de São Paulo

FFP - Faculdade de Formação de Professores

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FMI - Fundo Monetário Internacional

FTC Salvador - Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador -

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICBEU - Instituto Cultural Brasil Estados Unidos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IES - Instituição de Ensino Superior

IFRJ - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISAT - Instituto de Ensino Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE - Plano Nacional de Educação
PROUNE - Programa Universidade Para Todos
PUC - Pontifícia Universidade Católica
SETRERJ - Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UCB - Universidade Castelo Branco
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
UNESA - Universidade Estácio de Sá
UNIFACS - Universidade Salvador
UNINTER - Centro Universitário Uninter
UNIPLI - Universidade Plínio Leite
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISUL - instituições Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no Brasil (BRASIL, INEP 2000-2010).	48
Gráfico 2: Número de alunos ingressos no ensino superior segundo categoria administrativa no Brasil (BRASIL, INEP, 2000-2010).	50
Gráfico 3: Total de vagas ofertadas no ensino superior no Brasil segundo categoria administrativa (BRASIL, INEP, 2000-2010).	54
Gráfico 4: Número de Instituições de ensino superior por localização entre os anos de 2000 e 2010 no Brasil (BRASIL, INEP, 2000-2010).	57
Gráfico 5: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) segundo Região no Brasil (BRASIL, INEP, 2000-2010).	58
Gráfico 6: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) nos estados da Região Sudeste entre os anos de 1999 e 2010. Fonte: Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP, 2000-210).	59
Gráfico 7: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por localização no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 1999 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000-2010).	118
Gráfico 8: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por organização acadêmica no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000-2010).	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Intervalos de classes econômicas, renda domiciliar total de todas as fontes (NERI, 2010).....	39
Quadro 2: Divisão da Classe C em três faixas de renda (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013).	42
Quadro 3: Localização da rede de instituições de ensino superior do Grupo Lusófona.	53
Quadro 4: Instituições e valores máximos e mínimos de suas mensalidades no ano de 2012.	98
Quadro 5: Relação das instituições privadas com cursos presenciais e programas de bolsa e financiamento estudantil.....	103
Quadro 6: Lista de municípios conveniados à Universo - 2013.....	104
Quadro 7: Lista de bairros e seus respectivos códigos representados nos mapas. Fonte: IBGE, 2010, adaptado.....	111
Quadro 8: Localização das instituições de ensino superior em relação à estrutura urbana de São Gonçalo.....	113
Quadro 9: Número total de instituições de ensino superior por município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (E-MEC, 2012).	117
Quadro 10: Lista de cursos de graduação da Universo. (E-MEC, 2011).	122
Quadro 11: Instituições de ensino superior privadas e seus cursos presenciais (2012).	123
Quadro 12: Número aproximado de alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas com cursos presenciais no ano de 2012.	133
Quadro 13: Instituições de ensino e suas respectivas funções anteriores.....	134
Quadro 14: Número de Estabelecimentos industriais em São Gonçalo entre 1950 e 1965. Fonte: Censo Industrial IBGE 1950, 1960 e CODERJ 1996, apud MODESTO (2008).....	165
Quadro 15: Loteamentos em São Gonçalo: 1930 a 1979 (ABREU, 1997 [1987]).	166

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) em São Gonçalo em 2009. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE (2010).	25
Mapa 2: Posição Geográfica do município de São Gonçalo na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE.....	76
Mapa 3: Localização das Instituições de Ensino Superior (IES) em 2009 e os principais eixos viários de São Gonçalo. Elaboração própria, dados SETRERJ, base cartográfica do IBGE ..	77
Mapa 4: A expansão do Ensino Superior em São Gonçalo, anos 1999, 2009, 2010. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE	80
Mapa 5: Localização das Instituições de Ensino Superior (IES) em 2009 e renda por bairro em São Gonçalo. Elaboração própria, dados Censo IBGE 2010, base cartográfica do IBGE.	100
Mapa 6: Localização das Instituições de Ensino Superior (IES) em 2009 e densidade populacional por bairro em São Gonçalo. Elaboração própria, dados Censo IBGE 2010, base cartográfica do IBGE.....	101
Mapa 7: Distribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) por bairro em São Gonçalo em 2009. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE.	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da forma urbana: protótipos da cidade norte-americana de 1820 a 1970 (SOJA, 1993).....	82
Figura 2: Fonte: Relatório de oportunidades de desenvolvimento 2010 Firjan. Adaptado pela autora. Disponível em: Http://www.actamarketing.com.br/oportunidades2009/img/emprArcoMetropolitanoG.jpg .	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento do número de instituições segundo categoria administrativa (BRASIL, INEP, 2000, 2010).....	47
Tabela 2: Crescimento do número de instituições de ensino superior nas capitais e fora delas (BRASIL, INEP, 2000, 2010).	57
Tabela 3: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por Região no Brasil. Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP, 2000-210).....	58
Tabela 4: Preço das passagens de ônibus urbano nos municípios de São Gonçalo, de Niterói e do Rio de Janeiro (DETRO, 2009).	107
Tabela 5: Preço das passagens de ônibus em relação ao salário mínimo (DETRO, 2009; DIEESE, 2009).	108
Tabela 6: Evolução do número de instituições de ensino superior na capital e no interior no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2000 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000, 2010).....	118
Tabela 7: Evolução do número de Instituições de Ensino Superior (IES) por organização acadêmica no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000, 2010).....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	23
1.1 A formação econômico-social e o arranjo espacial.....	26
1.2 A “nova classe média” e o ensino superior.....	33
1.3 A atuação do Estado e a expansão do ensino superior no Brasil	43
1.4. A distribuição espacial das instituições no Brasil	56
1.5. Crise estrutural e emergência do neoliberalismo	64
2 A CONFORMAÇÃO ESPACIAL DO ENSINO SUPERIOR EM SÃO GONÇALO	75
2.1. Crise estrutural e a forma urbana	81
2.2. O ensino superior e a análise locacional.....	93
2.3 Ensino superior e o espaço metropolitano fluminense.....	105
2.4 As instituições de ensino superior e as formas de expressão de centralidade.....	109
2.5 Ensino superior e divisão territorial do trabalho	115
3 O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO GONÇALO	131
3.1 A gênese das instituições de ensino superior em São Gonçalo	134
3.1.1 As instituições de ensino superior públicas	137
3.1.2 Instituto de Ensino Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira - Isat.....	139
3.1.3 Faculdades Maria Thereza - Famath	140
3.1.4 A Universidade Salgado de Oliveira - Universo	141
3.2 A paisagem urbana de São Gonçalo	142
3.3 Novos empreendimentos em São Gonçalo.....	150
3.4 A evolução urbana de São Gonçalo	159
3.5 Novos investimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	167

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
APÊNDICES	186
ANEXOS	209
ÍNDICE.....	217

INTRODUÇÃO

Iniciar uma pesquisa é sempre um desafio para o pesquisador. Cada ciência possui suas próprias metodologias e perspectivas de análise, apesar de estarem orientadas segundo o método científico. Pesquisar envolve a construção do objeto de pesquisa segundo os aspectos dos quais o pesquisador pretende estudar. A realidade é diversa e complexa, assim há necessidade de se realizar “cortes”, ou seja, a eleição dos aspectos de um determinado fenômeno que estamos interessados em compreender. E tais cortes são realizados segundo os interesses e perspectivas de análise do pesquisador.

Gewandsznajder (1989) discutindo a obra do filósofo Karl Popper, afirma que o conhecimento científico se define pela maneira como se estuda determinado objeto e não pela escolha do objeto. Assim, o importante é o método, entendido por este autor “como uma série de regras para tentar resolver um problema”. Tais regras são bastante gerais, não são infalíveis e nem independentes da criatividade do pesquisador. Basicamente, o cientista formula hipóteses diante de um determinado problema objetivando resolvê-lo. O pesquisador procura “realizar observações e experiências para testar a hipótese, podendo ser confirmada ou refutada pela experiência” (GEWANDSZNAJDER, 1989). Neste sentido, o conhecimento científico implica a autocorreção e a reformulação constante.

No entanto, no âmbito das ciências sociais o pesquisador não tem muitas possibilidades de criar as condições para que o fenômeno estudado aconteça como uma experiência controlada. Assim, muitos defendem que as “ciências sociais sejam estudadas com auxílio de métodos próprios, como método fenomenológico, dialético, estruturalista, etc.” (GEWANDSZNAJDER, 1989).

Consideraremos como método científico a maneira de se fazer pesquisa a partir de uma problemática, algo que inquieta o pesquisador. E este trabalha no sentido de buscar respostas aos seus questionamentos, segundo suas perspectivas pessoais e teóricas sobre o objeto de pesquisa, que o orientarão na busca e análise dos dados. Tendo em vista que tais respostas estão sempre em discussão, pois o conhecimento científico pressupõe a sua própria refutação.

Quando se decide realizar uma pesquisa em uma determinada área de conhecimento sobre um objeto bastante pesquisado, o grande desafio reside na novidade, ou seja, na busca por novas contribuições para a compreensão do fenômeno. Dessa maneira, corre-se o risco de produzir uma mera repetição dos conhecimentos já existentes.

Assim, muitos pesquisadores buscam novas metodologias de análise e/ou procuram problematizar as já existentes, aplicando-as em novas situações.

Quando em uma determinada área de conhecimento se decide construir um objeto novo, que possui pouco ou nenhum estudo sobre, o desafio torna-se ainda maior. O pesquisador encontra-se diante da falta de informações sobre o objeto e de reflexões teóricas mais aprofundadas que possam lhe servir como referencial inicial. Com efeito, se faz necessário partir de referenciais de outras áreas e, principalmente, de buscar novos dados empíricos. Tendo em vista que todo estudo precisa de conhecimentos mínimos de seu objeto para que se estabeleça uma problemática.

A busca por dados empíricos no sentido de se promover uma descrição do fenômeno é fundamental. Não existe a possibilidade de se formar perguntas sobre fenômenos dos quais não conhecemos. As problemáticas de pesquisa são elaboradas a partir do conhecimento que já possuímos sobre a realidade, sendo impulsionadas por nossas inquietações diante do fenômeno. Assim, as pesquisas se orientam pelo desejo de intervir na realidade por meio de conhecimentos sobre a mesma, mesmo que tais conhecimentos sejam sobre o próprio processo de se fazer pesquisa.

É comum o estabelecimento de uma diferenciação entre pesquisas, segundo as denominações de pesquisas aplicadas e pesquisas epistemológicas. A primeira compreendida pelas pesquisas que se propõem uma intervenção direta sobre os fenômenos estudados. A segunda, geralmente compreendida pelos estudos que se propõem a discutir questões referentes à produção científica, como, por exemplo, as obras de determinados autores, as metodologias de análise, etc. No entanto, partimos do princípio que ambas são aplicadas, pois ambas objetivam interferir em aspectos da realidade, tendo em vista que a produção científica não existe enquanto instância separada dessa realidade. Além disso, mesmo as pesquisas de caráter mais aplicado, apresentam problematizações dos dados, dos autores e das metodologias utilizadas, mesmo que de maneira secundária.

Assim, nos propomos realizar uma pesquisa que contribua tanto para compreensão da sociedade na qual estamos inseridos, quanto para a elaboração por parte de outros pesquisadores de trabalhos, de temáticas e de objetos similares ao presente nesta pesquisa. Procuraremos narrar os procedimentos, os limites e as dificuldades do caminho aqui percorrido.

Nosso esforço se faz na construção de um objeto novo no âmbito da ciência geográfica. O campo de pesquisa em Geografia objetiva compreender a espacialidade dos

fenômenos. Entendendo que a espacialidade se constitui como um dos aspectos fundamentais da existência destes. Não queremos dizer que simplesmente os fenômenos ocorrem em algum lugar, em um substrato que lhes fornece suporte material. Mas sim, que um fenômeno possui sua existência concreta quando considerado espacial, entendendo a espacialidade como a concretização das estruturas e das relações sociais. Dessa maneira, o espaço é produto das relações sociais, sendo também um condicionador destas.

Compreendendo que a sociedade é dinâmica, está em constante processo de mudança e transformação, visto que as relações sociais se estruturam segundo constantes tensões e conflitos, o espaço está em permanente produção, ou seja, em reprodução.

Para garantir a produção de bens necessários à existência humana, as necessidades naturais do corpo humano e necessidades criadas ao longo da história, pelas formações econômico-sociais, os homens e as mulheres transformam o meio natural através do trabalho. Este não ocorre de forma individualizada, mas sim por meio do estabelecimento de relações entre os seres humanos, que ao transformar o meio natural, a primeira natureza, transformam sua própria natureza, produzindo uma natureza humanizada, ou artificializada, a segunda natureza. Esse processo ação organizada da coletividade de indivíduos é o de trabalho social.

A cidade como expressão material do espaço urbano se compõe em um todo complexo, que assume papéis variados segundo as atividades que desenvolve, com riqueza que concentra e com poder que exerce. Mas que se constitui essencialmente por uma aglomeração de pessoas e atividades, distribuídas segundo uma organização espacial, articuladas a partir de um centro, nó preferencial de fluxos materiais e imateriais.

Segundo o Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP, 1997-2010), na década de 2000 se registrou um expressivo crescimento do número de instituições de ensino superior no Brasil, de um total de 1180 para 2378 instituições, um crescimento de 101,53%. Essa expansão já estava em curso no decorrer da década anterior, no entanto, apenas do número de instituições privadas. Durante a década de 1990, o número de instituições públicas estava em queda, tendência que se inverteu apenas em 2001.

Essa expansão está sendo impulsionada pelo governo federal, principalmente por meio de alterações na legislação e na criação e execução de políticas de “democratização” da oferta de ensino superior. O termo democratização é utilizado nas propagandas do governo no sentido de ampliação do número de alunos matriculados e a diversificação dos segmentos sociais presentes na universidade. Esta diversificação consiste em dar

possibilidades de acesso e manutenção em cursos de ensino superior a alunos de baixa renda, a indígenas, a negros, a pardos, etc. Incluindo programas de bolsas em instituições privadas e programas de financiamento estudantil.

Na década de 2000 o crescimento foi bastante expressivo em termos tanto dos segmentos privado quanto público, com crescimentos de respectivamente 109,16% e 57,95%. Desde o ano de 1997 o número de instituições privadas se manteve superior ao de instituições públicas, em 1997 havia 211 públicas contra 689 privadas, em 2010, 278 contra 2100. Entretanto, o que nos chamou mais atenção foi a diferença entre o número de instituições privadas nas capitais e no interior dos estados. Em 2000 havia 376 nas capitais e 628 no interior, já em 2010, havia 735 nas capitais e 1365 no interior. Em termos relativos, não houve grande diferença entre os crescimentos das instituições privadas no interior e nas capitais, respectivamente 117,36% e 95,48%. No entanto, em termos absolutos se registrou certa discrepância, em 2000 a diferença entre capital e interior era de 252 instituições, em 2010 este número passou para 630.

Os dados apresentados nos fazem deduzir que as atuais políticas governamentais têm tido um papel fundamental no alargamento do mercado de atuação das empresas de ensino superior privado, incluindo novos segmentos sociais.

As instituições privadas orientam suas localizações segundo pesquisas de mercado, ou seja, decidem suas localizações segundo a relação entre a demanda por formação em nível superior e a renda da população. O governo brasileiro por meio de um programa de financiamento estudantil vem alargando as possibilidades de localização dessas instituições impactando novas cidades. A presença dessas instituições de ensino superior atribui uma nova função à cidade, alterando seu papel na divisão territorial do trabalho, ao mesmo tempo, em que modifica a sua estrutura urbana.

Neste trabalho, esboçaremos um esforço de compreensão da produção do espaço urbano de São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, procurando analisar como se conformam espacialmente instituições de ensino superior em seu território. São Gonçalo apresentou um significativo crescimento do seu número de instituições, de apenas três na década de 1990, passou a ter doze em 2009, ou seja, o número de instituições quadruplicou.

A escolha de São Gonçalo não se deve apenas pelo crescimento do seu número de instituições, mas também por se caracterizar como espaço periférico, carregado por uma gama de representações negativas, sendo também pouco estudado segundo o processo de

reestruturação. Freire e Freire (2006) chama a atenção para a escassez de pesquisas sobre a cidade São Gonçalo, são mais comuns pesquisas sobre bairro.

A população de São Gonçalo se caracteriza pela predominância de habitantes de baixo *status* social, o que para muitos lhe confere a denominação de periferia. Para Serpa (2001) o termo “periferia” se remete a duas situações, uma referente ao que o termo explicita, às áreas localizadas fora ou nas imediações de um centro, e outra, resultante da absorção de uma conotação sociológica, a “aquelas áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o *locus* da produção sócio-espacial da população de baixa renda”. Este autor chama a atenção para o fato de que diversas áreas afastadas do centro não são periféricas, isto se dá pelo conteúdo social desses espaços, que muitas vezes se conformam com locais de moradia de populações de alto e médio *status* sociais, que buscam uma maior “qualidade de vida” afastando-se dos centros urbanos.

Villaça (1998) discutindo a segregação residencial nas metrópoles brasileiras, analisa a produção e o consumo do espaço pelas camadas de alta renda e as camadas populares. Ele busca construir uma narrativa sobre o processo de formação de regiões populares, mas se depara com dificuldades de apresentar uma história dos bairros populares que seja análoga aos bairros dos ricos, “é enorme o abismo que separa a produção de histórias dos bairros de alta renda da produção de histórias dos bairros populares” (VILLAÇA, 1998, 226).

Os espaços vividos pelas populações de baixo *status* social nas cidades são comumente representados como lugares da ausência nas narrativas da sociedade capitalista atual. Esses espaços são caracterizados pela ausência de boas condições de habitação, de saneamento, de transporte, de segurança, etc. Assim, há necessidade de se intervir nesses espaços, no sentido de suprir ou amenizar essas ausências. Dessa tal forma, se constituem em objeto de interesse de estudos no âmbito do planejamento e gestão urbanos. No entanto, esse tipo de representação não se preocupa com os elementos presentes nesses espaços, conseqüentemente, não contribuem para a compreensão destes, mas sim, para sua negação.

O espaço vivido refere-se à prática social (LEFEBVRE, 2008 [1972]). O termo coloca em relevo as atividades cotidianas desempenhadas pelas pessoas, suas localizações, trajetórias, percepções e representações. Dessa forma, se refere aos momentos e locais de lazer, de trabalho, de estudo, de compra, de uso de serviços e de moradia. Tais práticas são comuns a todas as pessoas, mas devido às divisões sociais,

estabelecidas a partir de hierarquias baseadas em diferenças sociais, como de classe, de sexo, de etnia, de raça, etc., os diferentes segmentos sociais vivenciam esses espaços de formas bastante distintas. Uma expressão de tais diferenças sociais é a produção de espaços comumente chamados de exclusivos, como, por exemplo, os condomínios residenciais de luxo, habitados por grupos sociais de alto *status*. No entanto, tais espaços também são vivenciados por pessoas de baixo *status*, mas de maneira extremamente distinta. Estas pessoas vivenciam cotidianamente os espaços “exclusivos” enquanto trabalhadores, exercendo empregos estritamente necessários à existência e à manutenção desses espaços, mas que são relativamente mal remunerados e desprestigiados pela sociedade, como faxineiros, empregadas domésticas, babás, seguranças, etc. Assim, os espaços são apropriados de maneiras bastante distintas pelos diferentes segmentos sociais.

A ausência representada nas narrativas que enfatizam as condições precárias de vida das populações de baixo *status* social, também se refere a uma variedade de funções presentes nos centros de grandes cidades. Narram-se esses espaços como escassos ou isentos de determinadas funções, como se todos os lugares tivessem que dispor destas, como as funções financeira, cultural, recreativa, de direção, de alojamento, etc.

O ato de negação aqui descrito tem como referência a representação construída sobre os espaços vividos particularmente pelos segmentos de médio *status* social. Encarados como o lugar onde há a presença de elementos constituintes daquilo que se convencionou chamar de qualidade de vida. Esta, diz respeito às boas condições de moradia, ao acesso a uma grande variedade de serviços, como de saúde, de educação e de lazer, à presença de infraestruturas sanitárias e de transporte, etc. Por conseguinte, tal representação expressa uma relação hierárquica entre dois espaços distintos, um caracterizado pelo que não é e não tem, compreendido como o local que deve ser transformado, e outro, que é o modelo, aquele que define a maneira como as intervenções nos lugares da ausência deveriam ser executadas. O estranho desta situação está no fato de que o modelo existe apenas de forma abstrata, como o oposto ao lugar da ausência, pois a presença se distribui de formas bastante distintas, não necessariamente definida pelo local de moradia dos segmentos sociais.

Essa produção de um modelo de condições de vida na cidade torna invisível grande parte dos fenômenos e elementos presentes nesses espaços. Neste sentido, percebemos por meio de entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo que grande parte das instituições presentes em São Gonçalo é desconhecida para seus próprios

habitantes. Isto é corroborado por parte dos empresários locais, que reunidos na Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo (ACESG) se mostraram publicamente interessadas nos problemas e rumos da educação do município, criando um Conselho de Educação. Este conselho lançou uma carta sobre a educação de São Gonçalo no ano de 2011, anunciada no jornal O São Gonçalo e na Agenda 21 do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), na qual o conselho apresentou um breve panorama da educação do município, porém, mostrou que conhece apenas quatro das instituições de ensino superior de São Gonçalo, sendo que existia em 2011 um total de nove instituições em funcionamento.

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) é o maior investimento da empresa Petrobras, localizado no município de Itaboraí, contíguo ao município de São Gonçalo, que consiste em uma refinaria de petróleo com capacidade de refino 165 mil barris de petróleo por dia. Este empreendimento em fase de construção tem chamado a atenção de muitos pesquisadores para Itaboraí e os municípios de seu entorno devido às dimensões da refinaria e os impactos que a sua presença está causando. Este empreendimento aparecerá neste trabalho como um dos elementos do processo de reestruturação urbana em São Gonçalo, mas de forma secundária, pois outros fenômenos que foram determinantes nesse processo de expansão.

O município de São Gonçalo é comumente estudado do ponto de vista de seu processo de industrialização no início do século XX, quando São Gonçalo deixa de ter uma economia eminentemente rural e passa a assumir certa importância no contexto econômico do Estado do Rio de Janeiro pela presença industrial. Mas os períodos após o declínio da indústria no município, momento em que passa a ser denominada pela população metropolitana de cidade-dormitório, por não apresentar mais um dinamismo econômico relevante e nem postos de trabalho suficientes para a sua população. Sobre este período são escassos os trabalhos, geralmente voltados para os problemas infraestruturais da cidade.

Atualmente a cidade de São Gonçalo se vê diante de novos processos envolvendo novos agentes na produção de seu espaço urbano, como as firmas que atuam na oferta da educação superior. A nossa análise sobre a conformação espacial das instituições de ensino superior em São Gonçalo na década de 2000 será apresentada por meio de um texto dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo discutiremos como está acontecendo a expansão do ensino superior no Brasil a partir das instituições presentes no município de São Gonçalo.

Procuraremos relacionar este fenômeno com contexto amplo de transformações, que envolve diversas escalas, com destaque as transformações do papel do Estado e das lógicas de organização e de localização das empresas, sobretudo a partir da década de 1970, marcada pela crise estrutural capitalista, configurando um momento de significativas alterações nos modos de regulação e no regime de acumulação. Tendo em vista que a expansão do ensino superior está sendo promovida principalmente pela ação de empresas privadas, formando redes de unidades educacionais em diversos estados brasileiros.

No capítulo dois analisaremos a distribuição das instituições de ensino superior no município de São Gonçalo, buscando averiguar os padrões de distribuição espacial dessa atividade por meio da discussão sobre as formas de expressão da centralidade urbana. Assim, as instituições são compreendidas como elementos integrantes da estrutura urbana e o aumento do número de instituições, um indício de um processo de reestruturação em curso. Neste sentido, esboçaremos uma caracterização da estrutura urbana de São Gonçalo, a partir de seus centros e de seu sistema de transporte urbano.

No terceiro capítulo a discussão se centra no processo de urbanização de São Gonçalo, procurando compreender o significado dos novos empreendimentos que vem se instalando na cidade, considerando as instituições de ensino superior como parte desses novos empreendimentos. Assim, demonstraremos as relações entre a evolução urbana de São Gonçalo e a gênese das instituições de ensino superior, tendo em vista o seu papel diferenciado de São Gonçalo na divisão territorial do trabalho metropolitano em diferentes momentos.

1 O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A cidade de São Gonçalo vem passando por significativas transformações, sobretudo a partir da década de 2000. Identifica-se a implantação de novos empreendimentos imobiliários residenciais e de comércio e serviços, expressando uma nova lógica de produção de seu espaço urbano. A estrutura urbana de São Gonçalo se altera com a presença desses novos objetos que, atualmente, marcam a paisagem da cidade. Dentre estes novos objetos estão as instituições de ensino superior.

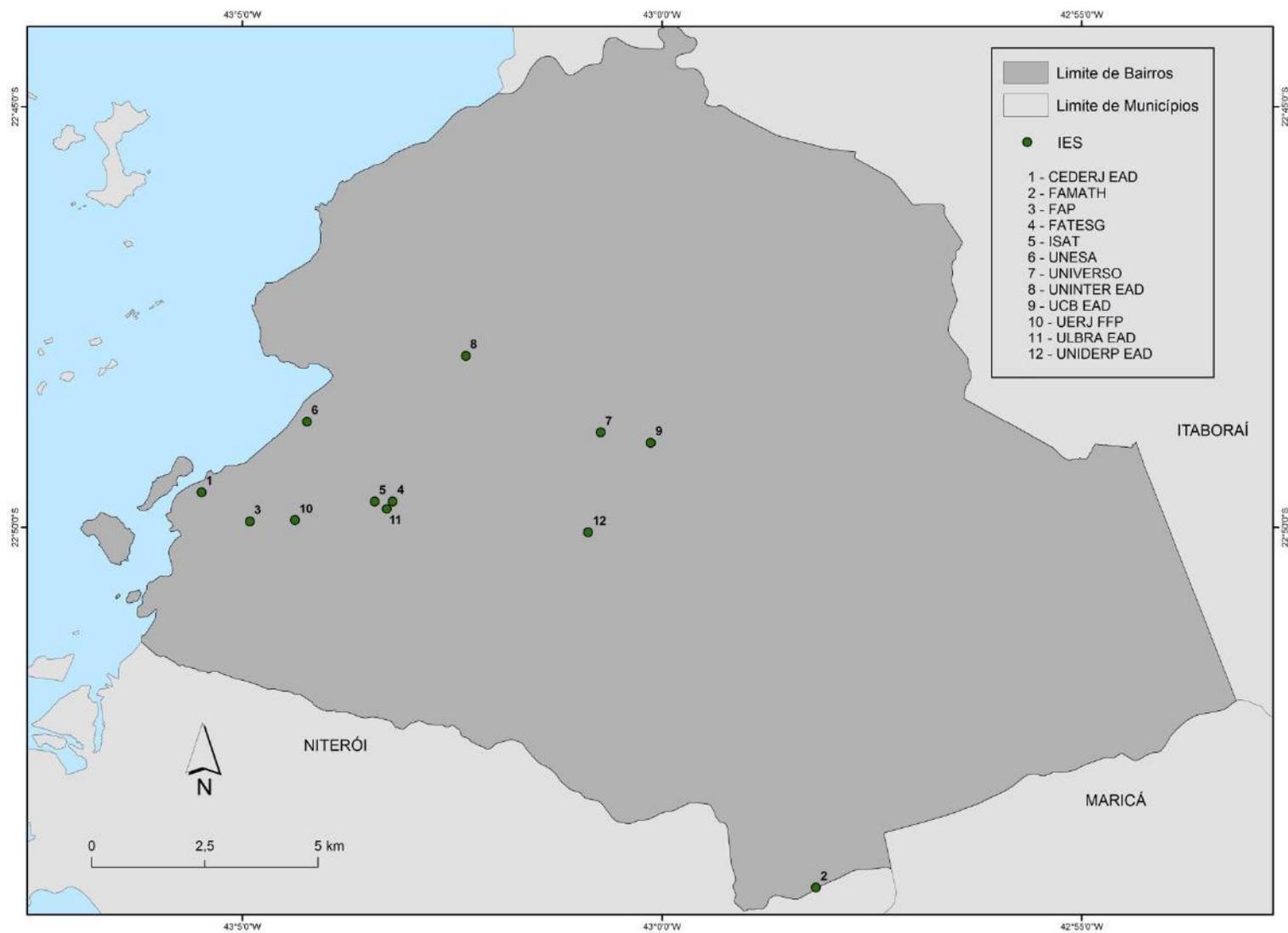
Fizemos um levantamento das instituições de ensino superior de São Gonçalo, inicialmente, pelo E-MEC, um cadastro *online* do Ministério da Educação (MEC) que possui informações sobre todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. Ele consiste em um “sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação” (BRASIL, 2007).

Até a década de 1990, São Gonçalo possuía somente três instituições de ensino superior: a Faculdade de Formação de Professores (FFP), um campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO); e, a Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH). Na década de 2000 foram abertas no município nove instituições de ensino superior, oito particulares e uma pública, compondo um total de doze instituições no ano de 2009 (mapa 1).

- 1 - Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro - Cederj;
- 2 - Faculdades Integradas Maria Thereza - Famath;
- 3 - Faculdades Paraíso - Fap;
- 4 - Faculdade de Tecnologia São Gonçalo - Fatesg;
- 5 - Instituto de Ensino Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira - Isat;
- 6 - Universidade Estácio de Sá - Unesa;
- 7 - Universidade Salgado de Oliveira - Universo;
- 8 - Centro Universitário Uninter - Uninter;
- 9 - Universidade Castelo Branco - Ucb;
- 10 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj;
- 11 - Universidade Luterana do Brasil - Ulbra;
- 12 - Universidade Anhanguera Uniderp - Anhanguera

Essa expansão não é um movimento restrito ao município de São Gonçalo, mas sim uma tendência generalizada no Brasil. Dessa forma, a distribuição das instituições de ensino superior se configura segundo novos arranjos espaciais, variáveis nas diferentes escalas. Os arranjos se apresentam como fixos durante determinados períodos de tempo, mas como produtos da sociedade, estão em movimento, sendo constantemente rearranjados, apresentando novas formas e conformações.

A cidade de São Gonçalo pode ser compreendida como uma totalidade produzida segundo a lógica e a organização da formação econômico-social da totalidade mais ampla. Estudar uma parte da totalidade é estudar o todo em sua particularidade.



Mapa 1: Distribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) em São Gonçalo em 2009. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE (2010).

1.1 A formação econômico-social e o arranjo espacial

Para a compreensão do arranjo espacial do ensino superior resultante de seu processo de expansão, partiremos da discussão tecida por Moreira (1982) a partir da categoria formação espacial, desenvolvida por Santos (1982), na sua articulação com as categorias formação econômico-social e modo de produção. Arranjo espacial corresponde à distribuição de objetos sobre a superfície terrestre, sendo um produto das relações sociais que se estabelecem no sentido de garantir a produção. Esta está voltada para a supressão das necessidades, desde as necessidades naturais do corpo humano às necessidades criadas historicamente em uma dada formação econômico-social.

Moreira (1982) parte da teoria marxista fundamentada no conceito de trabalho, entendido como a transformação da natureza no sentido de produzir meios de subsistência e de produção necessários a existência humana. Este processo se dá por meio do trabalho social, que transcende o trabalho individual, compreendido como ação organizada da coletividade de homens e mulheres, estabelecendo, assim, divisões de trabalho.

O processo de trabalho compreende a incorporação do “espaço físico”, como primeira natureza, ao processo de gênese e desenvolvimento de uma formação econômico-social. Assim, o “espaço físico” é condição de existência social da formação econômico-social. Decorre então que a formação espacial e a formação econômico-social derivam de um duplo conjunto de interações, as interações “homem-meio” e “homem-homem”, que se dão de forma simultânea e articulada (MOREIRA, 1982).

Moreira (1982) explica que a formação econômico-social se confunde com a formação espacial. O processo de formação do espaço geográfico é o mesmo da formação econômico-social. Por conseguinte, a formação espacial tem por estrutura e leis de movimento a estrutura e as leis da formação econômico-social. Neste sentido, o espaço geográfico é fonte fundamental de dois processos articulados que lhe são vitais: o processo de produção social e de controle de suas instituições e relações de classe, em uma dada formação econômico-social.

O arranjo espacial brota tanto do processo de produção-distribuição, quanto do controle que se exerce sobre as relações existentes entre as classes. Como o processo de produção-distribuição se faz sob o condicionamento das formas como se travam as relações entre as classes, pode-se afirmar que o arranjo espacial, na verdade, numa sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classes da formação econômico-social (MOREIRA, 1982).

Os processos que compõem o modo de produção, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, são histórica e geograficamente determinados num movimento conjunto através da formação social (SANTOS, 1982). Por meio da análise da dialética do arranjo do espaço é possível desvendar as relações de classe que o produzem. Os elementos que compõem o arranjo espacial “inserem-se numa lógica de arranjo espacial que reproduz a própria lógica do modo de produção”. Orientadas, segundo lógicas que geram e articulam esses elementos. A estrutura social tem papel fundamental no desenvolvimento dessas lógicas (MOREIRA, 1982).

O termo universal se refere à essência de determinado ser, objeto ou fenômeno, aquilo que é constante e invariável no fenômeno, o que o caracteriza enquanto tal. O modo de produção é uma categoria universal porque o desenvolvimento de modos de produção é um movimento inerente a todas as sociedades, mas esse movimento assume particularidades nas diferentes sociedades, em tempos e espaços diversos. Assim, o particular consiste em uma manifestação concreta do universal, a expressão concreta do modo de produção em uma sociedade específica, como formação econômico-social.

Formação econômico-social é a totalidade que os geógrafos buscam, manifestada como formação espacial, cuja concretude é dada pelo espaço. O arranjo espacial é a própria estrutura da totalidade social. Na base dessa estrutura está a natureza do processo de reprodução social (MOREIRA, 1982).

O significado e papel de um objeto na dinâmica do espaço só podem ser apreendidos à medida que se distinguem as relações sociais que a originam e comandam. O objeto espacial ou arranjo espacial só pode ser compreendido como parte de uma totalidade social, uma formação econômico-social. O objeto ou arranjo perde sua expressão e seu valor quando desligado de sua totalidade social (MOREIRA, 1982; SANTOS, 1982).

Santos (1982) propõe o uso da categoria formação econômico-social como uma possibilidade de fugir do engano de muitos geógrafos que reduzem o espaço ao teatro das relações sociais. Tal perspectiva reforça o erro de interpretação que estabelece uma relação dicotômica entre o Homem e a Natureza. A categoria formação econômico-social se refere à totalidade de uma dada sociedade, ou seja, engloba as esferas econômica, política, social e cultural na interpretação de uma dada sociedade.

Moreira (1982) também discute essa categoria, compreendendo-a como formada por três instâncias, a econômica, a jurídico-política e a ideológica. A primeira refere-se ao arranjo resultante da expressão no âmbito da instância econômica, tanto as forças

produtivas como relações de produção. A segunda, ao arranjo sobretudo moldado pelo Estado, que garante uma determinada ordem político administrativa. A terceira, como arranjo das instituições, tendo o papel de disseminar valores, como a igreja, a escola, etc. As três instâncias não possuem limites bem definidos entre si, na verdade, elas se permeiam, não possuindo existência independente. Estas três instâncias atuam no sentido da manutenção e do controle das relações sociais.

Assim, os arranjos espaciais surgem tanto do processo de produção-distribuição, condicionado pela forma como se travam as relações entre as classes, quanto do controle que exercem sobre as relações entre as classes (MOREIRA, 1982).

A formação econômico-social enquanto totalidade só pode ser apreendida no movimento de totalização (SANTOS, 2009a [1996]), que corresponde ao processo de transformação da totalidade e de suas partes ao longo do tempo. Santos (2009a [1996]) enfatiza que a totalidade não se constitui como uma soma de partes, ela pode ser dividida em unidades menores, as partes, que também se constituem em totalidades, que expressam a totalidade maior. Dessa forma, o processo de evolução da totalidade implica na mudança de todas as suas partes, e por meio da análise de cada uma dessas partes podemos compreender o todo, pois as partes são manifestações do todo, com as mesmas leis e lógicas do todo e originárias dos mesmos processos que deram origem ao todo.

O arranjo espacial do ensino superior, composto pela distribuição das instituições de ensino superior, se constitui em uma forma específica de manifestação da formação econômico-social, enquanto totalidade social. Esta tem sua existência pelo estabelecimento de relações sociais, sendo uma expressão concreta do modo de produção dominante, que se organiza segundo arranjos espaciais. Estes correspondem à distribuição dos objetos naturais e artificiais sobre a superfície terrestre, produzidos e organizados através das relações sociais que se estruturam no sentido de garantir sua reprodução.

As formações econômico sociais dominadas pelo modo de produção capitalista se viram em um período de drásticas mudanças no decorrer das últimas décadas, sobretudo a partir da década de 1970, quando, diante de uma crise estrutural do sistema capitalista, as empresas se veem diante da necessidade de mudar suas estratégias de acumulação de capital. Ocorreram significativas mudanças nas estruturas de produção, o que implicou em novas lógicas de localização e de distribuição de bens e serviços. Nesse contexto, o Estado assume novos papéis, no sentido, principalmente, de propiciar um ambiente favorável aos negócios, que passam a integrar diferentes escalas.

Uma das inovações generalizadas a partir desse período refere-se ao funcionamento do Estado, que assume a forma neoliberal, conformada a partir de um discurso no qual o Estado não deve intervir na economia, na crença de que o mercado se auto-regula. No Brasil esse modelo político se apresenta de forma clara na década de 1990, período marcado pela privatização de diversas empresas públicas. No âmbito do ensino superior, o que identificamos é a crescente privatização do setor, desde a década de 1970, sob regime da ditadura militar, e mais recentemente, a intensificação do processo de privatização e sua transnacionalização. Esses dois movimentos foram e estão sendo impulsionados pelo Estado, mediante mudanças significativas na legislação do ensino superior e de criação de programas e políticas governamentais.

Conforme cresce o número de unidades de ensino, os *campi* e os polos de apoio presenciais, diminui o número de empresas no mercado de ensino superior por conta de fusões ou compras entre as empresas. Aliado a isto, está a abertura do capital das empresas do setor na bolsa de valores e a participação de empresas estrangeiras no mercado nacional, por meio da compra ou associação com empresas nacionais. O resultado disso tem sido a concentração da maior parte do mercado por um número reduzido de empresas.

Nesse contexto, o Estado não perde seu papel de produtor de ensino superior, promovendo também o crescimento de instituições de ensino superior públicas, mas ele muda significativamente sua relação com o setor público, que se vê em meio de crises. A discussão da expansão do segmento público fugiria ao escopo deste trabalho, assim, será apenas comentada superficialmente.

Abordando as tendências acerca do ensino superior público no século XXI, Santos (2004, 2005) discute as crises vividas pela universidade pública. Este autor afirma que uma dessas crises é institucional, que decorre do fato de sua autonomia científica e pedagógica estar assentada na dependência financeira do Estado. Este decidiu reduzir seu compromisso político com as universidades, provocando uma consequente secagem financeira e descapitalização destas, considerando-as como um bem que não deve ser exclusivamente assegurado pelo Estado. Santos (2004) explica tal movimento pela provocada ou induzida perda de prioridade como bem público universitário nas políticas públicas, comentando que no caso brasileiro o processo expansionista de industrialização assentado no endividamento externo entre 1968 e 1979 conduziu a uma profunda crise financeira, que serviu como justificativa para a abertura generalizada dos bens públicos à exploração comercial.

Santos (2004) entende a crise institucional como induzida pela crise financeira, que reduz a autonomia da universidade e a coloca a serviço de projetos modernizadores, abrindo ao setor privado a produção da universidade. Tendência que se acentua na década de 1980, quando o neoliberalismo se impõe como modelo global de capitalismo. Ocorre a perda geral de prioridades sociais, como saúde, educação e previdência, induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico. Assim, obrigou-se a universidade pública a buscar novas dependências, e a sua autonomia ficou sujeita a controles remotos, calibrados pelos ministérios das Finanças e da Educação (SANTOS, 2004, 2005).

Apesar da orientação política dominante estar assentada na redução da intervenção estatal na economia e no seu afastamento de funções consideradas de sua responsabilidade por diversos segmentos da sociedade, por se caracterizarem como bens públicos, o Estado aparece como um dos agentes fundamentais no processo de expansão do ensino superior privado.

Observando com mais atenção a política neoliberal, pode-se perceber que ela só é possível a partir da intervenção do Estado. No neo-liberalismo o “Estado tem que penetrar ainda mais intensamente em certos segmentos da vida político-econômica e tornar-se ainda mais intervencionista do que antes” (HARVEY, 2004, p. 94). Desempenha um importante “papel de regular o dinheiro, a lei, a política, bem como monopolizar os meios de coerção e violência” (HARVEY, 2004, p. 87).

Apesar de tal análise, é comum a afirmação de que o Estado deve garantir o bem-estar da população em geral. Assim, deve promover o desenvolvimento social a partir do investimento social, pois o dinheiro do Estado é derivado da arrecadação de impostos. Influência do modelo de Estado keynesiano, que assumia um sentido redistributivo, responsabilizando-se por uma série de questões sociais. No entanto, com a crise econômica, emergiu a necessidade do capital de reestruturar as bases de sua acumulação, desencadeando um processo de ruptura, transformando significativamente o regime de acumulação e os modos de regulação.

Chauí (2001) aborda os problemas da universidade a partir da chamada “Reforma do Estado” nesse contexto político neoliberal, momento de expansão do ensino superior, em que a “identificação entre Estado e o capital em sua forma neoliberal aparece de maneira clara na substituição do conceito de *direitos* pelo de *serviços*, que leva a colocar *direitos* (como a saúde, a educação e a cultura) como *serviços* estatais destinados a ser tornar não-estatais”.

Compreendemos que esse processo de expansão é possibilitado e condicionado por conjunturas específicas que remontam às dinâmicas do modo de produção, ou seja, a forma pela qual uma determinada sociedade se organiza objetivando garantir sua produção. Esta possui relações fundamentais com o desenvolvimento técnico da sociedade.

O ensino superior assume diversas funções, que apenas possui sentido na sua articulação com outras funções, em uma formação econômico-social. A sociedade produz ensino superior de acordo com intencionalidades variáveis, mantendo a sua característica essencial de instituição educacional.

Hemerly (1982) discute a elitização do ensino no Brasil, considerando a escola um meio de transmissão de ideologia e formação de mão de obra. A educação institucionalizada possibilita a inserção no mundo do emprego e constitui-se em uma das formas de controle da sociedade. Este autor entende o termo ideologia como uma ilusão, pois, afirma que os interesses das classes dominantes são os interesses de todos e, o interesse imediato da sociedade é a produção. Neste sentido, a escola atuaria para garantir a produção. Além disso, Hemerly afirma que a formação institucionalizada varia conforme a participação no processo de produção, “o engenheiro não produz o mesmo que o operário” (HEMERLY, 1982), assim os tipos e níveis de escolarização possuem certa correspondência com a divisão social do trabalho.

As funções variam também no seu uso pelos diferentes agentes da sociedade. Os alunos egressos do ensino médio podem usá-la no sentido de conseguir uma melhor qualificação para ingressar no mercado de trabalho. As empresas podem usá-la como centro de pesquisa. O Estado, como instrumento de políticas governamentais. Os papéis do ensino superior e os interesses dos diversos agentes podem convergir segundo outras combinações, diferentes das aqui apresentadas, como o Estado usar a universidade como centro de pesquisas, por exemplo, as possibilidades são extensas e variáveis conforme as ações dos diferentes agentes.

Santos (2005) discutindo os problemas da universidade, apresenta diferentes perspectivas sobre suas funções, evidenciando um campo de tensões sobre os rumos da universidade. Este autor apresenta as funções atribuídas à universidade em 1987 pela OCDE, um órgão internacional formado por 34 países voltado para troca de informações e alinhamento de políticas. O autor destaca que algumas das funções apontadas no relatório são incompatíveis:

educação geral e pós-secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade econômica; mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credenciação; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex. igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social (SANTOS, 2005, p. 189).

Muitas dessas funções são discutidas por Santos (2005) como expressões de contradições no interior da universidade, destacando o papel simbólico e disciplinador frente ao mercado de trabalho. A universidade atua no sentido de

inculcar nos estudantes valores positivos perante o trabalho e perante a organização econômica e social de produção, regras de comportamento que facilitem a inserção social das trajetórias pessoais, formas de sociabilidade e redes de interconhecimento que acompanham os estudantes muito depois das universidades e muito mais para além do mercado de trabalho, interpretações da realidade que tornam consensuais modelos dominantes de desenvolvimento e os sistemas sociais e políticos que os suportam (SANTOS, 2005, p. 191).

Chauí (2001), discutindo a universidade pública brasileira, apresenta uma lista das insatisfações de diferentes atores sociais frente a universidade.

As grandes empresas se queixam da formação universitária que não habilita os jovens universitários ao desempenho imediatamente satisfatório de suas funções, precisando receber instrução suplementar para exercê-las a contento. A classe média queixa-se de pouco prestígio dos diplomas e de carreiras que lançam os jovens diplomados ao desemprego e à competição desbragada. Os trabalhadores manuais e dos escritórios, bancos e comércio queixam-se de elitismo das universidades, que jamais se abrem o suficiente para recebê-los e formá-los, mantendo-os excluídos das esferas mais altas de conhecimento e das oportunidades de melhoria das condições de vida e trabalho. Os estudantes se queixam da inutilidade dos cursos, da rotina imbecilizadora, das incertezas do mercado de trabalho, da pouca relação a universidade e os problemas mais prementes da sociedade. Os professores estão insatisfeitos com as condições de trabalho, de salário, de ensino, de pesquisa, com a estupidez das máquinas burocráticas que centralizam as atividades universitárias, submetendo-as a rituais desprovidos de sentido e de fundamento, com o autoritarismo das direções, a heteronomia dos currículos e as lutas mesquinhas pelo poder e pelo prestígio (CHAUÍ, 2001, pp. 73, 74).

O que há de comum entre as insatisfações é a problemática do emprego, mesmo quando se refere aos professores, que reivindicam melhores condições de trabalho e, principalmente, aos estudantes, que se preocupam com a desvalorização de seus diplomas no mercado de trabalho e os membros dos segmentos populares, que almejam melhoria de suas condições de vida por meio da formação de nível superior. Dessa forma, a função que lhe é atribuída de maneira generalizada pela sociedade é a de formação profissional,

afastando-se dos seus preceitos originais, como um lugar de produção de conhecimentos relativamente autônomo e “desinteressado”.

O ensino superior se integra ao processo de produção de maneira direta e indireta, como parte das relações sociais de produção, o qual são as relações sociais travadas para a realização da produção (MOREIRA, 1982), em uma formação econômico-social dominada, no caso, pelo modo de produção capitalista. Assim, o ensino superior participa da formação de profissionais para os diversos setores da economia, como engenheiros, professores, médicos, administradores, advogados, publicitários, arquivistas, analistas de sistemas, geólogos, etc. Cada uma dessas profissões está relacionada a funções determinadas dentro do sistema produtivo, sendo exercidas por indivíduos originários de diferentes camadas da sociedade, tendo destaque, tradicionalmente, as clamadas médias.

1.2 A “nova classe média” e o ensino superior

Santos (2008 [1979]), buscando desenvolver uma teoria sobre a urbanização dos países periféricos, identifica a existência de dois circuitos econômicos nas cidades: o circuito superior e o circuito inferior. Esses circuitos são faces de um mesmo processo, o processo de modernização. Esse autor analisa os impactos das forças de modernização no período contemporâneo, representadas pelas firmas multinacionais e seus suportes. O primeiro impacto é a entrada do país ou da região no sistema mundial. Nos países subdesenvolvidos ocorre a difusão de duas variáveis, informação e consumo, tornando-os o principal sustentáculo da difusão de novos modelos de consumo inspirados nos países mais ricos.

Segundo Santos (2008 [1979]) essa modernização ocorreu a partir de um modelo econômico importado e teve como um de seus impactos principais a elevação das desigualdades sociais. A modernização teve um caráter seletivo, atingindo apenas parte da produção dos países subdesenvolvidos, e se desenvolveu centrada em estruturas monopolísticas. Estas, agindo de forma conjugada com o Estado, que tem capacidade de inibir e encorajar a interação global ou de ser nacionalmente responsável frente aos desígnios das empresas transnacionais (SANTOS, 2009a [1996]).

Essa ação conjugada entre Estado e as estruturas monopolísticas geraram, de um lado, o empobrecimento da população e do próprio Estado, e de outro, um crescimento

extremamente tímido da classe média, devido aos ínfimos postos de trabalho qualificados que gera (SANTOS, 2008 [1979]).

O Estado favorece o setor moderno como financiador das grandes firmas. Ele investe na criação de indústrias de base nacionais, geralmente com o pretexto de encorajar e estimular a industrialização, “se encarrega das indústrias pesadas e deixa às firmas multinacionais os investimentos nos setores mais rentáveis” (SANTOS, 2008 [1979], p. 168). Também atua como fornecedor de infraestruturas, financiando indiretamente a implantação de indústrias modernas. Assim, a chegada de novas firmas agrava o orçamento de funcionamento do Estado. A “pesada burocracia dos países subdesenvolvidos é consequência da modernização e está, em grande parte, a serviço do setor moderno” (SANTOS, 2008 [1979], p. 173). Dessa forma, o Estado vê suas despesas e seu aparelho administrativo incharem, se empobrecendo, enquanto os lucros das firmas são expatriados.

O Estado aparece como servo das corporações multinacionais, mas sem se tornar desnecessário. Na verdade, a emergência de organizações e firmas multinacionais realça o papel do Estado (SANTOS, 2009a [1996]).

Santos (2009a [1996]) explica que o sistema de impostos ao mesmo tempo que favorece as grandes firmas, transfere os encargos da modernização para as camadas menos favorecidas. Os impostos indiretos consistem em uma forma de “fazer a população pagar pela modernização tecnológica e da concentração econômica que acompanha” (SANTOS, 2009a [1996], p. 174). Eles representam também uma espécie de poupança forçada.

Nesse sentido, o Estado é menos Estado, pois divide parcela de seu poder com as grandes firmas, deixando os monopólios estabelecerem os preços administrativos, fixando o seu próprio nível de renda. A “grande empresa exerce praticamente as funções de direito público, dividindo com o Estado o direito de taxar os cidadãos” (FURTADO, 1968 *apud* SANTOS, 2009a [1996]).

As estruturas monopolísticas impactam negativamente na desigualdade de renda, elas tendem a ter sua produção voltada para exportação e para o consumo das classes mais altas, o que implica em uma maior acumulação de capital e redução da capacidade de consumo das massas, além do açambarcamento da renda nacional por uma minoria. A desigualdade de renda é mantida por uma estrutura de produção orientada para ramos mais sensíveis à tecnologia e mais rentáveis (SANTOS, 2008 [1979]).

Instaura-se um círculo vicioso. Quanto mais a renda se concentra, mas o consumo dos grupos de alta renda se diversifica e mais inadequada é a evolução do perfil de demanda, tornando evidente a substituição dos fatores de produção. Os pobres são duplamente desfavorecidos, pois não podem ter acesso aos bens que os empresários consideram rentável produzir, quando ao mesmo tempo, declina a produção de bens de consumo corrente. Isto representa também uma limitação do emprego e uma seletividade acentuada na escolha de parceiros da modernização (SANTOS, 1979, p. 188).

Santos (2008 [1979]) também chama atenção que a modernização desses países pela implantação de firmas estrangeiras gera empregos no exterior, “a fabricação de usinas, o fornecimento de matérias primas, os serviços correspondentes, os transportes, as atividades de ensino e de pesquisa se beneficiam diretamente com isso” (SANTOS, 2008 [1979], p. 189). Além disso, também são criados empregos para estrangeiros no país. Santos (2008 [1979]) identifica um crescimento modesto nos salários, sendo no setor moderno, elevado o número de empregos que não exigem qualificação, assim, a fixação do preço da mão-de-obra se dá em função da oferta e demanda existente no setor doméstico.

A inserção de técnicas de ponta no processo de produção eleva os lucros, enquanto os salários aumentam somente em alguns ramos e para algumas categorias de trabalhadores. Resultou em uma minoria beneficiada, os operários altamente qualificados com salários mais elevados (SANTOS, 2008 [1979]).

Assim, uma das faces desse processo é o surgimento de atividades econômicas que não tem como lógica principal a busca pelo lucro, mas sim garantir algum rendimento. Estas atividades constituem o circuito inferior, que têm como preocupação central garantir “o pão de cada dia”, ultrapassam a preocupação com o lucro como elemento funcional. Santos (2008 [1979]) atesta que a grande massa da população das cidades endivida-se simplesmente para poder consumir. Gerando um quadro no qual as despesas com serviços de classe média e superior juntos ultrapassam o consumo global das classes populares (SANTOS, 2008 [1979]).

O circuito inferior abarca o trabalho mal remunerado, trabalho temporário e instável, que atualmente consiste em uma tendência nos países centrais. O circuito superior é resultado direto da modernização e o circuito inferior, resultado indireto (SANTOS, (2008 [1979])).

Bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas, transportadores, etc., compõem o circuito superior, também chamado de moderno. A fabricação de não “capital intensivo”, serviços não modernos,

oferecidos “a varejo”, comércio não moderno e de pequena dimensão, constituem o circuito inferior. Este inclui o trabalho doméstico, o artesanato, o vendedor de rua, pequena empresa familiar, etc. A função fundamental do circuito inferior é perpetuar a situação de pobreza, promovendo ocupações, fornecendo meios de subsistência (SANTOS, (2008 [1979]).

Santos (2008 [1979]) recusa o uso do termo tradicional, pois as atividades do circuito inferior não se definem por sua idade, mas sim por sua forma de organização e de comportamento. O circuito inferior está “em processo de formação e adaptação permanente” (SANTOS, 2008 [1979], p. 39).

Estabelece-se uma divisão na sociedade urbana “entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las” (SANTOS, 2008 [1979] p. 37).

Nesse estudo, Santos (2008 [1979]) delimita uma estrutura de classes composta por pobres, classe média e classe alta. Ele define os pobres como “aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens e serviços de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade” (SANTOS, 2008 [1979]). A classe média como assalariados de todo tipo e “empresários e proprietários cujos ganhos são insuficientes para passarem para as classes superiores”. A grande diferença entre estes e as classes superiores, para Santos (2008 [1979]), é a capacidade de controle destes últimos sobre as atividades econômicas da cidade. Além disso, a classe média participa dos dois circuitos, ela estabelece alguns tipos de consumo que a aproximam das classes altas, como de casa, automóvel, turismo e viagem, apresentando alguns consumos de prestígio, mas são obrigadas, dessa forma, a recorrer ao circuito inferior para o consumo de produtos recorrentes, como alimentício (SANTOS, 2008 [1979]).

Atualmente se discute uma tendência à mudança desse quadro de pobreza no Brasil pela emergência de uma “nova classe média”, que para muitos existe apenas ao nível do discurso, expressando uma estratégia política do atual governo.

A classe média que povoa o imaginário da sociedade é a constituída pelos denominados profissionais liberais, como médicos, advogados, dentistas, arquitetos, psicólogos, etc., profissionais de formação universitária, que possuem certo poder de consumo de bens duráveis e vivem em habitações em boas condições. O seu estilo de vida forjado é preferencialmente representado nos filmes hollywoodianos e nas novelas nacionais, que, por sua popularidade, influenciam significativamente na produção do imaginário da sociedade brasileira.

Neri (2011) publica o estudo “Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para uma Nova Classe Média Brasileira”, que discute os BRICS, um grupo composto de países que se destacaram nos últimos anos pelo crescimento dos seus respectivos PIBs: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Segundo Neri (2011), estes países têm destaque também por sediarem grandes eventos esportivos, com exceção da Índia e, por manterem seu crescimento econômico durante a crise mundial de 2008.

Numa época de estagnação global observada depois da crise internacional, a ascensão econômica e social de milhões de pessoas tem contribuído para manter a economia global girando. Em particular os países do BRICS, que abrigam mais da metade dos pobres do mundo hoje, multiplicará por 7, até 2050, a sua relação com a renda gerada nos países do G7 (NERI, 2011, p. 12).

Neri (2011) faz comparações entre os países do BRICS e, desses países com os desenvolvidos, no que se refere, principalmente, ao PIB, à distribuição de renda e ao grau de satisfação com a vida. Para, a partir dessas comparações, apresentar o contexto interno do Brasil. Tem como fonte os dados do Censo 2010, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Pesquisa Mensal de Empregos (PME). Além dos micros dados da Gallup World Poll, que cobre dados objetivos e subjetivos da população de mais de 132 países. “Propomos o IDH percebido. [...] Inicialmente, exploramos o índice de felicidade humana futura relativo a 2011” (NERI, 2011).

Sobre o contexto brasileiro, Neri (2011) aponta para o crescimento do grau de satisfação com a vida e para a expansão do mercado consumidor. Atesta a queda da pobreza a partir da identificação do crescimento da renda, definida, implicitamente, por quanto o indivíduo ganha em um determinado período. Os brasileiros estão sendo incorporados às classes A, B e C (NERI, 2011).

Neri (2011) afirma que o grande símbolo da nova classe média é a carteira de trabalho. Observa um crescimento, mesmo que tímido, do número de empregos de carteira assinada. “Temos que ‘dar o mercado aos pobres’, dar o mercado significa acima de tudo melhorar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. [...] A educação regular e profissional funciona como um passaporte para o trabalho” (NERI, 2010, p.11). Ele declara que a renda por pessoa está crescendo mais que o PIB *per capita* e expõe que o emprego formal duplicou em 2004.

Neri não apresenta com muita clareza como esse índice de felicidade foi construído, sendo um dado subjetivo de difícil definição. Também não discrimina em dados quantitativos como algumas das variáveis estão contribuindo para esse aumento do

nível de renda, como o “crescimento do crédito ao consumidor e das transferências públicas sociais, como previdência e Bolsa-Família” (NERI, 2010, p.27). Esse tipo de política é colocado de maneira secundária, pois a discussão dele é em torno da renda líquida. Associa qualidade do ensino ao aumento dos índices escolares, como a redução dos índices de reprovação, declarando que tanto a escola quanto os professores recebem mais mantendo altos os seus índices. Além disso, associa a permanência e entrada no mercado de trabalho com o tempo de escolaridade.

Em outra publicação, "A nova classe média: o lado brilhante dos pobres", Neri (2010) expõe que cerca de 29 milhões de pessoas ingressaram na chamada nova classe média, a classe C, entre 2003 e 2009, chegando a 94,9 milhões de brasileiros, o que corresponde a mais da metade da população, cerca de 50,5% da população. A classe C é a que mais cresceu em termos relativos no período total de 2003 a 2009, quando 6,6 milhões foram incorporados, atingindo 20 milhões de brasileiros, cerca de 10,5% da população. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6,79% por ano.

As classes (quadro 1) foram delimitadas por Neri (2010) a partir da renda domiciliar *per capita* do trabalho de todas as fontes, expressa em termo equivalente de renda domiciliar. Neri (2010) afirma que a classe C auferia a média de renda média da sociedade, com a classe média em sentido estatístico.

Alguns olham para nossa classe C e a enxergam como média baixa e para nossa classe B e a enxergam como classe média alta [...]. Outros indicadores indicam a ocorrência de um boom na classe C: casa, carro, computador, crédito, carteira de trabalho estavam todos em níveis recordes históricos quando a crise chegou no país e agora em 2010 estão voltando a níveis próximos ou superiores a estes recordes históricos (NERI, 2010, p. 29).

Este estudo considera que um dos importantes elementos para explicar estes resultados é o crescimento do emprego formal, duplicado desde 2004, sendo o principal símbolo do surgimento da classe média brasileira. Ocorre o aumento nos anos de escolaridade no período 2003 a 2009, “responsáveis por 65,3% do expressivo crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres do país, correspondendo no extremo oposto da distribuição de renda a 24% do aumento de 3,66% dos 20% mais ricos” (NERI, 2010, p. 87).

Classes	Limites	
	Inferior (R\$)	Superior (R\$)
E	0	705
D	705	1126
C	1126	4854
B	4854	6329
A	6329	

Quadro 1: Intervalos de classes econômicas, renda domiciliar total de todas as fontes (NERI, 2010).

Neri (2010) argumenta que o tempo de estudos se faz importante na obtenção de um emprego formal, apresentando a educação como elemento importante no ciclo do crescimento, destacando que o sistema de ensino brasileiro é fraco, mas o importante é o crescimento deste, não o nível absoluto deste fator.

Estanque (2013) questiona o termo classe média, procurando discutir sobre o que ele se refere: “trata-se de uma problemática sociológica e de um território indefinido de camadas sociais com implicações na esfera política e na solidez da ordem estabelecida” (ESTANQUE, 2013, p. 171). Esse autor faz uma breve comparação entre as experiências brasileira e portuguesa, destacando a necessidade de se considerar diversos indicadores, não apenas os socioeconômicos, como renda, propriedade, lugar ocupado na estrutura produtiva, qualificação, nível educacional, etc. Além dessas variáveis, existe uma multiplicidade de outros critérios, como étnicos, raciais, de gênero, religiosos e culturais (ESTANQUE, 2013).

Em Portugal ocorre uma reconfiguração da estrutura de classe pela expansão da sua “nova” classe média, que cresceu ao abrigo da expansão do Estado-providência durante as últimas quatro décadas,

resultado da conjugação entre: (1) expansão da administração pública e do emprego não-manual; (2) qualificação educacional dos portugueses; e (3) do aumento da renda. A recomposição de novos sectores profissionais estimulados pelas políticas públicas – na educação, saúde, administração pública, poder local, segurança social, etc., – e também o aumento das profissões liberais, dos quadros superiores, gerados pelo impacto do ensino superior e do sistema científico” (ESTANQUE, 2013, p. 173).

Estanque (2013) identifica em Portugal a mudança de estilo de vida de milhões de trabalhadores devido ao crescimento urbano acelerado e, à mudança dos hábitos de consumo de diversas famílias, que cedem “aos apelos do marketing consumista”. Segundo Estanque (2013), este fenômeno é possibilitado pelos benefícios obtidos por via dos serviços prestados pelo Estado e, pela expansão do crédito, o que levou ao

endividamento diversas famílias. O crédito fácil estimulado pelos bancos e governos compensou artificialmente a queda real dos salários e, em 2009, o crescimento da classe média se inverteu, “momento de agudização da crise da austeridade” (CARMO *et al*, 2013 *apud* ESTANQUE, 2013, p. 137).

Com a crise, se exacerbou o sentimento de “privação relativa” na Europa e em Portugal, onde houve nos últimos anos a abrupta subtração de “direitos adquiridos em resultado de longas batalhas (e até há pouco considerados irreversíveis)” por uma vasta camada de assalariados. Legado deixado de um modelo institucional e de um padrão de bem-estar (dado por seguro) vivido em um período recente. “Enquanto no Brasil, trata-se de um contexto social e socioeconômico todo ele novo, e onde o padrão de referência era a anterior condição precária, a informalidade generalizada e a miséria de uma força de trabalho até há pouco desconhecadora de quaisquer direitos” (ESTANQUE, 2013, p. 175).

Bartelt (2013) organiza um livro com publicações de diferentes autores que discutem a “nova classe média”, termo criado pelo economista Marcelo Neri, atual diretor do IPEA, que se tornou referência principal do debate no Brasil. Barlet (2013) compreende a criação e popularização termo como a construção de uma narrativa que organiza os ganhos reais dos salários de pessoas de baixa renda no Brasil e os avanços nas políticas sociais sob este título, como um projeto de estratégia e marketing políticos. Este autor interpreta as manifestações de junho de 2013¹ como um sinal de que a narrativa da “nova classe média” está se esgotando.

Apesar de Neri (2010, 2011) admitir em seus estudos que essa classe média possui existência estatística, denominada de classe C por estar no “meio” das cinco classes por ele aplicadas, o emprego do termo se confunde com a classe “média” tradicional, enquanto categoria sociológica, a qual o governo e instituições publicitárias têm feito referência (BARTELT, 2013).

Bartelt (2013) critica o uso desse termo para um segmento da sociedade que dispõe de 1200 a 5174 reais de renda familiar (valores referentes a 2013) porque, diante do custo de vida das grandes cidades, não constituem uma classe média. A definição da “nova classe média” não considera as diferenças geográficas, principalmente no que se refere aos custos de vida.

¹ Milhares de pessoas foram às ruas em diversas cidades brasileiras protestar contra o aumento dos transportes públicos e diversas outras questões sociais, como aumento da violência, os gastos com a Copa do Mundo, precariedade da saúde e educação (PROTESTOS, 2013; MORI, 2013).

Kerstenetzky e Uchôa (2013) se perguntam: “do ponto de vista da estrutura social, para que condição e posição teriam migrado estas pessoas? Estariam formando uma nova classe média?”. As autoras estabelecem uma investigação pelo crivo do estilo de vida, marcador privilegiado pela sociologia do autor Pierre Bourdieu, que intui que a classe média significa não exatamente um padrão de consumo, mas um estilo de vida, que envolve diferenciação e distinção. Assim, Bourdieu oferece inspiração para as autoras enquadrarem informações estatísticas disponíveis na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Elas procuram obter um retrato qualificado desse estrato social e captar a ideia de sustentabilidade das novas posições socioeconômicas alcançadas, assim, consideram também indicadores educacionais.

São quatro as variáveis apresentadas por Kerstenetzky e Uchôa (2013): (1) casa própria com padrões elevados de habitação; (2) acesso ao crédito; (3) educação universitária, compreendida como um dos símbolos da classe média; e, (4) demanda privada por bens providos pelo Estado (educação privada, planos de saúde). O “consumo de serviços sociais no setor privado [...] singulariza a classe média no Brasil, uma vez que aqui os serviços sociais públicos, apesar de universais, são insuficientes e insatisfatórios” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 18).

Nesse sentido, para que os domicílios sejam incluídos na classe média ‘sociológica’, Kerstenetzky e Uchôa (2013) definem alguns indicadores mínimos: os domicílios devem se caracterizar pela casa própria e os padrões elevados de habitação, com chefes de família “com acesso a crédito, detentores de educação universitária e planos de saúde, cujos filhos em idade escolar frequentam escolas particulares” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 19).

Kerstenetzky e Uchôa (2013) atualizam as faixas de renda delimitada por Neri (2011), estabelecendo a faixa de renda de 1.315,00 a 5.672,00 reais para a classe C, a “nova classe média. As autoras dividem esse intervalo em três faixas de igual amplitude apresentadas no quadro 2. Avaliam que o segmento Classe C abriga uma forte desigualdade em seu interior, com a predominância de domicílios nas faixas de renda inferiores.

Classe C	Limites	
	Inferior (R\$)	Superior (R\$)
1	1.315,00	2.768,00
2	2.768,00	4.220,00
3	4.220,00	5.678,00

Quadro 2: Divisão da Classe C em três faixas de renda (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013).

[...] Enquanto menos de um quarto dos domicílios apresentam pelo menos dois banheiros, o mesmo acontece em apenas 15,6% dos domicílios na faixa inferior [faixa 1] e 45,4 % na faixa mais próxima do limite superior do intervalo [faixa 3]. O acesso ao crédito, que é baixo em todas as faixas, é especialmente baixo na faixa inferior onde apenas 27,3% têm cartão de crédito e menos de 10%, cheque especial, ao passo que na faixa mais próxima do limite superior do intervalo, 54% dos chefes possuem cartão de crédito (mas, pouco mais de 36% tem cheque especial). [...] Poucos são os chefes de domicílio que dispõem de educação superior, e até mesmo na faixa mais próxima do limite superior do intervalo, o percentual fica em torno dos 17%. O acesso a planos de saúde também é limitado em todas as faixas, mas especialmente restrito na faixa inferior, abaixo de 20%, enquanto atinge 52,6 % na faixa de renda superior. Quanto à frequência dos filhos à rede privada de ensino, oscila entre pouco mais de 11% entre os mais pobres e 36% no estrato superior de renda, evidenciando alguma diferenciação, mas também que os domicílios ao longo de todo o estrato da NCM são majoritariamente usuários da escola pública (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 20).

As autoras também identificam atributos inesperados, apresentaremos alguns deles:

- 75% das unidades residenciais possuem apenas um banheiro e 390 mil deles não dispõem de nenhum;
- 50% dos chefes de família possuem apenas o ensino fundamental completo ou incompleto;
- Mais de 10% dos chefes de domicílio são analfabetos;
- Na faixa inferior, com mais de 60% dos domicílios, mais de 80% possui apenas um banheiro e mais de 19% apresentam adensamento de moradores por dormitório.
- Mais de 50% dos chefes de família possuem apenas ensino fundamental e 14% são analfabetos;
- Na faixa superior, com 13% dos domicílios, mais de 50% apresentam um banheiro apenas e mais de 500 mil residências possuem adensamento de moradores por dormitório;
- 38% dos chefes de família mais “ricos” têm apenas ensino fundamental e 3% são analfabetos;

As autoras estabelecem um perfil para a maior parte dos domicílios: “casa própria sem adensamento de moradores, contendo, porém, apenas um banheiro, com chefes de

família sem cartão de crédito, cheque especial, plano de saúde ou educação superior, com filhos na rede pública de ensino” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 23). Assim, concluem que “a renda é uma aproximação inadequada para o estudo desse estrato social que se caracteriza preocupantemente por uma forte desigualdade nos baixos padrões de vida e oportunidades” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 24).

1.3 A atuação do Estado e a expansão do ensino superior no Brasil

O Ensino Superior é considerado um nível educacional, uma vez que exige uma formação prévia, que se diferencia de outros níveis educacionais por proporcionar aos alunos concluintes a obtenção de um título acadêmico em uma área de formação específica.

Este sistema educacional apresenta três características fundamentais. A princípio, compreende um segmento de formação não obrigatório, interessante para aqueles que objetivam continuar seus estudos em uma área específica de conhecimento. Também constitui um espaço de realização de pesquisas, voltadas tanto aos interesses acadêmicos quanto aos de empresas, a partir do momento que estas realizam parcerias com universidades. E, ainda, compõe um espaço de formação de profissionais específicos, tendo em vista que diversas profissões exigem esse nível de formação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, LDB, 1996), a educação superior abrange os programas de graduação, de pós-graduação, de extensão e os cursos sequenciais. Estes correspondem aos cursos de nível superior de curta duração. Os cursos de pós-graduação estão divididos em dois segmentos: *lato senso* e *stricto senso*. O primeiro, se refere aos cursos de especialização e o segundo, aos cursos de doutorado e mestrado.

A educação superior pode ser entendida de uma maneira geral como um espaço de produção e reprodução de conhecimentos, tanto de conhecimentos concernentes a uma determinada profissão, quanto de conhecimentos sobre a realidade. Neste sentido, uma característica fundamental da educação superior é a formação de seu próprio corpo docente, pois são os cursos de pós-graduação que formam os professores do ensino superior.

A forma material da educação superior corresponde às instituições de ensino superior, classificadas pela legislação, no que se refere a sua organização e prerrogativas

acadêmicas, em três tipos: universidades, centros universitários e faculdades. Elas são diferenciadas basicamente quanto ao número de cursos de graduação e pós-graduação e, ao número de professores com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Apenas a universidade tem como parâmetro a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O primeiro elemento se refere ao trabalho em sala de aula, o segundo, às atividades de pesquisa realizadas por professores e alunos, e, o terceiro, aos projetos da instituição com a sociedade em geral, podendo envolver a realização de cursos, de eventos e a prestação de serviços.

O sistema de ensino superior no Brasil é relativamente recente frente aos outros países da América Latina, sendo, desde suas origens, fortemente regulamentado pelo Estado. Este vem nos últimos anos atuando no sentido de promover a expansão desse segmento educacional. Com efeito, houve a intensificação do processo de privatização, já em curso, e emergiu um novo processo, o de transnacionalização.

A institucionalização do ensino superior no Brasil data do início do século XIX. Ela surge sob o controle do Estado e, permanece com esse caráter até os dias atuais, apesar do alto grau de autonomia das Instituições de Ensino Superior. Dessa maneira, a expansão desse sistema educacional tem estreitas relações com as orientações políticas e econômicas do Estado. Apesar disso, diferentes agentes sociais possuem destaque na história do ensino superior no Brasil.

As primeiras instituições de ensino superior foram criadas em 1808, quando a Corte portuguesa é transferida para o Brasil. Neste período essas instituições são criadas sob um modelo de escolas autônomas para a formação de profissionais liberais, por exclusiva iniciativa da Coroa. Esse sistema só se descentraliza durante o período que abrange toda a Primeira República, de 1889 a 1930, ao lado das escolas federais, surgem outras, tanto públicas quanto privadas. Ainda não havia universidades, apenas escolas superiores autônomas centradas em um curso (DURHAM, 2005).

As instituições criadas por D. João VI estavam, na sua maioria, diretamente articuladas à preocupação com a defesa militar da colônia, então tornada a sede do governo português. Todos os cursos criados eram marcados pela mesma preocupação pragmática de criar uma infraestrutura que garantisse a sobrevivência da Corte na colônia, tornada Reino-Unido (MENDONÇA, 2000). Assim, o ensino superior no Brasil surge com caráter estatal e laico, sob forte controle do Estado.

O ensino superior é finalmente descentralizado no Brasil através da Constituição do regime republicano, proclamado em 1889. A partir desse momento, permite-se a

criação de novas instituições tanto pelas demais instâncias do poder público (estaduais e municipais), quanto pela iniciativa privada, o que, pela primeira vez, permitiu a criação de estabelecimentos confessionais no país. Entre 1889 e 1918 foram criadas 56 novas escolas superiores, em sua maioria privadas. Havia, de um lado, instituições Católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público e, de outro, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Destes, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles, outros permaneceram essencialmente privados (DURHAM, 2005, p. 195).

É no período entre 1920 a 1968, ano da Reforma Universitária, que a universidade se institucionaliza como tal. Período em que o paradigma do ensino superior começa a ser discutido no sentido da modernização desse nível de ensino, visando adequá-lo às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país elegidas pelos governos da época.

Os rumos do ensino superior são disputados por três grupos principais: o Estado, a comunidade científica organizada e o movimento estudantil. Nesse processo são criadas em 1951 duas importantes instituições no âmbito da institucionalização da pós-graduação, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), com objetivo inicial de promover a pesquisa científica e tecnológica nuclear no Brasil, e a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), voltada para o investimento na formação de quadros universitários, através da concessão de bolsas no país e exterior (MENDONÇA, 2000, p. 143).

O primeiro surto de expansão do ensino superior no país ocorreu no decorrer das décadas de 1950 e 1960. O número de universidades existentes no país cresceu de 5, em 1945, para 37, em 1964, neste mesmo período as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564 (CUNHA *apud* MENDONÇA, 2000, p. 141). Mas foi com a Reforma Universitária de 1968, que tinha como paradigma fundamental a modernização do ensino superior, que se inicia o processo de massificação do ensino superior, principalmente pelo crescimento do setor privado.

Esse fenômeno também foi decorrente “de uma pressão de demanda a partir da ‘questão dos excedentes’” (BRASIL, PNE, 2010). Existia uma crescente demanda para o ensino superior, devido à anterior expansão do ensino básico, crescendo o número de alunos egressos do Ensino Médio.

Apesar da

ampliação das vagas nas universidades públicas, aliada às medidas de racionalização econômica e administrativa, tais como a unificação do vestibular ou a criação de um ciclo básico de estudos, não era suficiente para atender ao volume da demanda, o governo passou a estimular o crescimento da oferta privada (MENDONÇA, 2000, p. 148).

Durham (2005), referindo-se ao contexto da década de 1970, afirma que o setor privado que foi capaz de absorver o aumento da demanda por ensino superior, que estava associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecno-burocracia estatal.

porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores tanto para o ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação. A pesquisa não era um interesse ou um objetivo, mesmo porque não era uma atividade lucrativa e não podia ser mantida com pagamento das mensalidades. Apesar da criação de novas universidades particulares, que eram vinte em 1975, a expansão de fato se deu através da proliferação de escolas isoladas, concentradas na oferta de cursos de baixo custo e menores exigências acadêmicas, como: administração, economia e formação de professores (DURHAM, 2005, p. 209).

No entanto, a universidade tem caráter de destaque no sistema de ensino superior no Brasil desde o seu surgimento na década de 1930. Neste período, o governo Vargas realiza uma reforma no sistema de ensino superior, estabelecendo a universidade como forma preferencial para oferta do ensino superior (DURHAM, 2005, p. 197).

Mendonça (2000) chama a atenção para o fato de que a instituição universitária brasileira tem como parâmetro a instituição universitária nascida na Europa no século XIII. Sendo assim, a instituição universitária é uma criação específica da civilização ocidental, que pode ser definida de uma maneira geral como “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em nível superior” (CHARLES e VERGER *apud* MENDONÇA, 2000, p. 131).

A autonomia é dos princípios fundamentais da universidade, consoante a legislação vigente. A universidade possui autonomia estatutária, científica, pedagógica, financeira e disciplinar, sendo responsável pela elaboração de seus próprios estatutos. Também cabe destacar a diferenciada estrutura organizacional interna da universidade pública, que permite que corpo docente, o corpo discente e os técnicos administrativos tenham a possibilidade de participação nas decisões, na elaboração de questões e na

definição dos rumos da universidade. Assim, constitui-se como um espaço de debate por excelência e como um campo de disputas políticas.

As instituições de ensino superior também podem ser classificadas como: públicas, as instituições criadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; comunitárias, as instituições cujas mantenedoras sejam constituídas sob a forma de fundações ou associações instituídas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com ou sem orientação confessional ou filantrópica, e que inclua majoritária participação da comunidade e do Poder Público local ou regional em suas instâncias deliberativas; e particulares, as instituições de direito privado mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2006a).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, LDB, 1996) os cursos de graduação estão divididos em três tipos: bacharelado, licenciatura e tecnológico. Grosso modo, bacharelado refere-se à formação de pesquisador, a licenciatura, à formação de professores e tecnológico, à formação de técnicos de nível superior.

O tecnológico, também conhecido como tecnólogo, surge nesse atual contexto de expansão, sendo um curso técnico equivalente a um curso de nível superior, mas de duração mais curta. Geralmente os cursos de graduação tem a duração de quatro anos, o tecnólogo tem duração de dois anos ou dois anos e meio. As licenciaturas também costumam ser mais curtas, entre três anos e três anos e meio, apesar de vários cursos de licenciatura possuírem duração de quatro anos.

No Brasil esse sistema de ensino vem apresentando uma significativa expansão nos últimos anos em termos quantitativos, na qual, o segmento privado teve maior expressão (gráfico 1). Entre os anos 2000 e 2010 houve um crescimento de 58% do número de instituições públicas e, de 109% do número de instituições privadas (tabela 1), resultando em um total, em 2010, de 278 instituições públicas e 2.378 instituições privadas representadas na tabela 1 (BRASIL, INEP, 2011).

Tabela 1: Crescimento do número de instituições segundo categoria administrativa (BRASIL, INEP, 2000, 2010).

Crescimento				
Brasil	2000	2010	Absoluto	Relativo
Pública	176	278	102	58%
Privada	1004	2100	1.096	109%
Total	1180	2378	1.198	102%

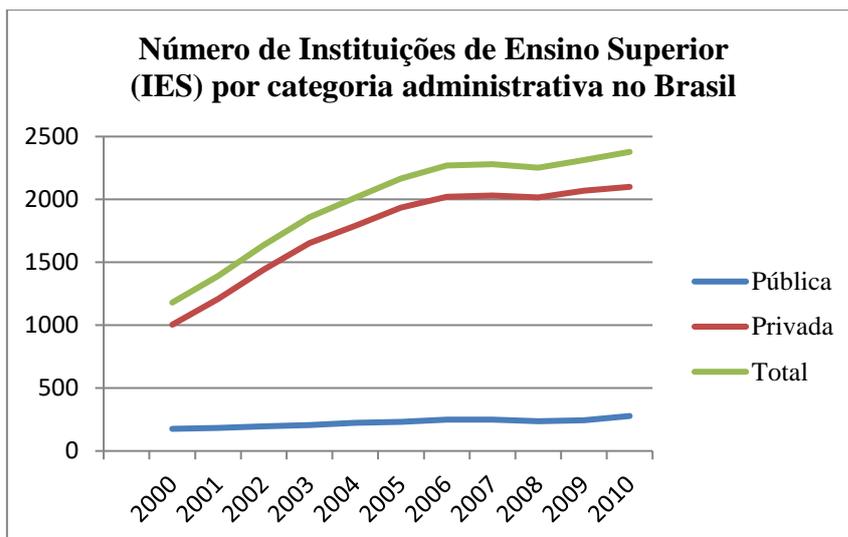


Gráfico 1: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no Brasil (BRASIL, INEP 2000-2010).

Tal expansão é expressão tanto de um contexto mundial de mudanças econômicas, quanto de ações governamentais em nível federal, orientadas pelo princípio do desenvolvimento. Porto e Régnier (2003) colocam em relevo a importância do modelo produtivo priorizado e o contexto político na implementação de transformações que visem facilitar o processo de disseminação de conhecimentos. Afirmam que no momento contemporâneo o modelo produtivo predominante prioriza o domínio de informações e a geração de conhecimentos. Assim, o ensino superior tem importância estratégica na formação de profissionais. Percebe-se que a capacidade de produzir, interpretar, articular e disseminar conhecimentos e informações passa a ocupar espaço privilegiado na agenda estratégica dos setores produtivos e dos Estados. Nesse sentido, compreende-se que a vantagem competitiva de um país em relação a outro depende da capacitação de seus cidadãos, da qualidade dos conhecimentos que estes são capazes de produzir e transferir para os sistemas produtivos e da capacidade de aplicação/geração da ciência e tecnologia na produção de bens e serviços (PORTO; RÉGNIER, 2003, p. 6-7).

Comparando o Brasil a diversos países da América Latina, como a Argentina e o Chile, e a países como os Estados Unidos e a França, a porcentagem de pessoas matriculadas no ensino superior é bastante inferior. Neste sentido, o governo brasileiro vem mostrando uma explícita intensão de elevação desse índice (GOMES, 2011, p. 109), optando por medidas que acelerem a elevação do número de matrículas.

No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira

em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6%) (BRASIL, PNE, 2010).

A expansão do ensino superior se iniciou com o segmento público em meados da década de 1940, apresentando hoje uma intensificação desse crescimento. As “transformações da sociedade brasileira, no período compreendido entre 1940 e 1960, trouxeram novas demandas ao nível educacional superior, que foram devidamente respondidas pelo setor privado, ante uma frequente ampliação de sua rede de ensino” (GOMES, 2011).

De uma maneira geral, o segmento privado não se caracteriza pela pesquisa e a produção de inovações, entretanto, no contexto político neoliberal, “o favorecimento dado às universidades privadas decorre de elas se adaptarem muito mais facilmente às novas condições e imperativos” (SANTOS; ALMEIDA-FILHO, 2008, p. 31). A instituição privada possui uma relativa facilidade na criação de cursos em diferentes modalidades, segundo as variações do mercado, já que a existência do curso na instituição não garante que existam alunos cursando, pois, as turmas somente são abertas a partir de um número mínimo de alunos matriculados, ou seja, dependem da demanda pelos cursos.

Durham (2005) caracteriza esse estabelecimento privado como “não-confessional, não-universitário e organizado como empresa que, explícita ou disfarçadamente, tinha como objeto principal a obtenção de lucro - tratava-se, portanto, de um negócio” (Durham, 2005, p. 192).

O ensino superior privado nos chama a atenção também pelo expressivo número de alunos ingressos, representados no gráfico 2. Tais dados confirmam as afirmações dos autores anteriormente mencionados, de que o setor privado que vem conseguindo absorver efetivamente a demanda por formação em nível superior.

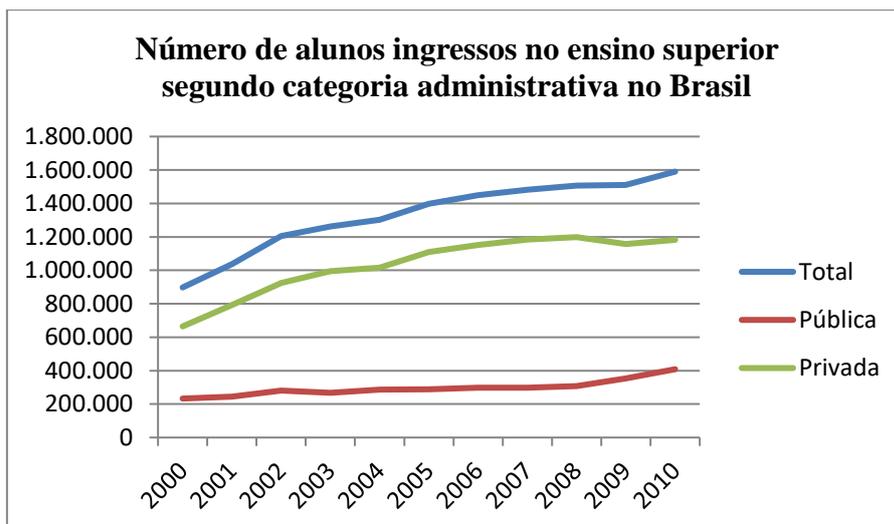


Gráfico 2: Número de alunos ingressos no ensino superior segundo categoria administrativa no Brasil (BRASIL, INEP, 2000-2010).

Segundo o Plano Nacional de Educação (BRASIL, PNE, 2010) nos últimos vinte anos o setor privado tem oferecido pouco menos de dois terços das vagas na educação superior. “De 1994 para cá, o número de alunos subiu 36,1% nas instituições privadas, bem acima das públicas. Nestas, o crescimento foi de 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais, e 27,6% nas municipais” (BRASIL, PNE, 2010).

O Estado vem impulsionando a expansão do ensino superior por meio de mudanças na legislação e da execução de políticas governamentais, auxiliando a entrada e permanência de estudantes, principalmente, nas instituições privadas. Além disso, atua como regulador e avaliador, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, credenciando e descredenciando cursos e/ou instituições no país (BRASIL, 2004).

As ações do Estado são justificadas mediante o discurso de modernização da economia e a conseqüente necessidade de trabalhadores qualificados, diante das novas tecnologias, da competição de mercado, etc. (BRASIL, PNE, 2010). Nesse sentido, o governo federal realiza um trabalho de publicidade para incentivar a demanda pelo ensino superior, buscando a elevação dos índices educacionais.

Cria-se a universidade pública a distância por meio do programa Universidade Aberta do Brasil – UAB (BRASIL, 2006b), associado às esferas de governo estaduais e municipais. Esse sistema tem como finalidade expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, atendendo ao público em geral, mas priorizando os professores que atuam na educação básica (BRASIL, 2006b).

Em São Gonçalo, no ano de 2009, este programa toma forma na instituição Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro - Cederj, que é, na verdade, um consórcio entre diferentes cursos de instituições públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

O consórcio é formado por seis universidades públicas: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro– UENF; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal Fluminense – UFF; e, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Fundação Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro - Cecierj, com o objetivo de oferecer cursos de graduação a distância, na modalidade semipresencial para todo o Estado.

O Cederj afirma ter como seu objetivo principal contribuir para a interiorização do ensino superior público no Estado do Rio de Janeiro. A competência acadêmica dos cursos fica a cargo dos docentes das universidades consorciadas, que preparam o projeto político e pedagógico dos cursos, o conteúdo do material didático, cuidam da tutoria e da avaliação. A Fundação Cecierj cabe a responsabilidade pela produção do material didático, pela gestão operacional da metodologia de ensino a distância e pela montagem e operacionalização dos polos regionais. Às prefeituras municipais, sede destes polos, cabem a adaptação física do espaço destinado ao polo, o suprimento de material de consumo, bem como o pagamento de pessoal administrativo.

Como grande parte da sociedade brasileira não consegue, por um lado, entrar na universidade pública devido aos mecanismos de seleção e o restrito número de vagas, e por outro, arcar os custos de uma universidade privada, o atual governo criou alguns programas de auxílio a estudantes, que favorecem principalmente o setor privado: o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies e Programa Universidade Para Todos – Proune.

O Proune consiste em um programa de bolsas de estudo a alunos de baixa renda aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, prova de seleção unificada para todos os cursos de graduação. Este programa concede às instituições total isenção de impostos mediante a liberação de uma porcentagem de suas vagas para alunos de baixa renda (BRASIL, 2005).

O Fies, criado em 2001, possibilita ao aluno o financiamento total ou parcial das mensalidades do curso. Durante os anos de curso o aluno paga um valor variável de até

no máximo 50 reais a cada três meses. Após o término do curso, há um período de carência de um ano e meio, no qual o aluno continua pagando trimestralmente 50 reais. Após este período, a soma do restante do valor das mensalidades com os juros acumulados é dividida em parcelas fixas, em uma quantidade de meses de até três vezes o tempo total do curso. A única exigência para conseguir o financiamento é a comprovação de renda de até no máximo 20 salários mínimos.

Mancebo (2007), na sua proposta de análise da reforma da educação superior em curso no Brasil, interpreta os programas Fies e Proune como formas de criar condições para a sustentação financeira de estabelecimentos privados. Esses programas estão sustentando muitas instituições de ensino superior e possibilitando o crescimento exorbitante de várias (MANCEBO, 2007).

Em entrevista ao G1, Celso Napolitano, professor de administração de empresas da FGV-SP e presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), referindo-se ao conglomerado formado pela fusão Anhanguera Educacional e a Kroton Educacional, afirmou que o público alvo dessas instituições está nos estudantes das classes C e D, alunos de ensino público com possibilidade de financiamento pelo Fies. "Essas instituições têm garantida a mensalidade de aluno cativo paga pelo governo a um preço que ela mesmo estipula", diz Napolitano (GUILHERME, 2013).

Mancebo (2007) também discute a ação de organismo internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, na tentativa de criar condições necessárias para que o capital do setor de educação superior, em crise, encontre novos campos de exploração, seguindo uma lógica mercantil.

De tal forma, Mancebo (2007) aponta para um processo de desnacionalização das ações educativas, o que ocorre em São Gonçalo com a instituição Faculdade Paraíso – Fap, fundada em 2001. Ela nasceu nas dependências do Colégio Paraíso, criado em 1958, como uma forma de expansão de investimento de uma elite local. Essas instituições foram compradas por um grupo português, o Grupo Lusófona, que possui uma rede de escolas e instituições de ensino superior no Brasil, em alguns países da África e em Portugal (quadro 3).

Grupo Lusófona	
País	Municípios
Brasil	São Gonçalo - RJ; Cotia - SP; Salvador – BA
Moçambique	Maputo, Matola
Angola	Huambu
Guiné-Bissau	Bissau
Cabo Verde	Mindelo
Portugal	Porto, Lisboa, Portimão, Torres Vedras, Marinha Grande, Santarém, Leiria, Vila Nova Gaia

Quadro 3: Localização da rede de instituições de ensino superior do Grupo Lusófona.

O Proune é uma renúncia fiscal que “contribui para oferta privada no campo, possibilitando o financiamento público indireto para os estabelecimentos [...] privados [...], e fortalece o setor privado que mais se expandiu nos últimos anos, isto é, o com fins lucrativos” (MANCEBO, 2007, p, 110).

Existe outra forma de financiamento das mensalidades, o crédito universitário Pravalor. Ele é um programa privado criado em 2006 que permite ao aluno financiar a metade do valor de suas mensalidades, pagando no dobro do tempo do curso, permitindo também o financiamento de mensalidades atrasadas. Em 2012 esse programa tinha convênio com mais de 100 faculdades no Brasil, financiando alunos de sete mil cursos diferentes, entre graduação e pós-graduação, presencial ou a distância. Para participar do programa o aluno precisa de um garantidor e ter uma renda mínima, do aluno ou a do garantidor, de até duas vezes a mensalidade, podendo também ser a soma dessas duas rendas.

A expansão do acesso permite que os seguimentos de média e baixa rendas da sociedade tenham possibilidades mais amplas de escolher cursos e de continuar seus estudos. É claro que estas novas possibilidades são relativas, pois os custos de manutenção de determinados cursos são altos, envolvendo gastos com livros, fotocópias, instrumentos, alimentação, além dos gastos de deslocamento. Assim, muitas instituições privadas oferecem a maior parte do material que o aluno irá precisar via internet e investem na oferta de cursos a distância.

A admissão de alunos no sistema de ensino superior brasileiro é realizada por meio de uma prova chamada de vestibular. Entretanto, este exame assume um caráter diferenciado em cada categoria administrativa.

Na instituição pública o vestibular possui um caráter eliminatório, o número de vagas é praticamente fixo (gráfico 3) e a procura geralmente é bastante elevada. Alguns

curso chegam a apresentar uma procura superior a 40 candidatos por vaga. Isto se justifica principalmente pela gratuidade de tal ensino e, por ser tradicionalmente considerado de qualidade superior frente às instituições privadas. Apesar de existirem instituições privadas com bastante prestígio no país, como a Pontifícia Universidade Católica - PUC.



Gráfico 3: Total de vagas ofertadas no ensino superior no Brasil segundo categoria administrativa (BRASIL, INEP, 2000-2010).

Na instituição privada o vestibular possui um caráter classificatório, sendo o número de vagas variável segundo a demanda. Quando não há alunos suficientes aprovados no vestibular para manter os custos de uma turma, esta, simplesmente, não é aberta. Segundo o coordenador do curso de Segurança do Trabalho na instituição Universo *campus* São Gonçalo, entrevistado em 2009, quando há um número superior a 70 alunos a instituição é obrigada a abrir duas turmas. Assim, a instituição privada pode ter em seu programa um determinado curso que não possui nenhum aluno matriculado e, outro curso, com uma ou mais turmas, sempre organizados segundo a demanda.

Quando se confronta esses termos público e privado, corre-se o risco de estabelecer uma relação desigual, na qual um dos termos se define pelo o que caracteriza o outro, que se apresenta enquanto modelo de referência, assim, estabelecendo uma relação hierárquica, o que não é o objetivo desse trabalho. Além disso, existe uma dificuldade de se estabelecer limites precisos entre o que é público e o que é privado. Nas instituições de ensino superior públicas brasileiras se pode identificar a atuação de diversas empresas de caráter privado, seja no financiamento de projetos de pesquisa, seja em programas de bolsas para estudantes, por exemplo. Nas instituições privadas, existem

programas de bolsas que cobrem total ou parcialmente as mensalidades dos alunos, programas de bolsas de pesquisa, podendo ser ambos financiados pelo governo. Desse modo, as relações que estruturam as instituições de ensino superior são bastante complexas. Apesar disso, faremos diferenciação de algumas características que são compatíveis, já que ambas estão sujeitas a mesma legislação.

A comparação entre o público e o privado muitas vezes esbarra nas discussões sobre a qualidade das instituições, tema bastante polêmico, na medida em que as instituições privadas são tradicionalmente conhecidas como de qualidade inferior frente às públicas. Silva (2006) chega a afirmar que “na maioria das universidades privadas o único requisito para se chegar ao fim do curso e receber o diploma é manter as mensalidades em dia, a compra das vagas equivale de fato à compra dos diplomas”. No entanto, essa discussão foge aos objetivos deste trabalho.

A tendência atual é de a qualidade e o prestígio das instituições de ensino superior sejam definidas pela capacidade de inserção de seus alunos egressos no mercado de trabalho, assim como pelo desempenho das instituições nos processos avaliativos padronizados criados pelo Ministério da Educação (MEC). Estabelecendo uma tendência de redução da importância do tipo de instituição em que a pessoa estudou, sendo mais determinante o seu desempenho nas seleções das empresas privadas e nos concursos públicos. Antunes (2009) destaca que não são apenas as habilidades e conhecimentos do trabalhador que são “comercializadas”, mas também a própria subjetividade do trabalhador. Em uma entrevista de emprego os posicionamentos políticos e os valores do candidato ao emprego também são avaliados, assim como seus comportamentos, sua aparência, roupas, etc. O que significa um esforço no sentido de uniformizar subjetividades e comportamentos.

As diferenças entre os segmentos público e privado discutidas neste trabalho se referem aos objetivos das instituições, às formas de financiamento e estruturação, que influenciam diretamente em sua localização. Além disso, consideramos a importância de se tentar compreender a instituição privada não por aquilo que ela não é em relação à pública, mas sim, a partir de suas próprias características, e uma delas é a sua flexibilidade.

Santos (2004) interpreta a situação como a substituição do paradigma institucional da universidade por um paradigma empresarial. “O favorecimento dado às universidades privadas decorre de elas se adaptarem muito mais facilmente às novas condições e imperativos” (SANTOS, 2004, p. 29).

Caracteriza-se, atualmente, o regime de acumulação como flexível devido às transformações que impõe ao mercado de trabalho, mas Santos (2009a [1996]) chama a atenção para o fato de que o sistema atual se caracteriza tanto pela flexibilidade quanto pela dureza. Quando se trata da estrutura organizacional, que se mostra endurecida “devido à indispensabilidade das normas de ação, tanto mais rígidas quanto mais se pretende alcançar a produtividade e a sacrossanta competitividade” (SANTOS, 2009a [1996], p. 180).

A organização espacial das instituições que possuem uma ampla escala de atuação exige um controle rígido devido, principalmente, ao elevado número de unidades e de alunos que possuem. Algumas das instituições de ensino superior que estavam/estão presentes em São Gonçalo atuam/atuavam em na escala nacional. A instituição Unesa possui 75 *campi* distribuídos em 20 estados no Brasil, a Universo possui seis *campi* em cinco estados, a Ulbra possuía 198 polos de apoio presencial distribuídos em 26 estados, a Ucb possuía 246 polos.

1.4. A distribuição espacial das instituições no Brasil

A teoria das localidades centrais já foi aplicada por Corrêa (1974) pensando os cursos de nível superior no Brasil. Este autor objetivava discutir questões sobre a localização espacial do ensino superior, especificamente à distribuição espacial dos cursos de nível superior, a fim de fornecer subsídios que sirvam de orientação no planejamento do sistema universitário brasileiro. Assim, partiu da assertiva de que os grupos de cursos estão arranjados hierarquicamente, as cidades menores teriam uma menor variedade de cursos em relação a cidades maiores e estas, apresentariam os mesmos tipos de cursos das cidades menores. O autor pensa o ensino superior como uma atividade terciária que pode ser lida segundo os princípios da teoria das localidades centrais, assim a localização dos tipos de cursos e sua frequência podem ser diretamente relacionados à hierarquia das cidades brasileiras.

Diferentemente de Corrêa (1974), buscamos nesta seção apresentar algumas das mudanças da distribuição espacial das instituições de ensino superior no Brasil de forma eminentemente descritiva, com intuito de apontar para uma nova conformação espacial dessa modalidade de ensino. Dessa forma, priorizamos os dados sobre o número de instituições de ensino superior entre os anos de 2000 e 2010 em diferentes escalas.

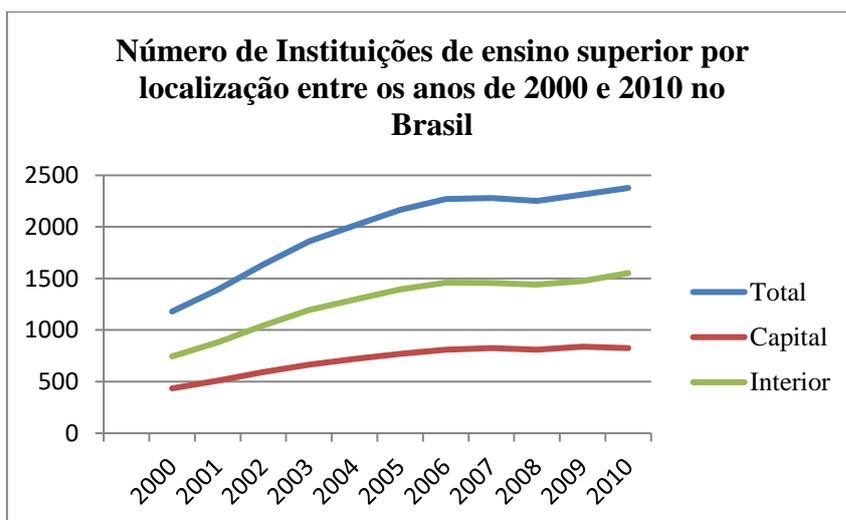


Gráfico 4: Número de Instituições de ensino superior por localização entre os anos de 2000 e 2010 no Brasil (BRASIL, INEP, 2000-2010).

O número de instituições nas capitais, cidades que tendem a ser maiores em termos de população, é inferior se comparado às cidades do interior, fora das capitais. No gráfico 4 está representada a evolução do número de instituições localizadas nas capitais dos estados e no interior destes entre os anos de 2000 e 2010. O número de total de instituições localizadas no Brasil mais que dobrou neste intervalo de tempo (tabela 2).

Tabela 2: Crescimento do número de instituições de ensino superior nas capitais e fora delas (BRASIL, INEP, 2000, 2010).

Brasil	Crescimento			
	2000	2010	Absoluto	Relativo
Total	1180	2.378	1.198	101,53 %
Capital	435	826	391	89,89%
Interior	745	1.552	807	108,32 %

Todas as regiões brasileiras apresentaram um significativo crescimento (gráfico 5) dos números de instituições de ensino superior. As regiões Norte e Nordeste se destacaram, apresentando crescimentos de 217,39% e 175,80%, respectivamente. As outras três regiões também apresentaram crescimentos expressivos. A Região Sul, com 119,32%, a Centro-Oeste, com 82,09%, e a Sudeste, com 75,26% (tabela 3). No entanto, em termos absolutos a Região Sudeste apresentou maior crescimento e deteve ao longo do período selecionado, 2000 a 2010, o maior número de instituições, em 2010, apresentando 49,16% do total de instituições.

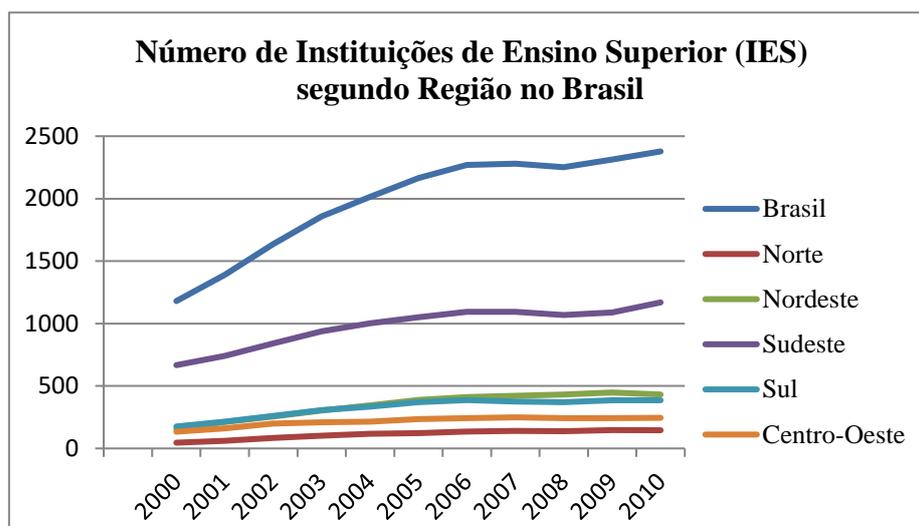


Gráfico 5: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) segundo Região no Brasil (BRASIL, INEP, 2000-2010).

Tabela 3: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por Região no Brasil. Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP, 2000-210).

	Ano		Crescimento	
	2000	2010	Absoluto	Relativo
Brasil	1180	2.378	1.198	101,53%
Norte	46	146	100	217,39%
Nordeste	157	433	276	175,80%
Sudeste	667	1.169	502	75,26%
Sul	176	386	210	119,32%
Centro-Oeste	134	244	110	82,09%

Quando contabilizamos o número de instituições por estado na Região Sudeste percebemos que houve um crescimento significativo do número total, de 667 em 2000 para 1.169 em 2010, crescimento de 75,26% (Tabela 4). Todos os quatro estados apresentaram crescimento, mas o Rio de Janeiro foi o que menos recebeu instituições, apesar de possuir maior número de instituições que o Estado do Espírito Santo (gráfico 6). O estado que apresentou maior crescimento nesse período foi o de Minas Gerais, em termos relativos e absolutos. No ano de 2010 o Estado de São Paulo contava com quase metade das instituições do Sudeste, 48,93% das instituições.

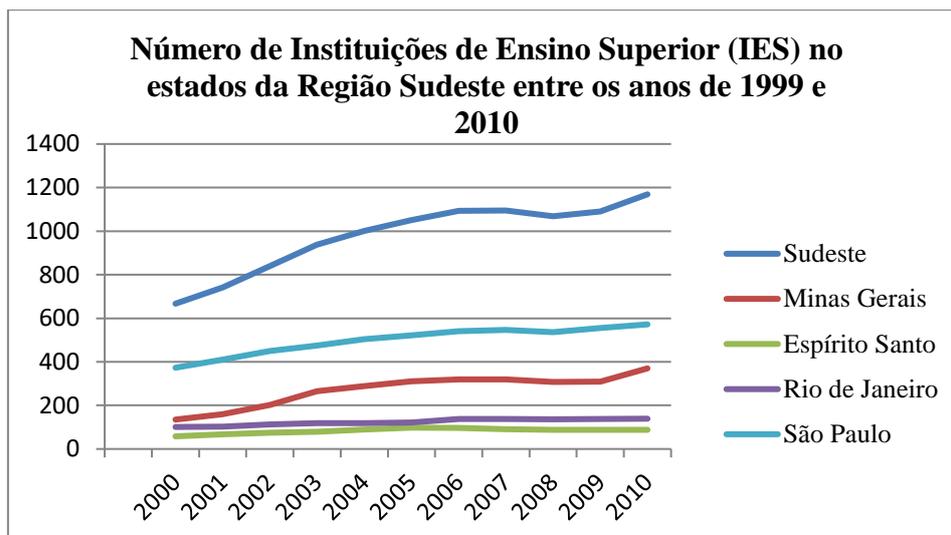


Gráfico 6: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) nos estados da Região Sudeste entre os anos de 1999 e 2010. Fonte: Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP, 2000-210).

Tabela 4: Crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) nos estados da Região Sudeste entre os anos de 2000 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000-210).

	Ano		Crescimento	
	2000	2010	Absoluto	Relativo
Sudeste	667	1.169	502	75,26%
Minas Gerais	135	370	235	174,07%
Espírito Santo	58	88	30	51,72%
Rio de Janeiro	101	139	38	37,62%
São Paulo	373	572	199	53,35%

As instituições (Unesa, Universo, Ulbra, Ucb, Anhanguera, Uninter) presentes no ano de 2009 em São Gonçalo atuam em uma escala nacional, constituindo uma rede ligada por interações espaciais. Este termo remete a “um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (CORRÊA, 2006, p. 279), que se dão através da criação de redes técnicas e de comunicação. Nessa escala estas interações são, sobretudo, de comando, de informações e de capitais, estruturadas a partir e pela sede das empresas que, muitas vezes, coincidem suas localizações com as reitorias das instituições.

As instituições se expandem por meio da implantação de *campi*, no caso do ensino presencial, e de polos de apoio presenciais, no caso do ensino a distância, podendo a mesma unidade funcionar como *campus* e como polo. Entretanto, a oferta de ensino a distância pode ser realizada por uma empresa diferente da que administra a instituição. Esta pode estabelecer um contrato com outra empresa, interessada na abertura de um polo,

funcionando de maneira relativamente independente, mas utilizando o nome da instituição. Estabelece-se, assim, uma divisão de trabalho no âmbito da instituição.

Em entrevista (2012) com o coordenador geral de acompanhamento dos polos de apoio presenciais da instituição Ucb, Carlos, descobrimos como funciona o processo de implantação de um polo de apoio presencial. A instituição Ucb é mantida pela empresa Centro Educacional Realengo – CER, que começou com uma escola, o Colégio Realengo. Hoje essa escola é o colégio de aplicação (CAP) dos cursos de licenciatura, chamado de CAP Dr. Paulo Gissoni.

A função desse coordenador é regular a relação entre os polos e a sede, ele é responsável pela comunicação e logística, principalmente no que se refere ao envio de documentos e informações, através de ligações telefônicas, internet e correio, pois dependendo do documento, precisa ser assinado e carimbado.

Os polos de apoio presenciais podem ser administrados por empresas independentes que realizam parceria com a instituição de ensino superior presencial, firmando um contrato para oferta de ensino a distância - EAD. Atualmente a Ucb possui parceria com a empresa Aupex, especializada na administração de polos EAD, responsável por cinco polos de apoio presenciais.

Para a criação de um polo é necessária uma pessoa jurídica (CNPJ), um local apropriado para oferecer os cursos e a contratação de tutores presenciais. Os polos precisam ter salas de aula, para realização de provas e tutoria presencial; sala de multimídia, para que o aluno possa assistir vídeo aulas (caso não queira e/ou possa fazer em casa); sala de informática, para ter acesso aos materiais didáticos e a tutoria a distância, realizada por professores da instituição presencial; laboratórios, que dependem da necessidade do tipo de curso; e de bibliotecas, que dependem da política da instituição, porque todo material necessário para curso pode ser disponibilizado aos alunos via internet.

Uma empresa qualquer pode montar o polo, solicitar cadastro no MEC e depois realizar uma parceria com uma instituição presencial. Mas segundo o Carlos, nenhuma empresa faz isso, somente realiza a solicitação de cadastro junto ao MEC quando já possui parceria com uma instituição de ensino superior. O polo segue o regimento da instituição presencial e é regulado diretamente pelo MEC.

O polo é responsável pela tutoria presencial e pela produção de material didático, ficando com uma porcentagem do valor da soma das mensalidades dos alunos matriculados e, outra parte desse valor vai para a sede, no caso, a Ucb. A sede é

responsável pela avaliação dos alunos, pela tutoria a distância e pelo atendimento referente a questões administrativas e burocráticas.

Entre 2005 e 2006 a Ucb era a quarta maior instituição em número de alunos na modalidade EAD, chegando a ter mais de 65 mil alunos simultaneamente. A EAD da Ucb é dividida em dois tipos de capilaridades: capilaridade global e a capilaridade local. A primeira se refere aos cursos de EAD oferecidos em nível nacional, a segunda, aos cursos EAD oferecidos nos *campi*, as unidades de ensino presenciais. A Ucb possui quatro *campi*, todos no município do Rio de Janeiro: Realengo, Recreio, Centro e Penha. O coordenador explicou também que nem todos os cursos presenciais são oferecidos na modalidade EAD, o curso de Ciências Biológicas, por exemplo, não é ofertado como EAD, porque esse curso exige a presença de laboratórios, torna-o relativamente caro, já os cursos como de Letras e de Pedagogia, por exemplo, acabam sendo preferencialmente ofertados na modalidade EAD, pois exigem basicamente salas de aula e de informática no polo, assim, implicam em um baixo custo de implantação.

Até o ano de 2010 a capilaridade global da Ucb, a rede de polo de EAD, era administrada pela Editora Iesde, pertencente ao Instituto Maestra. A Iesde possuía total autonomia sobre os polos, era uma empresa terceirizada, contratada pela Ucb para oferta de EAD em nível nacional. Em 2010 saiu uma portaria do MEC vedando a Ucb de abrir novas turmas em cursos a distância. Nesse momento a Ucb assume todo o EAD. Segundo o coordenador, o MEC tomou tal medida, pois a empresa Iesde, uma editora, que elaborava e aplicava as avaliações dos alunos, o que não é permitido pelo MEC. A Iesde era autônoma demais, atuando como uma instituição de ensino superior sem o ser e, usando apenas o nome de uma.

Atualmente a instituição possui aproximadamente 10 mil alunos ativos no EAD. O coordenador expôs sua opinião sobre a expansão do ensino superior a distância, defendendo-o como a principal forma de “democratização” do ensino superior, já que não são todos os lugares em que existe a oferta e, nem todas as pessoas têm condições de se deslocar para uma instituição de ensino superior em um município diferente daquele em que reside. Tal discurso sobre democratização do ensino sustenta e legitima o processo de expansão em curso. Ele tem como base uma distorção da ideia de democracia, compreendida como a simples expansão das possibilidades de acesso a um maior número de pessoas, assim, centrada no número de vagas.

O caráter de empresa das instituições fica bastante evidente quando tratamos das grandes instituições, que possuem uma ampla escala de atuação. A função social da

instituição educacional, como local de produção de conhecimentos, de transmissão e discussão de ideias, praticamente se esvai quando nos referimos a alguns grupos educacionais.

Não queremos dizer que algumas não objetivam obter lucros e se consolidarem no mercado, mas as estratégias para tal são bastante discrepantes. Algumas instituições estão explicitamente comprometidas muito mais com o domínio do mercado educacional do que com a qualidade da educação.

No entanto, ao mesmo tempo, em que as políticas governamentais nos últimos anos vêm impulsionando o crescimento de um mercado em educação, o controle sobre as instituições aumentou. Houve uma série de descredenciamentos de cursos e polos de apoio presenciais, de instituições, por não terem obtido conceito satisfatório na avaliação do MEC.

O grupo Anhanguera Educacional S.A. tem seu início em 1994 na cidade de Leme, no interior no Estado de São Paulo, com apenas uma instituição. No decorrer da segunda metade da década de 2000 o grupo foi adquirindo outras empresas menores do setor de educação e abrindo novos *campi* e polos de apoio presenciais. Em 2003, incorporou as quatro instituições de ensino superior que faziam parte do grupo, criando a Anhanguera Educacional Participações S/A. Na época, somando um total de 8.848 alunos matriculados em sete unidades, localizadas em seis municípios desse Estado. Em 2005, a rede de ensino passou a ter 10 *campi* e em 2006, o grupo adquire mais três *campi*, dois no próprio Estado e um no Estado de Goiás. Em 2007, foram adicionados 13 novos *campi* ao grupo por meio de aquisições e criou mais cinco *campi*, abrangendo as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Em 2008, adquiriu mais 15 *campi* de terceiros e criou seis novos. Em 2010, a companhia adquiriu quatro novos *campi* e realizou a fusão destes em dois no Estado do Rio de Janeiro, totalizando 56 *campi* e 500 polos de apoio presenciais. Em 2011 o grupo adquiriu mais 18 novos *campi*, resultando em um total de 73 *campi*. Em 2012, o número foi reduzido com a fusão de três *campi* em um, totalizando 71 e mais de 500 polos (ANHANGUERA, 2014).

Apesar de a Anhanguera estar optando pelo crescimento orgânico depois dessa aquisição, o mercado brasileiro de educação superior deve continuar a se consolidar.

O potencial de expansão do mercado é alto, por causa desse movimento de consolidação, das tecnologias de educação a distância e da expansão do crédito estudantil. Nos Estados Unidos, 80% dos alunos universitários têm acesso a crédito, enquanto no Brasil essa fatia ainda está em 5% (CRUZ e NINNI, 2011).

Em 2011, Anhanguera já era o maior grupo privado de educação superior da América Latina, ano em que a instituição compra a Universidade Bandeirante de São Paulo – Uniban, com sede no município de São Paulo, por 510 milhões de reais, que contava com mais de 55 mil alunos. Neste momento Anhanguera torna-se o segundo maior grupo de ensino superior do mundo, atrás apenas da estadunidense Apollo Group, dona da Universidade de Phoenix.

A compra da Uniban encerra o segundo ciclo de aquisições da Anhanguera, que reforçou seu caixa em dezembro de 2010 com uma emissão de R\$ 844 milhões em ações. Nos últimos nove meses, a empresa adquiriu instituições de ensino que atendem 100 mil alunos (CRUZ; NINNI, 2011).

O principal objetivo do grupo é expandir o número de alunos. A instituição esperava, entre os anos de 2014 e de 2015, chegar à marca de um milhão de alunos, mas já em 2013 conseguiu atingir essa cifra. Isto foi possível pela fusão feita com o grupo Kroton Educacional, que começou na década de 1960 e tinha apenas um curso pré-vestibular no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. (CRUZ; NINNI, 2011).

Após o anúncio desta fusão, as ações da empresa crescem e ela se torna a maior do mundo tanto em termos de número de alunos, quanto em valor de mercado, US\$ 5,9 bilhões, o dobro do valor da segunda maior empresa de educação do mundo, a chinesa New Oriental, com US\$ 2,9 bilhões (UNIÃO, 2013a).

Diante da fusão da Anhanguera com o grupo Kroton, a Unesa (Universidade Estácio de Sá), com sede no Rio de Janeiro, compra a Uniseb, fazendo o maior negócio de sua história. No entanto, a operação foi considerada cara, o que pressionou suas ações a uma queda. Com essa compra a Unesa passa a ocupar terceiro lugar no mercado em 2013 (UNIÃO, 2013b).

Duas instituições com *campi* em São Gonçalo foram compradas por essa empresa, Uniderp e Unipli, que fazendo parte do grupo se tornam Uniderp Anhanguera e Unipli Anhanguera.

Compreendemos esses novos arranjos espaciais como expressão de novas lógicas de localização das empresas do setor de educação superior, relacionadas a transformações espaciais mais amplas e ao estabelecimento de infraestruturas de comunicação, que permitem as empresas expandir o número de unidades, *campi* e polos para novas localidades, gerindo-os a distância.

1.5. Crise estrutural e emergência do neoliberalismo

O processo de modernização em curso vem promovendo uma profunda reorganização do espaço geográfico mundial. Modernização, aqui compreendida no sentido empregado por Santos (2008 [1979]), enquanto processo de generalização de uma inovação criada em um período anterior ou imediatamente antecedente, compreendendo que “cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral que constituem um verdadeiro sistema” (Santos, 2008 [1979], p. 31). Assim, esse autor analisa o espaço geográfico como organizado segundo sucessivos processos de modernização.

Santos (2008 [1979], p. 31) divide esse sistema em centros de dispersão de poder estruturante, as regiões “polarizadas”, e em subsistemas subordinados. As regiões “polarizadas” “dispõem de energias potenciais diferentes e de diferentes capacidades de transformá-las em movimento”, variando conforme o período histórico. A cada processo de modernização o sistema tende a desdobrar sua nova energia para subsistemas subordinados, que sofrem pressão para que haja também modernização. Deste modo, a formação dos espaços periféricos confunde-se com a formação dos países-polos.

Santos (2008 [1979]) apresenta três períodos de modernizações, “o primeiro seria o período que precede à revolução industrial; o segundo, o que se situa entre a revolução industrial e a Segunda Guerra Mundial; o terceiro, o que sucede à Segunda Guerra Mundial” (2008 [1979], p. 34).

Neste trabalho propomos partir de um quarto período de modernização que tem como impulso inicial a crise estrutural do capitalismo a partir da década de 1960. Esta crise repercute no mundo de formas bastante diferenciadas espacialmente e temporalmente. Este contexto induz a necessidade de restaurar as condições de acumulação lucrativa do capital e de controle da força de trabalho (SOJA, 1993).

Benko (1996) descreve essa crise econômica no sentido de buscar abordagens interpretativas. Esse autor afirma que durante os anos 1950 e 1960 houve uma aceleração do crescimento econômico em relação às décadas precedentes do século XX. No decorrer dos anos 1960 e início dos 1970 os diferentes setores econômicos apresentam ritmos de crescimento diversos, até que em 1974 a tendência de queda das taxas de crescimento se generaliza. Aliado a isto, estavam à elevação das taxas de inflação e de desemprego, atingindo todos os países europeus.

Harvey (2010 [1989]) demonstra que o ímpeto de crescimento do pós Segunda Guerra Mundial se manteve devido uma política monetária extraordinariamente frouxa por parte dos EUA e Inglaterra, que gerou um excesso de fundos, configurando um quadro de forte inflação. A única característica flexível desse período estava na política monetária, “na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante necessário para manter a economia estável” (HARVEY, 2010 [1989], p. 136).

O quadro de inflação e estagnação econômica transforma-se com os choques do petróleo, quando a OPEP eleva o preço do petróleo e ocorre a decisão árabe de embargar as exportações do petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense em 1973 (HARVEY, 2010 [1989]). Configura-se nos países centrais um quadro de forte deflação, com o conseqüente endividamento público, gerando uma crise fiscal e de legitimidade do Estado.

Benko (1996) mostra que a crise estimulou a produção de pesquisas no sentido de sua compreensão e de possibilidades de sua superação. Este autor discute algumas dessas abordagens emergentes da época, chegando por fim nas teorias da regulação. Estas tiveram influência explícita nos trabalhos que discutem os processos de reestruturação, assim apresentaremos resumidamente a discussão tecida por Benko, mas dialogando com outros autores.

Interessado nas transformações na economia política do capitalismo do século XX, Harvey (2010[1989]) demonstra a relevância na exploração da linguagem da “escola da regulamentação” na abordagem da crise. Esta escola, que tem como alguns de seus principais representantes os autores Aglietta, Lipietz e Boyer, enxerga os eventos recentes como uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação (HARVEY, 2010[1989]).

Harvey (2010 [1989], p. 117) citando Lipietz explica que o regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre o consumo e a acumulação; ele implica em alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados”. Além disso, entende que o que garante a existência do regime de acumulação é a coerência de seu sistema de reprodução, diante disto, há o problema de fazer com que o comportamento dos indivíduos “assuma alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando”, os hábitos, as normas, as leis etc. são formas como o regime de acumulação toma, garantindo a unidade do processo de acumulação (HARVEY, 2010 [1989], p. 117).

Santos (1997 [1988]) discute a noção de periodização, por meio da qual é possível a empirização do espaço e do tempo, remetendo a ideia de regime e ruptura. Através do significado particular dos segmentos de tempo que apreendemos o valor de cada coisa em um dado momento (SANTOS, 1997 [1988]).

“O regime é dado pelo conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, ao longo de um dado pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea” (SANTOS, 1997 [1988], p. 82, 83). Uma organização mantém as coisas funcionando de uma dada maneira, impondo regras de ação que permitem o funcionamento do regime. A ruptura se dá quando o regime deixa de ser eficaz, sinal de crise, de passagem para um outro regime (SANTOS, 1997 [1988]).

Segundo Harvey (2010 [1989]) para que esse sistema econômico capitalista continue viável duas amplas áreas devem ser negociadas com sucesso: o mercado de fixação de preços e o emprego da força de trabalho. Neste sentido, há a ação de pressões coletivas, exercidas pelo Estado e por outras instituições, religiosas, políticas, sindicais, patronais, culturais. Estas pressões “aliadas ao exercício de poder de domínio do mercado por grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo” (HARVEY, 2010 [1989], p. 118).

“O efeito líquido [das pressões] é moldar a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista de modos cuja compreensão vai além da análise das transações de mercado” (HARVEY, 2010 [1989], p. 118). Elas ocorrem de formas diretas, como no controle de salários, e indiretas, como no uso da publicidade, que tem o objetivo de persuadir e “incorporar novos conceitos sobre nossas necessidades e desejos básicos na vida” (HARVEY, 2010 [1989], p. 118).

Harvey (2010 [1989]) analisa o colapso do sistema fordista-keynesiano a partir de 1973, que tinha como “base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 2010 [1989], p. 119), afirmando que não há garantias de que as transformações em curso correspondem a um novo regime de acumulação e de regulamentação.

Alguns autores neoclássicos defendem que a crise foi desencadeada devido às imperfeições do mercado, supondo que tais imperfeições interferiram nos equilíbrios do mercado e perturbaram o crescimento. Esta perspectiva dos neoclássicos tinha como proposta a execução de reformas neoliberais que se aproximavam da idealização de seus modelos, que compreendiam o comportamento individual racional no âmbito de uma economia de mercado. Assim, propuseram uma série de medidas: “desregulamentação

dos monopólios, privatização, legislação visando limitar o alcance da ação sindical e transformar em mercadoria a proteção social” (BENKO, 1996, p. 106).

As diferenças setoriais entre as taxas de crescimento da produção e da produtividade, assim como das taxas de evolução do emprego e dos preços, estavam estreitamente correlacionadas às mudanças na tecnologia dos produtos e na tecnologia de fabricação. Diante disto, aventuraram-se duas explicações diferentes. A concepção do autor Kaldor considerava que a chave da questão estava nas “diferenças de taxas de crescimento da demanda que diversas indústrias conheceram, o que levava a diferenças nas taxas de crescimento de produção [...] e da produtividade” (BENKO, 1996, p. 106). Optando por outro ponto de vista, o autor Salter “aventa a ideia de que as mudanças técnicas gerariam outras: ganhos de produtividade, variação dos preços relativos de bens e serviços, evolução da demanda e variações no volume produzido” (BENKO, 1996, p. 107).

Alguns economistas são levados a redescobrir a teoria dos ciclos longos do desenvolvimento capitalista devido à gravidade da recessão nos anos 1970 e 1980. Identificaram semelhanças entre essa crise e as fases decrescentes das ondas longas dos anos 1830, 1880 e 1930, que foram momentos de profunda mudança estrutural, comuns ao conjunto das economias de mercado do mundo (BENKO, 1996).

O economista russo Kondratieff analisando a evolução dos preços dos bens, deu preferência aos indicadores reais da atividade econômica, descobriu os ciclos de cinquenta e cinco anos, batizados com o seu nome. “As causas disso eram movimentos cíclicos na formação a longo prazo do capital fixo” (BENKO, 1996, p. 108).

Schumpeter desenvolve um modelo policíclico do capitalismo industrial, “no qual o desenvolvimento a longo prazo é marcado por ciclos de cinquenta e cinco anos, durante os quais o crescimento se acelera e depois desacelera” (BENKO, 1996, p.108). Este autor distingue três ondas de kondratieff: revolução industrial (1787 – 1842), a onda burguesa (1843 – 1897) e a onda mercantilista (desde 1898). Para ele, o surto de cada uma dessas ondas correspondia à emergência e à expansão rápida de novas indústrias que apareciam quando industriais transformavam invenções em inovações.

Mensch, discutindo nos anos 1970 as ideias de Schumpeter, apresenta as recensões das inovações dos séculos XIX e XX, demonstrando que as inovações aparecem em cachos nos pontos mais baixos das depressões das ondas longas. Desta forma, ele formula a hipótese de que as inovações são o gatilho para a ascensão da curva. Mais tarde, nos anos de 1980, Kleinknecht “mostrou que as inovações em pacotes ou

cachos se situam sobre ondas mais longas de inovações maiores, na fase descendente ou no princípio da fase ascendente das ondas longas” (BENKO, 1996, p. 109).

Outra explicação é formulada, a neoschumpeteriana. Freeman, Clark e Soete propuseram uma interpretação causal, não considerando importante o número de inovações, mas as inter-relações entre as inovações no seio do sistema tecnológico em que existem importantes ligações entre produtos e processos. Estes autores afirmam ser possível identificar vários tipos de inovações, colocando destaque para as inovações radicais, as que engendram mudanças qualitativas.

Freeman fala em mudança no sistema tecnológico quando ocorre uma constelação de inovações radicais interdependentes no plano técnico e econômico e, em mudança do paradigma tecnoeconômico “quando as mudanças sobrevindas nos sistemas invadem o conjunto da vida econômica e afetam a capitalização e o perfil de qualificação da mão de obra” (BENKO, 1996, p. 109), a microeletrônica e a informática são exemplos contemporâneos de mudança do paradigma tecnológico.

Benko (1996) expõe três questões que ainda precisavam ser elucidadas, por que “novos produtos e processos, assim como novos sistemas econômicos, emergem em determinados momentos, por que conjuntos de inovações não aparecem desde que um sistema tecnológico se aproxima de seu termo e por que o ajustamento estrutural é tão lento” (BENKO, 1996, p. 110).

Freeman e Perez para responder essas perguntas sugerem que no curso da crise há uma contradição entre os desenvolvimentos tecnológicos e as estruturas institucionais e sociais. Neste sentido, essa teoria se aproxima das abordagens neo-schumpeterianas e das teorias da regulação, e até de algumas perspectivas marxistas. No entanto, esses autores tendem a ser deterministas, pois entendem que as estruturas institucionais serão determinadas pela mudança tecnológica. Além disso, a ênfase do enfoque da teoria da regulação é colocada mais nas transformações do processo e da organização do trabalho, da estrutura das qualificações do que no desenvolvimento de materiais, produtos e setores novos.

As teorias da regulação se preocupam em explicar o desenvolvimento do capitalismo nas suas variações espaciais e temporais, considerando-o como uma sucessão de fases regulares de desenvolvimento macroeconômico, ou regimes de acumulação. Nesta abordagem, as crises estruturais ocorrem “quando a reprodução estável das relações sociais já não pode ocorrer, quando modelos de desenvolvimento esgotam seu potencial

ou ainda quando o desenvolvimento das forças e das relações de produção se torna errático” (BENKO, 1996, p. 111).

Para essa abordagem podem ser identificados vários regimes de acumulação, porque estes são o resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação no quadro de uma forma particular de industrialização. Sendo o modo de regulação um “conjunto de instituições sociais ou formas estruturais que codificam essas relações sociais fundamentais e dão expressão material contingente aos conflitos sociais” (BENKO, 1996, p. 112). As principais formas estruturais do capitalismo são: o sistema monetário, a relação salarial, as formas de concorrência, as relações entre as empresas, assim como a natureza e o papel do Estado.

Antes da crise iniciada nos fins da década de 1960, o modelo de desenvolvimento capitalista era o fordismo, que parte de uma revolução nas condições de produção e de trabalho. Neste período registrava-se nos países centrais ganhos de produtividade e elevação dos salários reais dos trabalhadores em geral. Este aumento de rendimento estimulou o crescimento do mercado de bens de consumo e, por conseguinte, estimulou a demanda por bens de equipamentos, uma vez que esses podem contribuir para a manutenção da taxa de lucro e a acumulação (ciclos virtuosos).

Benko (1996) mostra que o crescimento dos salários se tornou regular e menos dependente das flutuações da atividade econômica. Após a Segunda Guerra Mundial, a taxa de crescimento dos salários reais se acelerou independentemente do crescimento ou não da produção.

Final dos 1960 e início dos 1970 observa-se a desaceleração do crescimento, a demanda por bens produzidos em série estagnou. Na visão de Peore e Sobrel o mercado dos países avançados estavam saturados e os consumidores procuravam por bens mais diversificados (BENKO, 1996).

Nessa conjuntura, empresas menores e mais flexíveis que fabricavam e ofereciam bens e serviços mais diversificados, que empregavam mão-de-obra qualificada, começaram a tornar-se mais competitivos e deixaram pressagiar novo modelo de desenvolvimento denominado *especialização flexível* (BENKO, 1996, p. 115, grifos do original).

As teorias da regulação propõem outro ponto de vista da crise econômica, fundamentando-se em dois fatores primordiais: uma crise da oferta, com raízes no seio do sistema de produção de valores e dos conflitos de trabalho, e uma crise da demanda, “subsequente à internacionalização da atividade econômica [...] e com conseqüente

enfraquecimento do vínculo entre crescimento nacional e controle da demanda ao nível de um país, fenômeno que conduziu ao monetarismo” (BENKO, 1996, p. 115).

Piquet (1993) compreende essa crise como a fase depressiva dos chamados ‘ciclos longos’ ou ‘não reprodutivos’ do capitalismo, onde os ajustamentos para a retomada do crescimento econômico necessariamente passam por alterações na estrutura social de acumulação. Constitui-se um período de ruptura na estrutura social, institucional e política, que se manifestou de maneiras diferenciadas nos países centrais e periféricos. Essa reestruturação acontece no Brasil pelo “aprofundamento do padrão industrial em fase de esgotamento nos países cêntricos, não por sua superação” (PIQUET, 1993, p. 7). Momento em que o Estado se volta para o investimento em grandes projetos industriais, como hidrelétrica de Itaipu, a CSN, o Projeto Grande Carajás, etc.

Esse contexto é marcado por uma série de reestruturações. Moreira (2011) afirma que ocorre o esgotamento das formas históricas de três parâmetros essenciais da organização geográfica do mundo moderno, que entram em fase de redefinição, reestruturação, a partir dos anos 1970: a política, a técnica e a cultura. Neste trabalho pretendemos colocar uma ênfase maior na reestruturação política, que repercute diretamente no sistema de ensino superior brasileiro, intensificando seu processo de privatização, transnacionalizando-o. Deste modo, esse sistema se organiza espacialmente segundo novos arranjos, assentados no sistema técnico em formação.

Soja (1993) parte da ligação afirmativa entre a espacialização e a reestruturação. Esta “deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material” (SOJA, 1993, p. 194). Este autor destaca que esse conceito se situa entre as situações de reforma parcial e de transformação revolucionária.

Moreira (2011) descreve o momento atual marcado por um Estado capitalista reestruturado pelas reformas neoliberais que se resumem a três medidas:

a primeira que apresenta é a redução fiscal, tomada como a medida recapitalizadora e desasfixiante que devolverá às empresas a iniciativa e liberdade de criação, bloqueadas pela regulação estatal. E a segunda, complementar da primeira, é a despatrimonialização, a política de transferir em leilões pela bolsa de valores a empresa pública ao sistema privado. A terceira é a desregulamentação, que faz a economia, agora no essencial privatizada, retornar ao sistema de regulação mercantil (Moreira, 2011, p. 134).

Santos (2004) afirma que neste momento se acentua a crise institucional da universidade pública, pelo fato de sua autonomia científica e pedagógica estar assentada na dependência financeira do Estado. O Estado reduziu seu compromisso político com as universidades públicas e, conseqüentemente, observa-se a secagem financeira e a descapitalização dessas universidades. Isto é explicado por Santos (2004) pela provocada ou induzida perda da prioridade da universidade como bem público nas políticas públicas. Segundo este autor, no caso brasileiro essa perda de prioridade tem estreitas relações com a profunda crise financeira resultante do modelo de desenvolvimento econômico adotado, baseado no processo expansionista de industrialização assentado no endividamento externo entre 1968 e 1979.

A crise institucional da universidade pública é entendida por Santos (2004) como induzida no sentido de reduzir sua autonomia e de pô-la a serviço de projetos modernizadores, abrindo ao setor privado a produção da universidade. Tendência que se acentua a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo se impõe como modelo global do capitalismo. Desse modo, compreendemos o neoliberalismo com uma das inovações disseminadas pelo atual processo de modernização.

Essas transformações do papel do Estado e de seus equipamentos e instituições atingem todas as economias de mercado, tendo impactos desastrosos nos países centrais, que consolidaram, pelo menos durante um tempo, um estado de direitos aos seus trabalhadores, de benefícios sociais pelo Estado.

As reformas são operadas no sentido de desconstruir o capitalismo do *Welfare State*, também conhecido como “Estado do bem-estar social”, transformando o perfil do Estado. Moreira (2011) compreende a reforma neoliberal como a introdução de uma nova forma de regulamentação dos arranjos do espaço, ocorrendo paralelamente à reestruturação da técnica e do padrão de relação ambiental.

Benko (1996) apresenta as diferentes características dessa flexibilidade, questionando-a. Corroborando tal posicionamento está Santos (2009a [1996]) quando discute as esferas de comando da produção, que possuem uma estrutura extremamente fixa, rígida. “Fala-se muito em flexibilidade e flexibilização como aspectos maiores da produção e do trabalho, mas o que se dá, na verdade, é a ampliação da demanda por rigidez” (SANTOS, 2009a [1996], p. 252).

Moreira (2011) evidencia as relações entre a organização espacial e o padrão técnico de produção e os meios de comunicação, apresentando as transformações desta

organização diante das três Revoluções Industriais. Apresentaremos algumas dessas transformações com base nas análises desse autor.

O espaço organizado a partir da segunda Revolução Industrial, que começa nos EUA no final do século XIX, é caracterizado como polarizado, hierarquizado, uniformizado e dependente do Estado. Este, por um lado, responsável pelos investimentos em infraestrutura espacial e em pesquisa voltados ao atendimento das necessidades das empresas, por outro, cuidando da montagem de uma “infraestrutura social que contemple as necessidades e exigências da ação organizada dos trabalhadores urbanos” (MOREIRA, 2011, p. 133).

A tecnologia dessa revolução é composta pela combinação da metalurgia, da eletromecânica e da petroquímica, como ramos da indústria, e a eletricidade e o petróleo, como formas de energia. Período em que a rodovia e a navegação aérea vêm se somar à ferrovia e à navegação, sendo a indústria automobilística a imagem simbólica dessa revolução.

A terceira Revolução Industrial, fase do capitalismo globalizado, inicia-se na metade do século XX no Japão. A sua base é a microeletrônica, desdobrada na informática, na robótica e na engenharia genética. Diferencia-se das revoluções anteriores por introduzir uma tecnologia não propriamente industrial.

O computador ocupa o lugar central nessa economia por ser uma máquina reprogramável e mesmo autoprogramável. Neste sentido, ele possibilita a flexibilização do trabalho e da produção, pois a cadeia do processamento produtivo pode ser trocada ou mesmo reorientada em pleno andamento.

Configura-se uma nova economia, que se desloca da esfera da produção para a esfera da pesquisa. A produção passa orientar-se pela dinâmica do mercado, que dita o seu ritmo e volume de produção, permitindo maior diversificação dos produtos. Moreira (2011) denomina esta relação de balcão-fábrica, o movimento do balcão que determina o movimento da fábrica, por meio de dois sistemas combinados, *kanban* e *just in time*. O *kanban* é sistema de informação que orienta a reposição das mercadorias nas lojas e, o *just in time* é um sistema que sincroniza o balcão e a fábrica no mesmo andamento. Acabam-se os estoques e a produção a fábrica passa a ser definida pelo movimento do balcão. Assim, altera-se a divisão territorial do trabalho entre os setores secundário e terciário.

“Os velhos problemas de custo e produtividade, equilíbrio entre produção e consumo, crise de superprodução e de subconsumo, que são consequências da produção

padronizada [...] são superados” (MOREIRA, 2011, p. 143), causando outros problemas como: o desemprego, gerado pelo trabalho polivalente; a divisão entre trabalhadores permanentes e precarizados, devido a terceirização e subcontratação; e o aumento do monopolismo, pois se acentua o nível alto de investimentos, com efeito, a economia centraliza-se em um número ainda menor de empresas.

O autor destaca os efeitos da fusão da informática com as telecomunicações, que beneficia o capital financeiro, avançando seu poder sobre a base da mundialização da esfera da circulação. Consequentemente ocorre a mudança na proporção e na relação entre as formas de capital. Do seio do capital financeiro se separa e autonomiza o capital rentista, a fração de capital meramente especulativo.

As transformações do sistema capitalista ocorrem nos arranjos espaciais e no simbólico do mundo vivido, tornando complexa a vida contemporânea, pois esses arranjos imbricam-se com as condições objetivas da produção, circulação e consumo. Dessa maneira, a produção dos arranjos espaciais é produto social e condição de permanências e transformações (RODRIGUEZ, 2007). A ideia de arranjo remete a uma ordem, a uma organização, dessa forma, pensar em arranjos espaciais estamos nos referindo a uma organização sócio-espacial. “A sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre as formas de ser e existir da sociedade humana” (ANTUNES, 2009).

Os conjuntos de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos são denominados por Corrêa (2011) como redes geográficas. Estas ganham novos papéis no sistema capitalista, transformadas em um dos meios de reprodução do capital. Elas são ampliadas, tornando-se mais significantes.

Castells (2006) ao analisar a configuração das empresas em forma de redes, como resultado do desenvolvimento de uma nova lógica organizacional relacionada ao atual processo de transformação tecnológica, afirma que “a estrutura das indústrias de alta tecnologia em todo o mundo é uma teia cada vez mais complexa de alianças, acordos, *joint ventures* entre empresas de mais de um país” (CASTELLS, 2006, p. 220). A sociedade constitui e desenvolve redes técnicas cada vez mais eficientes, no imperativo que se coloca hoje dos fluxos de mercadorias, informações e capitais.

Sposito (2011) afirma que o desenvolvimento do modo capitalista de produção engendrou um sistema-mundo, em que a realização da vida econômica passou a se dar em escalas progressivamente mais abrangentes. Este movimento se dá tanto em função

da ação de grandes corporações ou conglomerados econômicos, como em decorrência do fato de que a ação política de Estados, de organismos e instituições nacionais e supranacionais, de organizações governamentais e não governamentais, bem como de organizações sociais, partidos políticos e sindicatos, passou a se estabelecer nas mesmas escalas, apoiando, criticando ou resistindo à ação econômica.

O atual período marcado pela ampliação escalar das ações de agentes, redefinindo as interações espaciais, em quantidade, em qualidade e em intensidade (SPOSITO, 2011). Afetando os sistemas urbanos devido a novas lógicas de localização da produção e da busca de mercados consumidores, integrando cidades, ao mesmo tempo, as diferentes redes urbanas.

Assim, Sposito (2011) considera ineficaz o esforço de reconhecer os limites desses sistemas urbanos, pois são mutantes e imponderáveis, tanto quanto são flexíveis e rápidos os movimentos do capital. Resultando na conformação de sistemas urbanos com níveis de integração progressivamente maiores. Estes sistemas urbanos, que seriam um conjunto de redes urbanas, encontram-se significativamente abertos no atual período. Aberto porque só pode ser compreendido em suas relações em múltiplas escalas.

O período atual é marcado pela internacionalização da economia, mediada pelos novos sistemas técnicos e, delineada pelas práticas políticas e interesses de grandes grupos econômicos. Há uma significativa alteração nas lógicas de localização das atividades produtivas e da circulação de bens e serviços, em busca de viabilizar a estabilidade ou a ampliação da realização da taxa de lucros.

Essas ações e fluxos, que revelam e sustentam a ampliação das relações econômicas em escala internacional, implicaram a redefinição do escopo e da qualidade das relações entre as cidades. Na medida em que há alteração da localização das unidades de produção, novos espaços são integrados à economia internacional e, a busca de novos mercados altera as lógicas de circulação dos bens e serviços. Assim, ocorre a redefinição das escalas nas quais as interações espaciais se inscrevem, que são resultado e condição de transformações nas configurações dos sistemas urbanos, compreendidos como o conjunto de redes urbanas.

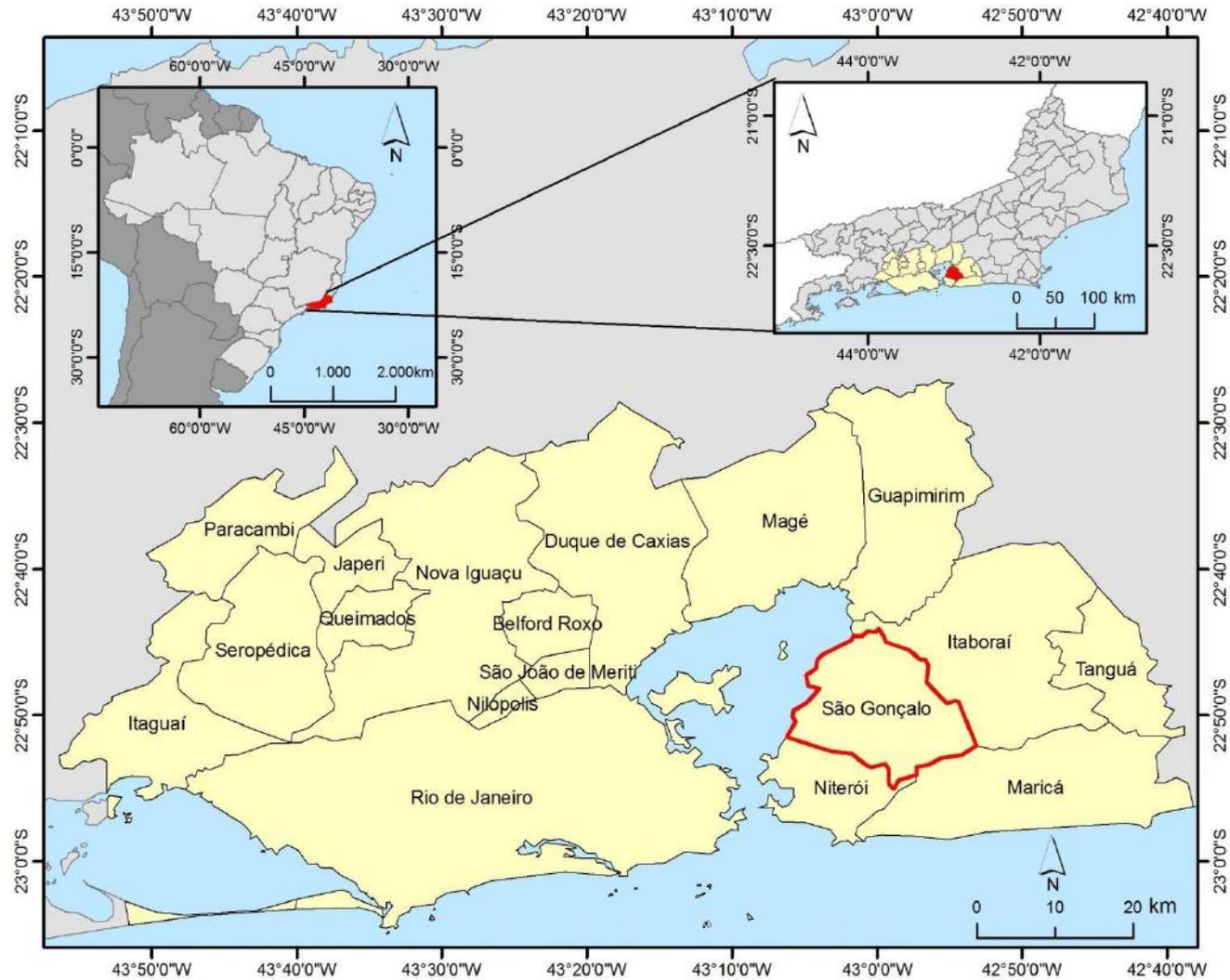
2 A CONFORMAÇÃO ESPACIAL DO ENSINO SUPERIOR EM SÃO GONÇALO

O município de São Gonçalo está localizado na porção leste da Baía de Guanabara, fazendo parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, contíguo aos municípios de Niterói, Itaboraí e Maricá (mapa 2). São Gonçalo encontra-se conurbado com Niterói e ligado ao núcleo metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro, através de Niterói, por meio de duas principais vias de transporte, uma rodoviária, Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Ponte Rio-Niterói, e outra marítima, a estação das barcas, ambas administradas atualmente pela concessionária Grupo CCR.

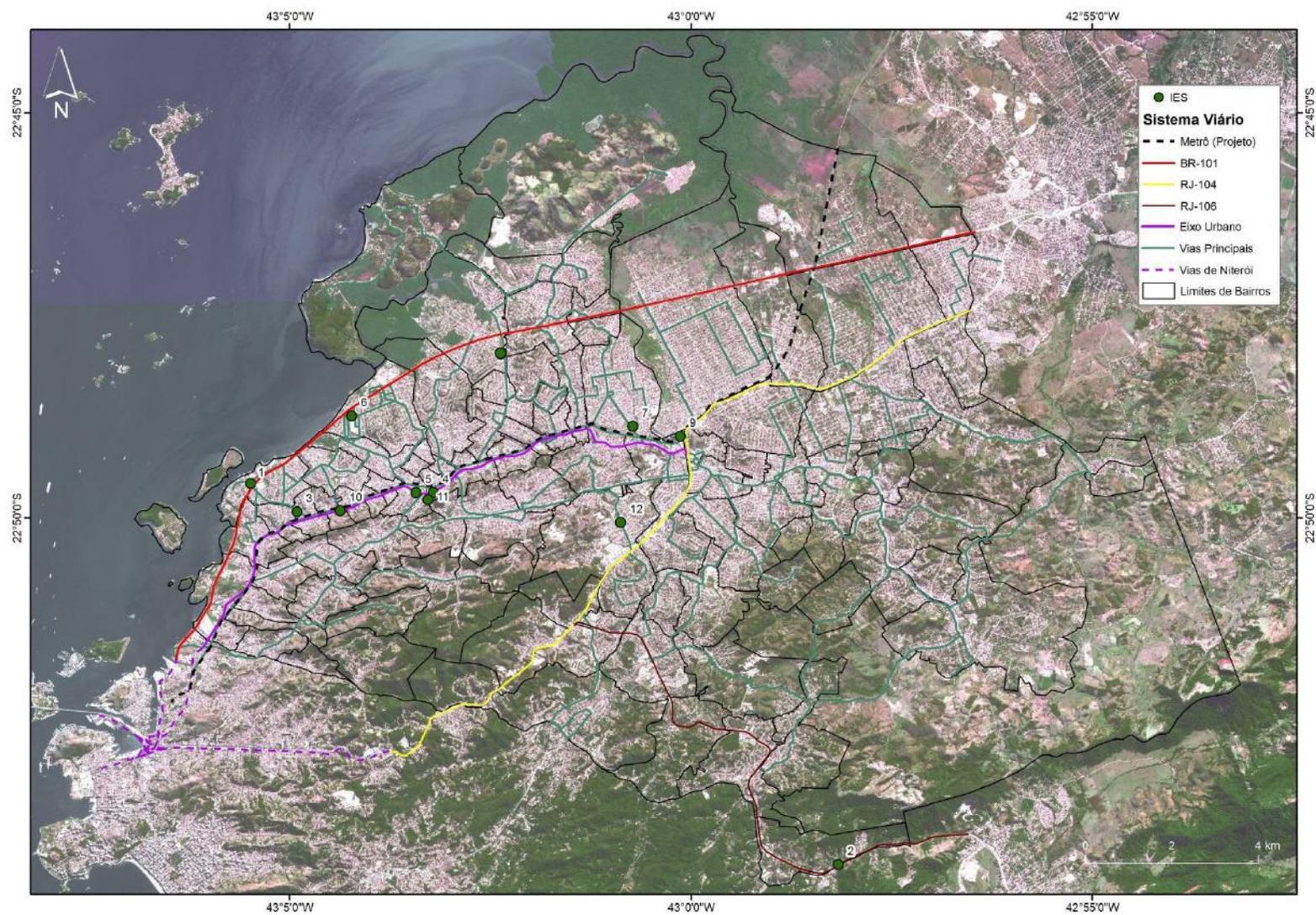
Existem três rodovias que atravessam São Gonçalo e, alguns dos municípios à leste da Baía de Guanabara, BR-101, RJ-104, RJ-106. Em Niterói a rodovia federal BR-101 se inicia como uma continuidade da Ponte Rio-Niterói, cortando os municípios metropolitanos São Gonçalo, Itaboraí e Tanguá, ligando assim a metrópole à região das Baixadas Litorâneas e ao Norte Fluminense. A rodovia estadual RJ-104 tem seu início em Niterói, ligada à Ponte Rio-Niterói. Ela atravessa São Gonçalo e termina seu percurso quando se une à BR-101 no município de Itaboraí. E finalmente, a RJ-106, que tem seu início em São Gonçalo na RJ-104, sendo a principal via de ligação de São Gonçalo à Maricá. O traçado desta via atravessa os municípios litorâneos da região das Baixadas terminando seu percurso em Macaé, no Norte Fluminense.

A cidade de São Gonçalo apresenta uma forma alongada que segue o traçado das suas vias de circulação principais. A parte mais adensada da cidade situa-se ao longo da via que denominamos de Eixo Urbano (mapa 3). Ele tem seu traçado paralelo a uma antiga linha férrea desativada que atravessa o município. Seguindo o traçado dessa estrada de ferro será construída a Linha 3 do Metrô, ligando o centro de Niterói ao município de Itaboraí.

Mais da metade das instituições de ensino superior (sete de um total de 12) que estão presentes no município encontravam-se localizadas nesse Eixo Urbano no ano de 2009, destas, quatro são instituições privadas presenciais. Como estamos interessados em compreender o arranjo espacial do ensino superior segundo a perspectiva da redefinição da centralidade urbana, consideramos mais apropriado estudar as instituições de ensino superior privadas presenciais. Sendo privada, a instituição se caracteriza por ser uma atividade econômica, e como presencial, por um ponto de convergência e divergência de fluxos predominantemente materiais em relação à instituição de ensino a distância.



Mapa 2: Posição Geográfica do município de São Gonçalo na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE.



Mapa 3: Localização das Instituições de Ensino Superior (IES) em 2009 e os principais eixos viários de São Gonçalo. Elaboração própria, dados SETRE RJ, base cartográfica do IBGE

As instituições de ensino superior que oferecem exclusivamente a modalidade de ensino a distância possuem uma estrutura diferente das instituições que oferecem cursos presenciais. Elas se estruturam a partir da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. As aulas são realizadas através da internet e/ou videoaulas, sendo todo o material didático disponibilizado online aos alunos, que só precisam ir à instituição para fazer as avaliações. Nesse caso, há uma predominância dos fluxos imateriais, o que nos afastaria dos objetivos de nossa pesquisa e, a análise dependeria do acesso a dados da instituição que não são públicos.

No caso das instituições de ensino superior particulares, também podemos pressupor que questões econômicas orientam sua localização, ou seja, locais que garantam maior lucratividade. Neste sentido, as localidades centrais do espaço urbano seriam os locais mais atrativos para esse tipo de atividade porque correspondem a áreas onde se concentram atividades de comércio e serviços, onde já se estabeleceu um ponto de convergência de fluxos, ligando a diversos pontos do espaço urbano através de infraestruturas e rede de transportes.

No entanto, iremos nos referir a todas as instituições presentes no município, colocando destaque em apenas quatro instituições: Faculdades Paraíso – Fap (3), Universidade Estácio de Sá – Unesa (6), Instituto de Ensino Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira – Isat (5), Universidade Salgado de Oliveira – Universo (7).

A Fap, Universo e Isat são fundadas por empresários locais que já atuavam no setor educacional. A Fap e Universo foram implantadas nas dependências das escolas Colégio Paraíso e Colégio Dom Helder Câmara, respectivamente. A Unesa já constitui um caso diferente, como parte de um grupo educacional com sede no município do Rio de Janeiro, que implantou a instituição dentro do primeiro *shopping center* de São Gonçalo.

As instituições Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro – Cederj (1) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj (10) são as únicas de categoria administrativa pública. A primeira tem sua reitoria localizada no município do Rio de Janeiro, sendo um dos sete *campi* dessa instituição, com o nome de Faculdade de Formação de Professores – FFP. A segunda é um polo de apoio presencial resultante de um consórcio firmado entre quatro universidades públicas presentes no Estado do Rio de Janeiro, a Uerj, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – Ufrj, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Ufrj, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –

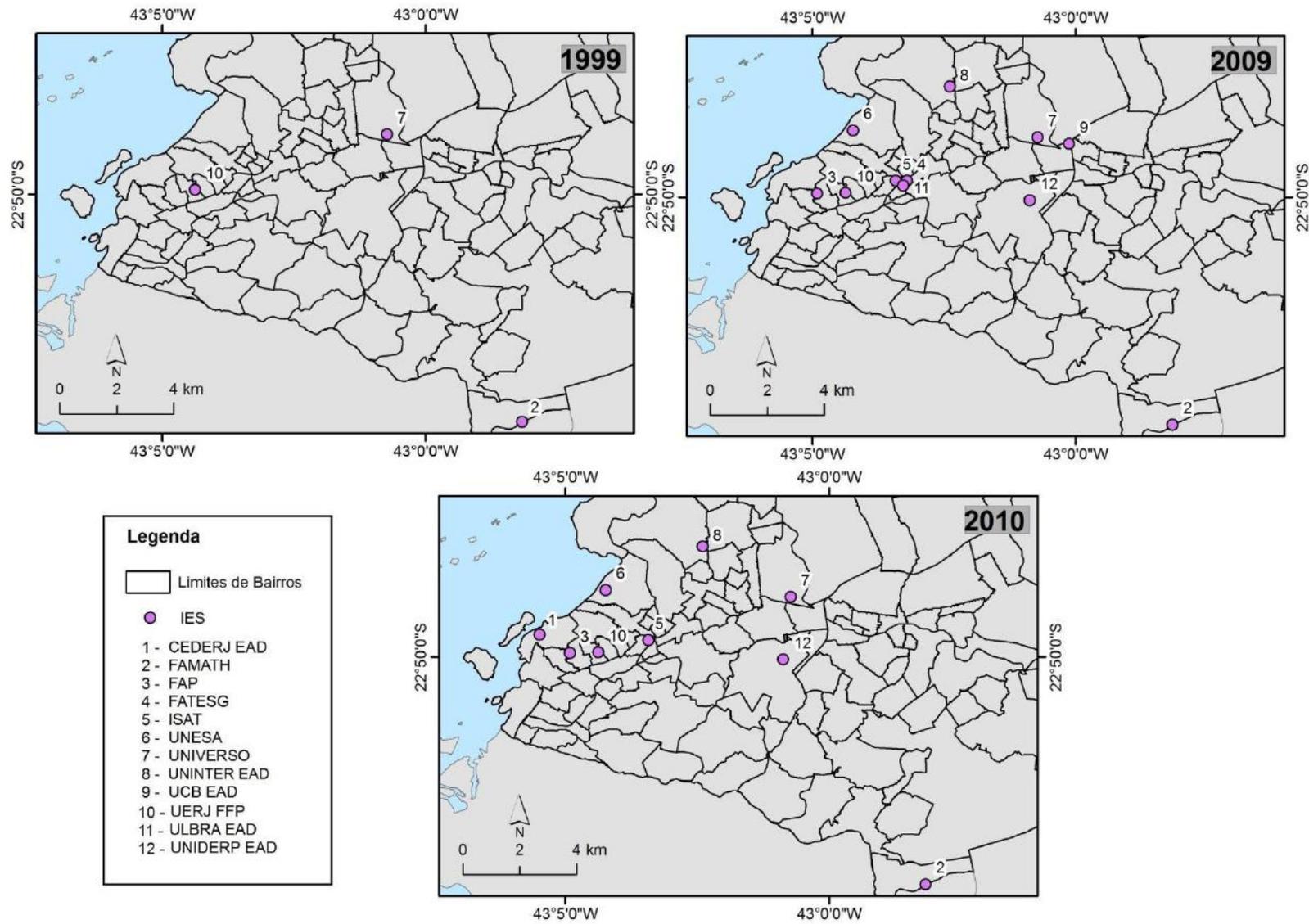
Unirio, Universidade Federal Fluminense – Uff e Universidade Estadual do Norte Fluminense - Uenf.

A instituição privada com cursos presenciais Faculdade de Tecnologia São Gonçalo – Fatesg (4) teve vida efêmera no município. Em 2009 ela foi impedida de abrir novos cursos pelo MEC, pois não instalou infraestruturas de acesso a cadeirantes, segundo um dos ex-diretores da instituição, Helter Barcellos. Entretanto, segundo Barcellos, o que levou realmente ao seu fechamento, em 2010, foi um processo de falência, que teve seus primeiros sinais em 2009, quando a instituição parou de pagar o salário de seus professores.

A instituição Faculdades Integradas Maria Thereza – Famath (2), consiste em um *campus* com apenas um curso, Educação Física, de uma instituição com sede no município de Niterói. Ela está localizada numa rodovia RJ 106 na parte sul do município, na divisa com Niterói e próximo ao município de Maricá.

As instituições Centro Universitário Uninter – Uninter (8) e a Universidade Anhanguera Uniderp – Anhanguera (12) consistem em polos de apoio presenciais que funcionam em escolas presentes no município, no Colégio Pereira Rocha e no Colégio Plínio Leite, respectivamente. E por fim, as instituições Universidade Castelo Branco – Ucb (9) e Universidade Luterana do Brasil – Ulbra (11), que também consistem em polos, porém, foram descredenciadas pelo MEC em 2010, assim impedidas de abrir turmas, mas, como ainda possuem alunos matriculados, continuam funcionando.

A implantação dessas instituições na cidade de São Gonçalo ocorre na década de 2000, quando São Gonçalo passa a ter mais nove instituições de ensino superior. Antes disso, havia apenas três instituições de ensino superior no município. As instituições Universo e Uerj, criadas na década de 1970, eram as únicas 1990, quando a Famath, localizada em Niterói, implanta um *campus* em São Gonçalo. As outras, Anhanguera, Uninter, Ulbra, Ucb, Fatesg, Cederj, Unesa, Isat, Fap, vão surgindo ao longo dos anos 2000 (mapa 4), e em 2010 ocorre o fechamento de três destas: Ulbra, Ucb e Fatesg.



Mapa 4: A expansão do Ensino Superior em São Gonçalo, anos 1999, 2009, 2010. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE

Esse aumento do número de instituições expressa um momento de transformações no espaço urbano de São Gonçalo, sempre compreendido como integrado ao espaço metropolitano. Estas transformações se dão no sentido da expansão da cidade de forma horizontal. Este movimento é um indicativo de processos de reestruturação urbana e regional em curso. Para se falar em reestruturação é necessário mostrar como as mudanças em um dos elementos da estrutura provocam mudanças em outros elementos (VILLAÇA, 1998).

2.1. Crise estrutural e a forma urbana

Soja (1993) constrói um modelo de cidade que descreve as divisões territoriais do trabalho na cidade no decorrer de determinados períodos entre crises. Ele procura demonstrar a relação entre o processo de reestruturação urbana e regional com o de reestruturação da acumulação capitalista. Ele demonstra as relações entre a evolução da forma urbana, compreendida como a estrutura interna da cidade capitalista, e a “crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala”. Esse autor estabeleceu três períodos de reestruturação e modernização que ocorrem antes do atual período de modernização.

Cada um deles começa pelos períodos declinantes de recessão, repressão e sublevação social que marcam o término de longas fases de crescimento expansivo na economia macropolítica do desenvolvimento capitalista. Cada qual gera também uma expressiva recontextualização da espacialidade da vida social, uma geografia humana diferente (SOJA, 1993, p. 210).

Os três períodos que Soja (1993) estabelece estão representados na figura 3, destinada “a ilustrar o conjunto de processos fundamentais de reestruturação, que nem sempre encontram-se reunidos ou são igualmente vívidos em todas as cidades capitalistas” (SOJA, 1993, p. 213). A representação é mais aplicável, segundo o autor, às cidades que tiveram a sua urbanização e industrialização originadas junto com a difusão do capitalismo, assim se aproximando mais estreitamente das cidades norte-americanas. “A sequência das espacializações urbanas é cumulativa, cada fase contendo vestígios das geografias anteriores, de divisões espaciais urbanas do trabalho já formadas, que não chegam propriamente a desaparecer, mas são seletivamente rearranjadas” (SOJA, 1993, p. 212).

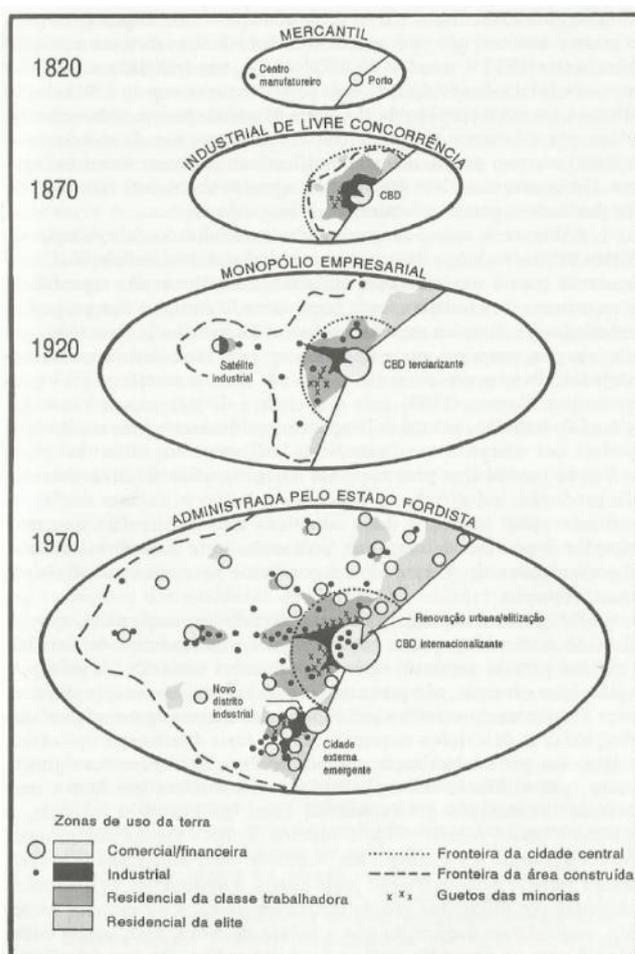


Figura 1: Evolução da forma urbana: protótipos da cidade norte-americana de 1820 a 1970 (SOJA, 1993).

A “cidade mercantil” tem seu foco na cidade portuária, apresentando pequenos centros manufatureiros industriais, com uma paisagem ainda predominantemente agrícola. Entre as décadas de 1840 e 1870 ocorre um extraordinário crescimento industrial e urbano na Europa e na América do Norte, aliado a expansão do comércio internacional. Nesse contexto, o ritmo da espacialização capitalista se acelerou em todas as escalas geográficas, resultando em novos tipos de cidade e sistemas hierárquicos urbanos (SOJA, 1993).

A “cidade capitalista industrial de livre concorrência” apresenta uma produção geograficamente concentrada, localizadamente centralizada e densamente aglomerada. Três elementos definem o capitalismo industrial de livre concorrência: as fábricas industriais e os serviços associados dos produtores; a burguesia industrial e o novo proletariado urbano; e, uma virtual classe trabalhadora industrial (SOJA, 1993).

A “cidade capitalista do monopólio empresarial” apresenta uma produção menos concentrada em torno do centro da cidade, antigos núcleos urbanos são cada vez mais

terceirizados, aparece uma suburbanização para além das fronteiras administrativas anteriores da cidade. “A multiplicação da área de municípios separados incorporados substitui a anexação como padrão principal da expansão territorial urbana, criando um grande grau de fragmentação política metropolitana” (SOJA, 1993, p. 217).

O “sistema urbano administrado pelo Estado” marcado por uma suburbanização acelerada após a Segunda Guerra Mundial, o centro da cidade passa por um processo de “revitalização” “através da renovação urbana; da elitização e de mudanças na posse da terra e nos padrões reguladores, voltados para a manutenção de uma presença empresarial (e administrativa) substancial” (SOJA, 1993, p. 219).

Essas quatro periodizações de transformações na estrutura urbana da cidade capitalista estabelecidas por Soja (1993) são inicialmente marcadas por um momento de expansão do capital industrial e da urbanização, seguindo a momentos de declínio econômico e crise social, descritas a partir de exemplos de insurreições urbanas, tumultos, movimentos sociais. O autor coloca relevo nas tensões inerentes ao processo de reestruturação.

Gottdiener (1997) é contrário ao traçado de uma correspondência biunívoca entre as formas de cidade e os estágios no modo capitalista de produção. Ele afirma que existem dois problemas nessa perspectiva: a disputa pelo espaço e a periodização do capital.

O argumento básico do Gottdiener (1997) é que as formas espaciais são produtos contingentes da articulação dialética entre ação e estrutura. Este autor considera imperativo reconhecer que esses estágios representam apenas fases frouxamente estruturadas, cujo início preciso é discutível. Ele cita o exemplo da hegemonia das multinacionais, associada pelos marxistas dos “estágios” a mudanças desenvolvimentais contemporâneas, mas que existiam há muito tempo, “muitas vezes com tanta força social quanto a que têm hoje, apesar de parecerem numa forma menos desenvolvida” (GOTTDIENER, 1997, p. 199).

Soja (1993) admite que os modelos como generalizações idealizadas, destinadas apenas a ilustrar o conjunto de processos fundamentais de reestruturação, tendo em vista esses processos nem sempre encontram-se reunidos ou são igualmente vívidos em todas as cidades capitalistas. E ainda, ressalta que a data exata dessas reestruturações varia de país para país, o mesmo acontece com as intensidades relativas da reestruturação (SOJA, 1993).

Referindo-se a recessão global de 1973-75, o autor afirma que a

forma dessa crise foi, a um tempo, velha e nova. Sob muitos aspectos, ela envolveu os clássicos problemas de superprodução/subconsumo, mas complicando a interpretação clássica, houve uma crise de reprodução, primordialmente decorrente de uma crise fiscal do Estado e de seu efeito de aperto na acumulação de capital e na capacidade de se manterem meios eficazes de disciplina trabalhista e controle social. Como resultado, a necessidade de reconfigurar a paisagem espacial do capital assumiu uma urgência ainda mais crucial. À medida que a reestruturação contemporânea vai avançando, ela está desarticulando não apenas o tecido urbano, mas também o arcabouço teórico da interpretação crítica do desenvolvimento capitalista (SOJA, 1993).

Gottdiener (1997) afirma que devemos rejeitar as formulações estruturacionistas que desenvolvem uma avaliação abstrata, nominalista, do espaço, circunscrita em torno de um significado desencarnado, citando como exemplo a discussão sobre “espacialidade” desenvolvida por Soja, compreendida pelo autor como um discurso sobre o espaço e sua importância. No entanto, Soja (1993) aplica suas proposições no estudo da cidade de Los Angeles, demonstrando por meio de dados concretos os processos de reestruturação urbano e regional, considerando não apenas o nível estrutural, mas também as relações e tensões sociais.

A proposta de Gottdiener (1997) é a de construir uma teoria crítica, a produção social do espaço, na qual se parte do debate espacial como método, introduzindo questões e conceitos espaciais nas categorias de pensamento marxista. Este autor compreende que o processo de valorização do capital requer uma matriz espaço-temporal, por conseguinte, os temas discutidos nas pesquisas marxistas como o conflito de classes, a reprodução do trabalho, a reprodução das relações de produção, etc., não podem mais ser entendidos como se ocorressem no espaço, mas ao contrário, são sobre o espaço. “Quando atualizamos o marxismo frente ao espaço, transcendemos, pois as análises marxistas se dissolvem quando perseguimos os efeitos das relações e interesses espaciais sobre as práticas políticas e econômicas” (GOTTDIENER, 1997, p. 197).

Gottdiener (1997) expõe a necessidade do entendimento da natureza tridimensional da organização sócio-espacial na produção do espaço, “na medida em que desenvolve ligações hierárquicas com os lugares, quanto das relações contextuais ou interativas, como as que promovem a aglomeração” (GOTTDIENER, 1997, p. 198). Tridimensional, pois se trata tanto de um eixo vertical, que se refere aos fenômenos globais que alteram o espaço, quanto, de suas ligações horizontais, entre grupos, instituições e detentores de recursos. Assim, o autor afirma que a organização sócio-espacial está ligada por relações juntas, contíguas e hierárquicas. Parte do princípio de que o processo desenvolvimento sócio-espacial na fase atual do capitalismo tardio é a

desconcentração “que produz uma forma distintiva de espaço – a região metropolitana polinucleada, esparramada” (GOTTDIENER, 1997, p.198).

Sassen (1991), buscando compreender a urbanização contemporânea nos países centrais, aborda o processo de internacionalização da indústria financeira, que incorpora na década de 1980 uma multiplicidade de centros financeiros em uma rede mundial de transações. A autora procura discutir o impacto social, econômico e espacial nas cidades onde estão localizados as corporações e os bancos. Nesse sentido, elabora a tese de um novo tipo de urbanização, a cidade global. Esta consiste em um posto de comando na organização da economia mundial, sendo suas funções proporcionadas pelos avanços da tecnologia da informática e das telecomunicações.

Este fenômeno é expressão de mudanças na economia mundial, implicando em alterações na divisão internacional do trabalho. Segundo Sassen (1991), o desmantelamento dos centros de poder industrial nos países centrais está associado à industrialização do terceiro mundo e à dispersão dos centros financeiros, processos que significaram a decadência de empregos nas indústrias existentes e dos padrões de oferta de empregos em algumas das novas indústrias. As cidades que têm um histórico de centros mundiais de negócios e transações bancárias funcionam hoje como postos de comando na organização da economia mundial (SASSEN, 1991).

Neste contexto, Sassen (1991) destaca a prestação de serviços de alto nível que surge para atender a esses grandes centros, sendo esses serviços avançados produtos e meios dessa nova urbanização, que gera, por um lado, de altos cargos, e por outro, cargos com baixos salários, configurando certa polarização na geração de empregos.

Enfocando a localização dos serviços voltados às empresas na metrópole paulista, também chamados de serviços avançados, Lencioni (2008) afirma que estes “se dão em áreas que expressam o policentrismo, o qual vem progressivamente se desenvolvendo”. Composto, dessa forma, uma multicentralidade de hierarquia definida “segundo o grau de internacionalização das atividades que nelas se desenvolvem”. A autora salienta que a metrópole contemporânea tem sua força na importância desses centros, definida pela lucratividade dos negócios que neles se desenrolam e o poder de gestão do capital emanado daí.

A cidade tem como característica essencial a capacidade de reunir, de juntar, de concentrar, uma realidade material (infra-estruturas, ruas, prédios públicos e privados, dinheiro, etc.), trabalhadores, consumidores, frequentadores, sentimentos e valores simbólicos. Ela concentra objetos e pessoas, expressando uma centralidade, que seria

justamente a capacidade de polarização, de integração/dispersão, manifestada por um centro. Este, enquanto realidade material, reunindo objetos e pessoas, e a centralidade como realidade imaterial, um potencial que se expressa a partir do centro.

Silva (2012, p. 118) sintetiza a ideia de centralidade “como algo que se expressa a partir de um centro, como sua capacidade de concentrar e atrair atividades e pessoas e, portanto, polarizar uma determinada área, organizando os fluxos que a percorrem”. Portanto, expressa a capacidade de orientar o sentido e a direção das interações espaciais, cada centro expressando centralidades de diferentes intensidades, articulando diversos níveis escalares.

O termo centralidade possivelmente nasce na obra de Christaller (1966 [1933]), um dos primeiros estudos urbanos sistematizados no âmbito da Geografia. Este autor estava interessado em compreender quais os princípios que determinam o número, o tamanho e a distribuição das cidades através da análise da localização dos lugares centrais. Estes correspondem aos locais em que se concentram a oferta de bens e serviços destinados ao consumidor final. As cidades, nesta teoria, são compreendidas como monocêntricas, ocupando posições hierárquicas diferenciadas no conjunto da rede de cidades (CHRISTALLER, 1966 [1933]).

A estrutura urbana contemporânea é caracterizada pela presença de múltiplos centros, constituindo uma multidentalidade. Tais centros apresentam diferentes níveis de especialização e de importância, tanto no conjunto da organização interna da cidade, quanto no conjunto da rede urbana, ou seja, podem ocupar diferentes níveis hierárquicos. Dessa forma, a estrutura urbana também se caracteriza pela policentralidade (SPOSITO, 2010, 1991).

A estrutura urbana é constituída pelo arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades, sendo “o mosaico-resultado do processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais e de lazer nas cidades” (SPOSITO, 1991, p. 5). Como tal organização/reorganização é um processo que contém a dinâmica do processo social que o determina, Sposito (1991) prefere o uso da expressão estruturação, sendo a estrutura cada corte de tempo do processo de estruturação, que também é determinante dos momentos seguintes deste processo.

Villaça (1998) discutindo a estrutura urbana, insiste na existência de apenas um centro principal, discordando da ideia de policentralidade. Na literatura sobre a estrutura urbana é comum se falar em um período em que a cidade era marcada pela existência de um único centro. Na atualidade, com as mudanças nas lógicas de localização das

atividades econômicas, espaços anteriormente integrados aos sistemas urbanos como espaços periféricos, passam a se constituir em pontos de interesse de grupos econômicos, que ao localizar objetos nesses espaços, redefinem a centralidade urbana, produzindo novos centros. Estes podem tomar uma grande importância, dependendo das atividades que os compõem, assim, podendo competir com o centro tradicional. Neste sentido, alguns autores falam em policentralidade, compreendendo que qualquer lugar na cidade pode se tornar um centro e, que alguns desses novos centros, emergiram com a mesma força ou com maior força que o centro tradicional.

Em um plano, o centro é um ponto em relação ao qual está localizado, de forma equidistante, um conjunto de diversos pontos, compondo uma circunferência. Esta pode ser girada em torno desse centro sem que haja alteração de sua posição aparente. A área que se situa entre o centro e a circunferência, chamada de círculo na Matemática, o que seria a periferia desse centro. Nesse sentido, o centro é único e, tudo que está ao seu redor corresponde a sua periferia. Nas discussões espaciais, pensa-se o centro como uma área que polariza e influencia outras áreas, suas periferias, no sentido de que estas teriam sua dinâmica, em grande medida, regulada e ditada pela área central. O centro, nesta acepção, é apenas uma metáfora, na qual a periferia teria sua vida “girando” em torno desse centro.

Os centros podem ser pensados segundo a hierarquia que estabelecem entre si, na qual, a cada nível escalar, temos um centro diferente. No recorte escalar local, como o de um bairro, pode haver um centro que polariza este bairro, mas que também pode ser polarizado por outro centro, que atue em uma escala mais ampla, como o centro da cidade. Nesta escala mais ampla, o bairro e o centro de bairro seriam periferias do centro da cidade. Dessa forma, do ponto de vista do centro, o centro é apenas um. No entanto, a mesma área pode estar sob a influência de diferentes centros de mesmo nível hierárquico. Assim, a delimitação das relações entre o centro e a periferia depende do recorte que se estabelece para observar o fenômeno.

No entanto, do ponto de vista da periferia pode haver diversos centros, pois ela pode compor a área de influência de diferentes centros, havendo assim a sobreposição de territórios. Quando falamos em território nos remetemos a relações de poder, que se manifesta de diversas formas, inclusive a simbólica. Souza (1995) compreende território por um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Este espaço dificilmente encontra-se sob o domínio de apenas um grupo, e mesmo assim, se considerarmos o interior desse grupo, podemos pensar um campo de tensões, pois os

segmentos sociais se movem segundo diversos interesses e vontades, mesmo quando compõem uma determinada unidade.

Os centros são formados a partir do processo de centralização. Com a Revolução Industrial as cidades ampliam qualitativa e quantitativamente suas ligações com o mundo exterior a elas (CORRÊA, 1989b; STROHAECKER, 1988). O desenvolvimento industrial orienta-se pela constante expansão de sua produção e, conseqüentemente, pela expansão constante de mercados de consumo. Neste sentido, as ferrovias tiveram um papel fundamental como o meio de transporte inter-regional mais importante na segunda metade do século XIX. Os locais de encontro dos terminais ferroviários e, posteriormente, das linhas de bonde proporcionaram uma elevada acessibilidade a pontos específicos das cidades, o que atraiu atividades novas e em ampliação, tanto voltadas para o mundo além da cidade quanto para a própria cidade, visando o crescente mercado consumidor da época. A característica rigidez da ferrovia, no que se refere ao seu trajeto preso aos trilhos, foi determinante na orientação da localização das atividades econômicas na cidade. Na área central “as empresas passam a dispor de *externalidades*, seja decorrente da acessibilidade, seja do fato de estarem juntas, gerando economias de aglomeração” (CORRÊA, 1989b, p. 39, grifos do autor).

A área central da cidade tem sua gênese no século XIX, sendo a parte da cidade com maior facilidade de identificação no conjunto do espaço urbano (RIBEIRO FILHO, 2004). Isto se dá principalmente pela elevada quantidade de atividades econômicas que apresenta em relação às outras partes da cidade. As principais atividades comerciais, de serviços, de gestão pública e privada estão localizadas, tradicionalmente, na área central, assim como os terminais de transporte inter-regionais e inter-urbanos, constituindo-se como o foco principal da cidade e sua hinterlândia (CORRÊA, 1989b).

“O conceito de Área Central designa o centro da cidade moderna capitalista, cuja formação se dá através de sua segmentação em dois setores, quais sejam, o CBD [*Central Business District*] e a Zona Periférica do Centro” (REIS, 2007, p. 9). O CBD, também conhecido como núcleo central, se constitui como uma área de gestão, onde “estão localizados os escritórios centrais, as sedes das empresas e instituições governamentais” (RIBEIRO FILHO, 2004). O núcleo central caracteriza-se pelo uso intensivo do solo, onde lojas de departamentos, escritórios e instituições financeiras competem pelo espaço, no sentido de garantir melhor acessibilidade e de tolerar as desamenidades (STROHAECKER, 1988).

Essa conformação de área central se estabelece nos núcleos metropolitanos brasileiros. Estudos que se propõem a identificar as funções desempenhadas no centro das metrópoles se deparam com tal configuração, como vistos nos estudos de Cordeiro (1980) e Müller (1958) sobre metrópole de São Paulo, de Reis (2007) sobre a metrópole de Vitória, de Duarte (1967) sobre metrópole do Rio de Janeiro. “Cada cidade tem aspectos que a tornam única, mas parece-se com outras nas funções e no padrão. O que se sabe sobre uma delas ajuda a estudar outra” (HARRIS; ULLMAN, 2005 [1945], p.145).

São Gonçalo está espacialmente situado sob a influência do núcleo metropolitano do Rio de Janeiro. Os deslocamentos diários de grande parte de seus habitantes têm como destino o núcleo, assim, São Gonçalo funciona como subúrbio desse núcleo, segundo Corrêa e Teixeira (1975) e Geiger (1956). O que existe é uma grande cidade metropolitana, com um centro principal, como nó fundamental de estruturação da região (VILLAÇA, 1998).

Strohaecker (1988), referindo-se às cidades norte-americanas e parte das europeias no final do século XIX e início do século XX, afirma que a Zona Periférica do Centro tem seu desenvolvimento ligado à saída das classes mais abastadas que residiam próximas aos terminais ferroviários para outros locais da cidade. Isto ocorre devido à presença de atividades produtivas, como indústrias, comércio atacadista e armazenagem, que passam a se localizar no entorno desses terminais ferroviários “expulsando” essas classes mais abastadas da Área Central. “As antigas casas de elite são transformadas, então, em casas de cômodo, abrigando a grande massa de imigrantes que afluem para as cidades, expulsas do campo e atraídas pela expansão dos empregos urbanos” (STROHAECKER, 1988).

A cidade, nesse período, caracterizava-se por apresentar centro único, “monopolizador das atividades terciárias, que comandava toda a vida da cidade e da região subordinada, não apenas econômica, mas também política e cultural” (SANTOS, 1989 e 1995 *apud* RIBEIRO FILHO, 2004). No final do século XX a área central tem “suas funções modificadas pela consolidação do processo de descentralização e pelo avanço dos sistemas de informação que afetam o gerenciamento das funções de controle e decisão” (RIBEIRO FILHO, 2004).

Lencioni (2008) coloca em relevo a importância de se discutir os conceitos de concentração e centralização do capital para a compreensão da metrópole contemporânea. Tais conceitos, encontrados na obra de Marx, são apresentados pela autora como

fundamentais, pois permitem relacionar a dinâmica do capital à dinâmica dos lugares. “São conceitos relativos à reprodução do capital, referidos, portanto, ao processo social [...] [que] dizem respeito a movimentos distintos que constituem dois momentos do processo de valorização do capital” (LENCIONI, 2008).

A concentração refere-se ao “processo que faz expandir os meios de produção e de trabalhadores, ampliando, assim, a base da acumulação e confundindo-se com ela”, tendo como uma de suas implicações no urbano, a concentração de atividades econômicas. E a centralização, refere-se ao “processo em que frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam [...] significa a expropriação de um capitalista por outro capitalista, que acaba por transformar capitais menores, num capital de maior magnitude” (LENCIONI, 2008).

Corrêa (1989b) compreende o processo de descentralização como característica da fase monopolista do capitalismo, em que há a centralização do capital. “A descentralização torna-se um meio de se manter a taxa de lucro que a exclusiva localização central não é mais capaz de oferecer” (CORRÊA, 1989b, p. 47).

Corrêa (1989b, p. 45) define o processo de descentralização como historicamente mais recente que o processo de centralização, resultando “de um lado, como uma medida das empresas visando eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização da Área Central. De outro, resulta de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não-centrais”. Estes fatores são enumerados pelo autor tendo como base a obra de Colby da década de 1930:

- terras não ocupadas, a baixo preço de impostos;
- infra-estrutura implantada;
- facilidades de transporte;
- qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem;
- possibilidade de controle do uso das terras;
- amenidades.

Compreendendo a cidade moderna como um organismo dinâmico em constante evolução, Colby (1959) investigou as forças relacionadas ao processo de centralização, identificando ação coordenada de dois grupos de forças na organização do espaço urbano: as forças centrípetas e centrífugas.

Tais forças são descritas na Física como constituintes básicas de um movimento curvilíneo de um corpo em torno de um ponto de referência, um centro. Este atrai o corpo

a partir da atuação da força centrípeta, descrevendo uma trajetória curva, com a atuação simultânea da força centrífuga, que empurra o corpo para fora desta trajetória. Assim, a alteração da intensidade de tais forças ao longo do tempo tem influência direta na definição da distância entre o corpo e o centro da trajetória. Colby (1959) está preocupado com o movimento das funções urbanas nas cidades.

Colby (1959) entende que as cidades são dinâmicas e estão em constante processo de evolução, o que envolve a modificação da extensão dos estabelecimentos funcionais e da adição de novas funções.

As forças centrífugas impelem funções para migrar da área central da cidade, sendo impulsionadas por dois fatores, fatores de repulsão da área central e fatores de atração para áreas periféricas, assim, ligadas ao processo de descentralização. Já as forças centrípetas, atuam no sentido de manter as funções na área central, atraindo, também, outras atividades, fazendo dessa zona o centro de gravidade de toda a terra urbana (COLBY, 1959).

Segundo Colby (1959), a atuação dessas duas forças ocorre simultaneamente, resultando em um balanço de forças entre elas. Durante o processo de centralização as forças centrípetas sobrepujam as centrífugas. Este autor não se limita a discussão das funções de comércio e serviços, ele usa exemplos das forças centrípetas atuando nas aglomerações industriais, não apenas na área central, palco principal de atuação de tais forças. Além disso, considera os atrativos do sítio, as características do ambiente, como influentes na concentração de pessoas e atividades.

Em sua discussão sobre a localização de funções em um modelo urbano, Colby (1959) trata da conveniência funcional, que se refere ao ponto de convergência de transportes intra-urbanos e inter-regionais; do magnetismo funcional, que seria a atração mútua entre diferentes funções; e, a equação humana, relacionada aos valores e significados atribuídos aos lugares.

Os processos de centralização e descentralização discutidos por Corrêa (1989b) tratam do surgimento das áreas centrais na cidade capitalista e, por conseguinte, remetem a temática da localização das atividades econômicas na cidade.

A reestruturação urbana contemporânea vem sendo discutida por diversos autores como relacionada ao processo de descentralização, no qual as atividades econômicas que tinham sua localização exclusiva no centro principal tendem a se localizar fora do tecido urbano da cidade ou em seus limites.

Cordeiro (1992) aborda a expansão do centro metropolitano de São Paulo analisando aspectos do processo de seu desenvolvimento como “cidade mundial”. A autora discute o deslocamento locacional do setor de decisão do Complexo Corporativo Metropolitano, formado pelo “conjunto das sedes das grandes empresas de todos os setores da economia transnacional e por seus serviços correlatos”. Este processo envolveu a ocupação de novas áreas da cidade. Essa autora estuda o caso do Centro Paulista, que “passou a constituir o maior núcleo do setor financeiro do Centro Metropolitano de São Paulo”, e o que ela denominou de Centro Berrini, que se tornou o novo núcleo do Centro Metropolitano de São Paulo.

Sobre a expansão dos centros metropolitanos das “cidades mundiais” e sua organização interna, Cordeiro (1992) conclui que

eles vêm sofrendo uma reorganização espacial que se insere nas mudanças profundas desenvolvidas no processo de metropolização. Têm várias formas: por expansão aureolar, por desdobramento espontâneo ou voluntário, programado pelo Estado e/ou pelas grandes empresas, que detêm o controle do capital aplicado na produção de espaços adaptados às novas condições tecnológicas, relacionadas à multiplicação da eficiência e competitividade no mercado (CORDEIRO, 1992, p. 23).

Reis (2001) estuda o processo de descentralização das atividades varejistas na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo. Ele identifica a realocação de diversas atividades típicas do centro tradicional da cidade de Vitória para o bairro Praia do Canto. Tal fenômeno é estudado por este autor por meio da temática da descentralização, que consiste em uma perspectiva analítica dedicada a busca de padrões de localização de atividades terciárias no espaço urbano.

A descentralização também se refere às atividades que já nascem descentralizadas, fora desse centro principal, como a função educacional. Estas localizações são expressões de um processo de expansão horizontal da cidade. Neste sentido, a localização de instituições de ensino superior nas periferias urbanas é um indicativo desse processo. Smith (2007) argumenta que todo processo de crescimento e desenvolvimento urbano envolve um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano, destacando que hoje, esses processos ocorrem de forma mais intensa e, a reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica.

2.2. O ensino superior e a análise locacional

As transformações estruturais decorrentes da crise capitalista da década de 1960 incidiram sobre os modos de regulamentação e o regime de acumulação, configurando um período de transformações significativas em âmbito mundial, em que os fenômenos apresentam relações em escalas cada vez mais amplas. Compreendemos que tais transformações estão em curso e identificamos um conjunto de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no sentido de compreender a configuração espacial do espaço urbano contemporâneo. Este vem sendo apresentado, em diferentes pesquisas, como em constante processo de rearranjo de suas atividades econômicas, remetendo assim a temática da localização destas atividades.

Quando se propõe a realizar uma análise locacional espera-se relacionar aquilo que se quer compreender em termos de localização com as próprias localizações. A ideia reside em estabelecer uma relação entre o conteúdo social daquilo que se quer estudar, com sua função e com as características do local onde está localizada. A forma é o aspecto material visível e o conteúdo refere-se à objetivação, à informação que existe na forma, que lhe foi incluída no momento de sua criação. Santos (2009a [1996]) compreende o espaço enquanto um híbrido, pois a forma e o conteúdo são indissociáveis, sendo, portanto, forma-conteúdo.

Para a análise do espaço, Santos (1992) propõe o uso das categorias forma, função, estrutura e processo. A categoria função é a que liga tudo, que faz com que cada coisa funcione enquanto sistema, assim, refere-se à estrutura. O processo remete à formação do fenômeno, sendo útil para não incorrerem no erro de comparar fenômenos de origens diferentes, admitindo que a realidade é dinâmica, ou seja, está em constante processo de mudança. Nessa seção colocaremos mais ênfase na estrutura.

Geralmente nos estudos locais procura-se estabelecer um padrão de distribuição, algo que seja comum a localização dos objetos em estudo. Compreender a distribuição das instituições de ensino superior nos ajuda a entender como a sociedade se estrutura atualmente e produz o espaço urbano, expressa na organização espacial.

Com o propósito de apresentar o enfoque locacional de maneira crítica, Corrêa (1986) demonstra que a abordagem locacional marcou bastante a prática dos geógrafos nas universidades e órgãos de planejamento. Entretanto, ele constata que os geógrafos privilegiaram outros enfoques, como as relações homem-meio e os estudos de áreas, sendo a questão locacional, muitas vezes, tratada secundariamente.

O interesse no estudo da distribuição dos fenômenos na superfície terrestre marca a pesquisa geográfica desde seus primórdios segundo concepções de espaço variadas. No entanto, a demanda por pensar sistematicamente a questão locacional toma um significado especial na sociedade capitalista, na qual a localização passa a representar um dos elementos que influenciam os custos e lucros das atividades econômicas (CORRÊA, 1986). Surgem “da necessidade por parte da classe dominante de planejar o uso racional e lucrativo do espaço” (CORRÊA, 1986, p. 167).

Corrêa afirma que nos períodos anteriores não fazia sentido pensar sistematicamente na questão locacional, “o pensar sistemático a respeito da realidade ou de uma de suas facetas só se justifica quando a realidade demanda esse pensar. Afinal, são as condições concretas da vida que determinam nosso pensar, e não o contrário”. Isto não quer dizer que não houvessem normas de localização e padrões espaciais resultantes, mas tais questões só apareceram como cruciais para as classes dominantes e o Estado com o capitalismo (CORRÊA, 1986).

Nas formações econômico-sociais dominadas pelo modo de produção capitalista, as atividades econômicas estão submetidas a concorrência, assim, devem apresentar lucros mínimos iguais ou superiores à média do setor, que em parte advêm das vantagens locais “distância das fontes de matérias-primas, do porto, do mercado, etc.” (CORRÊA, 1986).

Quando a produção passa a ser comandada pelo capital, subordinando também o trabalho, se vê um momento de enorme desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o aumento da escala de produção e do volume de capital investido jamais visto antes. As relações sociais de produção passam a ser comandadas pelo capital, resultando em uma crescente proletarianização de trabalhadores, marcada pela desapropriação dos meios de produção e consumo de massa da população. Assim, sendo necessário que a burguesia controle a força de trabalho, o “que passa necessariamente pela localização diferenciada no espaço urbano de grupos sociais como burguesia e classe operária” (CORRÊA, 1986).

O estudo locacional, muitas vezes denominado de estudo da organização espacial, orienta-se por responder uma questão central “por que o homem e suas atividades estão distribuídos do modo como estão?” (CORRÊA, 1986).

Os estudos locais procuram entender como ocorre a distribuição de determinado fenômeno na superfície terrestre e qual o significado de tal distribuição. A procura nestes estudos é por um padrão que explique as localizações, algo que seja comum a todas as localizações, buscando desenhar um modelo dessa localização. A

palavra modelo refere-se a uma representação das características essenciais do fenômeno do qual se propõem estudar. Grande parte dos estudos locacionais se voltou para a produção de modelos. Os modelos constituem tentativas de descrever as estruturas urbana e regional, mas o “primarismo descritivo dos modelos fizeram com que tivessem vida curta” (VILLAÇA, 1998, p. 13).

O modelo elaborado por Christaller (1966 [1933]), na construção de sua teoria dos lugares centrais, foi muito influente nos estudos urbanos. Christaller (1966 [1933]) estava preocupado em entender a distribuição das cidades na escala regional, estabelecendo um modelo composto por um mosaico de hexágonos dispostos, que representam as áreas de influências das cidades, suas hinterlândias. A partir da teoria de Christaller, Lösch também constrói um modelo hexagonal para compreender a distribuição das cidades (HAGGETT, 1976).

Haggett (1976) se ocupa das diferenças entre os modelos de lugares centrais de Christaller e de Lösch, expondo a geometria locacional dos modelos e as implicações que esta comporta para a estrutura do povoamento. Christaller desenvolve uma série de hierarquias de lugares centrais partindo do pressuposto de que o número de centros servido por um lugar central, o valor k , é fixo em qualquer região, através de todas as escalas da hierarquia de lugares centrais. Já Lösch admite o valor k como variável (HAGGETT, 1976).

Haggett (1976) discute a teoria elementar do mosaico, que se refere a repartição eficaz das superfícies entre centros concorrentes. Ele delimita dois critérios de eficácia: eficácia do movimento, medida pela distância entre o centro e os setores periféricos, no interior de um território; e a eficácia dos limites, medida mediante o perímetro do território, que pode ser, por exemplo, os gastos de cercamento de uma exploração agrícola, ou os gastos de defesa de um Estado. O conceito de território empregado por Haggett (1976) refere-se ao território usado no campo da biologia, no qual tem como base a noção de propriedade por um determinado grupo, cita os exemplos do Estado, da diocese eclesiástica e de uma área tribal.

Com base em Coxeter (1961), Hagget (1976, p. 65) afirma que há três princípios geométricos com importância na aplicação desses critérios de energia mínima na divisão de uma superfície. Assim, apresenta os polígonos regulares como formas mais econômicas que os polígonos irregulares. Comparando um quadrado com um retângulo, o autor conclui que quanto maior é o contraste entre os lados maiores e menores de um

retângulo, mais econômico este é, tanto em termos de acessibilidade a partir do centro, quanto do ponto de vista da longitude do perímetro.

Os círculos são polígonos regulares mais econômicos. Haggett (1976) imagina uma série de polígonos regulares começando pelo triângulo, passando pelo quadrado, o pentágono, o hexágono, e assim por diante. Ele observa que em cada estágio o número de lados e de vértices vai aumentando, chegando ao limite do círculo. Este pode ser considerado um polígono regular com um número infinito de lados e de vértices. Examinando esta sequência, identifica que se a área do polígono permanecer constante, a acessibilidade a partir do centro vai melhorando e o perímetro vai diminuindo. Entretanto, os hexágonos são os polígonos que permitem melhor mosaico, pois eles podem ser justapostos sem que nenhuma área fique de fora (HAGGETT, 1976).

Um dos problemas desse modelo proposto por Haggett (1976) é a existência de lugares centrais compartilhados, sob a influência de diferentes centros. Esta situação é mais provável que aconteça na realidade do que lugares sob a influência de apenas um centro. Além disso, a eficácia dos modelos é apresentada por esse autor do ponto de vista eminentemente geométrico. Os modelos deveriam se voltar para a melhor representação dos elementos essenciais dos fenômenos estudados, no sentido de auxiliar na compreensão destes e não se prender a situações ideais, nas quais as diferenças qualitativas da sociedade e suas tensões e conflitos são desprezados, seguindo um princípio de espaço plano, do ponto de vista das formas naturais e artificiais, e neutro, do ponto de vista das ações. Um espaço liso, homogêneo e isento da política.

Entretanto, Corrêa (1989a, 1997) destaca o potencial explicativo dos mecanismos descobertos por Christaller, o alcance espacial máximo e o alcance espacial mínimo. Essa teoria, denomina de Teoria dos Lugares Centrais, foi adaptada por diversos autores para escala intra-urbana, objetivando a identificação de regularidades da localização de comércio e serviços. Segundo Reis (2001) esses estudos que tematizam a estrutura comercial da cidade foram alvo de diversas críticas que têm como traço comum a inépcia em apreender o rebatimento espacial provocado pelas inovações “cada vez mais frequentes, dos formatos da atividade varejista, bem como em não oferecerem explicações suficientemente atualizadas sobre a maneira como se desenvolvem tais inovações” (REIS, 2001, p. 13). Dessa forma, Reis (2001) justifica sua opção pelas Teorias da Evolução Varejista no seu estudo sobre o processo de descentralização dessas atividades na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo.

Christaller (1966 [1933]) centra a sua análise em aspectos quantitativos e econômicos da realidade, como a quantidade de população, sua renda, o preço do produto, os custos de deslocamento. Assim, a cidade e a rede urbana são apresentadas destituídas de vida social. Entretanto, Corrêa (1989a, 1997) apreende tal teoria sob uma perspectiva crítica, incluindo novos elementos como aspectos definidores das redes de localidades centrais. Estas variam

em grande parte, de combinações distintas dos seguintes elementos que são variáveis e não constantes: densidade e estrutura demográfica, renda, tanto em termos de média como na distribuição social e espacial, padrões culturais que implicam em certos hábitos de consumo e preferências nos deslocamentos espaciais, preço dos produtos, facilidades de circulação, heranças do passado em termos de localização dos centros, e dinâmica regional. (CORRÊA, 1989a, p. 30).

O centro na Teoria dos Lugares Centrais possui uma região de influência ou área de mercado denominada de hinterlândia, que corresponde ao espaço onde o lugar central distribui bens e serviços. Para cada bem e serviço existe uma condição mínima para ser oferecido, definida pela quantidade e renda da população, ou seja, um mercado mínimo. Esta definição corresponde ao alcance espacial mínimo, o que Santos (2008 [1979]) chama de limiar. Quanto maior a quantidade de população e a sua renda, maior tende a ser a demanda por bens e serviços. O alcance espacial mínimo “compreende a área em torno de uma localidade central que engloba o número mínimo de consumidores que são suficientes para uma atividade comercial ou de serviços, uma função central, possa economicamente se instalar” (CORRÊA, 1989a, p. 21).

Nesse sentido, levantamos os valores de renda dos habitantes do município de São Gonçalo e de sua distribuição por bairro. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), os valores da mediana de renda dos habitantes de São Gonçalo são significativamente baixos, entre R\$ 510,00 e R\$ 1500,00. Tais números correspondem ao valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade. A mediana é uma medida de tendência central equivalente ao valor que ocupa a posição central de um conjunto de dados numéricos ordenados, em ordem crescente ou decrescente, separando a metade inferior da metade superior do conjunto. Considerou-se como rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade, a soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes (IBGE, 2010).

Comparando os valores de rendimento mediano ao preço das mensalidades dos cursos (quadro 4) parece algo discrepante, porém, os valores de renda apenas expressam

uma tendência, podendo existir valores de renda muito maiores. Além disso, existe a possibilidade de os alunos dessas instituições serem habitantes de outros municípios e, ainda, os alunos têm possibilidade de participarem dos programas de bolsa e financiamento do governo. A maioria dessas instituições fazem parte de programas de bolsa e financiamento estudantil (quadro 5).

IES	MENSALIDADE (Máx. e Mín. em R\$)
UNESA	661,00 - 1088,00
ISAT	370,00 - 441,00
FAP	407,00 - 643,01
UNIVERSO	792,00 - 1192,00
FAMATH	760,00

Quadro 4: Instituições e valores máximos e mínimos de suas mensalidades no ano de 2012.

Os alunos de baixa renda têm como possibilidades principais os programas Proune e Fies. Como o Proune é um programa de bolsas, o número de alunos por instituição é limitado. As instituições disponibilizam uma porcentagem de suas vagas para o programa em troca de isenção de impostos. Já o programa Fies, depende apenas da renda do aluno, assumindo uma maior importância nessa expansão.

O Reitor da instituição Isat, Helter Barcellos, compreende a significativa expansão do ensino superior privado do município devido ao mercado potencial que possui, contando com pessoas das classes econômicas A, B e C.

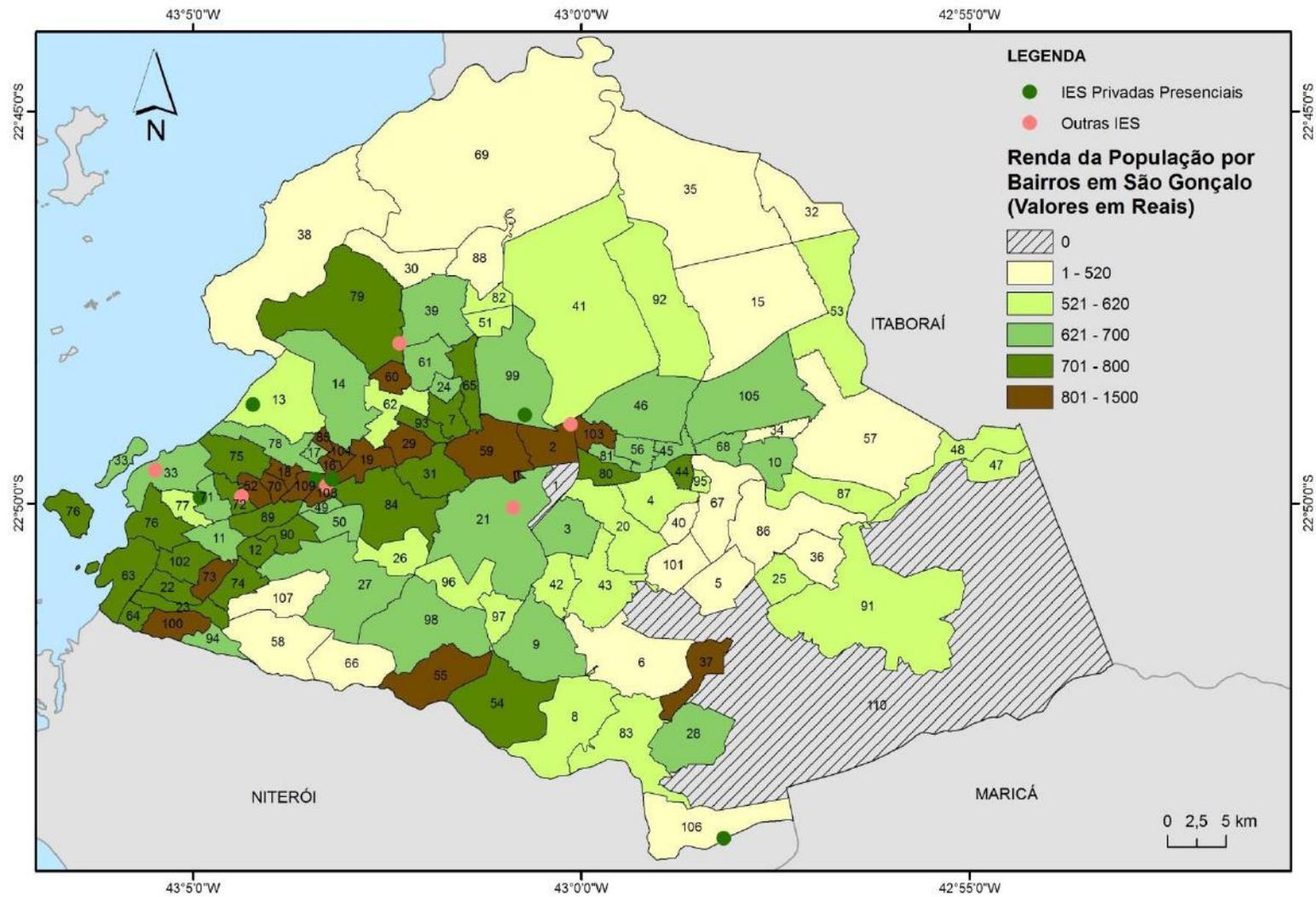
O que acontece é o seguinte, São Gonçalo é a segunda cidade em população do estado, ela tem mais de um milhão de pessoas, isso significa que o mercado é muito grande, eu acredito que pessoas de nível econômico A e B estejam em torno de 10% da população, isso significa 100 mil pessoas, você imagina, 100 mil pessoas, é um mercado enorme. Então esse mercado que teve uma melhoria recentemente, porque classe C começou também a frequentar faculdade, esse mercado é que atraiu essas [instituições] (relato oral, 2012).

Pegando a divisão de classes econômicas delimitada por Neri (2010) a classe mais representativa que caracterizaria São Gonçalo seria as classes D, que corresponde ao intervalo de 705 a 1126 reais de renda familiar. Entretanto, cabe chamar atenção para a diferença de natureza desses dados, o dado do IBGE é de renda nominal de pessoas e o usado por Neri (2010) é o de renda familiar. Mas pela indisponibilidade de dados, utilizaremos estes como referência demonstrativa. Se selecionarmos o maior valor de mediana de renda de São Gonçalo, que é de 1200 reais, e imaginarmos uma família de

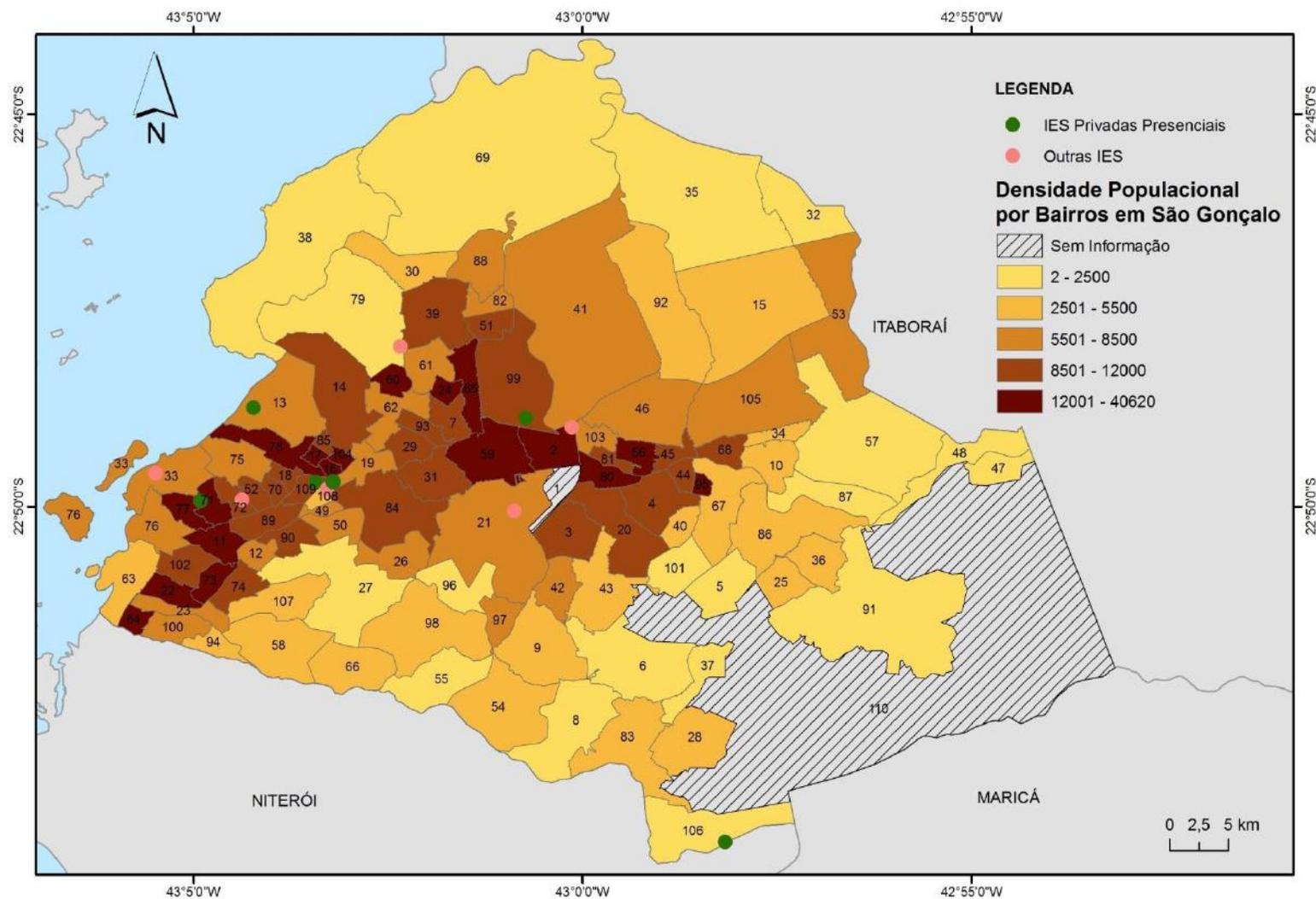
quatro pessoas, cada uma com esse rendimento, teríamos um total de 4800 reais, o que corresponderia a menos de dez salários mínimos, tendo como referência o salário mínimo no ano de 2010, de 510 reais. Dessa forma, possivelmente a maioria dos moradores de São Gonçalo se encaixariam no perfil admissível para o Fies, que é o de renda familiar bruta inferior a 20 salários mínimos.

A existência de instituições de ensino superior anteriores à década de 2000 nos indica, por um lado, a existência de uma população de classe média na cidade, mesmo que pouco expressiva diante do conjunto total da população, mas que justificava a presença de tais instituições. Por outro lado, expressa a existência de uma elite local interessada em investir no setor educacional, pois quatro das doze instituições identificadas no município em 2009 são resultantes da ação de empresários locais no setor educacional.

Os bairros que apresentam os maiores valores de rendimento compõem a parte mais antiga e adensada da cidade, que se concentra no entorno do Eixo Urbano, que liga o bairro Neves ao bairro Alcântara (mapa 5) passando pelo Centro de São Gonçalo. Esta parte da cidade também concentra os maiores valores de densidade populacional (mapa 6). Com exceção das instituições Anhanguera (12) e Famath (2), todas as instituições de ensino superior encontram-se distribuídas nessa parte da cidade. Há uma clara correspondência entre a distribuição da renda, a distribuição populacional e a localização das instituições.



Mapa 5: Localização das Instituições de Ensino Superior (IES) em 2009 e renda por bairro em São Gonçalo. Elaboração própria, dados Censo IBGE 2010, base cartográfica do IBGE.



Mapa 6: Localização das Instituições de Ensino Superior (IES) em 2009 e densidade populacional por bairro em São Gonçalo. Elaboração própria, dados Censo IBGE 2010, base cartográfica do IBGE.

Os dados de densidade demográfica e renda são importantes na definição de um mercado mínimo para a oferta desse serviço. Em entrevista com os representantes das instituições confirmamos essa lógica, que funciona associada aos dados de demanda da população e de oferta de ensino superior existente na localidade. Segundo o pró-reitor da Universo, Manoel Esteves, a instituição se guia por pesquisas de mercado. Ele comentou sobre a criação do *campus* da Universo em Goiânia, capital do Estado de Goiás, como exemplo desse caso. Esta cidade possuía um número significativo de pessoas interessadas em cursar o ensino superior, dentro do perfil que as instituições buscam.

Se você perguntaria para mim “por que de repente vai para Goiânia?” por causa de uma necessidade, o local em si não tinha também universidades e tal, tinha pouca. Hoje com a chegada da Universo muitas acabaram indo também, mas acabava, por exemplo, hoje a Universo em Goiânia foi uma das primeiras que se instalou naquela região que está hoje [...] nós fomos quase que pioneiros, só tinha a PUC lá naquela época, aí foi a universidade. E as federais ela acaba limitando também por causa do número de vagas e tal, aquela coisa, limita né?! E aí com isso tem uma necessidade maior, pessoas querendo, aí não tem, só tem 100 vagas aqui, e aí, o que que faz? Mas aí se outra já tiver 100 vagas, e se a outra já tiver mais 100 vagas, quer dizer, amplia essa necessidade. Então, de um modo geral foi assim foi pela necessidade dos locais, então escolhemos justamente os locais em função dessa necessidade [SIC] (relato oral, 2012).

Com a criação dos programas Proune, Fies e Pravalor, esse mercado se expande. Assim, confirmando o princípio do alcance espacial mínimo. Entretanto, a instituição Isat não faz parte de nenhum dos programas, sendo a instituição com os menores preços de mensalidade. Segundo o reitor dessa instituição, Helter Barcellos, não há o interesse em trabalhar com um grande número de alunos, a instituição está interessada em se consolidar como uma instituição de qualidade. Nos primeiros anos de funcionamento a instituição foi deficitária, mantida pelo Instituto Cultural Brasil Estados Unidos (ICBEU), curso de línguas onde foi implantada a Isat, conseguindo apenas recentemente fazer com que a despesa e a receita estivessem equilibradas.

Agora, durante muito tempo o curso, a faculdade foi deficitária, ela foi mantida exatamente pelo ICBEU [...]. O déficit era grande porque nós tínhamos poucos alunos e despesas muito altas, como professores bem remunerados e tal [...]. O Instituto Cultural Brasil Estados Unidos é a mantenedora do ISAT. Ela que mantém. O prédio ali pertence ao ICBEU. Então, é, nós conseguimos viver tranquilamente porque o instituto, ele tem uma boa renda e pode manter, só há um ano mais ou menos que nós conseguimos juntar as pontas em termos de orçamento e nós conseguimos fazer com que a despesa e a receita estivessem equilibradas, que dá uma tranquilidade maior, mas não nos importa não. E, então, a história é essa, é uma história de 9 anos, é uma instituição muito nova, muito nova, e, tem um objetivo muito diferente do objetivo comum na cidade, que é ter muito alunos, faturar alto, nós não temos esta preocupação, até porque

nosso prédio, aquele prédio onde a faculdade funciona não nos permite crescimento muito grande não, nós temos poucas salas para a faculdade e a faculdade convive com o curso, o curso de mais de 2 mil alunos ali (relato oral, 2012).

A instituição Universo não faz parte do programa Proune, mas faz parte dos programas de financiamento estudantis, Fies e Pravaler, oferecendo também bolsas segundo critérios próprios.

Cod.	IES	Programas		
		Pravaler	Proune	Fies
2	FAMATH		x	x
3	FAP		x	
6	UNESA	x	x	x
7	UNIVERSO	x		x

Quadro 5: Relação das instituições privadas com cursos presenciais e programas de bolsa e financiamento estudantil.

Em entrevista com o Pró-Reitor da Universo, Manoel Esteves, descobrimos que a cidade de São Gonçalo não se constitui como um mercado mínimo para esta instituição. Dessa forma, a Universo estabelece convênio com prefeituras de diversos municípios do estado para oferta descontos, objetivando atrair mais alunos.

aqui tem um milhão e tantos mil habitantes, Niterói tem 500 mil, mas tem todo o entorno, então, o que mantém na realidade não é só São Gonçalo, seria o entorno [...]. Então a gente tem um convênio com a maioria das prefeituras que nós falamos para você (relato oral, 2013).

Além do alcance espacial mínimo, cada bem ou serviço no conjunto de cada nível hierárquico possui um limite espacial além do qual não é mais distribuído, limite até o qual não é mais possível o lugar que distribui bens e serviços atuar como lugar central. Esse limite corresponde ao alcance espacial máximo, definido pela “área determinada por um raio a partir de uma dada localidade central. Dentro dessa área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central, visando à obtenção de bens e serviços” (CORRÊA, 1997, p. 57).

O alcance espacial máximo pode mudar a partir da ampliação da cidade, pelo estabelecimento de novas funções centrais e também, por mudanças no sistema rodoviário, possibilitando, por exemplo, a conexão com novas áreas. Assim pode estar favorecendo o deslocamento de populações para o local central. “Para cada produto ou serviço haveria, em princípio, um alcance espacial específico. No entanto, aqueles que

apresentam alcances espaciais semelhantes tendem a ser oferecidos nas mesmas localidades centrais” (CORRÊA, 1989a, p. 22).

Descobrir o local de origem dos estudantes nos ajudaria a delimitar a área de influência das instituições, o seu alcance espacial máximo, e por consequência, a influência de São Gonçalo sobre outras cidades. No entanto, nenhuma das instituições visitadas possui um dado separado com o local de residência de seus alunos. O que conseguimos, foi uma listagem das prefeituras conveniadas a instituição Universo (quadro 6) para oferta de descontos e bolsas para habitantes dos municípios conveniados.

UNIVERSO - Municípios conveniados - 2013	
Região Metropolitana	Região Serrana
Paracambi	Petrópolis
Japeri	Teresópolis
Guapimirim	Sumidouro
Itaboraí	Duas Barras
Tanguá	Cordeiro
Niterói	Bom Jardim
Maricá	Macuco
Região Baixadas Litorâneas	Cantagalo
Saquarema	São Sebastião do Alto
Araruama	Trajano de Moraes
Armação de Búzios	Santa Maria Madalena
Arraial do Cabo	Região Norte Fluminense
Cabo Frio	Itaocara
São Pedro da Aldeia	Italva
Iguaba Grande	Região Noroeste Fluminense
Rio Bonito	São Fidélis
Silva Jardim	Cardoso Moreira
Cachoeiras de Macacu	São Francisco de Itabapoana
Casimiro de Abreu	São João da Barra
Região Médio Paraíba	Carapebus
Paraíba do Sul	Conceição de Macabu
Região Costa Verde	Região Centro Sul Fluminense
Mangaratiba	Quatis
Angra dos Reis	
Parati	

Quadro 6: Lista de municípios conveniados à Universo - 2013.

A Universo possui convênio com 42 municípios de oito regiões diferentes no Estado do Rio de Janeiro. O Pró-Reitor Manoel Esteves confirma a presença de alunos de 11 desses 42 municípios: Rio Bonito, Macaé, Magé, Guapimirim, Petrópolis, Teresópolis,

Itaboraí, Tanguá, Maricá, Saquarema, Araruama. Esteves enfatiza que a influência da instituição é maior à leste da Baía de Guanabara.

Praticamente são quase todos do entorno aqui [...]. Tem aluno de Rio Bonito, que tem aluno de Macaé, que tem aluno de Magé, Guapimirim, Petrópolis, Teresópolis. Eu posso dizer de tudo isso que tem aqui com certeza, quer dizer agora, todos, é impossível obter essa coisa [SIC], mas eu posso dizer que pelo menos aí umas vinte é do entorno aqui, umas dez a quinze [SIC], Itaboraí, Tanguá, [...] posso te assegurar que [...] quase todos [...] esses municípios do entorno têm aluno. Por quê? [...] Você vai ver um monte de ônibus chegando aqui, você vai ver de Cachoeiras de Macacu [...]. Só não tem do lado de lá, eu diria que é do lado de cá. Aí sobe Maricá, Saquarema, tudo isso tem, Araruama, pra cá [SIC]. Pra lá não, que aí também já fica muito distante, não é nem distante, na realidade, eu acho que seria muito mais complicado para ir. Então, desse lado de cá com certeza (relato oral, 2012).

Também não temos a informação da quantidade de alunos que a universidade possui em cada um desses municípios, assim não podemos definir a intensidade das relações entre a Universidade e esses municípios. Podemos apenas, ilustrar a influência contingente a partir do relato do Pró-Reitor e da lista de municípios conveniados.

2.3 Ensino superior e o espaço metropolitano fluminense

O custo dos transportes é outro fator que favorece indiretamente a expansão do ensino superior em áreas periféricas. No Estado do Rio de Janeiro, uma parte expressiva da renda das pessoas é destinada às empresas de transporte urbano. Não necessariamente é o fator mais importante para muitas pessoas, o medo da violência pode ser determinante. A cidade do Rio de Janeiro concentra a maioria das instituições de ensino superior e é comumente representada pelos meios de comunicação de massa como lugar extremamente violento, ainda que representada, também, como a “cidade maravilhosa” devido a sua beleza cênica.

Souza (2010) enfatiza que hoje ocorre nas metrópoles uma fragmentação do tecido sócio-espacial. Este autor traz à tona a dimensão política da fragmentação urbana, como uma fragmentação territorial, discutindo a existência de poderes paralelos ao Estado, com sua formação conduzida no âmbito da sociedade civil e até mesmo a territórios e microterritórios ilegais. Aliado a isto, discute as estratégias escapistas de segmentos das classes médias e altas. O resultado disso tudo é um padrão mais complexo da segregação, "que vai gerando uma espacialidade caracterizada por conflitos e tensões,

pelo desafio ao Estado e ao controle territorial estatal representado por grupos criminosos e pelas estratégias defensivas utilizadas por parcelas das camadas médias e altas da sociedade" (SOUZA, 2010, p. 217). No entanto, nos limitaremos a apresentar as possibilidades de deslocamentos através do sistema de transportes coletivos.

A circulação de estudantes, funcionários e professores se dá sobre as infraestruturas de transporte existentes nas cidades, através do sistema de transporte público disponível ou através do transporte particular, seja do automóvel ou da moto. Pela restrição de muitas das informações, nos limitaremos a discutir a localização das instituições em relação à estrutura viária de São Gonçalo, as possibilidades e custos de deslocamento através do sistema público de transporte.

Villaça (1998) considera as condições de transporte como decisivas para a estruturação do espaço intra-urbano. Ele chama a atenção para uma confusão comum na abordagem do espaço intra-urbano, no que se refere aos sistemas de comunicação e de transporte. Esse autor salienta que cada um deles remete a diferentes escalas, considerando os efeitos das comunicações praticamente desprezíveis na estruturação dos espaços intra-urbanos. A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento de informações, energia, capital constante e mercadorias, eventualmente da mercadoria força de trabalho. Já o espaço intra-urbano, tem sua estruturação dominada pelas condições de deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho e consumidor, realizando deslocamentos casa-trabalho, casa-compras, casa-lazer, casa-escola, etc. (VILLAÇA, 1998).

O sistema de transporte coletivo de São Gonçalo é composto por 137 linhas de ônibus cadastradas no STRERJ, destas, 30 têm seus pontos finais no centro principal (Fórum), 39 linhas no centro de Niterói e 47 em Alcântara. Dessa forma, a estrutura do sistema de transporte urbano está estruturada segundo três pontos finais principais, que correspondem a três centros, o centro de Niterói, o centro de São Gonçalo e centro de Alcântara, com praticamente todos os bairros de São Gonçalo ligados a estes três pontos por linhas de ônibus.

Para um habitante de São Gonçalo ter acesso ao Rio de Janeiro são diversas as possibilidades, mas os custos são bem mais elevados que os deslocamentos intraurbanos e até mesmo para o centro de Niterói. Consideraremos aqui apenas duas possibilidades de deslocamento para o núcleo metropolitano no sentido de ilustrar o peso dos transportes no custo de vida urbano.

O acesso população de São Gonçalo ao núcleo metropolitano se dá através de Niterói por meio de quatro vias principais: a BR 101, RJ 104, o Eixo Urbano e uma via paralela a este eixo, isolada deste por um morro alongado com a mesma direção da via, sudoeste-leste.

O Eixo Urbano descrito neste trabalho é uma via principal de cidade relacionada à sua circulação interna da cidade, onde estão localizadas as instituições privadas presenciais Fap (3), Isat (5) e Universo (7). Diferentemente da rodovia BR 101, onde se encontra a Unesa (6), via preferencial de passagem dos que vêm dos municípios a leste de São Gonçalo, das regiões Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense, em direção ao núcleo metropolitano.

Como ao longo do Eixo Urbano estão as maiores densidades populacionais, pegaremos como exemplo apenas linhas de ônibus que passam por este eixo, apesar de apresentarmos vários preços de passagem de ônibus na tabela 5.

Tabela 4: Preço das passagens de ônibus urbano nos municípios de São Gonçalo, de Niterói e do Rio de Janeiro (DETRÔ, 2009).

São Gonçalo			
Linhas	Ano 2009	Total 1 dia	Total mês (22 dias úteis)
Alcântara-Pontal	R\$ 2,10	R\$ 4,20	R\$ 92,40
Niterói-Alcântara	R\$ 2,50	R\$ 5,00	R\$ 110,00
Venda das Pedras-São Gonçalo	R\$ 3,25	R\$ 6,50	R\$ 143,00
Tanguá-Alcântara	R\$ 3,40	R\$ 6,80	R\$ 149,60
Alcântara-Magé	R\$ 4,55	R\$ 9,10	R\$ 200,20
São Gonçalo - Vila Isabel	R\$ 5,70	R\$ 11,40	R\$ 250,80
Alcântara-Campo Grande	R\$ 10,85	R\$ 21,70	R\$ 477,40
Alcântara-Duque de Caxias	R\$ 11,65	R\$ 23,30	R\$ 512,60
Alcântara-Nova Iguaçu	R\$ 14,65	R\$ 29,30	R\$ 644,60
Niterói			
Linhas	Ano 2009	Total 1 dia	Total mês (22 dias úteis)
Centro-São Francisco	R\$ 2,20	R\$ 4,40	R\$ 96,80
Charitas-Leme	R\$ 5,10	R\$ 10,20	R\$ 244,40
Rio de Janeiro			
Linhas	Ano 2009	Total 1 dia	Total mês (22 dias úteis)
Central-Copacabana	R\$ 2,20	R\$ 4,40	R\$ 96,80

Considerando apenas cinco dias úteis por semana, temos uma média de 22 dias úteis por mês. Imaginando que um aluno morador de São Gonçalo se inscreva em todas as disciplinas referentes ao seu período, por conseguinte, assistindo aula todos os dias, ele irá precisar se deslocar diariamente à instituição de ensino superior que está

matriculado. Os custos de transporte vão depender da localização da instituição e do seu local de moradia.

Tabela 5: Preço das passagens de ônibus em relação ao salário mínimo (DETRO, 2009; DIEESE, 2009).

Valor unitário	Total 1 dia	Total mês (22 dias úteis)	Salário Mínimo	Salário Mínimo menos o valor da passagem	% do salário mínimo
R\$ 5,70	R\$ 11,40	R\$ 250,80	R\$ 465,00	R\$ 214,20	53,93%
R\$ 2,20	R\$ 4,40	R\$ 96,80	R\$ 465,00	R\$ 368,20	20,81%

Se o aluno que estuda no Rio de Janeiro utilizar diariamente a linha São Gonçalo - Vila Isabel, ele gasta durante um mês o total de 250 reais, o equivalente a 53,93% do salário mínimo (tabela 6). Se esse aluno precisar utilizar dois ônibus, sendo o segundo uma linha municipal do Rio de Janeiro, irá despende 347 reais e 60 centavos por mês, o que corresponde a 74,75% do valor do salário mínimo. Mesmo com a criação do Bilhete Único, que permite as pessoas se deslocarem utilizando até duas linhas de ônibus gastando R\$ 4,40, o valor permanece alto, um total de 193 reais e 60 centavos, 41,63% do salário mínimo. Esses valores impedem que uma grande parte da população se desloque para fora da cidade com frequência.

Santos (2008 [1979]) compreende a imobilidade de certos bens e serviços e a imobilidade de certos indivíduos, devido a limitada capacidade de deslocamento, como dois resultados do caráter seletivo da implantação do circuito moderno. Ele afirma que a difusão e permanência das atividades dos dois circuitos da economia urbana estão ligadas à organização do espaço pelos transportes e à distribuição geográfica das rendas.

Discutindo a possibilidades de criação de atividades modernas, Santos (2008 [1979]) demonstra que essas atividades não dependem exclusivamente das condições potenciais de mercado, definido por um certo nível de atividades pré-existentes e por uma certa distribuição de rendas. Os preços estabelecidos nas cidades próximas mais importantes também influenciam, assim como um conjunto de fatores.

A situação, entretanto, é diferente para cada produto. As variáveis que devem ser consideradas são as economias de escala próprias a cada produção, a importância e o nível de organização situadas em outros pontos do espaço; as dificuldades e custos de transporte; o volume e a frequência da demanda local; a participação das classes pobres na demanda (SANTOS, 2008 [1979], p. 337).

Santos (2008 [1979]) relaciona a importância da cidade aos tipos de produtos que distribui, aos tipos de consumo que nela se encontram. Este autor identifica pelo menos três níveis hierárquicos: a metrópole, a cidade regional ou intermediária e a cidade local,

sendo que a definição e o conteúdo de cada um dos níveis é em função das condições de organização do espaço no atual período tecnológico. “Em geral a metrópole é o único lugar que pode reunir as formas modernas da vida econômica, social e política (SANTOS, 2008 [1979], p. 332). Explica que o surgimento e desenvolvimento de cidades locais respondem ao domínio do consumo de demandas gerais mínimas da população e as cidades intermediárias respondem a um consumo mais exigente.

E nesse contexto, a organização dos transportes age como modificador do tamanho do espaço servido e da densidade econômica da cidade, tendo em vista que as distâncias não se limitam ao sentido geométrico do termo. A distância também é social, definida em função do nível de vida das diferentes camadas sociais.

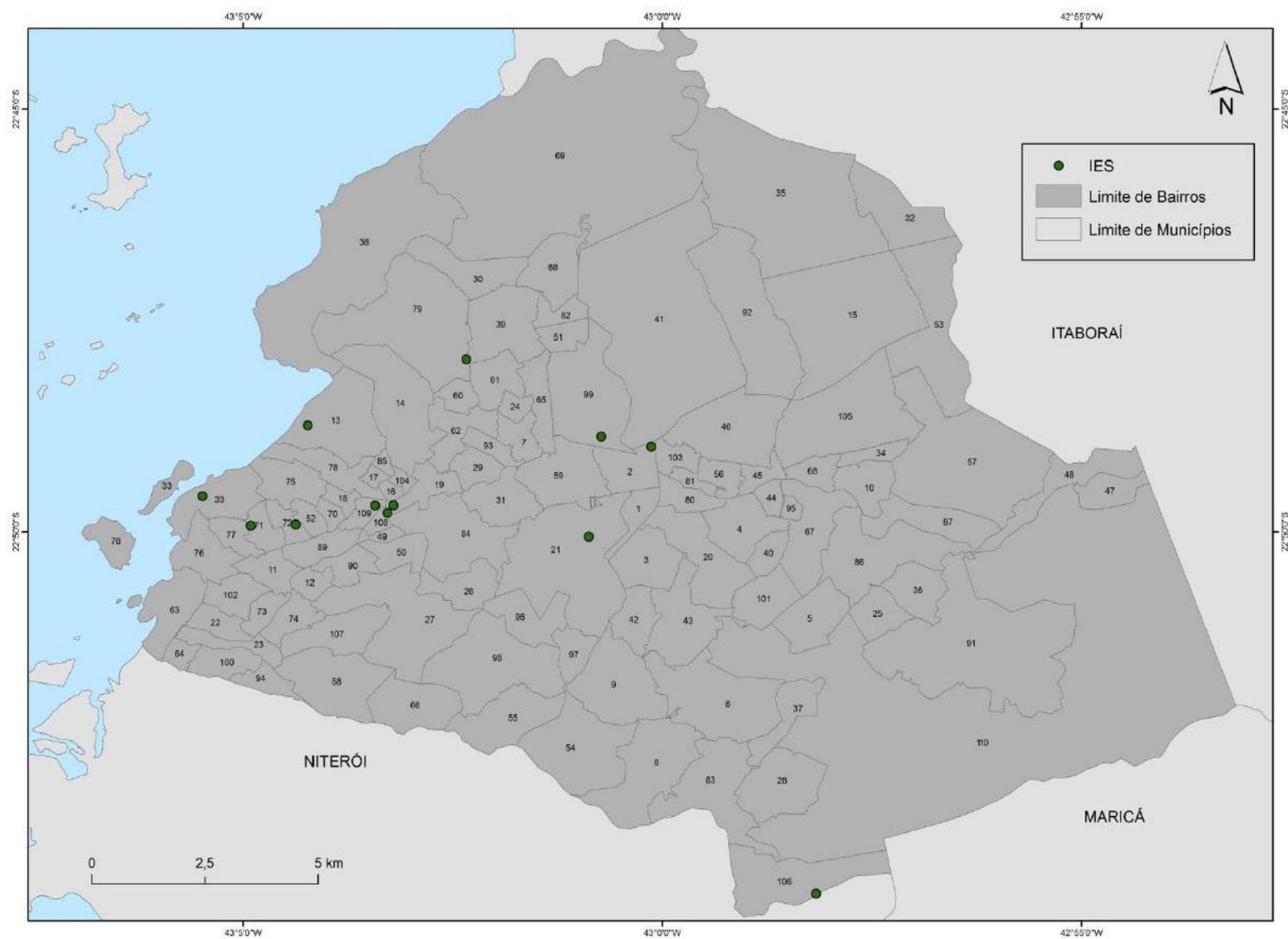
2.4 As instituições de ensino superior e as formas de expressão de centralidade

A cidade se estrutura a partir de seus centros, nesse sentido, Freire e Freire (2006) descrevem a estrutura da cidade de São Gonçalo como composta por cinco centros principais. Essas autoras não definem explicitamente o que consideram como centro, assim, apresentam um conjunto de centros caracterizados por atividades de naturezas distintas na cidade de São Gonçalo, como correspondentes aos bairros: Centro, Neves, Arsenal, Colubandê e Alcântara (mapa 7, quadro 7).

Analisando a paisagem da cidade de São Gonçalo podemos concluir que os centros definidos por Freire e Freire (2006) correspondem apenas aos bairros citados pelas autoras.

O bairro Centro, se caracteriza por seu papel administrativo, abrigando o aparato político do município, com a prefeitura municipal e câmara de vereadores e, segundo Freire e Freire (2006), não apresenta um grande acúmulo de funções, sendo um importante centro financeiro e comercial. No bairro Zé Garoto, contíguo ao bairro Centro, compreendido por nós como uma continuidade do centro de São Gonçalo, estavam localizadas três instituições: Fatesg (4), Isat (5) e Ulbra (11).

O bairro de Neves se transformou atualmente “numa ‘ilha de serviços’ com postos bancários e redes internacionais de comércio Carrefour, Sam’s Club, Mc Donald’s, entre outras” (FREIRE; FREIRE, 2006). O bairro Arsenal, localidade industrial dos anos 1970 no entroncamento da rodovia Amaral Peixoto, a RJ 106, com a RJ 104 (antiga BR 101), se destaca por ser “hoje importante polo da indústria químico-farmacêutica” (FREIRE; FREIRE, 2006).



Mapa 7: Distribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) por bairro em São Gonçalo em 2009. Elaboração própria, base cartográfica do IBGE.

BAIRRO	COD	BAIRRO	COD	BAIRRO	COD
Jardim Alcântara	1	Ieda	36	Porto Velho	76
Alcântara	2	Jardim Nova República	42	Porto da Madame	77
Almerinda	3	Paraíso	71	Porto da Pedra	78
Amendoeira	4	Patronato	72	Porto da Rosa	79
Anaia Grande	5	Pita I	73	Raul Veiga I	80
Anaia Pequeno	6	Pita II	74	Raul Veiga II	81
Antonina	7	Jockey	43	Recanto das Acácias	82
Arrastão	8	Lagoinha I	44	Rio do Ouro	83
Arsenal	9	Lagoinha II	45	Rocha	84
Barracão	10	Laranjal	46	Rosane	85
Barro Vermelho I	11	Largo da Idéia I	47	Sacramento I	86
Barro Vermelho II	12	Largo da Idéia II	48	Sacramento II	87
Boa Vista	13	Lindo Parque I	49	Salgueiro	88
Boaçu	14	Lindo Parque II	50	Santa Catarina	89
Bom Retiro	15	Luiz Caçador	51	Santa Catarina II	90
Brasilândia I	16	Mangueira	52	Santa Isabel	91
Brasilândia II	17	Marambaia	53	Santa Luzia	92
Camarão	18	Maria Paula I	54	São Miguel	93
Centro	19	Maria Paula II	55	Tenente Jardim	94
Coelho	20	Miriambi	56	Tiradentes	95
Colubandê	21	Monjolos	57	Tribobó I	96
Covanca I	22	Morro do Castro	58	Tribobó II	97
Covanca II	23	Mutondo	59	Tribobó III	98
Cruzeiro do Sul	24	Mutuaguaçu	60	Trindade	99
Eliane	25	Mutuapira	61	Venda da Cruz	100
Engenho Pequeno I	26	Mutuá	62	Vila Candosa	101
Engenho Pequeno II	27	Neves I	63	Vila Lage	102
Engenho do Roçado	28	Neves II	64	Vila Três	103
Estrela do Norte	29	Nova Cidade	65	Vila Yara	104
Fazenda dos Mineiros	30	Novo México	66	Vista Alegre	105
Galo Branco	31	Pacheco I	67	Várzea das Moças	106
Gebara	32	Pacheco II	68	Zumbi	107
Gradim	33	Palmeiras	69	Zé Garoto I	108
Guarani	34	Parada Quarenta	70	Zé Garoto II	109
Guaxindiba	35	Porto Novo	75		

Quadro 7: Lista de bairros e seus respectivos códigos representados nos mapas. Fonte: IBGE, 2010, adaptado.

Também se encontra no município uma produção de vestuário, principalmente de jeans e biquíni, mais concentrada nos bairros Trindade e Nova Cidade, no entanto, espacialmente dispersa pela cidade, com algumas etapas da produção realizadas por trabalhadores terceirizados em suas residências. Essa produção é geralmente vendida em pequenas lojas de centros de bairro, como nos bairros Paraíso, Gradim e Porto Novo. No bairro Trindade está localizada a mais antiga instituição privada, a Universo (7), estando relativamente próxima ao centro de Alcântara; no bairro Paraíso está localizada a Fap (3);

no Gradim, o Cederj (1). Estas duas últimas instituições encontram-se próximas a centros com uma área de influência restrita ao conjunto de bairros em seu entorno.

A “localidade do Colubandê exerce a atividade de centro comercial atacadista nas margens da antiga RJ 104, onde estão o Ceasa e o Makro com atendimento regional” (FREIRE; FREIRE, 2006, p. 347) Neste bairro está localizada a instituição Anhanguera, mas relativamente próxima desse polo atacadista.

Porém, a definição de centro utilizada neste trabalho, como localidade que concentra atividades de comércio e serviços voltadas para o consumidor final, exclui o polo atacadista como um centro, apesar de configurar uma forma de expressão de centralidade.

E por fim, Alcântara, que se caracteriza como “o mais importante centro comercial varejista, da indústria de confecção e de transportes urbanos do município” (FREIRE e FREIRE, 2006, p. 347) Neste centro encontrava-se a instituição Ucb (9), funcionando em um condomínio de prédios residenciais na RJ 104.

Os centros descritos por Freire e Freire (2006) concentram atividades com funções: político-administrativa, financeira, serviços e comércio varejistas, comércio atacadista e industrial. A definição de centro no caso se dá pela concentração de atividades econômicas, que constituem em formas de expressão de centralidade.

Freire e Freire (2006) também destacam a centralidade exercida pelo Shopping São Gonçalo, inaugurado em 2004 no bairro Boa Vista, próximo ao bairro Centro. As autoras afirmam ser um empreendimento de alcance espacial regional, devido à presença de lojas âncoras e cinemas, e ainda, da instituição Unesa (6). Antes do surgimento desse *shopping*, os moradores de São Gonçalo que não buscavam um consumo popular em lojas de rua, dirigiam-se principalmente ao Plaza Shopping no centro de Niterói. Este município, até o surgimento do Shopping São Gonçalo, era o único que possuía esse tipo de empreendimento imobiliário na orla oriental da Baía de Guanabara. Em 2010 é inaugurado o segundo *shopping center* do município, o Boulevard Shopping no Bairro Centro.

Neste sentido, Silva (2012) apreende três formas principais de expressão de centralidade urbana em São Gonçalo, ao longo da principal via de circulação da cidade, o Eixo Urbano, que percorre os bairros de Neves, Centro e Alcântara; a segunda como o centro principal da cidade, onde está localizado a maior parte do aparato político administrativo; e, uma terceira forma, o centro de Alcântara, principal centro de comércio e serviços de São Gonçalo e dos municípios vizinhos. No “centro principal estão a

Prefeitura e secretarias municipais, boa parte dos cartórios e serviços jurídicos, enquanto em Alcântara temos um comércio varejista diversificado e serviços pessoais” (SANTOS, 2000 *apud* SILVA, 2012, p. 137).

A partir das descrições apresentada por Silva (2012) e Freire e Freire (2006) e conhecimentos de campo, elaboramos o quadro 7, que representa a distribuição das instituições de ensino superior (IES) em São Gonçalo em relação às principais formas de expressão de centralidade urbana.

COD.	IES	Localização		
		Centralidades	Rua	Bairro
1	CEDERJ	Centro de bairro	BR 101 com a Rua Visconde de Itaúna	Gradim
2	FAMATH	-	RJ 106, Rodovia Amaral Peixoto	Rio do Ouro
3	FAP	Eixo Urbano/centro de bairro	Rua Visconde de Itaúna	Paraíso
4	FATESG	Eixo Urbano/centro de São Gonçalo	Rua Coronel Moreira César	Centro
5	ISAT	Eixo Urbano/centro de São Gonçalo	Rua Dr. Francisco Portela	Zé Garoto
6	UNESA	São Gonçalo Shopping	BR 101	Boa Vista
7	UNIVERSO	Eixo Urbano/centro de Alcântara	Av. Domingos Damasceno Duarte	Trindade
8	UNINTER	-	Av. Paula Lemos	Portão do Rosa
9	UCB	Eixo Urbano/centro de Alcântara	RJ 104	Alcântara
10	FFP/UERJ	Eixo Urbano/centro de bairro	Rua Dr. Francisco Portela	Patronato
11	ULBRA	Eixo Urbano/centro de São Gonçalo	Rua Aurora Siqueira	Zé Garoto
12	ANHANGUERA	polo atacadista	Av. Maricá	Colubandê

Quadro 8: Localização das instituições de ensino superior em relação à estrutura urbana de São Gonçalo.

Cordeiro (1980) não considera a atividade educacional como uma função central, característica de um centro, pois ela tem sua localização nas cidades orientada segundo a função residencial, assim, não sendo um serviço voltado para um público exterior a cidade. No entanto, o ensino superior não se distribui de forma ubíqua como as escolas e muitos cursos. Diversas cidades não possuem instituições de ensino superior, mas possuem escolas de ensino básico como Tanguá, por exemplo, o que implica em uma área de influência ampla das instituições de ensino superior.

Müller (1958), em seu estudo sobre o centro da cidade de São Paulo, salienta que as escolas precisam de amplas áreas para o seu funcionamento, assim, evitam a localização nos centros, pelos maiores custos de implantação. O valor da terra urbana tende a ser mais alto nos centros em relação ao conjunto da cidade devido ao maior acúmulo de valor trabalho nessa área.

Silva (2012) usa os valores da terra urbana estipulados pela prefeitura de São Gonçalo para cobrança de impostos na sua definição das principais formas de expressão de centralidade urbana. Ele identifica uma dupla lógica de valorização da terra urbana na cidade de São Gonçalo:

uma relacionada a contiguidade aos principais centros da cidade numa perspectiva absoluta e outra associada à proximidade dos principais eixos de ligação da cidade com o restante da metrópole, numa perspectiva, portanto, relativa e relacional. Esta dupla lógica de valorização está associada a uma dupla forma de organização da centralidade urbana de São Gonçalo: em eixos e em áreas. A explicação para isto está nas escalas em que é produzido o espaço urbano da cidade, tanto numa escala intra-urbana – relacionada com as áreas – e outra metropolitana – relacionada com os eixos (SILVA, 2012, p. 140).

A maioria das instituições está localizada nas áreas mais valorizadas da cidade de São Gonçalo. Elas funcionam em antigos estabelecimentos de ensino, escolas de ensino básico, cursos técnicos e curso de línguas, o que pareceria estranho diante das considerações de Müller (1958) sobre a localização da função educacional. Müller (1958) demonstra que as instituições educacionais tendem a se localizar em áreas mais afastadas dos centros devido à necessidade de amplas áreas para seu funcionamento. Entretanto, esses estabelecimentos têm suas localizações definidas no início do processo de urbanização de São Gonçalo, foram construídas em antigas chácaras e sítios e seu crescimento se deu aliado ao crescimento da cidade. Além disso, Silva (2012) demonstra que os valores da terra urbana de São Gonçalo são significativamente baixos quando comparados à cidade de Niterói, assim, não se constituem em um empecilho para a implantação de alguns tipos de estabelecimentos educacionais.

De uma maneira geral, o ensino superior é uma atividade central, pois possui uma área de influência, alcance espacial máximo, para além dos limites da cidade onde está localizada a instituição de ensino superior. No caso da instituição Universo, seu alcance espacial mínimo, ou limiar, extrapola os limites da cidade de São Gonçalo, abrangendo as cidades mais próximas, mormente as situadas a leste da Baía de Guanabara, e o seu alcance espacial máximo abrange grande parte do Estado do Rio de Janeiro. No entanto,

esta conformação provavelmente não é válida para as outras instituições presentes em São Gonçalo. Talvez a Unesa se aproxime do caso da Universo, pois estabeleceu suas localizações, a atual e a anterior, em centros ligados a dinâmica regional. Primeiramente no São Gonçalo Shopping, na rodovia BR 101, caminho preferencial para os deslocamentos entre a metrópole e os municípios da região das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense. E atualmente, no centro de Alcântara, principal local de consumo dos moradores de São Gonçalo e dos municípios vizinhos, sendo o ponto final da maioria dos ônibus intermunicipais de São Gonçalo.

As instituições Isat e Fap estão localizadas em uma importante via de circulação intra-urbana, o Eixo Urbano. A primeira está situada no centro de São Gonçalo, o centro principal, voltado principalmente para o atendimento da população do município, onde estão os pontos finais da grande maioria dos ônibus municipais. Possivelmente o alcance espacial mínimo, ou limiar, dessas instituições limita-se à cidade de São Gonçalo.

Santos (2008 [1979]) não coloca em dúvida a aplicabilidade dos princípios da teoria dos lugares centrais nos países subdesenvolvidos, mas questiona a definição de um limiar único para as atividades econômicas. Percebemos que apesar de estarmos discutindo um mesmo tipo de atividade, ela apresenta conformações bastante diferenciadas, assim como estratégias empresariais distintas, que fazem com que seu limiar e alcance sejam variados.

As instituições Universo e Unesa apresentam uma lógica de localização voltada para o atendimento de um público em nível regional, reforçando a posição da cidade São Gonçalo na hierarquia urbana, a partir do centro de Alcântara, como um local de distribuição de bens e serviços voltados para os segmentos populares da sociedade. Assim, São Gonçalo integra-se a divisão territorial do trabalho como um local de oferta de bens e serviços varejistas, lembrando que o termo se refere à especialização de uma determinada unidade territorial em um tipo de atividade.

2.5 Ensino superior e divisão territorial do trabalho

Conforme o cadastro *online* E-MEC, o núcleo metropolitano do Rio de Janeiro apresenta um número total de instituições de ensino superior bem mais elevado que os outros municípios do estado (quadro 7). São Gonçalo aparece em quarto lugar junto com Nova Iguaçu e os municípios metropolitanos Guapimirim e Tanguá não apresentam nenhuma instituição de ensino superior.

Essa quantidade de instituições concentrada na capital é uma tendência que se verifica ao longo de toda a década de 2000, movimento inverso do que ocorre na escala nacional, em que a maioria das instituições está localizada fora das capitais. A quantidade de instituições fora da capital do estado cresceu mais que a quantidade presente na capital, 50,00% e 28,81% respectivamente (tabela 5). A partir de 2006 houve também uma pequena redução da quantidade de instituições na capital e uma estabilização do número de instituições fora da capital.

É importante salientar que os dados utilizados para elaborar o quadro 7, a partir do cadastro E-MEC, e a tabela 5, a partir do Censo da Educação Superior, apresentam uma exorbitante discrepância no que diz respeito ao número de instituições de ensino superior presentes em cada localidade. Segundo o Censo, entre os anos de 2000 e 2010, o Estado do Rio de Janeiro teve no máximo o total de 139 instituições, 76 localizadas na capital (números referentes ao ano de 2010). Agora, segundo o E-MEC, o Rio de Janeiro possui 454 instituições, 102 localizadas na capital, a partir de 2007, ano do início de funcionamento desse cadastro *online*. Mesmo agregando as instituições que fazem parte do consórcio Cederj, constituído somente por instituições públicas, o resultado ainda continua bastante diferente, de um total de 454 passa-se a ter 389 instituições. São 250 a mais do que o número registrado no Censo, de 139 instituições.

Isto acontece por dois motivos principais. Primeiramente, os dados do E-MEC apresentam o número de instituições pelo número de localizações diferentes, tanto dos *campi* quanto dos polos de apoio presenciais. Assim, uma mesma instituição localizada em dois municípios diferentes é contada como duas instituições. Em segundo lugar, o cadastro E-MEC disponibiliza informações sobre todas as instituições que já ofertaram cursos. Quando ocorre o fechamento da instituição, seja qual for o motivo, suas informações não são retiradas do cadastro. A Faculdade de Tecnologia São Gonçalo – Fatesg, que funcionava apenas no município de São Gonçalo, por exemplo, não possui mais nenhum aluno matriculado, no entanto, encontra-se como ativa no cadastro do E-MEC. Outras instituições que anteriormente se localizavam nesse município foram fechadas e continuam presentes no cadastro: a Universidade Castelo Branco - Ucb, a Universidade Luterana do Brasil – Ulbra.

Nós decidimos utilizar os dados do E-MEC devido ao seu nível de detalhamento, bastante superior aos dados do Censo do MEC. Neste cadastro a consulta dos dados pode ser realizada por município, possibilitando identificar as áreas do Estado do Rio de Janeiro com a maior concentração de instituições e, também, descobrir quais cursos são

oferecidos. Os dados do Censo foram utilizados na construção de uma série temporal, o que não foi possível a partir dos dados do cadastro E-MEC.

Municípios da RM do RJ	Número de IES
Rio de Janeiro	102
Niterói	19
Nova Iguaçu	16
Duque de Caxias	15
São Gonçalo	15
Belford Roxo	8
São João de Meriti	8
Magé	6
Itaboraí	5
Nilópolis	4
Itaguaí	3
Paracambi	3
Maricá	2
Queimados	2
Seropédica	2
Japeri	1
Mesquita	1
Guapimirim	0
Tanguá	0

Quadro 9: Número total de instituições de ensino superior por município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (E-MEC, 2012).

O quadro 9 apresenta 15 instituições de ensino superior presentes em São Gonçalo e neste trabalho consideramos apenas 12. Além destas, consta no cadastro online E-MEC as instituições: Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador - FTC Salvador e Universidade Salvador – Unifacs. As duas primeiras, Unisul e FTC Salvador, possuíam polos de apoio presenciais em São Gonçalo que foram fechados pelo MEC, mas não conseguimos quaisquer informações sobre essas instituições. A última, Unifacs, nunca esteve presente em São Gonçalo, mas está na lista do E-MEC, pois possui autorização do MEC para a implantação de um polo de apoio presencial.

Sobre o número de instituições públicas e privadas ocorre o mesmo movimento que na escala nacional, mas com o crescimento muito superior das instituições públicas em termos relativos, apesar de o número de privadas permanecer superior durante todo o

período selecionado (gráfico 7). As instituições públicas cresceram 109,09% e as privadas 28,89% (tabela 7), entretanto, em termos absolutos, as instituições privadas cresceram mais.

Tabela 6: Evolução do número de instituições de ensino superior na capital e no interior no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2000 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000, 2010).

	Ano		Crescimento	
	2000	2010	Absoluto	Relativo
Total	101	139	38	37,62%
Capital	59	76	17	28,81%
Interior	42	63	21	50,00%

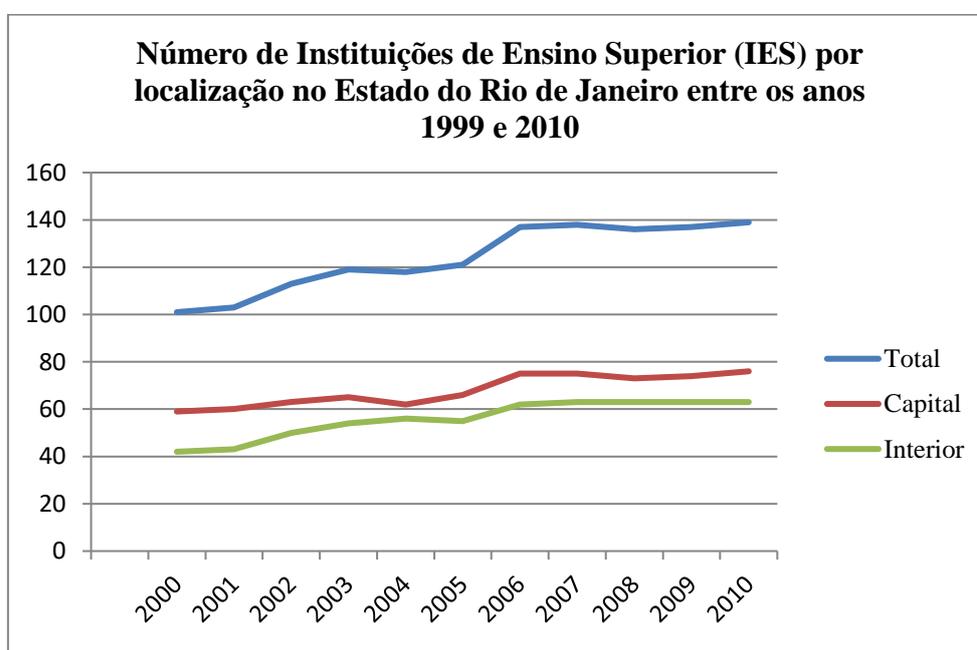


Gráfico 7: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por localização no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 1999 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000-2010).

A quantidade de instituições se estabiliza a partir de 2006 e o número de instituições privadas sofre uma leve queda durante os anos de 2008 e 2009, enquanto as instituições públicas mantêm um número constante. Comparando os gráficos 7 e 8 podemos deduzir que houve uma leve redução da quantidade de instituições privadas na capital, que continua concentrando o maior número destas.

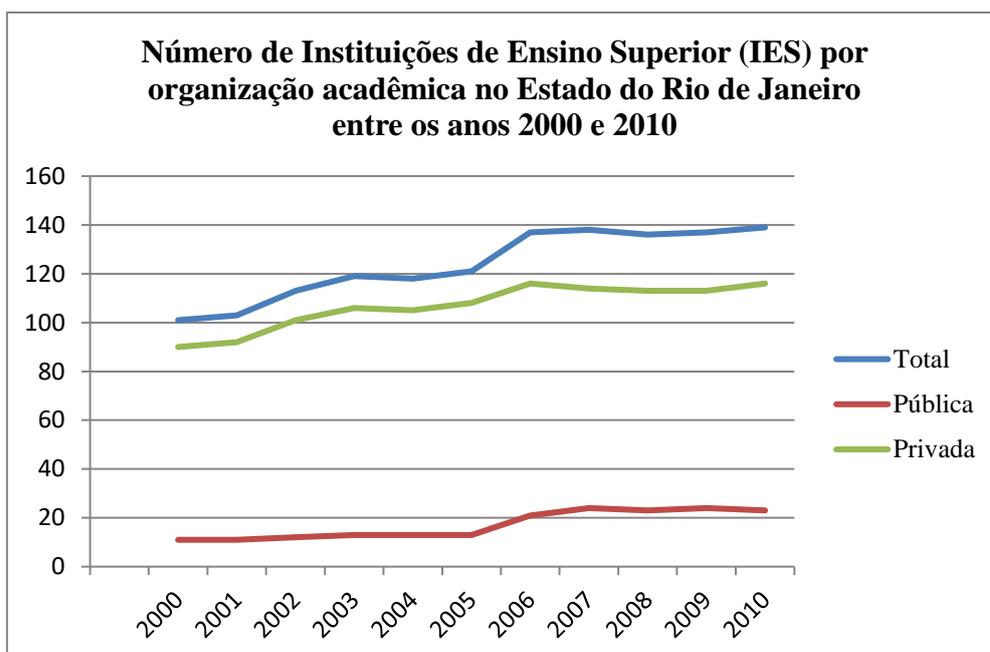


Gráfico 8: Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por organização acadêmica no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000-2010).

Tabela 7: Evolução do número de Instituições de Ensino Superior (IES) por organização acadêmica no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2010 (BRASIL, INEP, 2000, 2010).

	Ano		Crescimento	
	2000	2010	Absoluto	Relativo
Total	101	139	38	37,62%
Pública	11	23	12	109,09%
Privada	90	116	26	28,89%

A concentração no núcleo metropolitano consequentemente implica em uma maior diversidade de formas e ofertas de cursos neste em relação às áreas periféricas da metrópole e do interior do estado, onde as opções tendem a ser reduzidas. Essa diferença pode ser explicada, em parte, pelo custo diferenciado de implantação dos cursos. Neste sentido, pode-se citar o curso de medicina, que exige uma ampla estrutura mínima para ser implantado, limitando sua capacidade de “reprodução” em diferentes localidades. Este tipo de curso tende a ter uma localização limitada às cidades mais centrais. A Unesa, por exemplo, possui *campi* em 15 municípios do Estado do Rio de Janeiro e somente oferta esse curso na capital.

Gomes *et al* (2010) estabelecem uma relação entre as localizações das escolas técnicas e dos investimentos industriais no Estado de São Paulo. Esses autores identificam uma relação direta entre a estrutura econômica desse estado e a orientação da localização das escolas técnicas.

Orientados segundo uma abordagem econômica, Gomes *et al* (2010) analisam a relação entre a territorialização dos investimentos industriais no Estado de São Paulo e a localização das unidades do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Os autores abordam os processos de desconcentração territorial industrial e de reestruturação urbano-industrial, que se verifica a partir dos anos 70, como consequência das deseconomias de escala e de aglomeração. A planta industrial cada vez mais vai se localizando no interior do Estado, a capital se redefine e se afirma como o lócus privilegiado da gestão do capital e do trabalho imaterial. Neste contexto, afirmam que o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP procura dar uma reposta educacional a este novo encaminhamento dado ao desenvolvimento econômico e regional do Estado de São Paulo, estabelecendo uma desconcentração territorial das suas atividades da capital para o entorno metropolitano e para o interior (GOMES *et al*, 2010).

Nesse sentido, a distribuição das escolas técnicas expressa uma divisão territorial do trabalho em São Paulo, pois se organizaram e se orientaram segundo as diferentes características econômicas dos lugares. No presente trabalho propomos enfocar o caráter de formação de mão de obra das instituições de ensino superior. Nesse sentido, elas assumem uma lógica similar, mas, limitadas pelas demandas solváveis do mercado, a relação entre custo de implantação e poder de consumo dos interessados.

No sistema de ensino superior, as transformações nos arranjos espaciais se exprimem em alterações nos conteúdos das instituições, como no surgimento de novos cursos de graduação, assim como, no estabelecimento de novos projetos de pesquisa. Hoje existem mais de 30 cursos na área de Engenharia e novos cursos em áreas diversas como de Geofísica, de Logística, de Estudos de Mídia, de Petróleo e Gás, etc.

Santos (2009b) em sua análise sobre a metrópole de São Paulo nas décadas 1970 e 1980, considera que a primazia dessa metrópole reside na sua produção material e intelectual. O autor define São Paulo no contexto brasileiro como a “capital da produção científica pura e aplicada, graças ao volume de trabalhos de ciência básica e de pesquisa-desenvolvimento produzidos em suas universidades, institutos e laboratórios” (SANTOS, 2009b, p. 28).

É uma prática comum de diversas empresas, estabelecer projetos de pesquisa em universidades. A Petrobras, por exemplo, mantém pesquisas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal Fluminense (UFF). Estimulando novos temas e projetos de pesquisa e influenciando os projetos já existentes.

Tavares (2000) ressalta a importância de instituições de pesquisa na promoção do desenvolvimento tecnológico *stricto sensu* e da inovação, abordando o caso da Cidade Universitária da Ilha do Fundão, que abriga Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, desde a década de 1970, centros de pesquisas de empresas. Nas décadas de 1980-90 começa a ser levantada a infra-estrutura do Parque Tecnológico da UFRJ, a partir da criação de três incubadoras de empresas. O autor enfoca a parceria da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da UFRJ, e o Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES) no desenvolvimento da tecnologia de exploração de Petróleo em águas profundas. “Desde a descoberta do petróleo na plataforma submarina de Campos, cresceu a produção petrolífera do Rio de Janeiro, que é hoje o maior produtor de hidrocarboneto do país” (TAVARES, 2000, p. 53).

Em 2009 se firmou uma parceria entre o Núcleo de Competitividade, Estratégia e Organização (Labceo) da UFF e a E&P-Corp, área da Petrobras responsável pela exploração e produção de gás e petróleo, que resultou no Centro de Inovação e Produtividade (CIP). Este centro pretende avaliar as melhores alternativas de processo e gestão para incremento de resultados na produção energética, especificamente de gás e petróleo.

As instituições Isat, Fap e Universo são administradas por empresas que já atuavam no setor educacional, a primeira na oferta de cursos de línguas e as duas últimas no segmento de ensino básico. Elas transformaram suas escolas em colégios de aplicação, desenvolvendo, assim, pesquisas no âmbito da educação, apesar de ofertarem outros cursos de ensino superior.

A Universo é a instituição privada mais antiga, por isto, a utilizaremos como referência temporal para abordar a mudança na oferta de cursos. Observando o quadro 9 com a listagem de todos os cursos que essa instituição possui e a data de criação dos mesmos, podemos perceber que até a década de 1990 haviam apenas cursos de formação de professores. A partir de 1990 começam a aparecer novos cursos: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito e Fisioterapia e Enfermagem. E, no decorrer dos anos 2000, ao mesmo tempo, em que vão surgindo na cidade novas instituições, novos cursos vão aparecendo, mesmo que ainda com predomínio dos cursos de licenciatura (quadro 11).

UNIVERSO		Sede: Niterói, RJ	
Curso	Grau	Data funcionamento	Duração (anos)
LETRAS	Licenciatura	03/03/1976	4
LETRAS - INGLÊS	Licenciatura	03/03/1976	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	02/02/1985	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	02/02/1985	4
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	11/02/1985	3
ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	02/02/1990	4
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	02/02/1990	4
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	02/02/1990	4
DIREITO	Bacharelado	07/10/1993	5
FISIOTERAPIA	Bacharelado	01/08/1994	4,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	02/08/1996	4
ENFERMAGEM	Licenciatura	02/08/1997	4
ENFERMAGEM	Bacharelado	02/08/1997	4
GEOGRAFIA	Licenciatura	01/08/2001	3
HISTÓRIA	Licenciatura	01/08/2001	3
FARMÁCIA	Bacharelado	10/02/2003	4
JORNALISMO	Bacharelado	09/08/2004	4
GESTÃO DE PETRÓLEO E GÁS	Tecnológico	08/08/2005	2
COMPUTAÇÃO	Licenciatura	02/02/2011	3
COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	02/02/2011	4
DESIGN	Bacharelado	02/02/2011	3,5
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	Bacharelado	02/02/2011	5
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	02/02/2011	4
ESTATÍSTICA	Bacharelado	02/02/2011	3
ESTATÍSTICA	Licenciatura	02/02/2011	3
FONOAUDIOLOGIA	Bacharelado	02/02/2011	4
GASTRONOMIA	Tecnológico	02/02/2011	2
GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS	Tecnológico	02/02/2011	2,5
GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER	Tecnológico	02/02/2011	2
GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES	Tecnológico	02/02/2011	2,5
GESTÃO DE TURISMO	Tecnológico	02/02/2011	2
GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	02/02/2011	2
GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	02/02/2011	2
INTERIORES E DECORAÇÕES	Tecnológico	02/02/2011	2
ESTÉTICA	Tecnológico	02/02/2011	2,5

Quadro 10: Lista de cursos de graduação da Universo. (E-MEC, 2011).

O curso de Segurança do Trabalho e Petróleo e Gás criados pela Universo são exemplos disto. Com o anúncio de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí, contíguo a São Gonçalo, a instituição montou esses dois cursos e, segundo o coordenador dos cursos de Segurança do Trabalho (entrevistado em 2009) a procura pelo curso cresceu, naquele semestre houve mais de 70 inscritos, o que obriga a instituição abrir duas turmas. Conforme confirmado na fala do Pró-Reitor Manoel Esteves em uma entrevista realizada em 2013.

O que acaba acontece [SIC] [...], por exemplo, você acaba vendo, o mercado também dita muito, você diz assim 'ah, tem o curso de petróleo e gás' [...] é tecnológico. Então por quê? Porque encostado ali, logo ali, naquele morrinho atrás, ali, ali já é Itaboraí. Então ali tem o quê? Comperj. Então tinha, está tendo essa necessidade [...] [do curso de] Segurando do Trabalho (relato oral, 2012).

No entanto, com a mesma facilidade que o curso surge, ele desaparece. Hoje esses cursos não são mais ofertados pela Universo. Apesar do surgimento de novos cursos, o Pró-Reitor da Universo afirma que a instituição ainda prioriza a oferta das licenciaturas.

Então começou com a licenciatura e depois foi ampliando e aí ampliou tanto que acabou virando universidade, que aí passou a ter todos os, basicamente, os cursos da área de saúde, tecnologia e tal [...]. Aí começou justamente a fazer as licenciaturas para poder, e até hoje a gente tem ainda, dá uma ênfase boa na licenciatura [SIC] [...]. A gente assina convênio com as prefeituras e a universidade dá um desconto de 50% (relato oral, 2013).

A instituição Universo apresenta uma maior variedade de cursos, não apenas pelo fato de ser a mais antiga, mas também pelo interesse dos administradores da instituição de transformá-la em universidade, e um dos critérios para isso é a criação de pelo menos três cursos em três áreas de conhecimentos diferentes. Como universidade, a instituição possui autonomia para realizar suas ações, como abrir novos cursos e unidades, ficando submetida apenas aos ciclos avaliativos do MEC.

IES	CURSOS PRESENCIAIS
UNESA	ADMINISTRAÇÃO, DIREITO, LETRAS, PEDAGOGIA, HISTÓRIA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, LOGÍSTICA, MARKETING, SEGURANÇA DO TRABALHO
ISAT	LETRAS, LETRAS - ESPANHOL, LETRAS - INGLÊS, PEDAGOGIA
FAP	ADMINISTRAÇÃO, DIREITO, GESTÃO DA QUALIDADE, LOGÍSTICA, GESTÃO FINANCEIRA, LETRAS, PEDAGOGIA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, TURISMO
FAMATH	EDUCAÇÃO FÍSICA

Quadro 11: Instituições de ensino superior privadas e seus cursos presenciais (2012).

A configuração do ensino superior expressa a maneira como a sociedade, de uma forma geral, entende a produção do conhecimento. Este está organizado em torno da educação institucionalizada, à medida que existem conhecimentos que são primordiais para garantir a produção. Cria-se, de uma maneira geral, a necessidade do aprendizado de determinados conhecimentos desde atividades mais triviais, como ler embalagens de produtos, escrever recados, contar o troco recebido em uma troca comercial, calcular

despesas, assistir filmes legendados, etc., às atividades mais excepcionais, como a produção de pesquisa, de inovação, de tecnologia, etc. Assim, a vida cotidiana está permeada pelos códigos da língua escrita, que expressam conhecimentos de naturezas diversas.

Neste contexto, a formação universitária significa uma possibilidade de se habilitar em uma profissão, constitui-se em uma possibilidade para o indivíduo alterar sua participação no processo de produção, que se encontra fragmentado em diferentes divisões sociais de trabalho. Seu caráter de formação profissional o torna atrativo a diversos segmentos da sociedade, principalmente no contexto contemporâneo, em que se define a tendência a uma crescente precarização do trabalho e expansão do desemprego, o que estimula uma maior competição entre os trabalhadores.

Uma das especificidades do ensino superior reside no fato de produzir a maior parte da sua própria mão de obra: professores, coordenadores, diretores, etc. Com exceção de parte de seus funcionários, que exercem atividades que não exigem tal nível de formação.

A formação econômico-social dominada pelo modo de produção capitalista estrutura-se segundo formas complexas de divisão do trabalho e na “permanente redefinição das proposições e do significado social e territorial desta divisão” (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1980). O modo de produção se configura segundo a divisão de atividades diferenciadas, ou seja, segundo a divisão do trabalho, e os diversos seguimentos da sociedade participam dessa produção de maneira parcelar, se apropriando de formas qualitativa e quantitativamente diferentes dessa produção.

A divisão do trabalho é “processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente” (SANTOS, 2009a [1996], p. 132). Os recursos compreendidos por Santos (2009a [1996]) como coisas, materiais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. E a partir da distribuição desses dados, os homens e as mulheres vão mudando a si e o seu entorno, compreendendo cada atividade como manifestação da totalidade social, de uma formação econômico-social.

Antunes (2009, p. 139) define o trabalho como o elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade humana e a da realização desta, na qual o valor de uso é o seu principal fim. Sendo o trabalho uma ação humana de transformação da natureza, inclusive do próprio homem. O homem se torna homem a partir do trabalho, desenvolvido para suprir suas necessidades.

O trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para a sua emancipação. Por outro lado, com advento do capitalismo, houve uma transformação essencial, que alterou e tornou complexo o trabalho humano. A desconsideração dessa dupla dimensão, presente no mundo do trabalho, permitiu que muitos autores, equivocadamente, defendessem o fim da atividade laborativa, o fim do trabalho. (MARX, 2004, p. 9).

Antunes (2009) inicia sua discussão sobre os sentidos do trabalho na sociedade contemporânea a partir da definição do sistema de metabolismo social do capital, resultante da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. O autor se baseia na obra de Mészáros, que apresenta uma distinção entre um sistema de mediações de primeira ordem e um sistema de mediações de segunda ordem. O primeiro tem como finalidade a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal. O segundo corresponde a um período específico da história humana, no qual se estabeleceu um sistema de mediações que “subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte - ao imperativo absoluto da expansão do capital”. (MÉSZÁROS *apud* ANTUNES, 2009, p. 23).

Quando a atividade de ensino é compreendida como mercadoria, o estabelecimento de instituições torna-se um negócio, ao mesmo tempo que as características essenciais do processo ensino-aprendizagem são ignoradas, a educação é reduzida a uma mercadoria como qualquer outra, assim, passível de troca. Assume o papel de serviço, participando do processo de produção no âmbito da “distribuição”, considerando o ciclo de reprodução do capital.

O ensino como mercadoria é, portanto, valor de uso e valor de troca. Importante salientar que a lógica do modo de produção, que tende expandir os valores de troca, é dominante no sentido de que incidi diretamente sobre a prática social por meio dos modos de regulação, mas ela não é universal, nem natural ou determinante, é por isso que ela precisa estar sempre se refazendo, se reestruturando, para orientar comportamentos segundo tal paradigma. Assim, vive-se um campo de tensões, no qual o modo de produção não se apresenta como puro.

Lefebvre (2008 [1972]) usa a palavra usuário para se distinguir do conflito entre uso e troca, relação dialética desenvolvida por Marx, argumentando que o uso não coincide com valor de uso, pois “este corresponde aos termos implicados pela mercadoria, especialmente as relações de propriedade, ao passo que aquele corresponde ao domínio

do que é vivido sob os termos da *apropriação* [...] portanto fora, e quiçá, contra os pressupostos de *valorização*” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 181, grifos do autor).

Discutindo o espaço urbano regional segundo uma abordagem em torno das relações entre o capitalismo e a estruturação do espaço, Lipietz (1988) desenvolve uma reflexão sobre o significado do espaço e das relações que este mantém com o modo de produção capitalista, admitindo a existência de diferentes modos de produção.

Lipietz (1988) considera um mérito da "Escola Nova Francesa", que tem como principais representantes Althusser, Balidar, Bettelheim, Poulantzas, assinalar que as sociedades jamais se apresentam como redutíveis a um modo de produção puro, mas como uma "formação social", compreendida por um complexo de modos de produção sob a dominação de um deles, no caso o modo de produção capitalista. Este autor trata da produção doméstica como um quase modo de produção, pois ela não possui independência, funcionando como auxiliar ao modo de produção capitalista.

O quase modo de produção doméstico é "caracterizado pela propriedade do homem, a relação de posse da mulher sobre os meios de produção, o consumo comum de sua produção" (LIPIETZ, 1988, p. 38), ele se desenvolve em um quadro que compreende o *habitat* e a rede de suas relações como outros lugares que correspondem às funções de reprodução da força de trabalho (LIPIETZ, 1988).

O *habitat* ligado à função de reprodução da força de trabalho corresponde a um meio de reprodução da produção, assim, a um aspecto restrito da prática social. Lefebvre (2008 [1972]) trata da influência do capitalismo sobre a prática social pegando o médico e o arquiteto como exemplos. Esse autor discute o papel que este último profissional exerce no conjunto prático que sustenta e suporta a sociedade, o modo de produção. Ele refere-se ao ordenamento do espaço segundo as exigências do modo de produção capitalista, argumentando que a prática do profissional no capitalismo muda. A preocupação do arquiteto com o habitar, enquanto ato social, ligado a prática social no seu conjunto, tende a dar lugar à preocupação com o *habitat*, reduzindo o habitar ao *habitat*. (LEFEBVRE, 2008 [1972]).

Lipietz (1988) explica que a tendência do modo de produção capitalista é reduzir economicamente o quase modo de produção doméstico ao papel de "centro de consumo" no que concerne à produção, à manutenção simples da habitação. Todas as outras funções produtivas tendem a ser transferidas para a economia mercantil (conservas, supergelados, *prêt-à-porter*, fraldas descartáveis)" (LIPIETZ, 1988, p. 38).

Apesar de Lipietz (1988) admitir a existência de diferentes modos de produção, considera um tanto artificial falar em um modo de produção não capitalista dominado pelo modo de produção capitalista. Esses modos de produção são antes formas específicas do modo de produção capitalista.

Lipietz (1988) recusa a perspectiva que considera a espacialidade do modo de produção capitalista como pura, que considera apenas as diferenciações expressas pela "divisão do trabalho em ramos autônomos, [pela] separação do produtor de seus meios de produção, [pelo] papel dominante da circulação na reprodução das relações sociais" (LIPIETZ, 1988, p. 33), sendo as outras diferenciações regionais meros acasos históricos destinados a dissolver-se. Dessa forma, defende uma abordagem na qual a diferenciação dos espaços concretos seja abordada a partir da articulação das estruturas sociais e dos espaços que elas engendram.

Os segmentos sociais exercem diferentes atividades laborativas segundo diferentes funções, como a produção de alimentos, de moradias, de utensílios, de cemitérios, de obras de arte, etc. Essas atividades objetivam suprir as diferentes demandas da sociedade e, se apresentam distribuídas na superfície terrestre, estabelecendo uma divisão territorial do trabalho, assim produzindo diferenças espaciais.

Durham (2005) chama a atenção para "longa tradição cartorial da sociedade brasileira, que associa diploma de ensino superior ao acesso a uma profissão regulamentada e assegura a seus portadores nichos privilegiados no mercado de trabalho". Logo, esse tipo de formação educacional profissional está ligado à formação do segmento social tradicionalmente denominado de classe média. Não apenas pelo relativo prestígio desse nível de formação, mas pela possibilidade de ampliação das opções no mercado de trabalho.

A diferenciação social decorre, em parte, dos tipos e níveis variados de escolarização possíveis, estabelece-se uma divisão entre os grupos sociais de formações semelhantes, ou seja, uma divisão social. Cada grupo social participa do processo de produção da própria sociedade de diferentes formas. No caso da formação em nível superior, ocorre divisão social dentro deste sistema educacional.

Os cursos de ensino superior são expressão da divisão social do trabalho não apenas por questões técnicas, relativas ao tipo de função ou à área de atuação do curso, mas também pelo prestígio e pelos custos de manutenção do mesmo, que envolvem, além das mensalidades, gastos com livros, com fotocópias, com impressões, com materiais de pesquisa, com alimentação, etc. Com efeito, há diferenciações sociais no interior do

ensino superior que evidenciam as diferenças da sociedade, expressas na distribuição espacial das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Cunha (2000) explica que as origens do preconceito contra o trabalho manual no Brasil estão na associação desse tipo de trabalho à condição de escravo durante o período colonial. Ele chama de trabalho manual as atividades profissionais em que as mãos são o instrumento principal. “O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, etc., afugentavam os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados em se diferenciar do escravo” (CUNHA, 2000, p. 3). Dessa forma, os homens livres evitavam os trabalhos que exigiam esforço físico e o uso das mãos. Assim, a autor justifica o pouco desenvolvimento de corporações de ofício (irmandades) no Brasil colônia em relação a outros países.

No entanto, Cunha (2000) demonstra que havia atividades manuais que os homens brancos livres queriam para si, daí, as corporações de ofício estabeleciam normas rigorosas impedindo ou dificultando o emprego de escravos como oficiais, procurava-se ‘branquear’ o ofício. Para se exercer muitos dos ofícios era necessário fazer parte da irmandade, muitas vezes permitia-se “mulatos, mouros ou judeus”, mas mediante pagamento, sem ter direito a ocupar cargos na irmandade (CUNHA, 2000).

Fenômeno similar aconteceu com as atividades na área de saúde, “embora o termo seja anacrônico quando empregado para designar uma atividade profissional no período colonial” (CUNHA, 2000, p. 5). Na época não havia ensino de medicina ou cirurgia na colônia, ficando o cuidado com a saúde como atribuição de curandeiros. Os profissionais de saúde na época eram formados na Europa, os físicos, que competiam principalmente com os cirurgiões-barbeiros, que “se submetiam a provas de habilitação na prática de sangria, sarjação, aplicação de ventosas e extração de dentes”, no exercício da atividade, o que diminuía o prestígio dos profissionais de nível superior. Entre os cirurgiões barbeiros “havia até mesmo escravos e pretos forros” (CUNHA, 2000, p. 5).

Cunha (2000) mostra que este cenário começa a mudar com a criação de cadeiras para o ensino de medicina e de cirurgia nas universidades da Bahia e do Rio de Janeiro. “Os profissionais de nível superior desenvolveram uma longa e difícil luta pelo controle do ‘mercado’ da arte da cura, o que conseguiram com a atuação do Estado na regulamentação da profissão e pela proibição do charlatanismo, definido como crime pelo código penal” (CUNHA, 2000, p. 5).

Diante disto, Cunha (2000) conclui que a atividade manual pode ser de alto ou baixo prestígio, dependendo da categoria social que a exerce. “No Brasil, ela passou a ter

prestígio tão mais alto quanto mais exclusiva foi a categoria social que a praticava” (CUNHA, 2000, p. 6). Isto é interpretado pelo autor como uma discriminação não ao trabalho manual, mas sim, a aqueles que o exercem, preferindo dizer que a rejeição de trabalho vil (reles, ordinário, miserável, desprezível, infame) que levou ao preconceito contra o trabalho manual.

Lipietz (1988) define dois tipos de divisão do trabalho social, a divisão “horizontal”, “a divisão entre ramos de atividade”, cidade-campo, divisão inter-urbana; e a divisão “vertical”, “entre grupos sociais, dominantes e dominados”, divisão hierárquica entre grupos sociais. Essas duas divisões interagem, estando a divisão horizontal contida na vertical, “que subordina a expressão econômica, política e social das atividades e conseqüentemente dos sujeitos coletivos (exploradores e explorados; dominantes e dominados) que as integram”. Estas duas divisões se confundem no modo de produção capitalista, pois a função que os indivíduos desempenham no processo de produção expressa sua posição social, que se diferenciam pelos sentidos econômico, político e cultural que assumem na sociedade.

Sob o capitalismo, o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre os diversos ramos e seus setores. Esse desenvolvimento desigual não é meramente fruto da reprodução de uma situação historicamente presente nos primórdios da definição do modo de produção capitalista. Resulta de **determinações** que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente técnicos, ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos. E ainda, de todas as formas de desigualdade que opõem exploradores e explorados, dominantes e dominados, e, em particular, a burguesia e o proletariado (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982, grifos meus).

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre os lugares, “segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições” (SANTOS, 2009a [1996], p. 135). As maneiras como a sociedade se estrutura se expressam na distribuição dos objetos na superfície terrestre. Os grupos de diferentes *status* sociais e as diversas atividades humanas se distribuem espacialmente, constituindo um arranjo que reproduz a própria organização da sociedade, estruturada para garantir a produção. Esta se refere não apenas à dimensão material, mas também aos campos político, simbólico e cultural, orientada no sentido de manter a estrutura de relações sociais existente, ou seja, garantir a reprodução da sociedade.

Moreira (1982) explica que a dimensão material da sociedade resulta do processo de produção da própria sociedade, condicionado pelas formas naturais e artificiais já

existentes. A sociedade produz o espaço de maneira a manter as estruturas existentes, possuindo assim um sentido de permanência.

Santos (2009a [1996]) define a divisão social do trabalho como a repartição do trabalho vivo e sua dimensão vista através da sua localização é a divisão territorial do trabalho. Estas duas formas de se considerar a divisão do trabalho são complementares e interdependentes. A divisão do trabalho morto, na forma de meio ambiente construído, tem papel fundamental na repartição do trabalho vivo.

As instituições de ensino superior de São Gonçalo cumprem principalmente o papel de formadoras de professores de ensino básico. Este segmento educacional é ofertado apenas por instituições escolares, sendo obrigatório para todas as crianças e adolescentes. Por conseguinte, a demanda por ensino básico tende a ser mais alta nas localidades densamente povoadas, conformando arranjos espaciais dispersos no espaço urbano, ligados ao uso residencial.

Assim, a distribuição espacial diferenciada da formação em nível superior condiciona as possibilidades da população no mercado de trabalho e , ao mesmo tempo, expressa a participação dos lugares na divisão territorial do trabalho. Esse condicionamento ocorre de maneira mais evidente nas áreas periféricas e no interior em termos de opções de cursos e instituições de ensino superior, principalmente para os habitantes que possuem reduzidas possibilidades de mobilidade na metrópole, seja por questões financeiras, de acessibilidade, ou até mesmo subjetivas, como o sentimento de medo e desconhecimento. Sendo também expressão da hierárquica que se estabelece entre os centros, que se definem pela localização das diferentes atividades econômicas.

3 O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO GONÇALO

Discutir a localização de um objeto implica considerar sua relação com outros objetos, como parte de um conjunto de objetos, que do ponto de vista da funcionalidade, compõem um sistema. A presença de instituições de ensino superior em uma dada localidade expressa determinadas demandas da sociedade, redefinindo as interações espaciais. Nas escalas do espaço urbano e inter-urbano, essas interações são sobretudo de pessoas, dinheiro e informações. Cabe destacar que as interações espaciais não se restringem às escalas citadas e nem são as únicas que ocorrem nessas escalas.

O campo de estudos das relações entre a instituição de ensino superior e o processo de (re)estruturação de cidades ainda é bastante incipiente e orientado para os efeitos da instalação dessas instituições no espaço urbano e regional.

Henrique (2011) analisa como a universidade afeta as dinâmicas urbanas e regionais de cidades pequenas a partir do caso da Universidade de Passau, na Alemanha. Este autor compreende a universidade como agente na “(re)estruturação do espaço urbano em sua base material e econômica, bem como no cotidiano e no espaço vivido destas cidades”. Explica a forte expansão das instituições de ensino superior, em sua maioria públicas, em cidades médias e pequenas de vários países, como resultante de uma nova estratégia dos Estados para dinamizar economicamente os espaços urbano e regional. O Estado passa a compreender a instalação de universidades e de campi de instituições novas ou já existentes

como uma estratégia desenvolvimento de áreas economicamente deprimidas e/ou degradadas do ponto de vista da morfologia/qualificação do espaço urbano [...]. A compreensão do papel das universidades como agentes da (re)estruturação urbana e das cidades torna-se importante, tanto em razão do volume de recursos financeiros movimentados quanto pela modificação de dinâmicas intraurbanas (moradia, circulação, usos, etc.) e do cotidiano dos moradores (HENRIQUE, 2011).

Henrique (2011) demonstrou que a instalação da universidade na cidade de Passau não significou uma alteração no perfil econômico municipal, caracterizado pela agricultura e silvicultura. No entanto, promoveu impactos significativos, como a estabilização do tamanho populacional, que apresentava um declínio antes de sua instalação, a modernização dos comércios/serviços e a renovação de edificações residenciais voltados para professores e estudantes. Com efeito, a presença da

universidade estimula indireta e diretamente o surgimento de demandas, a partir dos anseios de professores e alunos, por uma série de atividades, de lazer, de comércio e de serviços.

Voltando-se para os impactos das instituições de ensino superior no espaço urbano, Mota (2011) elabora um ensaio a partir do pressuposto de que a expansão do ensino superior no Brasil na década de 1990 trouxe significativas transformações geoeconômicas e socioespaciais em diversas cidades. Apresenta, assim, uma possibilidade de leitura do fenômeno a partir dos fluxos estimulados pela presença da instituição universitária.

Os efeitos do marketing e propaganda sobre a atração de pessoas envolvidas com instituições de ensino permitem o aumento de fluxos sobre as infra-estruturas existentes e demandam novas infra-estruturas, que possibilitem e potencializem o constante aumento da hinterlândia das IES, principalmente das que objetivam lucro e aumento de consumidores (MOTA, 2011).

Também sob a perspectiva dos fluxos, Brito (2011) aborda o corrente processo de reestruturação territorial do Estado do Rio de Janeiro, destacando que as regiões que estão inseridas nesse processo ganharão novos conteúdos. Mas restringe sua análise às políticas públicas de interiorização do ensino superior público, compreendendo-as como constituintes dessa reestruturação territorial. Para o autor, as instituições de ensino superior públicas são parte desses novos conteúdos.

Neste sentido, a instituição de ensino superior pode ser pensada como um fixo para o qual convergem e divergem fluxos de pessoas, como de alunos, de professores e de funcionários, que realizam o movimento ida e volta diariamente para a instituição em que trabalham ou estudam. Este movimento ocorre através da infra-estrutura e da rede de transportes disponíveis. Essa convergência de fluxos pode repercutir no mercado imobiliário local e nas atividades de comércio e de serviços, podendo surgir estabelecimentos complementares à atividade de ensino, como papelarias, restaurantes, bares, lanchonetes.

Este princípio, de que as instituições de ensino superior teriam significativos impactos sobre a economia dos lugares, orientou a realização dos trabalhos de campo desta pesquisa. Descobrimos que as atividades econômicas próximas às instituições de ensino superior, as lojas, não surgiram em decorrência da presença das instituições. No entanto, a presença das instituições alterou a dinâmica de parte dessas atividades, que passaram a funcionar durante a noite, turno no qual praticamente todos os cursos de

ensino superior em São Gonçalo funcionam. Com a presença das instituições, algumas das atividades de seu entorno estendem suas jornadas de trabalho.

O principal público das instituições privadas é o aluno que trabalha, assim, a maioria dos cursos é ofertada no período noturno. A instituição Fap possui apenas um curso no período da manhã e a Universo possui algumas poucas turmas em cursos específicos, como explicado pelo Pró-Reitor Manoel Esteves:

É manhã, tarde e noite. Logicamente que o nosso forte é noite porque o aluno aqui é caracteristicamente aluno trabalhador, mas, por exemplo, eu tenho hoje turmas até de engenharia de manhã, mas isso não é um número grande, é uma turma, que começa, tem administração, tem enfermagem, tem direito, educação física e tal. Então alguns cursos conseguem, mas a maioria absoluta é à noite. Eu diria que hoje 85% fica para noite por causa dessa característica do aluno trabalhador, aquele que trabalha durante o dia e depois vem para cá (relato oral, 2012).

As instituições Fap e Universo surgem em instituições de ensino antigas na cidade, no Colégio Paraíso e no Colégio Dom Helder Câmara, respectivamente, não tendo um impacto significativo na atração de atividades econômicas. A maior parte dos estabelecimentos de comércio e serviços localizados no entorno das instituições não surgiram como resultado da implantação destas, muitos já existiam antes, em função dos colégios.

Algumas atividades surgiram em função da presença da escola/curso e pela própria dinâmica do lugar. As lanchonetes, bares, papelarias, as lojas em geral, já existiam antes da instituição de ensino superior. Apesar de a presença dessas atividades não ter se dado pela influência das instituições de ensino superior, elas têm seu público expandido pela presença destas.

IES privadas presenciais	Nº aproximado de Alunos
UNESA	1400
ISAT	200
FAP	2400
UNIVERSO	5000
Total	9000

Quadro 12: Número aproximado de alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas com cursos presenciais no ano de 2012.

Além disso, elas atraem atividades propriamente do circuito inferior, como vendedores ambulantes. Isto se dá de forma mais significativa na entrada principal da instituição Universo, onde se reúne durante a noite um conjunto de vendedores de produtos de consumo recorrente e de baixo custo, como doces, balas, pipoca, etc. É notável a diferença no movimento de pessoas durante os períodos diurno e noturno, o que possivelmente se deve pela grande quantidade de alunos matriculados (quadro 12) na instituição, uma média de cinco mil alunos, que para lá se deslocam diariamente.

3.1 A gênese das instituições de ensino superior em São Gonçalo

Investigando a origem das instituições de ensino superior localizadas no município de São Gonçalo nos deparamos com a necessidade de nos remeter brevemente à trajetória de estabelecimentos educacionais que deram origem a tais instituições. Apenas três instituições não foram fundadas em estabelecimentos educacionais já existentes no município: Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH), Universidade Estácio de Sá (UNESA) e Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ). A primeira foi implantada em um antigo sítio, a segunda, no primeiro *shopping center* do município, o São Gonçalo Shopping e, a terceira, em um terreno (quadro 13).

Função anterior	Inauguração	IES	Inauguração	Bairro
CIEP 250	*	1 CEDERJ	2009	Gradim
Sítio	*	2 FAMATH	1990	Rio do Ouro
Colégio Paraíso	1958	3 FAP	2000	Paraíso
Colégio São Gonçalo	1941	4 FATESG	2003	Centro
Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos	1961	5 ISAT	2003	Zé Garoto
São Gonçalo Shopping	2004	6 UNESA	2005	Boa Vista
Colégio Don Helder Câmara	1959	7 UNIVERSO	1976	Trindade
Colégio Equipe 1	1994	8 UCB	2007	Alcântara
Colégio Pereira Rocha	1966	9 UNINTER	2002	Portão do Rosa
Terreno	*	10 FFP/UERJ	1975	Patronato
Colégio Senes	1995	11 ULBRA	2005	Zé Garoto
Colégio Plínio Leite	1994	12 ANHANGUERA	2005	Colubandê

Quadro 13: Instituições de ensino e suas respectivas funções anteriores.

A *internet* constituiu-se em um dos nossos principais meios de acesso à informação da presente pesquisa. Nela encontramos dados que nos auxiliaram na compreensão dos processos em estudo, essenciais na confecção de mapas, na organização e estruturação das entrevistas e das saídas de campo.

A primeira coleta de dados foi realizada por meio de páginas *online* das instituições cadastradas no E-MEC com endereço no município de São Gonçalo; dos órgãos do governo MEC e INEP; de jornais e revistas sobre as instituições; e finalmente, de *blogs* e redes sociais. Estes últimos foram essenciais na obtenção de dados sobre instituições que faliram ou que foram descredenciadas pelo MEC. Estas, não disponibilizaram informações por outras vias como telefone ou *internet*.

As plataformas mais comuns são os *blogs* e as redes sociais. Elas possibilitam a todos os seus usuários a produção e divulgação de conteúdos, assim encontramos publicações de alunos e professores discutindo problemas vivenciados nas instituições, o que foi importante na obtenção de alguns dados, sobretudo das instituições Fatesg e Ulbra. Algumas instituições se recusaram a fornecer informações, o que fica evidente na diferença de detalhes nos textos que confeccionamos sobre cada uma delas.

A gênese e evolução das instituições de ensino superior estão diretamente ligadas ao desenvolvimento de outros níveis e tipos de ensino. Os primeiros estabelecimentos educacionais possuem características dos circuitos superior e inferior da economia urbana. Eles têm sua gênese como uma atividade econômica característica do circuito inferior, adquirindo características modernas ao longo de seu desenvolvimento, compreendendo que o circuito inferior está em constante processo de formação e adaptação permanente (SANTOS, 2008 [1979]).

As instituições Colégio Paraíso, Colégio São Gonçalo, Colégio Don Helder Câmara, Colégio Pereira Rocha surgem como negócios de família em espaços residenciais. O Colégio São Gonçalo foi fundado pela professora Estefânia de Carvalho, junto com o seu marido. Esta professora começou a lecionar em sua residência, até que em 1941 inaugurou o Colégio São Gonçalo em um prédio alugado da prefeitura de São Gonçalo, utilizado antes pela Igreja Matriz (FIGUEIREDO, 2001). Segundo um dos ex-diretores da escola e fundador da Isat, o MEC fechou essa instituição de ensino superior por não ter acesso a cadeirantes e, os últimos diretores não souberam administrá-la bem, levando a instituição a falência.

Com o crescimento do número de alunos, a atividade dessas escolas foi se expandindo. A casa/escola foi crescendo com a construção de novas salas e cômodos,

transformando-se aos poucos em um prédio, deixando de exercer, muitas vezes, a função residencial.

O Colégio Plínio Leite foi resultante da expansão de uma escola de ensino básico do município de Petrópolis em 1929, que se transferiu para Niterói em 1945 e abriu uma filial em São Gonçalo em 1994. O Colégio Senes, fundado em 1995, foi criado para ofertar de cursos de qualificação profissional, onde funcionava um polo de apoio presencial da instituição Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). A ULBRA foi criada em 1972 pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (CELSP) no município de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul. Este polo foi descredenciado pelo MEC em 2010, passando a funcionar em uma sala cedida pela Escola e Creche Urim Tumim, no bairro Mutondo.

O Colégio Equipe 1, onde funcionava o polo de apoio presencial da Universidade Castelo Branco (UCB), é uma escola de ensino básico fundada em 1994. Ela funcionava primeiramente como curso de pré-vestibular, relacionado ao aumento da demanda por ensino superior. Na década de 1990 não existiam programas de financiamento estudantil e de bolsa de estudos em instituições privadas, os alunos de baixa renda somente tinham a opção de prestar vestibular para as universidades públicas que, devido ao limitado número de instituições e vagas, são muito concorridas, o que impulsionou o surgimento de diversos cursos preparatórios para o exame de seleção vestibular. O Colégio Equipe 1 funcionava em cinco salas de um prédio no bairro Alcântara. Hoje ocupa as dependências de parte de um condomínio residencial no mesmo bairro. A empresa que administra a UCB começou como uma escola primária em 1963 no bairro Realengo, no município do Rio de Janeiro, se tornando também uma instituição de ensino superior em 1973.

A Faculdade Paraíso surge no mesmo prédio de quatro andares do Colégio Paraíso, que trabalha com educação infantil e ensino básico. Estes níveis de ensino funcionam apenas no período diurno, ficando vago o prédio durante o período da noite, que eventualmente era utilizado para cursos e projetos extracurriculares. Com a criação da faculdade, as salas que ficavam vagas passam a ser utilizadas e, algumas modificações foram realizadas, como a construção de elevadores, para atender exigências do MEC e, algumas das quadras esportivas foram transformadas em estacionamento para os alunos, a escola possuía estacionamento apenas para os professores e funcionários.

O Colégio Paraíso foi fundado em 1958 em uma chácara, começou como uma casa, que com o tempo foi sendo transformada, crescendo, até culminar com a construção do prédio atual. O colégio foi fundado pelos professores Joel Porto, Mathatias Bussinger

e Conceição Ennes Portugal. Em 1976, a escola passou a ser administrada por Hilário Graff, Paulo Roberto Crecencio de Souza e Valduir Graff. Este grupo fundou a Faculdade Paraíso em 2001, que foi vendida para o Grupo Lusófona em 2004, sob a Direção Geral Mantenedora do Prof. Dr. Manuel de Almeida Damásio.

Por meio de entrevistas com representantes das instituições Uerj, Isat, Famath e Universo foi possível construir uma narrativa um pouco mais detalhada sobre a gênese e desenvolvimento destas instituições. Procuramos identificar as principais estratégias de expansão dessas instituições.

3.1.1 As instituições de ensino superior públicas

São apenas duas instituições públicas em São Gonçalo, um *campus* da UERJ, a Faculdade de Formação de Professores (FFP) e o polo de apoio presencial do Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ). Estas instituições foram criadas pelo governo estadual em contextos muito distintos, sendo ambas impulsionadas por políticas de governo federal.

Antes de ser integrada a UERJ em 1996, a FFP era uma instituição de ensino superior da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Onde também funcionava o Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro (CETRERJ), segundo o primeiro diretor da instituição, Helter Barcellos, que foi um de seus fundadores, administrando-a entre os anos de 1974 e 1977. Barcellos é fundador e, atualmente, reitor da instituição privada Instituto de Ensino Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira (ISAT) e foi o fundador e reitor da instituição Faculdade de Tecnologia São Gonçalo (FATESG).

Barcellos explicou que na época, década de 1970, o secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Delton de Matos, sentiu que era preciso construir um centro de treinamento de professores diante da reforma da educação em curso na época. Houve a promulgação da lei 5692 de 1971, definindo que a formação dos professores de ensino médio e fundamental (antigos segundo e primeiro graus) fosse preferencialmente de nível superior.

Diante desse contexto de reforma, o secretário Matos percebeu que para cumprir essa lei havia a necessidade de fundar uma instituição de ensino superior, a Faperj, junto com um centro de reciclagem de professores, o Cetrerj. Segundo o antigo diretor, o lugar

onde a instituição foi construída era um terreno abandonado, sem uso, daí construíram a instituição ali, no bairro Patronato, que recebia professores de todo o antigo Estado do Rio de Janeiro para fazer cursos.

Barcellos contou que com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro a instituição ficou em uma situação de indefinição administrativa, sem estar muito claro de quem seria a responsabilidade sobre a mesma, assim seus professores se organizaram para reivindicar que a faculdade fosse integrada à UERJ, o que aconteceu durante o governo estadual de Leonel Brizola.

Neste governo, foi elaborado e executado um programa de expansão da oferta do ensino fundamental, em período integral, iniciado em 1984. O programa esteve em vigor durante os dois mandatos de Brizola, sob a direção de Darci Ribeiro, que foi vice-governador do estado e secretário de Ciência, Cultura e Tecnologia. O programa resultou na implantação de 506 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), distribuídos pelo estado. Entretanto, o projeto foi deixado de lado pelos governos subsequentes, resultando no abandono e/ou na refuncionalização de muitos CIEPs, também conhecidos como Brizolões.

Em um desse Cieps abandonados foi implantada a instituição CEDERJ. Os CIEPs são escolas de fácil identificação na paisagem por terem sua forma arquitetônica padronizada, construídas a partir de uma estrutura simples e pré-fabricadas projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer e, organizadas internamente por meio de divisórias que podem ser alteradas segundo necessidades da instituição.

Assim, o prédio do Ciep 250 foi reformado e adaptado para abrigar cursos de modalidade a distância, sendo inaugurado em 2009 pela Fundação CECIERJ e pelo atual governo estadual de Sérgio Cabral. Essa fundação já possui polos em 29 municípios do Estado do Rio de Janeiro, constituindo 34 polos de apoio presencial, três no município do Rio de Janeiro e dois no município de Resende. Na porção leste da metrópole fluminense, apenas três municípios possuem polos, Niterói, São Gonçalo e Rio Bonito. Este último não pertence à Região Metropolitana, mas está contíguo a ela.

Em São Gonçalo o CEDERJ está localizado em um dos principais acessos à cidade de São Gonçalo, principalmente para quem tem como ponto de origem Niterói ou Itaboraí. A instituição está situada no encontro da Rua Visconde de Itaúna com a rodovia BR 101, no Bairro Gradim.

3.1.2 Instituto de Ensino Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira - Isat

A instituição ISAT funciona em quatro salas do curso de idiomas Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos – ICBEU. Ele foi fundado 1961 em salas alugadas de um prédio no bairro Centro. Segundo o reitor da Isat, Helter Barcellos, essa foi a primeira escola de idiomas de São Gonçalo, fundada em uma época em que quem desejasse estudar uma língua estrangeira deveria se deslocar até Niterói.

Nós começamos em 1961 em São Gonçalo, com curso de inglês, não havia naquela época cursos de línguas em São Gonçalo, em 61, então todas as pessoas que queriam estudar um idioma iam para Niterói. Geralmente eles procuravam a Cultura Inglesa em Icaraí, foi o que aconteceu comigo, quem queria estudar francês procurava Aliança Francesa, também em Icaraí. Os cursos de idiomas naquela época eram poucos e estavam sediados em Icaraí, muito distantes de São de Gonçalo (relato oral, 2012).

Os primeiros diretores foram Helter Barcellos e os irmãos Mathatias Bussinger e Joel Porto. Estes dois últimos também foram os fundadores do Colégio Paraíso, onde foi criada a Faculdade Paraíso, mas sob a administração dos irmãos Valduir Graff e Hilário Graff.

Em 1983 o ICBEU é transferido para um prédio próprio no bairro Zé Garoto, localizado a alguns metros de distância da residência/escritório de advocacia do reitor da Isat, Helter Barcellos. É a escola de idiomas mais famosa que, segundo Barcellos, chegou a ter 5 mil alunos matriculados. Ele explica que na época a instituição não tinha concorrência, com a chegada de cursos de línguas no município o número de alunos caiu, hoje são um pouco mais de dois mil alunos, mas continua sendo líder no número de matrículas. A criação da instituição de ensino superior se deu como continuidade do curso de línguas com a oferta licenciaturas em Letras e em Pedagogia.

Na época não tínhamos concorrência, nós éramos os detentores de todas as matrículas. É claro que com o tempo isso foi alterando, chegaram outros cursos de rede, a própria cultura inglesa, etc., aí o nosso número baixou um pouco, mas continuamos *top of mind* até hoje. Há mais de 50 anos nós somos a instituição que lidera as matrículas em São Gonçalo, com muita vantagem sobre as outras (relato oral, 2012).

Barcellos conta que seu objetivo sempre foi expandir a instituição não se limitando apenas a ofertar cursos de línguas, mas também de montar um centro cultural

com sala de vídeo, biblioteca, galeria de arte, teatro e um centro de memória sobre São Gonçalo, o Instituto Gonçalense de Memória e Promoções Culturais MEMOR, fundado em 1990.

Sobre as possibilidades de expansão da instituição, o Reitor Helter Barcellos afirma que

nós temos a previsão da construção de um grande prédio ao lado, para [...] o ensino superior, mas ainda nem começamos isso não, a expansão está sempre em segundo plano, em primeiro plano é a consolidação, o que nós queremos é consolidar a nossa imagem de instituição séria, que trabalha com os alunos quase que num tratamento pessoal, a gente conhece os alunos pelo nome, lá eles não são números, são nome, temos [...] a coordenação sempre exercida por profissionais do mais alto nível, no mínimo com mestrado (relato oral, 2012).

A estratégia de mercado dessa instituição é o investimento na qualidade dos cursos no sentido de se tornar uma instituição de prestígio. Assim, esta instituição somente irá crescer quando conseguir se consolidar e obter lucros, pois segundo o reitor, faz pouco tempo que a instituição deixou de ser deficitária.

3.1.3 Faculdades Maria Thereza - Famath

Segundo o primeiro coordenador, o professor Rubens, do curso de Educação Física da instituição Famath, na década de 1980 a instituição tinha o interesse em montar esse curso, no entanto, precisava de espaço físico para tal. A instituição a princípio não tinha interesse em se localizar em São Gonçalo. Ela tentou na época comprar o terreno em frente a sua sede (localizada em Niterói), mas quem acabou comprando foi a empresa de fornecimento de energia elétrica Ampla. Como o curso precisa de uma ampla área para funcionamento, a instituição o implantou em um sítio situado no RJ 106, no limite político administrativo com o município de Niterói e próximo ao município de Maricá.

A instituição esperava que as cidades de São Gonçalo e Niterói crescessem em direção a Maricá, mas este crescimento não aconteceu. A intenção inicial do projeto deste *campus* consistia na criação de cursos na área de saúde, como Fonoaudiologia e Fisioterapia. Rubens explicou que a licenciatura em Educação Física possui um mercado mais amplo. O raciocínio estabelecido foi: com o crescimento da cidade, aumenta-se o número de habitantes locais e, conseqüentemente, a demanda por escolas, o que

significaria a ampliação do mercado para as licenciaturas e, também, o crescimento da demanda por outros tipos de serviço, como os de saúde.

3.1.4 A Universidade Salgado de Oliveira - Universo

A Universo foi fundada em 1976, inicialmente, voltada apenas para a formação de professores. Esta instituição buscou responder às demandas da instituição que lhe deu origem, o Colégio Don Helder Câmara, que tinha dificuldades de atrair professores para trabalhar em São Gonçalo. Além disso, essa época houve uma reforma no sistema de ensino brasileiro, como a criação da lei 5692, em 1971, que tornava preferencial a formação dos professores de primeiro e segundo graus, atuais ensino fundamental e médio, em nível de graduação.

Tudo começou basicamente com os cursos de licenciatura, porque, pela dificuldade de formação de professores. Eu, por exemplo, estou aqui há tantos anos e eu comecei justamente, eu não era professor, então por dificuldade de ter professores de ciências acabei vindo pra cá mesmo sem ser professor, eu estava na UFF, eu era da UFF e, professor de ciências, aí eu vim pra cá dar aula, pela dificuldade (relato oral, 2013).

A escola foi fundada em 1959 em um terreno que originalmente era um sítio, segundo o atual pró-reitor. São Gonçalo passava por um momento de crescimento intenso de seu número de habitantes e da ação de loteadores, que objetivavam transformar as terras rurais em urbanas. De maneira concomitante, ocorreu o crescimento da demanda por ensino.

A família da professora Marlene Salgado de Oliveira possuía um sítio no município de Cordeiro na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, vendido com o intuito de construir uma escola no município de São Gonçalo, para onde a família mudou-se, comprando uma chácara composta por onze lotes. A escola foi crescendo através do trabalho familiar. Em 1976, utilizando a estrutura já montada da escola, foi fundada a faculdade, com apenas os cursos de Pedagogia e Letras. Um dos principais motivos para a expansão da instituição foi a demanda por professores do ensino básico, pois a escola encontrou certa dificuldade de atrair professores de outras localidades

E aí você também não pode esquecer que a Universo [...] não é só de São Gonçalo. Ela hoje ela está em Campos [dos Goytacazes], ela está em Niterói,

ela está em... começou aqui [São Gonçalo], aqui é a matriz. Então nós temos hoje São Gonçalo, Niterói, Campos, Juiz de Fora, BH, nós temos é Bahia né, Salvador, Recife, Pernambuco e Goiânia, com nome de Universo, na verdade, ela acabou extrapolando o estado e indo para outros estados também [...]. [A] Universo foi construindo e ampliando. Tudo é nosso. Só em Recife que no início era alugado, mas logo depois foi construído, o prédio é construção. Tem um patrimônio em termo assim imobilizado muito grande. [...] aí foi ampliando justamente pela necessidade do mercado, e aí a ampliação, que aí não seria em termos dos cursos, seria a ampliação pra fora [...]. E aí, logicamente, por exemplo, até hoje vem o prefeito de outro município aqui “ah, por que não faz aqui uma Universo?” aí tem que explicar pra ele que não adianta fazer lá. Por quê? Porque a demanda seria pra um ou dois cursinhos e depois como é que faz, você constrói e aí? (relato oral, 2013).

A expansão se desenvolve no sentido de construir um patrimônio para da instituição, sendo todos os polos e *campi* construídos pela Universo a partir de propriedades adquiridas em diferentes municípios. O reitor também cita o interesse de prefeituras em atrair a universidade para suas localidades, mas a instituição procura um local que tenha uma demanda mínima, um alcance espacial mínimo.

A estrutura de comando de toda a rede da Universo está situada, atualmente, no *campus* de Niterói. A mudança se deveu, segundo Esteves, pela forma como foi construído o prédio e a disponibilidade de espaço.

Aqui foi crescendo gradativamente, foi ampliando, lá foi feita pra ser realmente a universidade, quer dizer então o espaço era muito maior, bem maior, e aqui, puxou pra lá [...] foi crescendo, lá já foi “temos que fazer aqui” [...], foi criada já sabendo que ia ter uma demanda maior e hoje de certa forma uma acaba competindo uma com a outra, é tão perto né? Os alunos que poderiam vir pra aqui, poderiam ir pra lá, os que poderiam pra lá, poderiam vir pra aqui e, assim por diante. [...] (relato oral, 2013).

Os outros *campi* já foram construídos de uma vez só, a partir de um projeto previamente definido. O prédio do *campus* de São Gonçalo tem sua forma marcada por um crescimento gradativo, que foi sendo expandido em diferentes épocas, conforme foi crescendo os rendimentos da instituição e a demanda por ensino. Esta característica marca a paisagem das periferias, onde predomina o sistema de auto-construção.

3.2 A paisagem urbana de São Gonçalo

Atualmente pode-se identificar na paisagem urbana de São Gonçalo a ação de novos agentes na produção do espaço urbano e a construção de empreendimentos

voltados para grupos sociais diferentes dos que caracterizam tradicionalmente São Gonçalo. O agente incorporador destaca-se neste contexto frente ao proprietário-construtor do terreno. Assim, são alterados as formas e os conteúdos da cidade em um ritmo mais acelerado.

Silva (2012), buscando entender a dinâmica do mercado imobiliário formal na cidade de São Gonçalo, identifica um grande número de empresas atuando neste mercado. No período entre 2000 e 2009 houve um total de 31 lançamentos imobiliários, com 18 empresas envolvidas. Entre os novos condomínios residências, tem destaque o “Parque das Águas”, que se propõem, em suas propagandas, ser o primeiro “bairro” de classe média do município, que contará com diversas opções de lazer, como piscina, academia, campo de futebol, *spa*, etc.

Além disso, houve a inauguração em 2004 do primeiro *shopping center* do município, o Shopping São Gonçalo; em 2009, a primeira grande casa de show do município, a Vibe Show; em 2010, o segundo *shopping center* do município, o Boulevard Shopping e; em 2012, uma segunda casa de show, a I9 Music. Tais formas tomam destaque na paisagem por suas amplas dimensões e suas discrepâncias em relação às atividades já existentes em seus arredores.

A paisagem urbana de São Gonçalo é marcada pela auto-construção, o que Silva (2012) compreendeu como produção extensiva da cidade, na qual os moradores constroem suas casas nos horários de folga do trabalho. O produto dessas ações é uma paisagem urbana bastante diversificada. Não existem padrões de construção, cada residência assume uma combinação própria de formas e dimensões, utilizando materiais também diversos em seus muros, telhados, janelas, portas, etc.

O uso residencial resultante do sistema autoconstrução predomina na paisagem de São Gonçalo. Normalmente, são os próprios moradores que realizam a construção de suas casas, despendendo, muitas vezes, anos até a conclusão destas. E ainda, conforme as famílias vão crescendo, as propriedades vão sendo repartidas entre seus membros, e novas casas vão sendo construídas, ou em cima da casa já existente, ou em partes disponíveis do terreno em questão.

Não apenas o uso residencial possui tais características, mas também muitos dos pequenos e médios estabelecimentos de comércio e serviços de bairro. Tais estabelecimentos estão geralmente no térreo da residência de seus proprietários, ou em parte do quintal de residências, conformando uma mistura de usos.

Abreu (1997 [1987]) compreende que a cidade pode ser pensada como composta por uma coleção de formas geográficas que podem ser analisadas em termos de forma-aparência e forma-conteúdo. Segundo o autor, as cidades seriam compostas por formas antigas, que testemunham períodos anteriores da organização social, e por formas novas, que caracterizam os momentos mais recentes de organização social. Assim, as formas constituem uma acumulação de tempos que expressam diferentes organizações sociais.

A organização social é composta por três estruturas: jurídico-política, econômica e ideológica. Essas estruturas se desenvolvem de maneira não sincronizada, evoluindo em direções e em velocidades distintas, processo que determina a organização social. Esse movimento tem como resultado uma nova organização social, quando as contradições entre as estruturas se acumulam, chegando a um grau de defasagem que deve ser ajustado, passando-se, assim, para um novo momento de organização social (ABREU, 1997 [1987]).

Considerando apenas o critério da forma-aparência, Abreu (1997 [1987]) descreve objetos geográficos, como os prédios, das residências, etc. Neste sentido, refere-se ao aspecto visível do ambiente construído, aproximando-se da definição de paisagem de Santos (2009a [1996]). Para este autor, paisagem corresponde a um conjunto de objetos reais-concretos, a junção de objetos passados e presentes, formas que “exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2009a [1996], p. 103).

Santos (1997 [1988]) compreende a paisagem como parte da configuração territorial, como uma fotografia, materialização de um instante,

como um conjunto de coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas e formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é resultante de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial (SANTOS, 1997 [1988], p. 77).

Santos (2009a [1996]) define a paisagem por apenas uma porção da configuração territorial possível de se abarcar com a visão e, a configuração territorial, pelo conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. Logo, para Santos (2009a [1996]), a paisagem é um conjunto de elementos artificiais e naturais que reconhecemos através da visão.

Para Santos (2009a [1996]) a paisagem se diferencia de espaço quando considerada em unidade com a sociedade. Esta, ao usar os elementos da paisagem, lhes atribui valor, assim, desempenham funções. A função dos objetos se refere a sua significação, ao valor sistêmico que adquirem em um conjunto de objetos. Neste sentido, a função da paisagem se dá apenas com sua confrontação com sociedade atual.

Souza (1998), discutindo o conceito de espaço, recusa a visão que considera a matéria como inanimada, como dotada de um movimento que lhe é conferido do exterior pela ação dos atores sociais. Este autor enfatiza que a materialidade é condição e fator de realização desses atores e de seus desempenhos. “Espaço e Sociedade não podem ser vistos como dois elementos autônomos de um conjunto, dois entes separáveis” (SOUZA, 1998).

Para ilustrar o que seria uma paisagem, Santos (2009a [1996]) cita um exemplo hipotético de uma cidade desabitada, a qual se encontra dissociada da vida humana, apenas enquanto forma, sem a vida que a animaria. Para este autor, apenas como forma material, a paisagem é relativamente imutável e, quando somada à vida social, ela se integra a um sistema de valores, que se transforma permanentemente, assim, enquanto forma-conteúdo. Este é um possível segundo critério de análise da cidade, segundo Abreu (1997 [1987]), que se exprime pela realização de funções.

Souza (1998) enfatiza que o espaço não é o movimento social, ele se torna dinâmico e dialético com dimensão material de uma sociedade concreta e particular. Fora dessa moldura, temos apenas um produto estático, o que para Santos (2009a [1996]) seria a paisagem. A materialidade do espaço influencia e condiciona movimento social apenas por sua própria presença, por ele ser produzido de determinadas maneiras e ainda, pela resistência de suas formas que se cristalizaram.

Neste sentido, discordaremos de Santos (2009a [1996]) em sua definição de paisagem. À medida que observamos um conjunto de objetos naturais e artificiais, nós nos relacionamos com eles, precisamos estar presentes no mesmo lugar em que estão os objetos. E mesmo que estivéssemos distantes deles, incidiríamos sobre os mesmos produzindo-os mentalmente, em nossa imaginação, segundo nossas perspectivas de mundo, segundo nossos valores, nossos conceitos. Dessa maneira, atribuindo-lhes determinados valores. Assim, definir paisagem como um lugar desprovido de vida humana consiste em uma mera abstração, que ignora a presença do observador.

Esses autores entendem as formas materiais como frutos do trabalho social e expressões da formação social que as produziu. As formas são o resultado de um trabalho

social que se objetivou, assim carregam um conteúdo, que traz informação. Esta informação está relacionada à intencionalidade de quem projetou a forma, contendo um potencial específico para determinadas funções. Pode-se atribuir novas funções aos objetos, mas as formas podem resistir a esse movimento, como um carro ser usado como local de moradia. É possível se morar em um carro, mas como ele não foi projetado para isso, pode ser uma experiência extremamente desconfortável do ponto de vista físico e emocional, já que não estão presentes no carro diversas funções que estariam presentes em uma casa e, pode acontecer de o habitante do veículo se sentir depreciado apenas pelo seu local de moradia.

Neste trabalho compreendemos a paisagem como aspecto perceptível através dos sentidos, em um sentido similar ao empregado por Carlos (2008 [1994]), que propõe um estudo da paisagem pelos elementos que a compõe, o “espaço construído”, que se refere às formas materiais e ao movimento da vida, “movimento do cotidiano da vida das pessoas que moram, trabalham e se locomovem num determinado lugar”. Assim, a paisagem guarda momentos diversos da produção espacial, sendo expressão de uma relação social real. Carlos (2008 [1994]) recusa a ideia de mosaico ou quadro, procurando elaborar uma construção a partir dos elementos da paisagem, objetivando entender o modo pelo qual ela se produz.

A relativa espontaneidade da produção do espaço urbano de São Gonçalo precedeu, e ainda precede, a ação do Estado na construção e na oferta de infraestruturas e equipamentos urbanos na maior parte da cidade. Geralmente, a pavimentação das ruas, o calçamento destas, a distribuição de água, a coleta de esgoto, a oferta de iluminação pública e o transporte público, ocorrem após o estabelecimento de moradores. Resultando também, no desenho irregular das ruas e avenidas, estruturadas a partir das principais vias de circulação, a princípio a partir das linhas férreas e de bondes e, atualmente, a partir das rodovias.

Atualmente, as rodovias BR-101 e RJ-104 são os principais vetores de crescimento urbano de São Gonçalo, em direção ao município de Itaboraí, particularmente na parte nordeste do município de São Gonçalo. Onde, segundo Coutinho, um funcionário da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo da Prefeitura de São Gonçalo, houve um crescimento populacional de mais de 300 mil habitantes entre 2000 e 2010, estendendo-se do bairro Alcântara aos bairros Guaxindiba, Marambaia, Gebara e Monjolos, na divisa com Itaboraí.

O ambiente construído está sendo expandindo territorialmente pela ação de loteadores nesses bairros, com pouca ou nenhuma infraestrutura. Isto se desdobrou em um novo desafio para a administração pública do município, que identificou a necessidade de expandir as redes de água e esgoto para tais áreas. Essa expansão urbana de forma “precária” marca a produção do espaço urbano de São Gonçalo desde o início do seu processo de urbanização, relativamente recente, a partir das primeiras décadas do século XX. Impulsionado, inicialmente, pelo declínio da atividade agrícola e a sincrônica ascensão da atividade industrial, associada ao processo de metropolização do Rio de Janeiro.

Corrêa (1989b, p. 19) descreve as ações dos proprietários na produção do espaço urbano como sempre orientadas no sentido de obterem maior renda fundiária de suas propriedades, “interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível”. Dessa forma, em áreas que não são de interesse de grupos sociais de elevados *status*, os proprietários fundiários apenas realizam os loteamentos.

Essa descrição característica do espaço urbano de São Gonçalo expressa sua condição de cidade periférica, em que há predominância de habitantes e de usos de baixo *status*. O sentido aqui atribuído ao termo periférico não se refere necessariamente a um sentido geométrico, em que há uma associação apenas de distância, como localizado nas bordas, mas sim ao conteúdo social da cidade.

Dessa forma, Silva (2012) resume a convenção urbana de São Gonçalo pela palavra carência. A cidade é conhecida como periférica, de população predominantemente pobre e sem qualificação, como cidade dormitório, em que a população trabalha no Rio de Janeiro e em Niterói. Silva (2012), baseado no autor Pedro Abramo, define convenção urbana como

a crença, compartilhada por toda a sociedade, de que uma determinada área irá permanecer com as mesmas características, que não sofrerá nenhum tipo de desvalorização, ou mudança no seu conteúdo social, ou pelo contrário de que aquela área irá se valorizar e modificar seu conteúdo social (SILVA, 2012, p. 133).

A cidade também é conhecida por ter problemas de infra-estrutura, muitos dos moradores não tem acesso com facilidade a bens coletivos, como água, esgoto, escolas, hospitais, etc. Esse autor identifica no discurso dos agentes que atuam nessa cidade o interesse de mudar essa convenção urbana, objetivando dotar a cidade de áreas claramente de classe média, “torná-la não mais uma cidade dormitório, mas uma cidade dinâmica,

com atividades econômicas que gerem emprego e renda com opções de consumo e lazer para os moradores da mesma” (SILVA, 2012, p. 181). Evidencia-se, assim, o pouco reconhecimento da população sobre as atividades econômicas já desenvolvidas na cidade de São Gonçalo.

O espaço urbano de São Gonçalo apresenta uma paisagem dinâmica, com significativa presença de atividades econômicas, principalmente de comércio e serviços varejistas (dos circuitos superior e inferior), e intenso movimento de pessoas e veículos ao longo dos dias. A representação de cidade dormitório que povoa o imaginário popular na forma de convenção urbana não expressa bem a dinâmica econômica identificada por meio da análise de sua paisagem.

Os segmentos sociais mais abastados têm a possibilidade de pagar por boas condições de moradia, logo a lógica de produção espaço urbano voltado para estas classes se diferencia bastante da voltada para as populações de baixa renda na cidade capitalista. Corrêa (1989b) discute os mecanismos desta produção por meio da análise das estratégias dos agentes produtores do espaço urbano. Este autor, afirma que os agentes proprietários fundiários, por exemplo, variam suas estratégias conforme a localização de seus terrenos, promovendo dois tipos de ocupação urbana: urbanização de *status* e urbanização popular. As áreas bem localizadas e com amenidades físicas são destinados à população de *status*. Nestas, os proprietários fundiários muitas vezes assumem o papel de promotores imobiliários, loteando, vendendo, construindo casas de luxo, etc. Nas áreas mal localizadas e sem amenidades físicas, os proprietários fundiários realizam loteamentos populares apenas com o mínimo de infraestrutura. O baixo poder aquisitivo da população que se desloca para estes lugares não torna lucrativo para o proprietário fundiário agir como promotor imobiliário. Dessa forma, os terrenos destinados às populações de baixa renda são ocupados por habitações construídas pelo sistema de auto-construção ou pelo Estado.

A compreensão da produção desses espaços diferenciados na cidade está longe de se limitar ao nível de renda dos segmentos sociais e a agentes privados. A lógica do mercado imobiliário também é assumida pelo Estado, que se torna diretamente responsável pela acentuação destas diferenças em termos dos locais de moradia populares e de *status*, nos termos de Corrêa (1989b).

Maricato (1996) analisa o *Sistema Financeiro de Habitação* (SFH) e o *Banco Nacional da Habitação* (BNH), programas de financiamento de moradias criados pelo regime militar em 1964, como estratégias de “estruturação e consolidação do mercado

imobiliário urbano capitalista”. Segundo a autora, os investimentos públicos nesse período favorecem a infraestrutura industrial e o mercado concentrado e restrito. Maricato (1996) chama de modernização excludente o processo de industrialização nesse período, pois este foi baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social. Os trabalhadores da indústria fordista (automobilística) são frequentemente levados a morar em favelas, segundo a autora, áreas de ocupação ilegal da terra, com habitações resultantes do “expediente arcaico da auto-construção” realizado pelo morador. Isto ocorre porque os salários pagos pela indústria e as políticas de habitação não “são suficientes para atender as necessidades de moradias regulares, legais” (MARICATO, 1977 *apud* MARICATO, 1996, p. 43).

Corroborando a discussão desenvolvida por Maricato (1996) podemos citar Abreu (1997 [1988]) que, ao analisar a evolução urbana da metrópole do Rio de Janeiro, critica as ações do Estado, principalmente após 1964, que tomam um cunho explicitamente empresarial. Este autor afirma que as políticas e investimentos públicos se voltaram principalmente para locais que assegurassem maior retorno financeiro, ou seja, em áreas mais ricas da cidade. Assim, Abreu (1997 [1988]) afirma que há a produção de um modelo metropolitano dicotômico, no qual o núcleo urbano, que concentra infra-estruturas e equipamentos urbanísticos, se constitui no local de habitação da população de alta renda e as áreas carentes de serviços e infra-estrutura, as periferias, habitadas pelas camadas baixa renda.

Essas duas estratégias dos proprietários fundiários descritas por Corrêa (1989b), de transformação da propriedade rural em terra urbana, produzem paisagens com formas distintas que expressam as divisões sociais, como as divisões de classe. Estabelece-se a separação entre o local de residência das populações de baixo, médio e alto *status* sociais.

Atualmente a paisagem dos espaços periféricos da Região Metrôpole do Rio de Janeiro vem sendo marcada pela implantação de *shoppings centers* e condomínios residenciais fechados, seguindo o mesmo conceito do condomínio exclusivo, entretanto, com forma e conteúdos sociais significativamente diferentes. Os condomínios exclusivos e os *shoppings centers* são objetos inicialmente voltados para classes médias e altas, hoje, esses empreendimentos expandem seu mercado a novos segmentos da sociedade, estabelecendo novas localizações.

Em São Gonçalo há um exemplo de condomínio fechado, o Parque das Águas no bairro Alcântara. Este empreendimento é estudado por Silva (2012), que discute as práticas espaciais dos promotores imobiliários na redefinição da centralidade urbana de

Alcântara. Esse autor demonstra que apesar da centralidade de Alcântara ter “atraído” o condomínio, ela é negada por este, na medida em que em seu interior serão ofertadas uma gama de serviços e produtos.

Os *shoppings centers* são empreendimentos imobiliários que reúnem um conjunto de estabelecimentos de comércio e serviços, constituindo-se em formas de expressão de centralidade. O Boulevard Shopping está localizado no bairro Centro, em uma área com certo adensamento urbano, em um lugar que já se constituía como um centro de comércio e serviços varejistas, principalmente voltado para os moradores de São Gonçalo, onde se encontra a maior parte do aparato político administrativo e constitui-se como ponto final da maioria das linhas de ônibus municipais. Já o Shopping São Gonçalo é explicitamente voltado para a dinâmica regional. Localizado na rodovia BR 101, no alto de um morro, em um bairro Boa Vista.

Dessa maneira, o Shopping São Gonçalo encontra-se “deslocado” em relação à localidade de seu entorno. Suas duas entradas e janelas estão voltadas para a Baía de Guanabara e a BR 101, sendo possível avistar da entrada lateral um dos famosos pontos turísticos do município do Rio de Janeiro, como o Cristo Redentor. Além disso, conta com uma ampla área de estacionamento de três andares, possuindo apenas dois andares de lojas, sendo o primeiro de dimensões significativamente menores que o segundo. Tais características nos induzem a crer que este empreendimento procurou alcançar um público regional. Sua localização na BR 101 permite o fácil acesso de veículos para quase todos os municípios da porção leste da metrópole fluminense, sendo também local de passagem para os que se deslocam da metrópole no sentido região das Baixadas Litorâneas, conhecida também atualmente como Região dos Lagos.

3.3 Novos empreendimentos em São Gonçalo

A organização espacial apresentada no capítulo anterior deve ser pensada enquanto processo, sendo assim, como uma formação espacial, como produto e condicionante do movimento da sociedade. De tal forma, o arranjo espacial dos usos do solo urbano de São Gonçalo está em constante rearranjo, o que significa não apenas a presença de novos usos, reorganizando as interações espaciais urbanas e regionais, mas também, pela mudança dos conteúdos sociais.

Estes novos conteúdos já começam a aparecer no sistema de ensino superior privado, principalmente a partir de 2010, momento em que são abertas as primeiras turmas no período diurno no *campus* da instituição Universo no município de São Gonçalo. As instituições privadas em São Gonçalo costumam abrir turmas apenas no período noturno porque a maioria dos alunos trabalha. A abertura de turmas no período diurno indica o início de uma possível mudança no perfil dos alunos. O Pró-Reitor da Universo, Manoel Esteves, comenta essa possibilidade de mudança, afirmando que o perfil dos alunos do *campus* da Universo em Niterói já é diferente.

[...] por exemplo, em Niterói tem o curso de odontologia [...] de manhã e de tarde, mas aí quem paga? Dificilmente é ele [o aluno], é o pai. É uma característica diferente. Mas o direito de repente [o aluno] [...] vem de manhã porque ele trabalha [...] em algum lugar a tarde [...]. Então a gente consegue [alunos no período diurno que trabalham]. Educação física é aquela pessoa que consegue [...], mas são poucos os cursos, até esse ano me surpreendeu que [a gente] conseguiu emplacar administração, farmácia e outros cursos assim, engenharia, que a gente nem esperada que tivesse de manhã, mas houve uma procura [...] [mas] ainda não sei, não vi o perfil desse aluno, mas pode ser que seja o pai que esteja bancando, pode ser, eu não sei. [...] Quando o aluno entra, a gente tem um questionário que ele preenche, então a gente tem essa visão (relato oral, 2013).

O movimento de expansão do ensino superior está associado a um amplo processo de reestruturação urbana e regional que tem um dos seus principais motores as novas lógicas de localização das atividades econômicas em geral, não apenas da produção industrial, que marcou a paisagem urbana de São Gonçalo no início do século XX. A paisagem desta cidade vem sendo marcada pela presença de empreendimentos que têm suas gêneses associadas ao atendimento das demandas de consumo dos segmentos de médio e alto *status* sociais, como as instituições de ensino superior e os *shoppings centers*. Não queremos dizer que esses objetos vêm se desenvolvendo da mesma maneira e através dos mesmos processos, mas sim, que possuem similaridades, sobretudo, em termos de localização, que expressam a ampliação do mercado de consumo e uma tendência à homogeneização de hábitos de consumo e, implicam na expansão da cidade. Tendo em vista que cada um desses processos são facetas, aspectos ou manifestações, de uma totalidade em movimento.

A ampliação do mercado de consumo pode se dar em dois sentidos: pela elevação da capacidade de consumo, devido ao aumento real dos salários ou à expansão das possibilidades de crédito e financiamento; e pela diversificação de um mesmo produto

restrito inicialmente a determinados segmentos sociais, mas que passa a se voltar para segmentos de capacidades de consumo diversas.

A diversificação dos produtos é característica do regime de acumulação flexível. Benko (1996) analisando empresas de alta tecnologia, apresenta formas de organização no âmbito da esfera do trabalho no interior das empresas que consistiram em uma revolução nas técnicas de coordenação e de otimização do lançamento das fabricações. A empresa capitalista clássica, a fordista, caracterizada pelo porte e produção integrada em grandes séries, sede lugar a fábrica flexível, capaz de fornecer produtos diversificados e especializados (BENKO, 1996).

As empresas de alta tecnologia têm como estratégia inovar, novos produtos, novos métodos, novos *designs*, concorrendo não apenas com outras empresas, mas consigo mesma, com os setores mais antigos da empresa. Nesse sentido, Benko (1996) apresenta dois sistemas de inovação organizacional da produção industrial criados por um diretor da firma Toyota, empresa automobilística, no Japão na década de 1960, que são posteriormente difundidos pelo mundo. Os sistemas *just in time* e *kanban* (BENKO, 1996).

Benko (1996) define *just in time* como um modelo de organização de produção que considera a empresa um sistema aberto para o ambiente do mercado competitivo. O modelo tem como traço essencial uma organização que toma "o serviço ao consumidor como cânone de complexificação e diferenciação no tocante aos concorrentes" (BENKO, 1996, p. 238), com sua gestão "esforçando-se por obter participação ativa dos trabalhadores a serviço do consumidor e para a eliminação dos desperdícios" (BENKO, 1996, p. 240).

O sistema *kanban* tem como princípio: "o trabalhador do posto de trabalho a jusante se alimenta da peça no posto de trabalho a montante, quando tem necessidade disso" (BENKO, 1996, p. 241). Assim, a fabricação se faz de jusante a montante, estabelecendo um fluxo de informações entre esses dois pontos do processo de produção. A "'fábrica flexível' informatizada [...] permite montar na mesma linha não apenas diferentes versões do mesmo veículo, mas também modelos diferentes, o que reduz os custos fixos ao distribuí-los por cinco ou dez veículos" (BENKO, 1996, p. 179).

Essa lógica de produção é complementada pelo estímulo ao consumo promovido, em parte, pelas estratégias de publicidade e propaganda e pelas representações da sociedade produzidas e divulgadas por e através de meios de comunicação de massa. A

produção em um sentido amplo, não apenas da fábrica, passa a se diversificar, orientando-se pela dinâmica do mercado, que dita o ritmo e volume da produção.

Essas novas formas de organização da produção surgem em um contexto de crise econômica do sistema capitalista. O seu sucesso na retomada do crescimento econômico transforma esse modelo denominado de flexível em paradigma, com efeito, passa a orientar a produção do espaço, assim, influenciando não apenas os setores industriais de tecnologia, mas toda a sociedade.

Sposito (2010) discute as novas estratégias de grandes grupos econômicos no setor comercial e na produção imobiliária nas cidades que se concretizam em novas lógicas locacionais. Estes grupos vêm promovendo a instalação de grandes equipamentos, como hipermercados e *shoppings centers*, em sua maior parte, fora do tecido urbano, mas que se mantém integrados a ele, se localizando próximos a infraestruturas de circulação. Movimento que, segundo a autora, responde aos interesses das novas zonas residenciais e ao uso mais frequente do automóvel. Essas áreas situadas fora do tecido urbano, ou em seus limites externos, são denominadas pela autora como periferias. Sposito (2010) emprega o termo periferia em um sentido geral, designando as zonas de expansão da cidade incorporadas ou modificadas pelos processos mais recentes de redefinição das cidades, apesar de salientar a necessidade de se rediscutir a noção de periferia e a relação centro-periferia.

Sposito (2010) descreve essa tendência como viabilizada por três movimentos simultâneos e articulados.

Em primeiro lugar, os interesses de valorização fundiária e imobiliária de novas zonas manifestam-se sobre o limite da cidade, seja através da atribuição do uso urbano do solo a espaços que não eram funcionalmente urbanos, seja pela distribuição de novos usos urbanos, mais modernos, mais valorizados, a zonas já incorporadas ao tecido urbano.

[...] Em segundo lugar, a concentração econômica de grupos de distribuição comercial e de serviços permitiu a construção de grandes equipamentos que respondem, em parte, às exigências trazidas pelas novas localizações residenciais e produzem, parcialmente, novos fluxos no interior da cidade em função das novas possibilidades e formas de consumo que resultam dessa localização (SPOSITO, 2010, p. 206).

O terceiro movimento diz respeito à política de localização industrial. Há atualmente a tendência de diminuição da oposição entre os interesses de implantação industrial e de serviços no interior da cidade. A autora demonstra que o comportamento dos grandes conglomerados econômicos é cada vez mais ditado pelos seus interesses fundiários, pois “a preocupação primeira dos grupos que agem no setor industrial não é

mais a fábrica, disseminada em múltiplos espaços e formas de produção, mas a gestão produtiva, financeira e tecnológica” (SPOSITO, 2010, p. 206), assim, configura-se a tendência de aproximação da centralidade territorial do poder industrial a centralidade produzida pelo e para o setor comercial e de serviços (SPOSITO, 2010).

A cidade de São Gonçalo encontra-se na condição de periferia metropolitana, tanto no sentido geométrico do termo, quanto em um sentido social, sendo redefinida atualmente pela implantação de grandes equipamentos de comércio e serviços, como *shopping centers* e casas de *show*, que hoje marcam sua paisagem urbana.

A presença dos *shoppings* é parte do movimento de uniformização dos hábitos de consumo característico do regime de acumulação atual. Assim como o movimento de implantação de hipermercados, que em São Gonçalo acontece, sobretudo, na década de 1990. Araújo (2002) discute o passado industrial de Niterói e São Gonçalo procurando reconstruir a paisagem da época em que a indústria era uma das atividades econômicas mais importantes desses municípios. Esta autora analisa os impactos da instalação do hipermercado Carrefour no bairro de Neves. Esse empreendimento é controlado pelo grupo francês Comptoirs Modernes e foi construído no terreno da antiga fábrica de fósforos Fiat Lux de quase cem anos.

Mendonça (2007) compreende a inauguração do Carrefour marca o abandono definitivo da fase das grandes indústrias pelo distrito de Neves e inaugura uma fase de comércios e serviços. Contíguo ao Carrefour é construído o Sam's Club, no município de Niterói, separados pelo rio Bomba. O Sam's Club é um hipermercado exclusivo para sócios que hoje faz parte do grupo estadunidense Wal Mart.

A instalação destes grandes empreendimentos e o aumento de construções na área atraíram mais recentemente a loja C&C, Casa e Construção. Nas proximidades, instalaram-se ainda as lanchonetes *Bob's* e *McDonald's*, a concessionária de automóveis da Fiat, dois postos de gasolina e uma oficina de serviços automotivos. Ao lado, já em Niterói, encontram-se o Clube Cinco de Julho e a quadra da Escola de Samba Unidos Viradouro, que em função do carnaval atrai um grande número de pessoas oriundas também do Rio de Janeiro e Niterói.

No bairro vizinho, chamado de Vila Lage, em São Gonçalo, funcionam lado a lado a nova quadra da Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra, o Centro Social Missionário Nova União e a Indústria Seves-Electrovidro, onde havia as antigas Electrovidro, a Vidreira e Cia. Vidrobrás. Em Neves, permanece a Comercial Gerdau, próxima à Igreja Evangélica situada no antigo terreno da Fundação Palmares (MENDONÇA, 2007).

O Carrefour, além de atrair pessoas de outras localidades que não possuem quaisquer relações com o bairro, provocou a falência de pequenos estabelecimentos,

como mini-mercados, mercearias, quitandas, açougues, etc. Posteriormente, atraiu novas atividades, como consultórios médicos e odontológicos, que aproveitaram a centralidade do hipermercado, sem concorrer com o mesmo (ARAÚJO, 2002). Araújo (2002) ressalta que alguns dos pequenos estabelecimentos sobreviveram vivendo fiado, segunda a prática do “caderninho”, no qual se anota o que o freguês consumiu, para que ele pague apenas no fim do mês o que deve.

Segundo Araújo (2002), os pequenos estabelecimentos fecharam porque não resistiram à concorrência com o hipermercado, que recebeu diversos benefícios da prefeitura, tanto para sua implantação e fixação, como obras de “maquiagem” promovidas pelo poder público: asfalto novo, placas de sinalização. Dessa forma, “o hipermercado tornava-se mais atraente ao lugar e aos passantes pela Niterói-Manilha”. Além disso, esse objeto global foi beneficiado pelas linhas de ônibus e pontos de táxis colocados na saída do estabelecimento, na Rua Oliveira Botelho.

Os imóveis localizados em frente ao hipermercado, foram cooptados para recompor suas imagens. Novos conteúdos foram anexados às antigas formas, as quais desapareceram, surgindo uma nova visibilidade, compatível esteticamente com a empresa global. Assim, consultórios médicos e odontológicos criaram seus espaços, não concorrendo com o hipermercado, mas aproveitando-se de sua visibilidade, frequência e centralidade para se estabelecerem (ARAÚJO, 2002).

Seguindo uma lógica similar, o poder público realizou melhoramentos urbanísticos no entorno do São Gonçalo Shopping, no bairro Boa Vista. Antes do *shopping*, todas as ruas eram estradas de terra, com exceção da rua principal, onde circulavam apenas duas linhas de ônibus da empresa Estrela, as linhas 45 e 536M. Após o *shopping*, a maioria das ruas próximas foi asfaltada e os itinerários de outras cinco linhas de ônibus (20, 35, 42, 443M, 526M) da viação Estrela, que circulavam pelos bairros próximos, foram modificados para incluir o *shopping* em seu trajeto.

Além disso, houve a criação de uma linha de integração para o *shopping*, a 42S, que inicia seu percurso, de aproximadamente dois quilômetros, no bairro Zé Garoto, na entrada do Clube Tamoio, ponto final de diversas linhas municipais. O preço de sua passagem é reduzido, um real e quarenta e cinco centavos, o correspondente à metade do valor de passagem municipal, de dois reais e noventa centavos. Dessa forma, houve o aumento do número de linhas de ônibus atendendo a localidade e uma maior frequência com que circulam, melhorando a acessibilidade dos moradores, apesar de ainda ser recorrente a espera dos moradores por mais de 20, 30 minutos no ponto de ônibus.

Por outro lado, o asfaltamento das ruas favorece o escoamento superficial da água da chuva, o que piora o problema das enchentes. A área de entorno do São Gonçalo Shopping é cortada por uma rede fluvial, composta por diversos rios que desembocam na Baía de Guanabara. Tal característica marca todo o litoral de São Gonçalo, que apresenta predominância de ecossistema de manguezal, que se desenvolvem na transição entre os ambientes terrestres e marinhos, na foz dos rios, onde há o encontro de águas doce e salgada.

A enchente, que consiste no aumento do volume de água dos rios, é um fenômeno natural decorrente, principalmente, da elevação do volume de chuvas, que ocorre em determinados períodos do ano. No caso das áreas costeiras, o regime de marés também influencia diretamente nesse processo. No estado do Rio de Janeiro a estação de verão costuma apresentar maiores índices de pluviosidade e, por conseguinte, de enchentes. Dessa forma, é inapropriada a construção de residências, por exemplo, muito próximo às margens de rios. No entanto, a urbanização de São Gonçalo se deu ignorando a presença de seus rios. Outrora, eles foram fundamentais para o acesso e escoamento de produtos e pessoas em São Gonçalo nos períodos em que sua economia era predominantemente agrário exportadora e quando houve um processo de expansão industrial. Trechos de diversos rios foram manilhados e parte do leito de outros foi aterrada, ambas as ações objetivando estender a área construída da cidade. Consequentemente, as áreas de topografia mais baixa sofrem com enchentes sempre que ocorrem chuvas intensas e/ou prolongadas. Mas o *shopping* foi construído em um morro que foi parcialmente desmontado, assim, está protegido das enchentes.

Os bairros litorâneos de São Gonçalo, como o bairro Boa Vista, tiveram boa parte sua área de manguezal aterrada. Não somente para a expansão da cidade, mas também pela construção da BR 101, formando uma espécie de barreira no litoral, que dificulta o escoamento das águas advindas do continente em direção ao mar.

Mendonça (2007) demonstra que a construção da rodovia Niterói-Manilha (BR 101) estimulou a ampliação de muitas comunidades pobres no município. Foram criados diversos novos aterros para a construção dessa rodovia, ampliando o território municipal em alguns quilômetros (MENDONÇA, 2007). No distrito de Neves essa nova extensão de terra foi ocupada por escolas, postos de saúde, igreja, uma delegacia de polícia, um posto do Detran. Segundo esse autor, as comunidades e favelas foram ocupando áreas deixadas pelas fábricas e indústrias, e pelos terrenos remanescentes de manguezal.

Ainda sobre o acesso ao São Gonçalo Shopping, apenas duas empresas de transporte possuem concessão da prefeitura para transportar passageiros até o mesmo, as viações Rio Ita e Estrela. A primeira realiza o percurso “por fora”, pela BR 101, que por ser uma rodovia não possui sinais de trânsito e nem um significativo fluxo de pedestres, o que permite maior fluidez, implicando em menor tempo de deslocamento. Tal percurso não é somente utilizado por moradores de São Gonçalo. Existem linhas de ônibus que ligam os municípios de Niterói e Rio de Janeiro ao município de Itaboraí e Magé por meio da BR 101, o que, segundo moradores, reduziu drasticamente o tempo de deslocamento. Apesar disso, o aumento, nos últimos anos, do volume de fluxos diários nessa rodovia resultou em constantes congestionamentos, especialmente nos horários correspondentes ao início da manhã e ao final da tarde.

O segundo percurso até o São Gonçalo Shopping, o “por dentro”, é realizado pela viação Estrela, ligando o *shopping* apenas aos bairros Alcântara, Bairro Antonina, Patronato e Centro de Niterói. Assim, tornando obrigatório a diversos moradores a realização de baldeação no bairro Zé Garoto por meio do ônibus de integração. Entretanto, a irregularidade de horários deste, faz com que muitas pessoas desistam da integração e utilizem outros ônibus de preço integral. Desse modo, ocorre a atuação de cooperativas de transporte alternativo na entrada lateral do *shopping*, as vans “disputam” os passageiros entre si e com o transporte regular, realizando também, trajetos para locais que não são atendidos pelos ônibus que passam pelo São Gonçalo Shopping, como os bairros: Santa Izabel, Rocha, Várzea das Moças, etc.

Os impactos do São Gonçalo Shopping sobre as atividades de comércio e serviços locais foram significativamente diferentes em relação ao Carrefour. Para a implantação deste *shopping center* foi desmontado parte de um morro desocupado, situado em uma das margens da BR 101 e a alguns metros de distância da Praia das Pedrinhas. Esta praia é atualmente caracterizada pela presença de pequenos barcos de pesca e de botecos e quiosques. Segundo Mendonça (2007) a área também se caracterizava, antes da implantação do *shopping center*, como ponto de prostituição de jovens nos finais de tarde. Mendonça (2007) explica que com as obras de melhoria do bairro, o que ele chama de urbanização, a prostituição acabou nessa localidade. Foi introduzida iluminação pública e asfaltamento, além da implantação de uma cabine da Polícia Militar e de um Posto da Guarda Municipal.

Esse empreendimento imobiliário de 45 mil metros quadrados se encontra em uma área mais elevada do que o seu entorno, onde predomina o uso residencial, existindo

apenas alguns pequenos estabelecimentos de comércio e de serviços, como armazém, mercado, boteco, sacolão, padaria, cabelereiro, etc. Mendonça (2007) comenta o contraste do *shopping* com a Praia das Pedrinhas, que também é um local de lazer e consumo, mas que não dispõem da comodidade e segurança do *shopping*, dotado com ar-condicionado e de segurança privada e pública, constituindo assim dois grupos distintos convivendo extremamente próximos.

Souza (2010) analisa o fenômeno da auto-segregação das elites brasileiras, discutindo o *shopping center* como uma das estratégias de escapismo das elites, assim como, a implantação de condomínios exclusivos. Esse autor cita o exemplo do condomínio residencial exclusivo Complexo Alphaville, na Região Metropolitana de São Paulo, como a expressão mais significativa desse fenômeno. O condomínio conta com um centro comercial próprio, um *shopping* exclusivo, restaurantes e serviços variados, como clínicas médicas, escolas e universidade. Além de um tênis clube, um cine-teatro e uma revista própria. Expressando o desejo dos privilegiados urbanos de se manterem longe dos pobres (SOUZA, 2010).

Souza (2010) destaca cinco fatores que têm contribuído para esse tipo de segregação:

1) uma paisagem urbana marcada pela pobreza e informalidade, inclusive nas áreas centrais e nos bairros privilegiados mais tradicionais; 2) a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental nos bairros residências privilegiados tradicionais, devido a congestionamentos, poluição do ar etc.; 3) busca por uma maior “exclusividade” social; 4) eventualmente, a procura de novos espaços residenciais que apresentassem amenidades naturais; e 5), o aumento objetivo da criminalidade violenta e de problemas associados a estratégias de sobrevivência ilegais (como as ‘balas perdidas’ quando de tiroteios entre quadrilhas rivais de traficantes de drogas, a desvalorização dos imóveis situados próximos a favelas etc.), e também a ‘sensação de insegurança’ vinculada, com maior ou menor dose de realismo, à criminalidade objetiva (SOUZA, 2010, p. 197, 199).

Souza (2010) demonstra que esse fenômeno ocorre no Rio de Janeiro na mesma época, inicialmente na Barra da Tijuca. Os condomínios são protegidos por agentes de segurança e muros, que apresentam em seu interior variadas facilidades, como quadra de tênis, piscina, salão de festa, sauna e até lojas diversas. Apesar da similaridade, Souza (2010) afirma que o empreendimento é menos “exclusivo” que o Alphaville. Este está situado longe da metrópole de São Paulo, enquanto aquele está localizado em um bairro da metrópole do Rio de Janeiro, “portanto mais próximo e mais acessível para aqueles

que os privilegiados urbanos desejam manter distância, ou seja, os pobres” (SOUZA, 2010, p. 201).

Os novos investimentos na cidade de São Gonçalo são interpretados por Silva (2012) como dando início a processos de fragmentação, no sentido discutido por Salgueiro (1998), quando um objeto na cidade se encontra em descontinuidade com o tecido urbano. Assim estão os *shoppings centers* e os condomínios fechados.

Mendonça (2007) e Silva (2012) identificam uma nova lógica de produção do espaço urbano de São Gonçalo, envolvendo promotores imobiliários de empresas de ampla escala de atuação. Silva (2012) afirma que antes da década de 2000 predominava a ação de pequenas e médias empresas na produção de loteamentos, geralmente de agentes locais. Um movimento similar acontece com as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas em São Gonçalo. As primeiras instituições são criadas por pequenos e médios empresários do município com uma atuação em escala local e, na década de 2000, algumas dessas instituições se associam a grandes grupos internacionais e outras são compradas por grupos internacionais, passando, assim, a integrar uma rede de fluxos em escala internacional.

3.4 A evolução urbana de São Gonçalo

O Estado do Rio de Janeiro é historicamente caracterizado pelo alto grau de concentração de população e de atividades econômicas em seu núcleo metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro. Isto se justifica em parte pela condição desta cidade ter sido capital por aproximadamente duzentos anos. Foi capital da colônia, capital do império e da república até 1960, quando a capital é transferida para Brasília. A partir daí, a antiga capital do país torna-se Estado da Guanabara, uma unidade federativa dentro do território do Estado do Rio de Janeiro.

A transferência da capital significou uma forte retração da economia fluminense devido à perda de parte dos investimentos federais. A crise também residiu na intensa transferência de sedes de instituições bancárias para o Estado de São Paulo, e da perda importância da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a de São Paulo. Entretanto, a economia do Estado de Rio de Janeiro permaneceu como uma das três mais importantes economias do país na década de 1980 (NATAL, 2000). Tavares (2000, p.58) ressalta que esta importância econômica permaneceu devido à estratégia da União de manter na cidade

do Rio de Janeiro sedes das grandes empresas estatais, das universidades e das instituições de pesquisa, assim como órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

A prática de sustentação da economia fluminense, diga-se de passagem, não era nova. Desde a década de 1940, o Governo procurou localizar ali empreendimentos de grande porte, com o intuito de equilibrar a distribuição de recursos no espaço econômico mais desenvolvido do país, isto é, o triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte (TAVARES, 2000, p. 58).

A presença de investimentos federais também se expressa na quantidade de instituições de ensino superior federais na Região Metropolitana. São ao todo cinco IES: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Sendo que dessas cinco, três estão localizadas no núcleo metropolitano (UNIRIO, UFRJ e IFRJ).

Entre os anos de 1995 e 2000 a região metropolitana apresentou sinais de uma retomada do crescimento econômico, constatação apoiada no “fato de que a chamada migração de empresas foi contida, ao mesmo tempo em que os grupos (sobretudo estrangeiros) que investiram em telecomunicações e em petróleo estão preferindo instalar-se naquele espaço e não em São Paulo” (TAVARES, 2000, p. 61-2).

Oliveira (2008a, p. 43) afirma que essa crise não foi só econômica, mas também política. Com a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro em 1974 se “unificou oficialmente o território, mas não as classes dominantes e dirigentes até então”. Para este autor, somente nas eleições de 1982, com a posse do governador do estado Leonel Brizola, que essa distinção começou a ser superada.

Neste governo foram realizados investimentos no interior do estado, “em especial na produção de infra-estrutura para potencializar projetos econômicas e sociais” (OLIVEIRA, 2008a, p. 43), como os investimentos em ensino superior. Neste período foram anexadas fundações universitárias à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) dando origem aos *campi* de São Gonçalo, de Duque de Caxias, ambos na Região Metropolitana, e de Friburgo, na Região Serrana. Mais tarde a Unidade de Resende, no Vale do Paraíba. A UERJ cria o centro de Pesquisa Biomarinheiro da Ilha Grande, na Região Sul e o governo do estado cria em 1991 a Universidade Estadual do Norte Fluminense

(UENF), no norte do estado. O autor ressalta que a recuperação econômica do estado teve como base importante toda essa infra-estrutura técnico-científica (OLIVEIRA, 2008a).

A cidade de Campos dos Goytacazes é marcada hoje pela produção de petróleo e gás natural e, destaca-se, por possuir o maior contingente populacional da região Norte Fluminense. Segundo Oliveira (2007), esta cidade torna-se um importante centro de serviços de formação técnica.

Considerada nos anos 90, o segundo pólo Universitário do Estado, possui, hoje, treze instituições de ensino superior, abrigando mais de trinta mil matrículas em nível de graduação e pós-graduação. Destacam-se as duas principais instituições públicas e de pesquisa instaladas na cidade: o Centro Federal de Educação Tecnológica e a Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF). Tal crescimento está associado à grande demanda de força de trabalho qualificado para atender à indústria petrolífera (OLIVEIRA, 2007).

Natal (2000) trata da inflexão na trajetória de degradação econômica do Estado do Rio de Janeiro, apreendida principalmente pelos investimentos industriais em construção civil e infra-estruturas. Este autor chama atenção para o fato de que não há alteração na geografia econômica do estado, o que ocorre é uma desconcentração concentrada, pois os investimentos se limitaram ao município sede e à Baixada Fluminense (com exceção de alguns municípios do Sul Fluminense), ou seja, reiterando a principalidade da Região Metropolitana frente ao estado como um todo.

Esta geografia começa a mudar na última década, mas não no sentido que Natal (2000) problematiza, de promover uma redução nas desigualdades espaciais da sociedade fluminense. A mudança vai ao sentido de uma expansão da influência do espaço metropolitano para além dos seus limites formais, principalmente por conta dos atuais investimentos nas áreas de periferia da Região Metropolitana. Não se trata de um movimento de desconcentração metropolitana, mas sim de um processo de reconfiguração da metrópole (OLIVEIRA, 2008b).

Podemos identificar evidências dessa reconfiguração em São Gonçalo, município integrante da região metropolitana que vem recebendo grandes investimentos imobiliários e industriais.

São Gonçalo caracterizava-se no período colonial como importante local de produção de açúcar de cana, “desde o século XVIII quando ainda era uma freguesia. Sua importância nessa produção continua até meados do século XIX” (MENDONÇA, 2007, p. 20). Também foi importante na produção de café no século XIX, e posteriormente de laranjas (MODESTO, 2008).

O perfil da economia de São Gonçalo baseada na agricultura começa a mudar na primeira metade do século XX. A crise de 1929 e a II Guerra Mundial afetaram os produtores agrícolas, provocando a queda das exportações de laranja (MODESTO, 2008, p. 77). A partir desse momento, os proprietários fundiários passam a promover o parcelamento de suas fazendas e sítios, vendendo-os em forma de lotes a preços baixos.

Os proprietários fundiários enquanto agentes produtores do espaço urbano atuam

no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades[...]. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural (CORRÊA, 1989b, p. 16).

O retorno econômico dessa prática para os proprietários fundiários de São Gonçalo advinha da grande quantidade de lotes vendidos (MODESTO, 2008, p. 77). Este processo marca a transformação do rural em urbano na história do município.

Silva (2012) faz um esboço da evolução urbana da cidade de São Gonçalo, dividindo-a em três períodos. O primeiro é referente às décadas de 1940 e 1950, em que ocorre uma intensificação no processo de urbanização, principalmente em razão da chegada de duas grandes indústrias, a Fiat Lux e a Cimento Portland. Segundo o autor, ocorreu em paralelo à atuação do capital industrial, a ação dos loteadores, preferencialmente ao longo eixo viário que liga os bairros Neves e Alcântara passando pelo centro. "Neves se constituiu como principal núcleo industrial de São Gonçalo, enquanto Alcântara se constituiu como principal núcleo comercial" (SILVA, 2012, p. 41). Os loteamentos abertos criados desrespeitavam os regulamentos urbanísticos e não apresentavam as "mínimas condições de infra-estrutura, que justamente por isso, tem um valor bastante reduzido, sendo acessível aos trabalhadores mal remunerados que fazem a metrópole funcionar" (SILVA, 2012, p. 43).

O segundo momento apontado por Silva (2012) corresponde ao período entre as décadas de 1970 e 1990, o qual o autor considera menos marcante na produção do tecido urbano de São Gonçalo. Neste período, passa a predominar a produção de loteamentos, em geral, de menor dimensão, "sem desmembramento, em que cada morador é responsável pela construção de sua própria moradia" (SILVA, 2012, p. 44).

E por fim, o terceiro momento, se inicia na segunda metade da década de 1990 e vai até os dias atuais. Período marcado pela produção de condomínios e loteamentos fechados verticais e horizontais, que "constituem-se por espaços privados de uso coletivo,

sem desmembramento em lotes, são normalmente constituídos por edificações realizadas pelo incorporador" (SILVA, 2012, p. 45).

Nesta periodização pode-se perceber significativas mudanças na forma de produção do espaço urbano de São Gonçalo, inicialmente marcado pela autocronstrução e a atuação do capital industrial, principalmente na atração de força de trabalho e na construção de vilas operárias.

Nos últimos anos pode-se identificar uma série de lançamentos imobiliários construídos pelo incorporador, agente que "realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel" (CORRÊA, 1989b, p. 19-20). Tal agente se destaca devido a sua escala de atuação em relação ao proprietário-construtor do terreno, pois "maior a escala de operações, maior a escala espacial de atuação e, adicionalmente, maior poder político" (CORRÊA, 1989b, p. 21).

Partindo da resumida periodização de Silva (2012), apresentaremos uma breve reconstituição do processo de urbanização de São Gonçalo, a partir de dados da prefeitura e de alguns estudos recentes sobre este município. Tendo em vista que "uma reconstituição é sempre uma escolha e que, dos eventos, só destacaremos aquilo que interessa aos nossos propósitos demonstrativos" (GOMES, 2006, p. 31).

A indústria possui um papel fundamental no processo de urbanização de São Gonçalo, sofrendo influências do processo de metropolização do Rio de Janeiro e da intensificação das migrações para este estado. "O número considerável de lotes em São Gonçalo, resultado da crise da citricultura, acaba por se desenvolver em paralelo ao processo de metropolização brasileira, onde a economia deixava de ser agrário-exportadora para ser urbano-industrial" (MODESTO, 2008, p. 76).

Segundo Lencioni (2006) o sentido da metropolização está na ideia de processo "que imprime ao espaço características metropolitanas". Tal processo é continuidade do desenvolvimento urbano, porém, sua natureza é diferente deste (LENCIONI, 2006). A metrópole constitui-se numa

forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao tamanho de sua população, quer em relação à sua extensão territorial; um segundo é que a metrópole tem uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; um terceiro é que ela consiste num *locus* privilegiado de inovação; um quarto é que constitui um ponto de grande densidade de emissão e recepção de fluxos de informação e comunicação, e um quinto é que a metrópole se constitui em um nó significativo das redes, seja, de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidade (LENCIONI, 2006, P. 45).

Mendonça (2007) considera a hipótese de que a “industrialização no eixo Niterói-São Gonçalo se fez por complementaridade e oposição em alguns momentos” em relação à metrópole. Contrariando a tese de que a industrialização de São Gonçalo ocorreu a partir de Niterói, o autor cita como exemplo as indústrias de conservas e pescado e a de cimento que não eram encontradas no antigo Estado da Guanabara. “A ocupação e a industrialização dos Municípios que formam a orla Oriental da Baía de Guanabara foram diretamente influenciadas pelo núcleo metropolitano, mas são processos distintos e em alguns casos complementares” (MENDONÇA, 2007, p. 23). Essa influência do antigo Governo central acarretou "na pequena industrialização da atual Região Metropolitana e do interior do Estado" (MENDONÇA, 2007, p. 21).

Modesto (2008), em sua análise sobre as práticas espaciais dos grupos de poder hegemônico em São Gonçalo, destaca que esta cidade teve seu desenvolvimento atrelado às cidades do Rio de Janeiro e de Niterói “em função da dependência econômica e política”. Esse autor demonstra que São Gonçalo apresenta, ao longo de sua história, uma “instabilidade administrativa e conseqüentemente política [...]. Ora era independente, ora era incorporado à Niterói, denotando o jogo de interesses políticos” (MODESTO, 2008, p. 68).

“Administrativamente, São Gonçalo ficou sob a influência do município imperial de Niterói por mais de dois séculos” (MODESTO, 2008). A primeira emancipação de São Gonçalo ocorre em 22 de setembro de 1890, que é revogada através do decreto número 1 de 8 maio de 1892. Assim ocorre a supressão do município, sendo reincorporando com seus distritos ao município de Niterói. Porém, sete meses depois deste mesmo ano, São Gonçalo consegue sua independência administrativa através do decreto número 34 de 7 de dezembro.

O surto industrial em São Gonçalo ocorreu no início do século XX, quando

inicia-se um período de retração na indústria do Estado do Rio de Janeiro por causa da I Grande Guerra Mundial e dificuldades no mercado, Niterói e São Gonçalo estavam iniciando um momento de expansão das seguintes indústrias: Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas - CBUM em 1925, a Companhia Nacional de Cimento Portland, CNCP7 em 1926 e a têxtil Companhia Fluminense de Manufatura, que apesar ter sido fundada em 1893, foi ampliada no Pós-guerra. As duas primeiras se localizavam em São Gonçalo e a segunda no Barreto, em Niterói (MENDONÇA, 2007, p. 24).

O desenvolvimento industrial em São Gonçalo foi possível pelas obras de saneamento e de melhorias na acessibilidade realizadas pelo governo federal e pela

disponibilidade de terrenos baratos. O quadro 14 apresenta o crescimento do número de estabelecimentos industriais em São Gonçalo entre os anos 1950 e 1960. O bairro de Neves teve destaque nesse contexto por sua proximidade com Niterói, pela facilidade de escoamento da produção pelo porto desta mesma cidade.

São Gonçalo, apresentando uma concentração de indústrias de grande porte, passou a “atrair trabalhadores que se estabeleciam em habitações proletárias promovidas pela iniciativa das indústrias com a facilitação da prefeitura” (MODESTO, 2008). O que explica a atual concentração de antigas casas padronizadas ainda presentes no bairro, e em bairros vizinhos como Vila Lage, provenientes das antigas vilas operárias.

Ano	Estabelecimentos
1950	177
1960	252
1965	306

Quadro 14: Número de Estabelecimentos industriais em São Gonçalo entre 1950 e 1965. Fonte: Censo Industrial IBGE 1950, 1960 e CODERJ 1996, apud MODESTO (2008).

Corrêa (1989b) descreve os proprietários dos meios de produção, um dos agentes produtores do espaço urbano, como grandes consumidores de espaço em razão da dimensão de suas atividades. Dessa maneira, "necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais às atividades de suas empresas - junto ao porto, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população etc." (CORRÊA, 1989b, p. 13). Neste sentido, a terra urbana tem um duplo papel, o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades (CORRÊA, 1989b, p. 14).

A prefeitura, além de oferecer incentivos fiscais para a construção de vilas operárias, exigia que as empresas mantivessem em seus quadros operários residentes no município, atraindo assim uma grande quantidade de mão-de-obra (MODESTO, 2008). Modesto (2008) identifica esta ação da prefeitura como uma de suas estratégias para o “aumento da arrecadação municipal e conseqüentemente um maior número de eleitores a ser influenciado politicamente”.

Este crescimento populacional é incrementado pela vinda de migrantes do Distrito Federal e de outras partes do estado. “O incremento populacional pode ser observado através dos censos demográficos, onde ocorre uma elevação de 92% na população do município, ou seja, passando de 127.276 habitantes em 1950 para 244.617 em 1960”

(MODESTO, 2008). Contribuindo assim para a expansão dos loteamentos no município, que pode ser observada no quadro 15.

Ano	Loteamentos	Lotes
1930-1939	3	922
1940-1949	130	38.617
1950-1959	295	82.614
1960-1969	82	19.510
1970-1979	76	15.724

Quadro 15: Loteamentos em São Gonçalo: 1930 a 1979 (ABREU, 1997 [1987]).

Modesto (2008) chama a atenção para a intensificação dos loteamentos nas décadas de 1970 e 1990. Isto devido, principalmente, pela melhoria da acessibilidade do município, explicada pela construção da ponte Rio-Niterói na década de 1970 e pela construção da estrada Niterói-Manilha, trecho da BR-101 que corta o município de São Gonçalo, abrindo “caminho aos agentes imobiliários”, assim, o parcelamento da terra no leste fluminense ocorre de forma mais intensiva (MODESTO, 2008, p. 81).

O caso de São Gonçalo mostra que a flexibilização de Leis para facilitar a implantação de loteamentos inadequados contribui, até hoje, para a segregação e concentração da pobreza em determinados bairros: Boa Vista, Boaçu, Guaxindiba, Salgueiro, Água Mineral, Engenho Pequeno, Jardim Catarina, bairro das Palmeiras, Itaóca entre outros à margem da Baía de Guanabara (MENDONÇA, 2007, p. 48).

A fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1974 não trouxe melhorias econômicas para os municípios do leste metropolitano. “Esperava-se uma integração econômica e política mais efetiva” em que garantisse maiores direitos políticos aos cidadãos, “mas também no que concerne a distribuição de renda e a do acesso às condições mínimas de infra-estrutura, tais como água e esgoto” (MODESTO, 2008, p. 82). Segundo Modesto (2008, p. 82) São Gonçalo começa a receber algum “benefício” a partir de meados da década de 1990 com o Programa de despoluição da Baía de Guanabara – PDBG, “mas mesmo assim, não foi suficiente para sanar o déficit do suprimento de água e esgoto, até os dias atuais”.

Na década de 1970 temos início da crise econômica que comprometeu o processo industrial do Estado, principalmente nos setores naval e têxtil. Ocorreu a retração da indústria naval e se iniciou o processo de fechamento e de transferência de muitas indústrias de Niterói e de São Gonçalo (MENDONÇA, 2007, p. 27).

Entretanto, houve também em São Gonçalo, o crescimento das indústrias de alimentos e química. A empresa americana Quaker Oats, através Quaker do Brasil Ltda, adquire a Fábrica Conservas Coqueiro em 1973, proporcionando um aumento na produção de conservas no País. No final da década de 1960, mais precisamente em 1968, a indústria química se destaca em São Gonçalo com a vinda para o Brasil dos laboratórios americanos B-Braun. Além desse laboratório de grande porte, ainda se encontra no município o laboratório farmacêutico Herald's e o Guanabara Química Industrial Ltda – GETEC (MENDONÇA, 2007, p. 27). Mendonça (2007) também destaca a importância do município no setor de produção de artefatos e isolantes de vidro e tijolos refratários. O grupo francês *Ceraver* em 1979 instalou em São Gonçalo a Eletro Vidro, a única fábrica de isoladores de corrente de toda América Latina.

Mendonça (2007) considera que a cidade de São Gonçalo apresenta pelo menos duas fases distintas de mudanças, "uma ligada à expansão fordista das indústrias que entra em declínio na década de 1970 [...] e outra que se inicia com a implantação de mercados e shoppings com a ampliação dos setores de comércio e de serviço a partir da década de 1990" (MENDONÇA, 2007, p. 38).

Mendonça (2007) compreende as recentes mudanças como da expansão industrial e dos investimentos de agentes econômicos de fora da cidade, como o grupo Ecia/Irmãos na construção do São Gonçalo Shopping. O autor também considera o papel das políticas mais amplas dos governos federal e estadual de retomar "a política de construção naval em Niterói ou o complexo petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, o COMPERJ, em Itaboraí" (MENDONÇA, 2007, p. 38).

3.5 Novos investimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro vem sendo impactada por investimentos produtivos e logísticos de grande porte relacionados à indústria petroquímica (Figura 2). No lado oeste metropolitano se destaca a reestruturação do Porto de Itaguaí e a instalação de um polo siderúrgico, e no lado leste, a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí. E para a ligação do Comperj ao Porto de Itaguaí, está sendo construído o Arco Metropolitano, uma via expressa que contornará toda a extensão da Baía de Guanabara, cruzando todos os municípios da franja externa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Este

contemporâneo processo de reestruturação espacial no território do estado do Rio de Janeiro está ancorado em investimentos logísticos e produtivos realizados pelo Estado ou nos recursos de empresas públicas e privadas, que localizam um conjunto de investimentos produtivos dentro e fora da metrópole (OLIVEIRA, 2008b)

O Comperj ocupará a área de 45 milhões de metros quadrados, sendo o maior investimento individual de toda a história da Petrobras, orçado em 8,4 bilhões de dólares. Sua relevância também reside no dado de que no Brasil não se produz quantidades suficientes de gás natural e nafta para o setor petroquímico nacional. Além disso, o complexo também será capaz de refinar o petróleo pesado extraído da bacia de Campos, pouco valorizado no mercado internacional (RIMA). Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP, 2009) a Bacia de Campos é a bacia petrolífera que mais produz na margem continental brasileira, respondendo atualmente por mais de 80% da produção nacional de petróleo. Essa bacia estende-se por 100 mil quilômetros quadrados do Estado do Espírito Santo, nas imediações da cidade de Vitória, até Arraial do Cabo. Dessa forma, espera-se que o Comperj gere para o país uma economia de divisas de dois bilhões de dólares anuais.

Este projeto também espera formar um eixo industrial associado à produção petrolífera, com a integração econômica e industrial dos municípios do entorno do Comperj, do Leste Fluminense, aos municípios que compõem a região diretamente impactada pelas atividades extrativistas da denominada Região Produtora de Petróleo e Gás. Esta é composta pelos municípios da Região Norte Fluminense: Carapebus, Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra; e das Baixadas Litorâneas: Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.

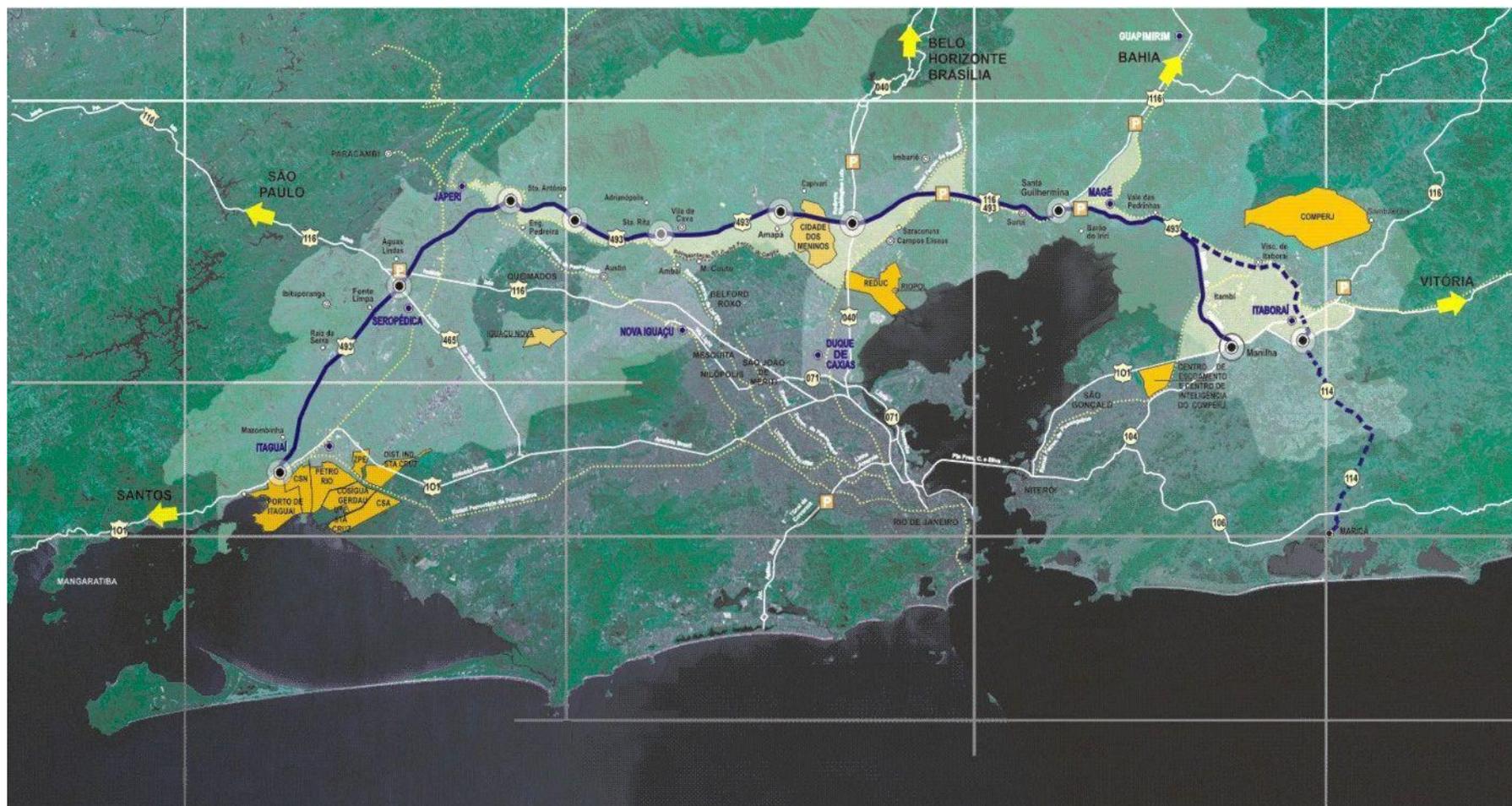


Figura 2: Fonte: Relatório de oportunidades de desenvolvimento 2010 Firjan. Adaptado pela autora. Disponível em: [Http://www.actamarketing.com.br/oportunidades2009/img/emprArcoMetropolitanoG.jpg](http://www.actamarketing.com.br/oportunidades2009/img/emprArcoMetropolitanoG.jpg)

O Comperj é uma das quatro refinarias que a empresa estatal Petrobras está construindo no Brasil. As outras três serão nos estados de Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Norte. A empresa também vem reformando e expandindo onze refinarias já existente no país. O objetivo é consolidar o país como um produtor de derivados do petróleo.

O funcionário da prefeitura Jorge Coutinho compreende o crescimento da cidade de São Gonçalo como diretamente ligado ao traçado das principais vias de circulação da cidade, pois grande parte dos trabalhadores se desloca diariamente para o núcleo metropolitano, estabelecendo um movimento pendular casa-trabalho-casa. Este funcionário tem como expectativa a inversão desse quadro com o funcionamento do Comperj.

a maioria né trabalha no Rio né [sic], mais Niterói, e no Rio de Janeiro, levam toda a nossa mão de obra, você tem uma migração pendular né [sic], um vai e vem, casa-trabalho-casa, vai para o Rio leva horas coitado no engarrafamento e tudo mais, e volta a noite né [sic], só pra dormir, daí o apelido de cidade dormitório de São Gonçalo. Bem, a gente espera que esse quadro mudo agora, né, depois do Comperj né, em Itaboraí, a população já qualificada né [sic] profissionalmente e a nova geração não fique nessa dependência de rodovia [...], chamado Niterói-Manilha, barcas, [...] de metrô, enfim, a gente espera uma mudança nisso aí né [sic], ao invés de ir pro Rio, pelo contrário, muita gente virá do Rio, da Baixada Fluminense para Itaboraí né, vai morar né e evidentemente vai consumir né [sic], em São Gonçalo (relato oral, 2011).

Esse processo econômico vem influenciando na redefinição do espaço urbano da metrópole fluminense, tanto em termos de mudanças na divisão territorial do trabalho, quanto na redefinição das formas e conteúdos sociais das cidades. O Ensino superior, compreendido como uma atividade urbana que se materializa nas cidades através da implantação de instituições de ensino superior, se apresenta como um dos novos conteúdos desse processo de reestruturação urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do expressivo crescimento do número de instituições de ensino superior no município de São Gonçalo no decorrer da década de 2000, nos perguntamos o porquê de tal expansão e quais os significados desse movimento. Percebemos que esse fenômeno está relacionado a um conjunto de processos que se dão em diferentes escalas, não se limitando a cidade de São Gonçalo.

Nosso foco está na instituição de ensino superior privada que oferta cursos presenciais por dois motivos principais. Primeiramente, o caráter privado da instituição nos induz a pensar que sua localização se orienta para a obtenção de lucros. As instituições de ensino superior públicas têm suas localizações mais relacionadas a questões políticas no âmbito das diferentes esferas de governo. Em segundo lugar, a oferta de cursos presenciais implica em deslocamentos diários de pessoas em direção à instituição e a atração de outras atividades econômicas, resultando em impactos mais significativos na estrutura urbana da cidade.

No entanto, devido a praticamente inexistência de pesquisas sobre a temática no âmbito da Geografia, procuramos dados sobre todas as instituições, objetivando descobrir as similaridades e diferenças entre elas, no sentido de delinear melhor o contexto em que ocorre a expansão. Porém, encontramos dificuldades de conseguir dados sobre todas as instituições, o que limitou em certa medida as possibilidades de estabelecer generalizações.

Compreendendo o arranjo espacial composto pelas instituições de ensino superior como manifestação de uma formação econômico-social, enquanto totalidade social, dominada pelo modo de produção capitalista, a atividade educacional assume um caráter de mercadoria. Dessa forma, buscamos nas pesquisas sobre a localização das atividades econômicas de comércio e serviços varejistas os nossos referenciais teóricos. Temos como principal referência a teoria dos dois circuitos econômicos criada e desenvolvida por Milton Santos com base em princípios da teoria dos lugares centrais de Walter Christaller. A teoria dos dois circuitos é um importante referencial teórico porque foi desenvolvida a partir da realidade dos países subdesenvolvidos, tendo como principal objetivo construir “ferramentas” para a compreensão da urbanização destes países.

No século XX dois processos de modernização incidem em São Gonçalo transformando significativamente as formas de produção de seu espaço. A estrutura

urbana dessa cidade foi sendo rearranjada conforme o seu papel na divisão territorial do trabalho metropolitano foi se modificando.

Essas duas modernizações estão relacionadas com as crises econômicas mundiais, momentos de ruptura e redefinição das bases materiais do processo de acumulação capitalista, assim como dos modos de regulação. No Brasil elas repercutiram em uma modernização seletiva de parte da produção, compreendendo produção em seu sentido amplo, que se dá em todos os momentos da vida social, no trabalho, no lazer, no consumo, etc. Processo que também gerou o circuito inferior da economia, compostos pelas atividades econômicas que não tem o lucro como seu mecanismo de funcionamento, sendo estratégias de garantir renda e a subsistência para a grande massa de trabalhadores que não são absorvidos pelo mercado formal de trabalho.

A produção de dois circuitos, o moderno e o inferior, se configurou sobre uma estrutura de classes econômicas bastante desigual na qual os pobres são a grande maioria, caracterizando-se como tal por não terem acesso frequente a todos os bens dos quais necessitam.

A primeira modernização consistiu na difusão global de um modelo de produção que já se disseminava e tinha sucesso nos Estados Unidos, o Fordismo, configurando, no Brasil, estruturas monopolísticas, que agem conjuntamente com o Estado. Na segunda modernização ocorre a emergência de um novo modelo, que se estrutura a partir de experiência na fábrica de automóveis Toyota no Japão, no qual são desenvolvidas novas formas de organização do processo de produção.

A segunda modernização citada implicou na difusão também de um modelo de Estado neoliberal, tendo em vista que as transformações no regime de acumulação devem se dar em conjunto com transformações nos modos de regulamentação. Há necessidade de garantir uma coerência no sistema de reprodução em uma formação econômico-social. Isto envolve o estabelecimento de novas normas, hábitos, leis, etc., que incidam sobre os comportamentos dos indivíduos de forma a garantir a unidade do processo de acumulação.

Os estabelecimentos educacionais cumprem um papel fundamental na configuração dos modos de regulamentação. Eles se orientam e organizam no sentido de treinar e disciplinar a mão de obra, mesmo nas instituições de ensino superior públicas, que também assumem um caráter de formação profissional. Assim, se estabelecem novos arranjos espaciais que atuam no controle e na manutenção das relações sociais.

Os variados tipos de profissão envolvem qualificações específicas, o que se expressa nas diversas formas e ofertas de formação institucionalizada. Cada uma dessas profissões participa do processo de produção em suas diferentes etapas, expressando uma divisão social do trabalho, não apenas pela questão técnica, relacionada ao exercício da profissão, mas também, pelo prestígio da profissão. Este prestígio se define pelos diferentes segmentos sociais que exercem as profissões. Assim, há uma associação direta entre a condição do indivíduo na sociedade e sua participação no processo de produção. Essa divisão social do trabalho se conforma espacialmente como divisão territorial do trabalho.

São Gonçalo participava da divisão territorial do trabalho metropolitano como produtor de gêneros agrícolas voltados para a exportação desde o período colonial. Integrava-se a divisão internacional do trabalho através do Rio de Janeiro, local para onde convergia a produção agrícola do estado para ser exportada. Com o processo de industrialização de São Gonçalo, associado a metropolização do Rio de Janeiro, sua participação na divisão territorial do trabalho metropolitano muda, passando também a exercer o papel de subúrbio do Rio de Janeiro, como local de moradia de muitos dos trabalhadores da metrópole. Dessa forma, integrado a divisão territorial do trabalho como periferia, inicialmente pelo fornecimento de gêneros agrícolas e posteriormente de mão-de-obra, cumpre um importante papel, porém, desprestigiado no conjunto da produção.

As modernizações significaram em São Gonçalo períodos de industrialização e de desindustrialização, que impulsionaram a urbanização desse município principalmente nas décadas de 1930, 1940 e 1950, momento em que os proprietários fundiários e a indústrias assumem papel de destaque na produção do espaço urbano de São Gonçalo. Neste período, o Estado brasileiro muda suas orientações políticas, assumindo um modelo de crescimento econômico com base na industrialização, financiada indiretamente pelo Estado por meio da construção de diversas indústrias de base e da execução de obras de infraestrutura.

Em São Gonçalo ocorre a implantação de fábricas, atração de imigrantes e uma série de loteamentos urbanos, dividindo as fazendas e chácaras. Enquanto a população crescia surgiam as primeiras escolas particulares do município, fundadas por professores e suas famílias. Este período é compreendido por Mendonça (2007) e Araújo (2002) como de industrialização fordista incompleta no que diz respeito aos ganhos de produtividade dos trabalhadores e da política redistributiva do Estado, que assumiria como responsabilidade a oferta de diversos serviços e benefícios sociais.

O segundo processo de modernização tem como paradigma a flexibilização, sobretudo da organização das divisões do trabalho no interior das empresas e dos processos de produção. Aliado a este movimento, emerge outro modelo de Estado, que abandona a política redistributiva e busca reduzir seus gastos nos setores públicos, promovendo melhores condições para os setores privados se desenvolverem. Isto ocorre no sistema de educação superior, o que vem gerando diversas tensões e disputas em torno de seus rumos e prioridades.

O neoliberalismo emerge e se dissemina com base no discurso da não intervenção do Estado na economia, mas o que realmente acontece é uma maior intervenção. O Estado passa a transferir para o capital privado diversas das suas atribuições, o que se viu de forma mais clara no Brasil na década de 1990, como, por exemplo, na privatização de empresas estatais.

A mudança para o regime de acumulação com base na flexibilidade se expressou em São Gonçalo como decadência industrial a partir da década de 1970, a maior parte das fábricas fecharam suas portas e/ou foram realocadas para outras cidades. Este movimento gerou desemprego e uma crescente precarização do mercado de trabalho, à medida que os trabalhadores da indústria precisaram arrumar novas formas de garantir alguma renda, crescendo, assim, o circuito inferior da economia urbana.

Apesar do declínio industrial, a população de São Gonçalo continuou a crescer, recebendo migrantes mormente nordestinos para a construção de grandes projetos governamentais, como a Ponte Rio-Niterói. Aliada a isto está a crescente demanda por professores para as escolas em expansão, que também se viram diante de uma reforma no sistema de ensino básico promovida pelo governo federal. Esses fenômenos se expressaram em São Gonçalo com a criação das duas primeiras instituições de ensino superior, na primeira metade da década de 1970, com apenas cursos de formação de professores.

O Estado brasileiro nesse período promove uma industrialização a partir de empresas estrangeiras, abrindo sua economia ao capital internacional. Essa modernização econômica também atinge o sistema de ensino superior, por meio de uma reforma efetuada pelo Estado, que dá início a um intenso processo de expansão do setor privado. Duhram (2005) explica que nesse contexto houve um crescimento da demanda por esse nível de formação devido à expansão anterior do sistema de ensino básico, ao crescimento das camadas médias (mesmo que tímido) e ao surgimento de novos tipos de trabalho. A autora mostra que o segmento privado que foi capaz de absorver essas demandas.

Ainda hoje é o setor privado que detém a maior parte das vagas e matrículas. No Brasil, o número de alunos ingressos no setor privado é muito superior ao do setor público durante toda a década de 2000. Este fenômeno se deve não apenas ao interesse das empresas privadas do ramo educacional de expandir suas redes de ensino, mas também às políticas criadas pela esfera de governo federal. Tais políticas vêm possibilitando a ampliação do mercado dessas empresas, incluindo mais camadas de renda ao seu público alvo. Esses programas são o Prouni e o Fies, ambos voltados para solucionar a crise que vivia o sistema de ensino superior privado.

O Prouni deu início à resolução do problema das vagas ociosas nas instituições privadas, consistindo em uma forma de financiamento indireto das empresas por parte do Estado. Esse tipo de medida marca as duas modernizações econômicas discutidas neste trabalho, nas quais o Estado financia indiretamente empresas privadas, mormente estrangeiras, utilizando fundos públicos e dividindo seu poder com estas, na medida em que as permite definir os seus próprios preços administrativos, assim, podem fixar seus ganhos.

Santos (2008 [1979]) demonstra como essas práticas promovem o empobrecimento do Estado e da população. As empresas, além das receberem isenções de impostos, recebem toda uma infraestrutura construída pelo Estado para a implantação destas. Assim, ocorre o crescimento do aparelho burocrático do Estado e os seus gastos, que são revestidos, geralmente, em impostos indiretos, que atingem os segmentos sociais de formas muito distintas, prejudicando principalmente os segmentos mais pobres.

As empresas que participam do Prouni ficam isentas do pagamento de impostos, devendo destinar uma parte de suas vagas a oferta de bolsas de 25%, 50% e 100% a alunos de baixa renda com médias elevadas no Enem. Isto também foi favorável a diversos alunos de baixa renda que teriam dificuldades de ingressar em instituições públicas, devido, em grande parte, a elevada procura por estas instituições e o seu restrito número de vagas.

Santos (2008 [1979]) também nos chama a atenção para o tipo de produção dessa primeira modernização nos países subdesenvolvidos, voltada para exportação e/ou para as camadas de alta renda. Com a segunda modernização, orientada pelo paradigma da flexibilidade, a tendência que se coloca mundialmente é a diversificação dos produtos. Encontram-se formas mais baratas de fabricar produtos diversificados, rompendo com a padronização destes. Este movimento implicou na diversificação dos mercados de

consumo, um mesmo produto assumindo diversas formas, destinadas a diferentes segmentos sociais.

O Prouni e o Fies vem garantir, por um lado, a expansão do mercado das empresas que atuam no sistema de educação superior, e por outro, a possibilidade de formação de nível superior a segmentos sociais de baixa renda. O Fies é um financiamento das mensalidades do curso de ensino superior a partir de fundos públicos. Este programa é o que proporcionada a drástica expansão do setor privado. É uma outra modalidade de financiamento privado pelo Estado, garantindo aos alunos um tempo bem amplo para o pagamento das mensalidades e, às instituições, um maior número de alunos.

O número de instituições privadas cresceu surpreendentemente no Brasil, assim como a quantidade de alunos ingressos nessa categoria administrativa. Este crescimento ocorreu em todas as regiões brasileiras, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Isto não significa necessariamente uma redução da concentração do ensino superior no Sudeste, que também apresentou crescimento, sendo a região com maior oferta desse nível de ensino, mas uma nova lógica de localização do ensino superior, voltada para espaços periféricos, em busca de novos mercados consumidores.

Esta busca por novos mercados vem se dando em diversas cidades brasileiras, geralmente no interior, compreendido aqui pelas localidades fora das capitais dos estados, que tendem a ser as maiores cidades em termos populacionais. Ao nível de Brasil, o número de instituições privadas fora das capitais cresceu muito mais do que nas capitais, essas novas localizações são expressões de uma tendência atual, na qual empreendimentos geralmente voltados para um público de alta renda, como os condomínios fechados e os *shoppings centers*, vem estabelecendo localizações em áreas periféricas.

Este movimento de empreendimentos para as áreas periféricas expressa dois momentos distintos, relacionados à dupla acepção do termo periferia. Inicialmente, considerando apenas o sentido geométrico do termo, camadas de alta renda procurando se distanciar dos centros urbanos, se estabelecendo em áreas afastadas do tecido urbano ou nas suas imediações, ligadas aos centros por vias de circulação. Atualmente esse movimento também assume a conotação sociológica do termo, esses empreendimentos estão indo para áreas caracterizadas como o *locus* da produção social da população de baixa renda. Isto não implica apenas a mudança nos conteúdos sociais dessas localidades periféricas, mas também significam uma diversificação e ampliação do mercado de tais

empreendimentos, que passam a se voltar para as camadas médias. O mesmo vem acontecendo com o ensino superior.

O atual momento tem sido marcado pelo crescimento significativo do poder de compra da população de uma forma geral. Este processo tem sido aclamado pelo governo federal como o surgimento de uma “nova classe média”, expressão forjada pelo economista Marcelo Neri, atual diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ele demonstra que houve um crescimento do nível de renda de toda a população nunca visto antes. Assim, se constitui um mercado favorável a novos investimentos.

As instituições privadas também têm sido priorizadas pela sua capacidade de se adaptar mais facilmente às novas condições e imperativos. Elas possuem uma organização muito mais flexível na oferta de cursos, que variam basicamente com a dinâmica do mercado, seja pela demanda das pessoas que buscam esse tipo de formação, seja pela demanda das empresas que precisam de determinados profissionais. A instituição pública mantém praticamente fixos os seus quadros de cursos, professores e vagas. E como se constituem institucionalmente como um espaço de tensões e disputas políticas, as mudanças empreendidas nestas podem sofrer grande resistência por parte do corpo docente e discente.

A privatização também significou a abertura do capital das empresas de educação superior na bolsa de valores, assim como a atuação de empresas estrangeiras no país. Hoje se configura uma tendência ao estabelecimento de estruturas monopolísticas no setor da educação superior. Algumas empresas vêm expandindo seus mercados, principalmente através do ensino a distância, detendo a maior parte das matrículas no Brasil. Tal processo vem acontecendo por meio da compra de empresas menores e pela fusão de grandes empresas, o que se expressa numa redução do número de instituições no Brasil, mas sem uma significativa redução do número de unidades educacionais, os polos e *campi*.

Na década de 2000, esses processos se desenvolveram em São Gonçalo, com a implantação de quatro polos de apoio presenciais de empresas que atuam na escala nacional; de um *campus*/polo de uma empresa de atuação em escala nacional; de três *campi* de empresas locais que já atuavam no setor educacional; e do polo formado pelo consórcio de instituições públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, relacionada ao projeto do governo federal de interiorização do ensino superior público. Estas nove instituições são somadas as três instituições já existentes, totalizando 12 instituições de ensino superior no município no ano de 2009.

As empresas que trabalham com o ensino superior a distância possuem necessariamente uma instituição presencial, que fica responsável pela tutoria *online* e pela avaliação dos alunos do EAD. Na oferta de EAD podem estar envolvidas diversas empresas, cada uma responsável por diferentes funções nesse sistema, mas que podem ser todos exercidos pela mesma empresa. Identificamos a atuação de um conjunto de empresas como a empresa que sede o espaço para a implantação do polo; a empresa que cria o polo, sendo responsável pela tutoria presencial e pela produção de material didático; a empresa que desenvolve os materiais didáticos; a empresa que fica responsável pela base técnica de comunicações, etc.

O crescimento do setor privado de São Gonçalo se deu de duas formas principais: pela implantação de polos de apoio presenciais privados em estabelecimentos educacionais de empresas locais, assim formando uma parceria com empresas maiores para a oferta dos cursos a distância; e estabelecimentos educacionais locais que optaram por criar seus próprios cursos presenciais, funcionando no mesmo espaço escola/curso/faculdade. A instituição Estácio de Sá aparece como uma tendência diferente nesse processo, criando um *campus*/polo em um espaço alugado do São Gonçalo Shopping, não se associando com outras empresas do setor educacional para implantação dessa unidade de ensino.

Dessa forma, a localização da maior parte das instituições coincide com antigas escolas do município de São Gonçalo, que surgiram durante o início de seu processo de urbanização. Elas estão localizadas nas áreas mais antigas e adensadas da cidade, onde se encontram as maiores densidades populacionais e os maiores valores de renda. Estão próximas também das principais formas de expressão de centralidade da cidade, onde estão os pontos finais de quase todas as linhas de ônibus, permitindo a ligação de praticamente todos os bairros a estas localidades. As instituições que não seguem esse padrão estão localizadas em vias de circulação expressa, como as rodovias BR 101 e RJ 106.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997 [1987].
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Bointempo, 2009.
- ARAÚJO, L. O. L. Paisagens urbanas reveladas pelas memórias do trabalho. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (54), 2002. p. 1-22.
- BARTELT, D. D. Introdução. *In*: _____. **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- BENKO, G. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- BRASIL, PNE. **Plano Nacional da Educação**. Ministério da Educação, 2011.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: < <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port40.pdf>>. Acessado em 6 de fevereiro de 2012.
- BRASIL. **Projeto de lei nº 7.200, 2006a**. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino... e dá outras providências.
- BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006b**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acessado em 6 de fevereiro de 2012.
- BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acessado em 6 de fevereiro de 2012.
- BRASIL. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acessado em 6 de fevereiro de 2012.
- BRASIL, LDB. **Lei Diretrizes e Bases da Educação**. Ministério da Educação. 1996.
- BRITO, L. C. de. Novas dinâmicas regionais e interiorização da Universidade Pública no Estado do Rio de Janeiro. *In*: Seminário Nacional Espaço e Economia, Políticas territoriais, intervenção do Estado e práticas sociais na reestruturação do espaço II. São Gonçalo, 2011. **Anais...**São Gonçalo: NUPEE, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008 [1994].
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6º ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2006.

- CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Prentice Hall. New Jersey, 1996 [1933].
- COLBY, C. C. *Centrifugal and centripetal forces in urban geography*. In: MAYER, H. M.; KOHN, C. F. *Readings in urban geography*. Chicago: The university of Chicago Press, 1959.
- CORDEIRO, H. K. A “cidade mundial” de São Paulo e recente expansão do seu centro metropolitano. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 54 (30): 5-26, jul./set., 1992.
- _____. A metodologia e as técnicas de pesquisa. In: CORDEIRO, H. K. **O centro da metrópole paulista: expansão recente**. São Paulo: USP-IGEO, 1980.
- CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**. Vol. 9, n. 16, UNESP, 2011. p. 199-218.
- _____. Interações espaciais. In GOMES, P. C. C. *et al.* **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **A rede urbana**. Editora Ática, 1989a.
- _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989b.
- _____. O Enfoque Locacional na Geografia. **Revista Terra Livre**. AGB, n. 01, Ano 1, 1986.
- _____. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 36, n. 1, jan./mar., 1974.
- CORRÊA, R. L.; TEIXEIRA, M. P. V. Circulação intermunicipal de ônibus e sistemas de localidades centrais: um teste. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, jul./set., 1975. p. 17-22.
- CRUZ, R.; NINNI, K. Anhanguera compra Uniban por R\$ 510 milhões. **Estadão**. São Paulo, 17 set. 2011. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/vida,anhanguera-compra-uniban-por-r-510-milhoes,773921,0.htm>>. Acessado em 17 set. 2011.
- CUNHA, L. A. O ensino industrial manufatureiro no Brasil: origens e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação**, núm. 14, mai./ago., 2000. p. 89-107.
- DUARTE, A. C (Org.). **A área central da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.
- DURHAM, E. R. Educação Superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, S.; BROCK, C. (Orgs.). **Os desafios da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005. p. 190-233.
- ESTANQUE E. A "classe média" como realidade e como ficção. Um ensaio comparativo Brasil – Portugal. In: BARTELT, D. D. (Org.). **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- FIGUEIREDO, H. da G (Org.). **Imagens de São Gonçalo: fotografia e história**. São Gonçalo: UERJ, FFP, Laboratório de Pesquisa Histórica, 2001.

- FREIRE, D. G.; FREIRE, D. G. Consolidação de São Gonçalo (RJ) na periferia metropolitana e produção industrial: novas questões para reflexão. *In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). Metr pole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.
- GEWANDSZNAJDER, F. **O que   o método científico**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- GOLDENSTEIN L., SEABRA M. Divisão Territorial do Trabalho e nova Regionaliza o. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, 1982. p. 21-47.
- GOMES, M. F. Autonomia privada e regula o estatal na evolu o histórica do ensino superior brasileiro. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. Três Cora es, v. 9, n. 1, p. 107-138, jan./jul. 2011. pp. 107-138.
- GOMES, M. F. *et al.* A desconcentra o territorial e a educa o profissionalizante do IFSP no contexto da reestrutura o produtiva e da metropoliza o de São Paulo. *In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto alegre, 2010. **Anais...**Porto Alegre: ENG, 2010.
- GOMES, P. C. da C.. Geografia *fin-de-si cle*: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Explora es Geográficas: um percurso no fim do Século*. 2a edi o, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GOTTDIENER, M. **A produ o social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- GUILHERME, P. Após fusão, Kroton e Anhanguera mant m opera es até aval do Cade. **G 1**. 23 abr. 2013. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/04/apos-fusao-kroton-e-anhanguera-mantem-operacoes-ate-o-aval-do-cade.html>>. Acessado em: 23 abr. 2013.
- HAGGETT, P. **Analisis Locacional en la Geografia Humana**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1976.
- HARRIS, C.; ULLMAN, E. A natureza das cidades. **Cidades**. Vol. 2, n. 3, 2005 [1945]. p. 145-163.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edi es Loyola, 2004.
- _____. **Condi o pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 19 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2010 [1989].
- HEMERLY, Considera es geográficas sobra a elitiza o do ensino. *In: MOREIRA, R. (Org.). Geografia Teoria e Crítica. O Saber Posto em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 231-236.
- HENRIQUE, W. As Universidades como Agentes na (Re)Estrutura o Urbana de Cidades Pequenas. Um Estudo Sobre Passau/Alemanha. *In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Simpurb*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. v. 01. p. 01-12. **Anais...**Belo Horiznte: SIMPUB, 2011.
- KERSTENETZKY C. L.; UCHÔA C. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. *In: BARTELT, D. D. (Org.). A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Funda o Heinrich B ll, 2013.

- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Rev. geogr. Norte Gd.** [online]. 2008, n.39, pp. 7-20.
- LENCIONI, S. Reconhecendo Metrôpoles: território e sociedade. *in*: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G.. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.
- LIPIETZ, A. **O capital e o seu espaço**. São Paulo: Editora Nobel, 1988.
- MANCEBO, D. Reforma da educação superior no Brasil: análises sobre a transnacionalização e privatização. **Revista Diálogo Educacional**. V. 7, n. 21. Curitiba, maio/ago., 2007.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: igualdade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. *In*: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 9-28.
- MENDONÇA, A. W. P. C. **A universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 014, mai/ago, 2000. pp. 131-150.
- MODESTO, N. D. **A (re)produção em marcha na consolidação dos Grupos de Poder Hegemônico em São Gonçalo**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. Geografia serve para desvendar as máscaras sociais. *In*: _____. **Geografia Teoria e Crítica o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes: 1982.
- MORI, L. 'Não são só 20 centavos', dizem manifestantes na avenida Paulista. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>>. Acesso em 19 jun. 2013.
- MOTA, A. A. A Geografia do Ensino Superior a as Origens da Univer(Cidade). *In*: 1º Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações. Curitiba: NEER 1981-6820, 2006. v. 1. p. 1-13. **Anais...**Curitiba: NEER, 2006.
- MÜLLER, N. L. A área central da cidade. *In*: **A cidade de São Paulo. Estudos sobre geografia urbana**. Vol. III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 121-182.
- NATAL, J. L. A. Novas institucionalidades na infra-estrutura de transportes e “redesenho” espacial. *In*: PIQUET, R. P. S. **Rio de Janeiro: perfis da metrópole em mutação**. Rio de Janeiro, 2000.
- NERI, M.C. **Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.
- NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

_____. Investimentos públicos e desenvolvimento local: sentidos estratégicos dos recentes projetos e políticas públicas no Rio de Janeiro. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XII, 2008b.

_____. Reestruturação econômica, planos de desenvolvimento e mudanças territoriais no Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Economia Fluminense**. Ano II, 2007, p. 6-17.

PIQUET, R. P. da S. **Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil: o poder do Estado e dos grandes investimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025**. Brasília: MEC, 2003. pp. 1-177. Disponível em <http://www.unemat.br/prpdi/pdi/docs/ensino_superior_mundo_brasil_tendencias_cenarios_2003_2025.pdf>

PROTESTOS pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. **G1**. São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>>. Acesso em 18 jun. 2013.

REIS, L. C. T. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Processo de descentralização das atividades varejistas em Vitória: um estudo de caso – A Praia do Canto**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RIBEIRO FILHO, V. A Área Central e sua dinâmica: uma discussão. **Sociedade & Natureza**, 16 (31): 155-167, dez, 2004.

RODRIGUEZ, H. S. **A formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro. O resgate de sua memória**. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, 2004.

SALGUEIRO, T. B. Lisboa, metrópole, policêntrica e fragmentada. **Finisterra**, vol. 32, n. 63, 1998.

SANTOS, B. de S. Da ideia de universidade à universidade das ideias. *In*: _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 187-233.

_____. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S.; ALMEIDA-FILHO, N. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009a [1996].

_____. **Por uma Economia Política da Cidade: O caso de São Paulo**. 2ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b.

_____. **O Espaço Dividido: Os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1979].

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997 [1988].

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1992.

_____. Sociedade e Espaço: formação espacial como teoria e como método. *In:*

_____. **Espaço e Sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1982.

SASSEN, S. A cidade global. *In:* LAVINAS, L. *et al* (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

SERPA, A. Morfologia Urbana e Apropriação Social dos Espaços Livres de Edificações na Periferia. *In:* _____. **Fala, periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano.** Salvador: UFBA, 2001.

SILVA, O. T. da. **Centralidade e produção do espaço urbano em São Gonçalo.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, S. da M. **São Gonçalo: 121 anos de história.** 2006. Disponível em:

<www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php> Acessado em: 28/03/2012.

SMITH, N. Gentrificação como a renovação residencial em bairros da classe trabalhadora. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 21, 2007. pp. 15 – 31.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social. *In:* **O espaço em questão.** Revista Terra Livre, AGB, n.5, 1998. p. 20-44.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, I. E. *et al.* (Org.). **Geografia conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades sócio-espaciais. *In:* CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

_____. Multi(poli)centralidade urbana. *In:* SPOSITO, E. S.; NETO, J. L. S. (Orgs.). **Uma geografia em movimento.** Ed. 1ª, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. O centro e as formas de expressão de centralidade urbana. *In:* **Revista Geografia.** vol. 10, São Paulo: UNESP, 1991, p. 1-18.

STROHAECKER, T. M. A Zona Periférica do Centro: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 50(4): 171-183, out./dez. 1988.

TAVARES, H. M. Ciência, tecnologia e inovação na metrópole do Rio de Janeiro. *In:* PIQUET, R. P. S. **Rio de Janeiro: perfis da metrópole em mutação.** Rio de Janeiro, 2000.

UNIÃO entre Kroton e Anhanguera cria gigante da educação de R\$ 13 bilhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 abr. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/04/1266713-uniao-entre-kroton-e-anhanguera-cria-gigante-da-educacao-de-r-13-bilhoes.shtml>>. Acessado em 22 abr., 2013.

UNIÃO entre Kroton e Anhanguera forçou aquisição da Estácio. **Exame**. 13 set. 2013. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/uniao-entre-kroton-e-anhanguera-forcou-aquisicao-da-estacio>>. Acessado em 13 set. 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quantidade de instituições de ensino superior (IES) por município do Estado do Rio de Janeiro.

Município	Número de IES	Município	Número de IES
Rio de Janeiro	102	Parati	3
Campus dos Goytacases	22	Rio Bonito	3
Niterói	19	Valença	3
Nova Iguaçu	16	Araruama	2
Duque de Caxias	15	Iguaba Grande	2
Petrópolis	15	Itaocara	2
São Gonçalo	15	Maricá	2
Macaé	14	Queimados	2
Nova Friburgo	12	Quissamã	2
Resende	11	São Fidélis	2
Volta Redonda	10	Seropédica	2
Cabo Frio	9	Silva Jardim	2
Itaperuna	9	Cambuci	1
Angra	8	Cantagalo	1
Belford Roxo	8	Japeri	1
São João de Meriti	8	Mangaratiba	1
Teresópolis	7	Mesquita	1
Magé	6	Miguel Pereira	1
Itaboraí	5	Miracema	1
Nilópolis	4	Natividade	1
Rio das Ostras	4	Piraí	1
Santo Antônio de Pádua	4	Porto Real	1
Três Rios	4	Rio das Flores	1
Arraial do Cabo	3	Santa Maria Madalena	1
Barra do Piraí	3	São Francisco de Itabapoana	1
Barra Mansa	3	São José do Vale do Rio Preto	1
Bom Jesus de Itabapoana	3	São Pedro da Aldeia	1
Itaguaí	3	Saquarema	1
Paracambi	3	Vassouras	1

Fonte: Elaborado a partir de dados do cadastro E-MEC

APÊNDICE B - Lista de linhas de ônibus por origem e destino.

LINHAS INTERMUNICIPAIS			
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Mauá	532M	Alcântara	Niterói
ABC	408M	Alcântara	Niterói
Fagundes	484M	Alcântara	Niterói (via Tribobó)
ABC	409M	Alcântara	Niterói
N. S. Amparo	*	Anaia	Niterói
Rio Ita	481M	Apolo III	Niterói (Via Jardim Fluminense)
ABC	400M	Bairro das Palmeiras	Niterói
Estrela	526M	Bairro Antonina	Niterói
Fagundes	488M	Boa Vista do Laranjal	Niterói (via Tribobó)
Galo Branco	529M	Ceasa	Niterói (Via Barro Vermelho)
Galo Branco	530M	Colubandê	Niterói
N. S. Amparo	*	Engenho do Roçado	Niterói
Rio Ita	446M	Engenho Pequeno	Niterói (Via Mentor Couto)
Galo Branco	445M	Engenho Pequeno	Niterói (Via Neves)
Galo Branco	528M	Galo Branco	Niterói (Via Barro Vermelho)
Estrela	525M	Gradim	Niterói
Fagundes	487M	Guaxindiba (via Santa Luzia)	Niterói
Galo Branco	531M	Jardim Alcântara	Niterói (via Av. Dr. March)
Fagundes	572M	Jardim Catarina (via Laranjal)	Niterói
Fagundes	483M	Jardim Catarina (via Tribobó)	Niterói
ABC	402M	Jardim São Lourenço (via Porto Velho)	Niterói
N. S. Amparo	*	Jóquei Clube	Niterói
ABC	401M	Luis Caçador	Niterói
Fagundes	431M	Monjolos	Niterói
Rio Ita	515M	Mutuá	Niterói
Rio Ita	516M	Mutuapira	Niterói
Mauá	527M	Amendoeira	Niterói
Fagundes	590M	Amendoeira	Niterói
Estrela	524M	Pontal	Niterói
Mauá	422M	Portão do Rosa	Niterói
Estrela	523M	Praia da Pedrinhas	Niterói
Fagundes	482M	Santa Luzia	Niterói
Fagundes	553M	Niterói (via Legião)	Santa Isabel
Fagundes	549M	Niterói (via Tribobó)	Santa Isabel
Estrela	536M	Niterói (Via Boa Vista)	São Gonçalo
Mauá	143M	Niterói (Via Dr. March)	São Gonçalo
Ingá	580M	Niterói (via Santa Bárbara)	Tribobó
Rio Ita	403M	Niterói (Via Porto Velho)	Trindade
Galo Branco	538M	Niterói	Praça do Rocha
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Mauá	424D	Alcântara	Campo Grande
Fagundes	521D	Alcântara	Castelo
Fagundes	749D	Alcântara	Estácio
Coesa	535D	Alcântara	Estácio
Fagundes	719D	Alcântara	Madureira (Via Lobo Júnior)
Fagundes	718D	Alcântara	Madureira (Praça das Noções/Penha)

Mauá	533D	Alcântara	Méier
Fagundes	723D	Alcântara	Penha
Fagundes	723D	Alcântara	Penha
Mauá	534D	Alcântara	Piedade
Coesa	545D	Alcântara	Praça Tiradentes
Fagundes	721D	Alcântara	São Cristóvão
Galo Branco	520D	Jardim Alcântara	Estácio (Via Dr. March)
Fagundes	540D	Santa Isabel	Estácio
Coesa	110D	Passeio	São Gonçalo
Coesa	426A	Estácio	São Gonçalo
Coesa	427A	São Gonçalo (via BR)	Vila Isabel
Coesa	423A	São Gonçalo	Vila Isabel
Coesa	428A	São Gonçalo	Vila Isabel (Via UERJ)
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Fagundes	700M	Alcântara	Curuzu
Rio Ita	MB36	Alcântara	Itaboraí
Fagundes	701M	Alcântara	Itaboraí (Via Bernardinho)
Fagundes	702M	Alcântara	Manilha (Estrada do Sapê)
Fagundes	703M	Alcântara	São José
Rio Ita	757M	Alcântara	Venda das Pedras
Rio de Janeiro	125Q	São Gonçalo	Aldeia da Prata
Rio Ita	587M	São Gonçalo	Venda das Pedras
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Rio Ita	MB33	Alcântara	Rio Bonito
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Rio Ita	MB22	Alcântara	Tanguá
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Expresso RJ	122Q	Alcântara (via Itambi)	Magé
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
N. S. Amparo	*	Maricá	Rio do Ouro
LINHAS MUNICIPAIS			
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Alcântara	01	Santa Isabel	Fórum
Tanguá	06	Largo da Idéia	Fórum
Tanguá e Icaraí	07	Guaxindiba	Fórum
Mauá	15	Jóquei	Fórum
Tanguá	21	Jardim Bom Retiro	Fórum
Rio Ouro	22	Várzea das Moças	Fórum
Alcântara	23	Mundel	Fórum
Alcântara	30	São Pedro	Fórum (Via Lagoa Seca)
Alcântara	30	São Pedro	Fórum
Alcântara	30A	São Pedro	Fórum (Via Pacheco)
Mauá	34	Amendoeira	Fórum
Mauá	34A	Amendoeira	Fórum (Via Candosa)
Galo Branco	35	Alcântara (Rod. Amaral Peixoto)	Fórum (Circular)
Galo Branco	35	Alcântara (Rod. Prefeitura)	Fórum (Circular)
Alcântara	25A	Jardim Tiradentes	Fórum
Icaraí	11	Luís Caçador	Fórum
Alcântara	18A	Legião	Fórum
Icaraí	38	Jardim São Lourenço	Fórum
Tanguá	39	Marambaia	Fórum (Via Coroado)

Rio Ouro	50	Anaia	Fórum
Rio Ouro	53	Ipiíba	Fórum
Rio Ouro	53	Ipiíba	Fórum (Via Cala Boca)
Alcântara	54	Meia Noite	Fórum
Rio Ouro	57	Anaia	Fórum (Via Lacomba)
Rio Ouro	58	Várzea das Moças	Fórum (Via Maria Paula)
Rosana	43	Fórum	Jardim República (Via Arsenal)
Galo Branco	02	Ceasa (Via Prefeitura)	Ceasa (Circular)
Galo Branco	02	Ceasa (Via Rod. Amaral Peixoto)	Ceasa (Circular)
Mauá	37A	Boassu (Circular)	Rodo São Gonçalo
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Alcântara	01A	Santa Isabel	Alcântara
Asa Branca	07A	Guaxindiba	Alcântara
Alcântara	08	Engenho do Roçado	Alcântara
Icaraí	12B	Santa Luzia	Alcântara
Icaraí	13B	Jardim Catarina	Alcântara
Mauá	15A	Jóquei	Alcântara
Alcântara	18	Legião	Alcântara
Alcântara	23A	Mundel	Alcântara
Alcântara	25	Jardim Tiradentes	Alcântara
Alcântara	29	Rio Frio	Alcântara
Alcântara	30	São Pedro	Alcântara (Via Lagoa Seca)
Alcântara	30B	São Pedro	Alcântara
Alcântara	30C	São Pedro	Alcântara (Via Pacheco)
Mauá	34B	Amendoeira	Alcântara
Mauá	34C	Amendoeira	Alcântara (Via Candosa)
Mauá	37	Boassu	Alcântara
Estrela	42	Gradim	Alcântara
Estrela	42A	Gradim	Alcântara
Tanguá	48A	Engenho Pequeno	Alcântara (Via Zumbi)
Tanguá	48B	Engenho Pequeno	Alcântara (Via Mentor Couto)
Alcântara	49	Itaitindiba	Alcântara
Alcântara	49A	Quinta Dom Ricardo	Alcântara
Alcântara	54A	Meia Noite	Alcântara
Icaraí	55A	Praça de Itaúna	Alcântara
Icaraí	55M	Conjunto da Marinha	Alcântara (Via Nova Cidade)
Icaraí	55M	Conjunto da Marinha	Alcântara (Via Trindade)
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Icaraí	12	Santa Luzia	Neves
Icaraí	13	Jardim Catarina	Neves
Tanguá	31	Praia da Luz	Barreto
Galo Branco	56	Alcântara	Neves
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Tanguá	20	Bairro Almeirinda	Boa Vista
Tanguá	26	Capote	Boa Vista
EMPRESA	LINHA	ORIGEM	DESTINO
Tanguá	40	Apolo III	Fazenda dos Mineiros
Rio Ouro	04	Marambaia	Várzea da Moças
Tanguá	14	Laranjal	Bairro Rosane
Icaraí	17	Jardim Catarina	Maria Paula
Icaraí	55	Conjunto da Marinha	Tribobó

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SETRERJ.

APÊNDICE C - Localização dos *campi* e polos das instituições presentes em São Gonçalo.

	IES	Município Sede/Reitoria	<i>Campi</i> (Estado: Município)
1	FAMATH	Niterói - RJ	Rio de Janeiro: Niterói, São Gonçalo;
2	ISAT	São Gonçalo - RJ	Rio de Janeiro: São Gonçalo;
3	UERJ	Rio de Janeiro - RJ	Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo, Resende;
4	FATESG	São Gonçalo - RJ	Rio de Janeiro: São Gonçalo;
5	FAP	São Gonçalo - RJ	Rio de Janeiro: São Gonçalo;
6	ULBRA	Canoas - RS	Rio Grande do Sul: Canoas, Cachoeira do Sul, Carazinho, Gravataí, Guaíba, Santa Maria, São Jerônimo, Porto Alegre, Torres;
			Amazonas: Manaus
			Goiás: Itumbiara
			Pará: Santarém
			Rondônia: Ji-Paraná, Porto Velho
			Tocantins: Palmas
	UCB	Rio de Janeiro - RJ	Rio de Janeiro (Realengo, Centro, Recreio, Penha, Guadalupe)

IES: UNIVERSO, município sede/reitoria: Niterói - RJ	
<i>Campi</i> (Estado: Município)	Polos (Estado: Município)
Rio de Janeiro: São Gonçalo, Niterói, Campus dos Goytacazes;	Rio de Janeiro: Nova Friburgo, Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis
Goiás: Goiânia	Goiás: Goiânia
Minas Gerais: Belo Horizonte, Juiz de Fora	Minas Gerais: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Três Marias, Pompéu
Pernambuco: Recife	Pernambuco: Recife, São José do Egito, Caruaru
Bahia: Salvador	Bahia: Salvador
	Espírito Santo: Cachoeiro de Itapemirim
	Mato Grosso: Juína, Cáceres, Primavera do Leste
	Rio Grande do Sul: Passo Fundo, Uruguaiana
IES: UNESA, município sede/reitoria: Rio de Janeiro - RJ	
<i>Campi</i> (Estado: Município)	Polos (Estado: Município)
Pará: Belém	Pará: Belém
Alagoas: Maceió	Alagoas: Maceió
Bahia: Salvador	Bahia: Salvador
Ceará: Fortaleza, Juazeiro do Norte	Ceará: Fortaleza, Juazeiro do Norte
Pernambuco: Recife	Pernambuco: Recife

Rio Grande de Norte: Lagoa Nova, Natal	Rio Grande de Norte: Natal
Sergipe: Aracajú	Sergipe: Aracajú
Goiás: Goiânia	Goiás: Goiânia
Mato Grosso do Sul: Campo Grande	Mato Grosso do Sul
Espírito Santo: Vila Velha, Vitória	Espírito Santo: Vila Velha, Vitória
Minas Gerais: Belo Horizonte, Juiz de Fora	Minas Gerais: Belo Horizonte, Juiz de Fora
São Paulo: Cotia, Ibiuna, Ourinhos, Santo André, São Paulo	São Paulo: Ourinhos
Santa Catarina: São José	Santa Catarina: Florianópolis
Rio de Janeiro: Cabo Frio, Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Rio de Janeiro	Rio de Janeiro: Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, Rio de Janeiro
Roraima: Boa Vista	Roraima: Boa Vista
Maranhão: São Luiz	Maranhão: São Luiz
Paraíba: João Pessoa	Paraíba: João Pessoa
Paraná: Curitiba	Paraná: Curitiba
Rio Grande do Sul: Porto Alegre	Rio Grande do Sul: Porto Alegre
Amapá: Jardim Equatorial, Macapá	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela instituição.

ESTÉTICA	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
MARKETING	4	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1
ANÁLISE DE SISTEMAS	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NUTRIÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ENFERMAGEM	3	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1
FARMÁCIA	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
FISIOTERAPIA	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
PSICOLOGIA	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ENGENHARIA CIVIL	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
PEDAGOGIA	8	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1
SECRETARIA ESCOLAR*	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/BIOLOGIA	4	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0
EDUCAÇÃO FÍSICA	3	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
GEOGRAFIA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
HISTÓRIA	3	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0
MATEMÁTICA	5	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0
QUÍMICA	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
LETRAS - ESPANHOL	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
LETRAS - INGLÊS	5	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1
LETRAS - PORTUGUÊS	6	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0
FÍSICA	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	116	7	1	9	3	4	17	19	9	16	7	12	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados E-MEC, 2012.

APÊNDICE E - Quantidade de instituições de ensino superior por categoria administrativa, localização (capital interior) em estados e regiões do Brasil entre os anos de 1999 e 2010.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições - 1999			Instituições - 2000			Instituições - 2001			Instituições 2002		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil		1097	409	688	1180	435	745	1.391	510	881	1.637	592	1.045
	Pública	192	60	132	176	59	117	183	65	118	195	72	123
	Privada	905	349	556	1004	376	628	1.208	445	763	1.442	520	922
Norte		42	31	11	46	33	13	61	41	20	83	52	31
	Pública	11	10	1	11	10	1	12	11	1	14	13	1
	Privada	31*	21	10	35	23	12	49	30	19	69	39	30
Rondônia		14	6	8	18	8	10	21	8	13	24	9	15
	Pública	1	1	0	1	1	0	1	1	-	1	1	-
	Privada	13	5	8	17	7	10	20	7	13	23	8	15
Acre		2	2	0	2	2	0	3	3	-	6	6	-
	Pública	1	1	0	1	1	0	1	1	-	1	1	-
	Privada	1	1	0	1	1	0	2	2	-	5	5	-
Amazonas		11	11	0	10	10	0	14	14	-	15	15	-
	Pública	2	2	0	2	2	0	3	3	-	4	4	-
	Privada	9	9	0	8	8	0	11	11	-	11	11	-
Roraima		1	1	0	1	1	0	3	3	-	4	4	-
	Pública	1	1	0	1	1	0	1	1	-	1	1	-
	Privada	0	0	0	0	0	0	2	2	-	3	3	-
Pará		8	6	2	9	7	2	10	7	3	13	9	4

	Pública	3	3	0	3	3	0	3	3	-	4	4	-
	Privada	5	3	2	6	4	2	7	4	3	9	5	4
Amapá		2	2	0	2	2	0	3	3	-	6	6	-
	Pública	1	1	0	1	1	0	1	1	-	1	1	-
	Privada	1	1	0	1	1	0	2	2	-	5	5	-
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições – 1999			Instituições - 2000			Instituições - 2001			Instituições 2002		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Tocantins		4	3	1	4	3	1	7	3	4	15	3	12
	Pública	2	1	1	2	1	1	2	1	1	2	1	1
	Privada	2	2	0	2	2	0	5	2	3	13	2	11
Nordeste		141	81	60	157	90	67	211	118	93	256	139	117
	Pública	45	19	26	44	19	25	46	20	26	51	23	28
	Privada	96	62	34	113	71	42	165	98	67	205	116	89
Maranhão		5	5	0	7	6	1	11	8	3	14	9	5
	Pública	3	3	0	3	3	0	3	3	-	3	3	-
	Privada	2	2	0	4	3	1	8	5	3	11	6	5
Piauí		8	7	1	11	9	2	20	18	2	21	19	2
	Pública	2	2	0	2	2	0	3	3	-	3	3	-
	Privada	6	5	1	9	7	2	17	15	2	18	16	2
Ceará		11	9	2	13	10	3	19	15	4	25	21	4
	Pública	4	2	2	4	2	2	4	2	2	5	3	2
	Privada	7	7	0	9	8	1	15	13	2	20	18	2
Rio Grande do Norte		8	6	2	8	6	2	10	7	3	12	9	3
	Pública	4	2	2	4	2	2	4	2	2	5	3	2
	Privada	4	4	0	4	4	0	6	5	1	7	6	1

Paraíba		12	6	6	14	7	7	16	7	9	20	9	11
	Pública	3	2	1	3	2	1	3	2	1	4	2	2
	Privada	9	4	5	11	5	6	13	5	8	16	7	9
Pernambuco		39	13	26	39	13	26	53	20	33	62	21	41
	Pública	17	3	14	16	3	13	17	3	14	18	3	15
	Privada	22	10	12	23	10	13	36	17	19	44	18	26
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições - 1999			Instituições - 2000			Instituições - 2001			Instituições 2002		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Alagoas		11	7	4	11	7	4	14	9	5	17	11	6
	Pública	5	2	3	5	2	3	5	2	3	6	3	3
	Privada	6	5	1	6	5	1	9	7	2	11	8	3
Sergipe		5	4	1	5	4	1	5	4	1	6	5	1
	Pública	1	0	1	1	0	1	1	-	1	1	-	1
	Privada	4	4	0	4	4	0	4	4	-	5	5	-
Bahia		42	24	18	49	28	21	63	30	33	79	35	44
	Pública	6	3	3	6	3	3	6	3	3	6	3	3
	Privada	36	21	15	43	25	18	57	27	30	73	32	41
Sudeste		634	201	433	667	204	463	742	226	516	840	246	594
	Pública	76	18	58	72	18	54	75	20	55	77	20	57
	Privada	558	183	375	595	186	409	667	206	461	763	226	537
Minas Gerais		135	23	112	135	24	111	160	28	132	202	34	168
	Pública	21	5	16	17	5	12	18	5	13	17	5	12
	Privada	114	18	96	118	19	99	142	23	119	185	29	156
Espírito Santo		42	17	25	58	19	39	68	24	44	75	26	49
	Pública	5	2	3	5	2	3	6	3	3	6	3	3

Rondônia		25	10	15	22	11	11	24	12	12	26	12	14
	Pública	1	1	-	1	1	-	1	1	-	2	1	1
	Privada	24	9	15	21	10	11	23	11	12	24	11	13
Acre		6	6	-	7	6	1	7	6	1	9	8	1
	Pública	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-
	Privada	5	5	-	6	5	1	6	5	1	8	7	1
Amazonas		18	18	-	18	18	-	19	19	-	19	19	-
	Pública	4	4	-	4	4	-	3	3	-	3	3	-
	Privada	14	14	-	14	14	-	16	16	-	16	16	-
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições 2003			Instituições 2004			Instituições 2005			Instituições 2006		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior									
Roraima		6	6	-	12	12	-	11	11	-	11	11	-
	Pública	1	1	-	4	4	-	3	3	-	3	3	-
	Privada	5	5	-	8	8	-	8	8	-	8	8	-
Pará		20	14	6	25	17	8	25	15	10	26	17	9
	Pública	4	4	-	4	4	-	4	4	-	4	4	-
	Privada	16	10	6	21	13	8	21	11	10	22	13	9
Amapá		8	8	-	11	11	-	11	11	-	12	11	1
	Pública	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-
	Privada	7	7	-	10	10	-	10	10	-	11	10	1
Tocantins		18	6	12	23	6	17	25	5	20	32	8	24
	Pública	3	2	1	3	2	1	3	2	1	4	3	1
	Privada	15	4	11	20	4	16	22	3	19	28	5	23
Nordeste		304	166	138	344	188	156	388	202	186	412	213	199

	Pública	52	25	27	56	25	31	60	25	35	63	25	38
	Privada	252	141	111	288	163	125	328	177	151	349	188	161
Maranhão		17	10	7	21	12	9	25	12	13	25	12	13
	Pública	3	3	-	3	3	-	3	3	-	3	3	-
	Privada	14	7	7	18	9	9	22	9	13	22	9	13
Piauí		25	23	2	26	23	3	28	22	6	34	25	9
	Pública	3	3	-	3	3	-	3	3	-	3	3	-
	Privada	22	20	2	23	20	3	25	19	6	31	22	9
Ceará		32	24	8	42	31	11	47	32	15	51	31	20
	Pública	5	3	2	5	3	2	6	3	3	6	3	3
	Privada	27	21	6	37	28	9	41	29	12	45	28	17
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições 2003			Instituições 2004			Instituições 2005			Instituições 2006		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior									
Rio Grande do Norte		14	9	5	16	11	5	20	13	7	21	13	8
	Pública	5	3	2	5	3	2	5	3	2	5	3	2
	Privada	9	6	3	11	8	3	15	10	5	16	10	6
Paraíba		24	11	13	28	15	13	32	18	14	32	20	12
	Pública	4	2	2	4	2	2	4	2	2	4	2	2
	Privada	20	9	11	24	13	11	28	16	12	28	18	10
Pernambuco		72	29	43	77	29	48	83	30	53	89	34	55
	Pública	18	4	14	21	4	17	23	4	19	25	4	21
	Privada	54	25	29	56	25	31	60	26	34	64	30	34
Alagoas		22	14	8	24	15	9	25	15	10	28	17	11
	Pública	6	3	3	7	3	4	7	3	4	8	3	5
	Privada	16	11	5	17	12	5	18	12	6	20	14	6

Sergipe		9	8	1	11	10	1	12	10	2	14	12	2
	Pública	2	1	1	2	1	1	2	1	1	2	1	1
	Privada	7	7	-	9	9	-	10	9	1	12	11	1
Bahia		89	38	51	99	42	57	116	50	66	118	49	69
	Pública	6	3	3	6	3	3	7	3	4	7	3	4
	Privada	83	35	48	93	39	54	109	47	62	111	46	65
Sudeste		938	260	678	1.001	273	728	1.051	290	761	1.093	302	791
	Pública	81	20	61	90	20	70	98	20	78	109	23	86
	Privada	857	240	617	911	253	658	953	270	683	984	279	705
Minas Gerais		265	40	225	289	47	242	311	49	262	319	48	271
	Pública	23	5	18	25	5	20	30	5	25	32	5	27
	Privada	242	35	207	264	42	222	281	44	237	287	43	244
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições 2003			Instituições 2004			Instituições 2005			Instituições 2006		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior									
Espírito Santo		79	26	53	90	26	64	98	29	69	97	29	68
	Pública	4	3	1	4	3	1	4	3	1	5	3	2
	Privada	75	23	52	86	23	63	94	26	68	92	26	66
Rio de Janeiro		119	65	54	118	62	56	121	66	55	137	75	62
	Pública	13	7	6	13	6	7	13	6	7	21	9	12
	Privada	106	58	48	105	56	49	108	60	48	116	66	50
São Paulo		475	129	346	504	138	366	521	146	375	540	150	390
	Pública	41	5	36	48	6	42	51	6	45	51	6	45
	Privada	434	124	310	456	132	324	470	140	330	489	144	345
Sul		306	73	233	335	76	259	370	87	283	387	94	293
	Pública	36	9	27	37	10	27	39	10	29	40	10	30

	Privada	270	64	206	298	66	232	331	77	254	347	84	263
Paraná		151	40	111	158	41	117	172	48	124	180	52	128
	Pública	22	4	18	22	4	18	22	4	18	22	4	18
	Privada	129	36	93	136	37	99	150	44	106	158	48	110
Santa Catarina		81	16	65	94	15	79	99	13	86	105	14	91
	Pública	6	3	3	6	3	3	7	3	4	8	3	5
	Privada	75	13	62	88	12	76	92	10	82	97	11	86
Rio Grande do Sul		74	17	57	83	20	63	99	26	73	102	28	74
	Pública	8	2	6	9	3	6	10	3	7	10	3	7
	Privada	66	15	51	74	17	57	89	23	66	92	25	67
Centro-Oeste		210	98	112	215	101	114	234	111	123	243	116	127
	Pública	23	8	15	23	8	15	18	8	10	18	8	10
	Privada	187	90	97	192	93	99	216	103	113	225	108	117
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições 2003			Instituições 2004			Instituições 2005			Instituições 2006			
	Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral			
	Total	Capital	Interior										
Mato Grosso do Sul		39	8	31	41	8	33	44	8	36	43	8	35
	Pública	2	1	1	2	1	1	3	1	2	3	1	2
	Privada	37	7	30	39	7	32	41	7	34	40	7	33
Mato Grosso		43	10	33	47	12	35	56	14	42	56	13	43
	Pública	5	3	2	5	3	2	5	3	2	5	3	2
	Privada	38	7	31	42	9	33	51	11	40	51	10	41
Goiás		63	15	48	61	15	46	66	21	45	69	20	49

	Pública	14	2	12	14	2	12	8	2	6	8	2	6
	Privada	49	13	36	47	13	34	58	19	39	61	18	43
Distrito Federal		65	65	-	66	66	-	68	68	-	75	75	-
	Pública	2	2	-	2	2	-	2	2	-	2	2	-
	Privada	63	63	-	64	64	-	66	66	-	73	73	-
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições 2007			Instituições 2008			Instituições 2009			Instituições 2010		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior									
Brasil		2.281	825	1.456	2.252	811	1.441	2.314	839	1.475	2.378	826	1.552
	Pública	249	83	166	236	82	154	245	89	156	278	91	187
Norte	Privada	2.032	742	1.290	2.016	729	1.287	2.069	750	1.319	2.100	735	1.365
		140	89	51	139	85	54	147	91	56	146	89	57
	Pública	18	16	2	18	16	2	19	18	1	25	18	7
	Privada	122	73	49	121	69	52	128	73	55	121	71	50
Rondônia		28	13	15	29	13	16	30	14	16	31	14	17
	Pública	2	1	1	2	1	1	2	2	.	2	2	.
	Privada	26	12	14	27	12	15	28	12	16	29	12	17
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições 2007			Instituições 2008			Instituições 2009			Instituições 2010		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior									
Acre		9	8	1	9	8	1	10	9	1	10	9	1
	Pública	1	1	-	1	1	.	1	1	.	1	1	.
	Privada	8	7	1	8	7	1	9	8	1	9	8	1
Amazonas		19	19	-	19	19	.	19	19	.	19	19	.
	Pública	3	3	-	3	3	.	3	3	.	3	3	.
	Privada	16	16	-	16	16	.	16	16	.	16	16	.
Roraima		11	11	-	7	7	.	7	7	.	7	7	.

	Pública	3	3	-	3	3	.	3	3	.	3	3	.
	Privada	8	8	-	4	4	.	4	4	.	4	4	.
Pará		30	18	12	31	19	12	34	21	13	31	17	14
	Pública	4	4	-	4	4	.	4	4	.	5	4	1
	Privada	26	14	12	27	15	12	30	17	13	26	13	13
Amapá		12	11	1	12	11	1	14	12	2	15	14	1
	Pública	1	1	-	1	1	.	2	2	.	2	2	.
	Privada	11	10	1	11	10	1	12	10	2	13	12	1
Tocantins		31	9	22	32	8	24	33	9	24	33	9	24
	Pública	4	3	1	4	3	1	4	3	1	9	3	6
	Privada	27	6	21	28	5	23	29	6	23	24	6	18
Nordeste		422	218	204	432	224	208	448	227	221	433	224	209
	Pública	60	25	35	59	26	33	61	27	34	64	28	36
	Privada	362	193	169	373	198	175	387	200	187	369	196	173
Maranhão		28	13	15	29	15	14	32	15	17	32	17	15
	Pública	3	3	-	4	4	.	4	4	.	4	4	.
	Privada	25	10	15	25	11	14	28	11	17	28	13	15
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições 2007			Instituições 2008			Instituições 2009			Instituições 2010			
	Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral			
	Total	Capital	Interior										
Piauí		35	26	9	35	26	9	37	26	11	38	27	11
	Pública	3	3	-	3	3	.	4	4	.	4	4	.
	Privada	32	23	9	32	23	9	33	22	11	34	23	11
Ceará		51	31	20	52	32	20	51	32	19	48	32	16
	Pública	6	3	3	5	3	2	5	3	2	5	3	2
	Privada	45	28	17	47	29	18	46	29	17	43	29	14
Rio Grande do		23	14	9	23	14	9	24	14	10	27	16	11

Norte													
	Pública	5	3	2	5	3	2	5	3	2	5	3	2
	Privada	18	11	7	18	11	7	19	11	8	22	13	9
Paraíba		32	20	12	34	20	14	37	21	16	37	21	16
	Pública	4	2	2	4	2	2	4	2	2	4	2	2
	Privada	28	18	10	30	18	12	33	19	14	33	19	14
Pernambuco		93	35	58	96	37	59	100	37	63	95	35	60
	Pública	25	4	21	25	4	21	26	4	22	28	4	24
	Privada	68	31	37	71	33	38	74	33	41	67	31	36
Alagoas		26	17	9	24	16	8	25	16	9	25	16	9
	Pública	5	3	2	4	3	1	4	3	1	4	3	1
	Privada	21	14	7	20	13	7	21	13	8	21	13	8
Sergipe		13	11	2	14	12	2	15	13	2	15	13	2
	Pública	2	1	1	2	1	1	2	1	1	2	1	1
	Privada	11	10	1	12	11	1	13	12	1	13	12	1
Bahia		121	51	70	125	52	73	127	53	74	116	47	69
	Pública	7	3	4	7	3	4	7	3	4	8	4	4
	Privada	114	48	66	118	49	69	120	50	70	108	43	65
Sudeste		1.095	301	794	1.069	297	772	1.090	306	784	1.169	302	867
	Pública	112	24	88	104	23	81	110	25	85	131	27	104
	Privada	983	277	706	965	274	691	980	281	699	1.038	275	763
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições 2007			Instituições 2008			Instituições 2009			Instituições 2010			
	Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral			
	Total	Capital	Interior										
Minas Gerais		319	49	270	308	51	257	309	54	255	370	56	314
	Pública	32	5	27	25	5	20	29	5	24	28	6	22
	Privada	287	44	243	283	46	237	280	49	231	342	50	292

Espírito Santo		91	28	63	88	27	61	88	27	61	88	27	61
	Pública	5	3	2	4	3	1	4	3	1	4	3	1
	Privada	86	25	61	84	24	60	84	24	60	84	24	60
Rio de Janeiro		138	75	63	136	73	63	137	74	63	139	76	63
	Pública	24	10	14	23	9	14	24	10	14	23	11	12
	Privada	114	65	49	113	64	49	113	64	49	116	65	51
São Paulo		547	149	398	537	146	391	556	151	405	572	143	429
	Pública	51	6	45	52	6	46	53	7	46	76	7	69
	Privada	496	143	353	485	140	345	503	144	359	496	136	360
Sul		375	98	277	370	94	276	386	100	286	386	96	290
	Pública	40	10	30	39	10	29	39	11	28	41	10	31
	Privada	335	88	247	331	84	247	347	89	258	345	86	259
Paraná		183	54	129	178	51	127	183	54	129	181	53	128
	Pública	22	4	18	22	4	18	19	5	14	21	5	16
	Privada	161	50	111	156	47	109	164	49	115	160	48	112
Santa Catarina		92	15	77	93	15	78	96	16	80	95	14	81
	Pública	7	3	4	7	3	4	10	3	7	10	2	8
	Privada	85	12	73	86	12	74	86	13	73	85	12	73
Rio Grande do Sul		100	29	71	99	28	71	107	30	77	110	29	81
	Pública	11	3	8	10	3	7	10	3	7	10	3	7
	Privada	89	26	63	89	25	64	97	27	70	100	26	74
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Instituições 2007			Instituições 2008			Instituições 2009			Instituições 2010		
		Total Geral			Total Geral			Total Geral			Total Geral		
		Total	Capital	Interior									
Centro-Oeste		249	119	130	242	111	131	243	115	128	244	115	129
	Pública	19	8	11	16	7	9	16	8	8	17	8	9

	Privada	230	111	119	226	104	122	227	107	120	227	107	120
Mato Grosso do Sul		40	8	32	41	8	33	41	10	31	40	10	30
	Pública	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2
	Privada	37	7	30	38	7	31	38	9	29	37	9	28
Mato Grosso		58	14	44	61	14	47	61	15	46	60	14	46
	Pública	5	3	2	3	2	1	3	2	1	3	2	1
	Privada	53	11	42	58	12	46	58	13	45	57	12	45
Goiás		75	21	54	74	23	51	78	27	51	80	27	53
	Pública	9	2	7	8	2	6	8	3	5	8	2	6
	Privada	66	19	47	66	21	45	70	24	46	72	25	47
Distrito Federal		76	76	-	66	66	.	63	63	.	64	64	.
	Pública	2	2	-	2	2	.	2	2	.	3	3	.
	Privada	74	74	-	64	64	.	61	61	.	61	61	.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP, 1999-2010).

ANEXOS

ANEXO A - Cadastro das instituições de ensino superior no E-MEC

Ministério da Educação - Sistema e-MEC						
Relatório da Consulta Textual						
Resultado da Consulta Por : Endereço(Local de Oferta) -> Município						
Relatório Processado : 05/06/2013 - 02:06:48 Total de Registro(s) : 32						
Código Endereço	Instituição (IES)	Local de Oferta	Endereço	CEP	Município	UF
624	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	CAMPUS DE SÃO GONÇALO	Rua Doutor Francisco Portela, 794, Patronato - São Gonçalo	24435-000	São Gonçalo	RJ
658015	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA (UNIVERSO)	Campus I - São Gonçalo	Rua Lambari, 10, Térreo - Trindade	24456-570	São Gonçalo	RJ
1359	FACULDADES INTEGRADAS MARIA THEREZA (FAMATH)	Campus Rio do Ouro	Rodovia Amaral Peixoto, , km 10,5 - São Gonçalo	24753-560	São Gonçalo	RJ
659012	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS ANÍSIO TEIXEIRA (ISAT)	CAMPUS - SÃO GONÇALO - ZÉ GAROTO	Rua Dr. Francisco Portela, 2.772 - Zé Garoto	24435-000	São Gonçalo	RJ
143868	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	Polo de Apoio Presencial - São Gonçalo	R Visconde de Itaúna, S/N, s/n - Gradim	24431-005	São Gonçalo	RJ
1051276	FACULDADE CENECISTA DE OSÓRIO (FACOS)	POLO - São Gonçalo	Praça Estefania de Carvalho, 04 - Ze Garoto	24430-380	São Gonçalo	RJ
1055804	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	Pólo São Gonçalo	Rua Visconde de Itaúna, S/N - Gradim	24431-005	São Gonçalo	RJ
2007485	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	Polo UAB - SAO GONCALO	Rua Visconde de Itauna s/n, s/nº, CIEP 250 - Rosendo Rica Marcos - Gradim	24431-005	São Gonçalo	RJ
1049976	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	Polo UAB - SAO GONCALO	Rua Visconde de Itauna s/n, s/nº - Gradim	24431-005	São Gonçalo	RJ
2008403	UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP (UNIDERP)	SaO GONCALO	Av. Marica, 232 - Colubande	24710-007	São Gonçalo	RJ
2003694	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL (UNINTER)	SAO GONÇALO	Estrada da Conceição, 1101 - Portão do Rosa	24461-840	São Gonçalo	RJ

2377	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (UNESA)	São Gonçalo	Av. São Gonçalo , 100 - Rodovia Niterói-Manilha	24445-370	São Gonçalo	RJ
2001612	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS (FTC SALVADOR)	SÃO GONÇALO	Rua Feliciano Sodré, s/n., S/N - -	28200-000	São Gonçalo	RJ
13961	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	SÃO GONÇALO	Alfredo Baeker, 989.Alcântara., 989 - Alcântara	24452-001	São Gonçalo	RJ
7138	UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP (UNIDERP)	SÃO GONÇALO	Estrada de Itaúna, 97 - Itaúna	24473-071	São Gonçalo	RJ
27289	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA)	SÃO GONÇALO PED - EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA	R Aurora Siqueira, 17, Centro., 17 - Centro	29440-270	São Gonçalo	RJ
600265	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	Unidade - São Gonçalo - Centro	Rua Coronel Moreira Cesar, 70 - Centro	24440-400	São Gonçalo	RJ
658520	FACULDADE PARAÍSO (FAP)	Unidade SEDE	Rua Visconde de Itaúna, 2671 - Paraíso	24431-005	São Gonçalo	RJ
1042515	FACULDADE DE TECNOLOGIA SÃO GONÇALO (FATESG)	Unidade SEDE	Rua Coronel Moreira César, 70, Térreo - Zé Garoto	24440-400	São Gonçalo	RJ
1034100	FACULDADE PARAÍSO (FAP)	Unidade SEDE	Rua Visconde de Itaúna, 2671 - Paraíso	24431-005	São Gonçalo	RJ
2004047	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	UNIFACS - EDUCACIONAL EQUIPE I	Rua Alfredo Backer. 989., 989, - até 599 - lado ímpar - Mutondo	24452-001	São Gonçalo	RJ

Fonte: Cadastro E-MEC.

ANEXO B - Simulação de financiamento de 100% do preço da mensalidade do curso de Pedagogia da instituição Uninter no programa de Fies.

10/12/13

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

Brasil – Governo Federal – Ministério da Educação

[Aumentar letra](#) | [Letra normal](#) | [Dos-Vox](#)[O QUE É O FIES?](#)[COMO SE INSCREVER](#)[INSCRIÇÃO PASSO A PASSO](#)[CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO](#)[PERGUNTAS FREQUENTES](#)[CONSULTA DE CURSOS E INSTITUIÇÕES](#)[SIMULE SEU FINANCIAMENTO](#)[FAÇA SUA INSCRIÇÃO](#)[LEGISLAÇÃO](#)[RENEGOCIAÇÃO](#)[CONTATO](#)

SIMULAÇÃO

- Dados Calculados

Prazo de utilização em meses: 48

Taxa de juros a.a.: 3.40%

Valor do financiamento no primeiro semestre: R\$ 2.940,00

Valor do financiamento durante prazo de utilização: R\$ 13.528,40

Mês de início do benefício (para efeito da contagem do prazo): 07/2013

Data de início de utilização do financiamento (para efeito do início dos cálculos de juros): 05/01/2014

Prazo da fase de Carência (em meses): 18

Data de início da fase de carência: 05/01/2018

Prazo da fase de Amortização (em meses): 156

Data de início da fase de amortização: 05/07/2019

Prazo total do contrato (em meses): 216

Data vencimento do contrato: 05/06/2032

- Dados Informados

Semestre desejado: 2º semestre de 2013

Quantidade de semestres do curso: 8

Quantidade de semestres já concluídos: 0

Quantidade de semestres a serem financiados: 8

Percentual de financiamento: 100%

Valor da mensalidade: R\$ 245,00

Prazo de carência: 18 Meses

Data de assinatura do contrato: 10/12/2013

Dia escolhido para vencimento das parcelas: 5

Detalhamento do Financiamento:

Utilização

Código f9084000a41a366a5444ace5fca4a196

Início 05/07/2013

Prazo (meses) 48

Saldo inicial R\$ 1.470,00

Saldo final R\$ 13.528,40

Saldo anterior (R\$)	Juros (R\$)	Amortizado (R\$)	Parcela (R\$)	Liberado (R\$)	Saldo atual (R\$)	Nº parcela	Vencimento
1.470,00	0,00	0,00	0,00	245,00	1.715,00	-	05/01/2014

10/12/13

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

1.715,00	4,78	0,00	0,00	245,00	1.964,78	-	05/02/2014
1.964,78	5,48	10,26	10,26	245,00	2.205,00	1	05/03/2014
2.205,00	6,15	0,00	0,00	245,00	2.456,15	-	05/04/2014
2.456,15	6,85	0,00	0,00	245,00	2.708,00	-	05/05/2014
2.708,00	7,55	20,55	20,55	245,00	2.940,00	2	05/06/2014
2.940,00	8,20	0,00	0,00	245,00	3.193,20	-	05/07/2014
3.193,20	8,90	0,00	0,00	245,00	3.447,10	-	05/08/2014
3.447,10	9,61	26,71	26,71	245,00	3.675,00	3	05/09/2014
3.675,00	10,25	0,00	0,00	245,00	3.930,25	-	05/10/2014
3.930,25	10,96	0,00	0,00	245,00	4.186,21	-	05/11/2014
4.186,21	11,68	32,89	32,89	245,00	4.410,00	4	05/12/2014
4.410,00	12,30	0,00	0,00	245,00	4.667,30	-	05/01/2015
4.667,30	13,02	0,00	0,00	245,00	4.925,32	-	05/02/2015
4.925,32	13,74	39,06	39,06	245,00	5.145,00	5	05/03/2015
5.145,00	14,35	0,00	0,00	245,00	5.404,35	-	05/04/2015
5.404,35	15,07	0,00	0,00	245,00	5.664,42	-	05/05/2015
5.664,42	15,80	45,22	45,22	245,00	5.880,00	6	05/06/2015
5.880,00	16,40	0,00	0,00	245,00	6.141,40	-	05/07/2015
6.141,40	17,13	0,00	0,00	245,00	6.403,53	-	05/08/2015
6.403,53	17,86	51,39	50,00	245,00	6.616,39	7	05/09/2015
6.616,39	18,46	0,00	0,00	245,00	6.879,85	-	05/10/2015
6.879,85	19,19	0,00	0,00	245,00	7.144,04	-	05/11/2015
7.144,04	19,93	57,58	50,00	245,00	7.358,97	8	05/12/2015
7.358,97	20,53	0,00	0,00	245,00	7.624,50	-	05/01/2016
7.624,50	21,27	0,00	0,00	245,00	7.890,77	-	05/02/2016
7.890,77	22,01	63,81	50,00	245,00	8.107,78	9	05/03/2016
8.107,78	22,62	0,00	0,00	245,00	8.375,40	-	05/04/2016
8.375,40	23,36	0,00	0,00	245,00	8.643,76	-	05/05/2016
8.643,76	24,11	70,09	50,00	245,00	8.862,87	10	05/06/2016
8.862,87	24,72	0,00	0,00	245,00	9.132,59	-	05/07/2016
9.132,59	25,48	0,00	0,00	245,00	9.403,07	-	05/08/2016
9.403,07	26,23	76,43	50,00	245,00	9.624,30	11	05/09/2016
9.624,30	26,85	0,00	0,00	245,00	9.896,15	-	05/10/2016
9.896,15	27,61	0,00	0,00	245,00	10.168,76	-	05/11/2016
10.168,76	28,37	82,83	50,00	245,00	10.392,13	12	05/12/2016
10.392,13	28,99	0,00	0,00	245,00	10.666,12	-	05/01/2017
10.666,12	29,75	0,00	0,00	245,00	10.940,87	-	05/02/2017
10.940,87	30,52	89,26	50,00	245,00	11.166,39	13	05/03/2017
11.166,39	31,15	0,00	0,00	245,00	11.442,54	-	05/04/2017
11.442,54	31,92	0,00	0,00	245,00	11.719,46	-	05/05/2017
11.719,46	32,69	95,76	50,00	245,00	11.947,15	14	05/06/2017
11.947,15	33,33	0,00	0,00	245,00	12.225,48	-	05/07/2017
12.225,48	34,11	0,00	0,00	245,00	12.504,59	-	05/08/2017
12.504,59	34,88	102,32	50,00	245,00	12.734,47	15	05/09/2017
12.734,47	35,53	0,00	0,00	245,00	13.015,00	-	05/10/2017
13.015,00	36,31	0,00	0,00	245,00	13.296,31	-	05/11/2017
13.296,31	37,09	108,93	50,00	245,00	13.528,40	16	05/12/2017

Carência

Código f9084000a41a366a5444ace5fca4a196

Início 05/01/2018

Prazo (meses) 18

Saldo inicial R\$ 13.528,40

Saldo final R\$ 13.917,72

Saldo anterior (R\$)	Juros (R\$)	Amortizado (R\$)	Parcela (R\$)	Liberado (R\$)	Saldo atual (R\$)	Nº parcela	Vencimento
13.528,40	37,74	0,00	0,00	0,00	13.566,14	-	05/01/2018
13.566,14	37,85	0,00	0,00	0,00	13.603,99	-	05/02/2018
13.603,99	37,95	113,54	50,00	0,00	13.591,94	17	05/03/2018
13.591,94	37,92	0,00	0,00	0,00	13.629,86	-	05/04/2018
13.629,86	38,02	0,00	0,00	0,00	13.667,88	-	05/05/2018
13.667,88	38,13	114,07	50,00	0,00	13.656,01	18	05/06/2018
13.656,01	38,10	0,00	0,00	0,00	13.694,11	-	05/07/2018
13.694,11	38,20	0,00	0,00	0,00	13.732,31	-	05/08/2018
13.732,31	38,31	114,61	50,00	0,00	13.720,62	19	05/09/2018
13.720,62	38,28	0,00	0,00	0,00	13.758,90	-	05/10/2018
13.758,90	38,38	0,00	0,00	0,00	13.797,28	-	05/11/2018
13.797,28	38,49	115,15	50,00	0,00	13.785,77	20	05/12/2018
13.785,77	38,46	0,00	0,00	0,00	13.824,23	-	05/01/2019
13.824,23	38,57	0,00	0,00	0,00	13.862,80	-	05/02/2019

10/12/13

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

13.862,80	38,67	115,70	50,00	0,00	13.851,47	21	05/03/2019
13.851,47	38,64	0,00	0,00	0,00	13.890,11	-	05/04/2019
13.890,11	38,75	0,00	0,00	0,00	13.928,86	-	05/05/2019
13.928,86	38,86	116,25	50,00	0,00	13.917,72	22	05/06/2019
Amortização							
Código	f9084000a41a366a5444ace5fca4a196						
Início	05/07/2019						
Prazo (meses)	156						
Saldo inicial	R\$ 13.917,72						
Saldo final	R\$ 0,00						
Saldo anterior (R\$)	Juros (R\$)	Amortizado (R\$)	Parcela (R\$)	Liberado (R\$)	Saldo atual (R\$)	Nº parcela	Vencimento
13.917,72	38,83	110,15	110,15	0,00	13.846,40	23	05/07/2019
13.846,40	38,63	110,15	110,15	0,00	13.774,88	24	05/08/2019
13.774,88	38,43	110,15	110,15	0,00	13.703,16	25	05/09/2019
13.703,16	38,23	110,15	110,15	0,00	13.631,24	26	05/10/2019
13.631,24	38,03	110,15	110,15	0,00	13.559,12	27	05/11/2019
13.559,12	37,83	110,15	110,15	0,00	13.486,80	28	05/12/2019
13.486,80	37,62	110,15	110,15	0,00	13.414,27	29	05/01/2020
13.414,27	37,42	110,15	110,15	0,00	13.341,54	30	05/02/2020
13.341,54	37,22	110,15	110,15	0,00	13.268,61	31	05/03/2020
13.268,61	37,02	110,15	110,15	0,00	13.195,48	32	05/04/2020
13.195,48	36,81	110,15	110,15	0,00	13.122,14	33	05/05/2020
13.122,14	36,61	110,15	110,15	0,00	13.048,60	34	05/06/2020
13.048,60	36,40	110,15	110,15	0,00	12.974,85	35	05/07/2020
12.974,85	36,20	110,15	110,15	0,00	12.900,90	36	05/08/2020
12.900,90	35,99	110,15	110,15	0,00	12.826,74	37	05/09/2020
12.826,74	35,78	110,15	110,15	0,00	12.752,37	38	05/10/2020
12.752,37	35,58	110,15	110,15	0,00	12.677,80	39	05/11/2020
12.677,80	35,37	110,15	110,15	0,00	12.603,02	40	05/12/2020
12.603,02	35,16	110,15	110,15	0,00	12.528,03	41	05/01/2021
12.528,03	34,95	110,15	110,15	0,00	12.452,83	42	05/02/2021
12.452,83	34,74	110,15	110,15	0,00	12.377,42	43	05/03/2021
12.377,42	34,53	110,15	110,15	0,00	12.301,80	44	05/04/2021
12.301,80	34,32	110,15	110,15	0,00	12.225,97	45	05/05/2021
12.225,97	34,11	110,15	110,15	0,00	12.149,93	46	05/06/2021
12.149,93	33,89	110,15	110,15	0,00	12.073,67	47	05/07/2021
12.073,67	33,68	110,15	110,15	0,00	11.997,20	48	05/08/2021
11.997,20	33,47	110,15	110,15	0,00	11.920,52	49	05/09/2021
11.920,52	33,25	110,15	110,15	0,00	11.843,62	50	05/10/2021
11.843,62	33,04	110,15	110,15	0,00	11.766,51	51	05/11/2021
11.766,51	32,82	110,15	110,15	0,00	11.689,18	52	05/12/2021
11.689,18	32,61	110,15	110,15	0,00	11.611,64	53	05/01/2022
11.611,64	32,39	110,15	110,15	0,00	11.533,88	54	05/02/2022
11.533,88	32,18	110,15	110,15	0,00	11.455,91	55	05/03/2022
11.455,91	31,96	110,15	110,15	0,00	11.377,72	56	05/04/2022
11.377,72	31,74	110,15	110,15	0,00	11.299,31	57	05/05/2022
11.299,31	31,52	110,15	110,15	0,00	11.220,68	58	05/06/2022
11.220,68	31,30	110,15	110,15	0,00	11.141,83	59	05/07/2022
11.141,83	31,08	110,15	110,15	0,00	11.062,76	60	05/08/2022
11.062,76	30,86	110,15	110,15	0,00	10.983,47	61	05/09/2022
10.983,47	30,64	110,15	110,15	0,00	10.903,96	62	05/10/2022
10.903,96	30,42	110,15	110,15	0,00	10.824,23	63	05/11/2022
10.824,23	30,20	110,15	110,15	0,00	10.744,28	64	05/12/2022
10.744,28	29,97	110,15	110,15	0,00	10.664,10	65	05/01/2023
10.664,10	29,75	110,15	110,15	0,00	10.583,70	66	05/02/2023
10.583,70	29,52	110,15	110,15	0,00	10.503,07	67	05/03/2023
10.503,07	29,30	110,15	110,15	0,00	10.422,22	68	05/04/2023
10.422,22	29,07	110,15	110,15	0,00	10.341,14	69	05/05/2023
10.341,14	28,85	110,15	110,15	0,00	10.259,84	70	05/06/2023
10.259,84	28,62	110,15	110,15	0,00	10.178,31	71	05/07/2023
10.178,31	28,39	110,15	110,15	0,00	10.096,55	72	05/08/2023
10.096,55	28,17	110,15	110,15	0,00	10.014,57	73	05/09/2023
10.014,57	27,94	110,15	110,15	0,00	9.932,36	74	05/10/2023
9.932,36	27,71	110,15	110,15	0,00	9.849,92	75	05/11/2023
9.849,92	27,48	110,15	110,15	0,00	9.767,25	76	05/12/2023
9.767,25	27,25	110,15	110,15	0,00	9.684,35	77	05/01/2024
9.684,35	27,02	110,15	110,15	0,00	9.601,22	78	05/02/2024
9.601,22	26,78	110,15	110,15	0,00	9.517,85	79	05/03/2024

10/12/13

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

9.517,85	26,55	110,15	110,15	0,00	9.434,25	80	05/04/2024
9.434,25	26,32	110,15	110,15	0,00	9.350,42	81	05/05/2024
9.350,42	26,08	110,15	110,15	0,00	9.266,35	82	05/06/2024
9.266,35	25,85	110,15	110,15	0,00	9.182,05	83	05/07/2024
9.182,05	25,61	110,15	110,15	0,00	9.097,51	84	05/08/2024
9.097,51	25,38	110,15	110,15	0,00	9.012,74	85	05/09/2024
9.012,74	25,14	110,15	110,15	0,00	8.927,73	86	05/10/2024
8.927,73	24,90	110,15	110,15	0,00	8.842,48	87	05/11/2024
8.842,48	24,67	110,15	110,15	0,00	8.757,00	88	05/12/2024
8.757,00	24,43	110,15	110,15	0,00	8.671,28	89	05/01/2025
8.671,28	24,19	110,15	110,15	0,00	8.585,32	90	05/02/2025
8.585,32	23,95	110,15	110,15	0,00	8.499,12	91	05/03/2025
8.499,12	23,71	110,15	110,15	0,00	8.412,68	92	05/04/2025
8.412,68	23,47	110,15	110,15	0,00	8.326,00	93	05/05/2025
8.326,00	23,23	110,15	110,15	0,00	8.239,08	94	05/06/2025
8.239,08	22,98	110,15	110,15	0,00	8.151,91	95	05/07/2025
8.151,91	22,74	110,15	110,15	0,00	8.064,50	96	05/08/2025
8.064,50	22,50	110,15	110,15	0,00	7.976,85	97	05/09/2025
7.976,85	22,25	110,15	110,15	0,00	7.888,95	98	05/10/2025
7.888,95	22,01	110,15	110,15	0,00	7.800,81	99	05/11/2025
7.800,81	21,76	110,15	110,15	0,00	7.712,42	100	05/12/2025
7.712,42	21,51	110,15	110,15	0,00	7.623,78	101	05/01/2026
7.623,78	21,27	110,15	110,15	0,00	7.534,90	102	05/02/2026
7.534,90	21,02	110,15	110,15	0,00	7.445,77	103	05/03/2026
7.445,77	20,77	110,15	110,15	0,00	7.356,39	104	05/04/2026
7.356,39	20,52	110,15	110,15	0,00	7.266,76	105	05/05/2026
7.266,76	20,27	110,15	110,15	0,00	7.176,88	106	05/06/2026
7.176,88	20,02	110,15	110,15	0,00	7.086,75	107	05/07/2026
7.086,75	19,77	110,15	110,15	0,00	6.996,37	108	05/08/2026
6.996,37	19,52	110,15	110,15	0,00	6.905,74	109	05/09/2026
6.905,74	19,26	110,15	110,15	0,00	6.814,85	110	05/10/2026
6.814,85	19,01	110,15	110,15	0,00	6.723,71	111	05/11/2026
6.723,71	18,75	110,15	110,15	0,00	6.632,31	112	05/12/2026
6.632,31	18,50	110,15	110,15	0,00	6.540,66	113	05/01/2027
6.540,66	18,24	110,15	110,15	0,00	6.448,75	114	05/02/2027
6.448,75	17,99	110,15	110,15	0,00	6.356,59	115	05/03/2027
6.356,59	17,73	110,15	110,15	0,00	6.264,17	116	05/04/2027
6.264,17	17,47	110,15	110,15	0,00	6.171,49	117	05/05/2027
6.171,49	17,21	110,15	110,15	0,00	6.078,55	118	05/06/2027
6.078,55	16,95	110,15	110,15	0,00	5.985,35	119	05/07/2027
5.985,35	16,69	110,15	110,15	0,00	5.891,89	120	05/08/2027
5.891,89	16,43	110,15	110,15	0,00	5.798,17	121	05/09/2027
5.798,17	16,17	110,15	110,15	0,00	5.704,19	122	05/10/2027
5.704,19	15,91	110,15	110,15	0,00	5.609,95	123	05/11/2027
5.609,95	15,65	110,15	110,15	0,00	5.515,45	124	05/12/2027
5.515,45	15,38	110,15	110,15	0,00	5.420,68	125	05/01/2028
5.420,68	15,12	110,15	110,15	0,00	5.325,65	126	05/02/2028
5.325,65	14,85	110,15	110,15	0,00	5.230,35	127	05/03/2028
5.230,35	14,59	110,15	110,15	0,00	5.134,79	128	05/04/2028
5.134,79	14,32	110,15	110,15	0,00	5.038,96	129	05/05/2028
5.038,96	14,05	110,15	110,15	0,00	4.942,86	130	05/06/2028
4.942,86	13,79	110,15	110,15	0,00	4.846,50	131	05/07/2028
4.846,50	13,52	110,15	110,15	0,00	4.749,87	132	05/08/2028
4.749,87	13,25	110,15	110,15	0,00	4.652,97	133	05/09/2028
4.652,97	12,98	110,15	110,15	0,00	4.555,80	134	05/10/2028
4.555,80	12,71	110,15	110,15	0,00	4.458,36	135	05/11/2028
4.458,36	12,43	110,15	110,15	0,00	4.360,64	136	05/12/2028
4.360,64	12,16	110,15	110,15	0,00	4.262,65	137	05/01/2029
4.262,65	11,89	110,15	110,15	0,00	4.164,39	138	05/02/2029
4.164,39	11,61	110,15	110,15	0,00	4.065,85	139	05/03/2029
4.065,85	11,34	110,15	110,15	0,00	3.967,04	140	05/04/2029
3.967,04	11,06	110,15	110,15	0,00	3.867,95	141	05/05/2029
3.867,95	10,79	110,15	110,15	0,00	3.768,59	142	05/06/2029
3.768,59	10,51	110,15	110,15	0,00	3.668,95	143	05/07/2029
3.668,95	10,23	110,15	110,15	0,00	3.569,03	144	05/08/2029
3.569,03	9,95	110,15	110,15	0,00	3.468,83	145	05/09/2029
3.468,83	9,67	110,15	110,15	0,00	3.368,35	146	05/10/2029
3.368,35	9,39	110,15	110,15	0,00	3.267,59	147	05/11/2029

10/12/13

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

3.267,59	9,11	110,15	110,15	0,00	3.166,55	148	05/12/2029
3.166,55	8,83	110,15	110,15	0,00	3.065,23	149	05/01/2030
3.065,23	8,55	110,15	110,15	0,00	2.963,63	150	05/02/2030
2.963,63	8,26	110,15	110,15	0,00	2.861,74	151	05/03/2030
2.861,74	7,98	110,15	110,15	0,00	2.759,57	152	05/04/2030
2.759,57	7,69	110,15	110,15	0,00	2.657,11	153	05/05/2030
2.657,11	7,41	110,15	110,15	0,00	2.554,37	154	05/06/2030
2.554,37	7,12	110,15	110,15	0,00	2.451,34	155	05/07/2030
2.451,34	6,83	110,15	110,15	0,00	2.348,02	156	05/08/2030
2.348,02	6,55	110,15	110,15	0,00	2.244,42	157	05/09/2030
2.244,42	6,26	110,15	110,15	0,00	2.140,53	158	05/10/2030
2.140,53	5,97	110,15	110,15	0,00	2.036,35	159	05/11/2030
2.036,35	5,68	110,15	110,15	0,00	1.931,88	160	05/12/2030
1.931,88	5,39	110,15	110,15	0,00	1.827,12	161	05/01/2031
1.827,12	5,09	110,15	110,15	0,00	1.722,06	162	05/02/2031
1.722,06	4,80	110,15	110,15	0,00	1.616,71	163	05/03/2031
1.616,71	4,51	110,15	110,15	0,00	1.511,07	164	05/04/2031
1.511,07	4,21	110,15	110,15	0,00	1.405,13	165	05/05/2031
1.405,13	3,92	110,15	110,15	0,00	1.298,90	166	05/06/2031
1.298,90	3,62	110,15	110,15	0,00	1.192,37	167	05/07/2031
1.192,37	3,32	110,15	110,15	0,00	1.085,54	168	05/08/2031
1.085,54	3,02	110,15	110,15	0,00	978,41	169	05/09/2031
978,41	2,72	110,15	110,15	0,00	870,98	170	05/10/2031
870,98	2,43	110,15	110,15	0,00	763,26	171	05/11/2031
763,26	2,12	110,15	110,15	0,00	655,23	172	05/12/2031
655,23	1,82	110,15	110,15	0,00	546,90	173	05/01/2032
546,90	1,52	110,15	110,15	0,00	438,27	174	05/02/2032
438,27	1,22	110,15	110,15	0,00	329,34	175	05/03/2032
329,34	0,91	110,15	110,15	0,00	220,10	176	05/04/2032
220,10	0,61	110,15	110,15	0,00	110,56	177	05/05/2032
110,56	0,30	110,15	110,86	0,00	0,00	178	05/06/2032

© 2010 Ministério da Educação. Todos os direitos reservados.

ÍNDICE

- Abreu (1997 [1987]), 11, 150, 151, 152, 173
- Antunes (2009), 58, 77, 131
- Araújo (2002), 161, 162, 181
- Bartelt (2013), 43
- Benko (1996), 67, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 159
- BRASIL, 10, 14, 15, 19, 25, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 60, 61, 62, 124, 125, 217, 220
- BRASIL, PNE, 48, 52, 53
- Brito (2011), 139
- Carlos (2008 [1994]), 153
- Castells (2006), 77
- Chauí (2001), 33, 34, 35
- Christaller (1966 [1933]), 90, 100, 102
- Colby (1959), 95, 96
- Cordeiro (1980), 93, 119
- Cordeiro (1992), 96, 97
- Corrêa (1974), 59
- Corrêa (1986), 98, 99
- Corrêa (1989a), 101, 102, 109
- Corrêa (1997), 101, 102, 108
- Corrêa (1989b), 92, 93, 95, 96, 154, 155, 156, 169, 170, 173
- Corrêa (2006), 62
- Corrêa (2011), 77
- Corrêa e Teixeira (1975), 93
- Cruz e Ninni (2011), 65, 66
- Cunha (2000), 134, 135
- Duarte (1967), 93
- Durham (2005), 47, 48, 49, 52, 133
- Estanque (2013), 42, 43
- Figueiredo (2001), 142
- Freire e Freire (2006), 21, 114, 115, 118, 119
- Gewandszajder (1989), 17
- Goldenstein e Seabra (1980), 130, 136
- Gomes *et al* (2010), 126
- Gomes (2006), 170
- Gomes (2011), 52
- Gottdiener (1997), 87, 88, 89
- Guilherme (2013), 55
- Haggett (1976), 100, 101
- Harris e Ullman (2005 [1945]), 93
- Harvey (2010 [1989]), 68, 69, 70
- Harvey (2004), 32
- Hemerly (1982), 33
- Henrique (2011), 138
- Kerstenetzky e Uchôa (2013), 43, 44
- Lefebvre (2008 [1972]), 22, 132, 133
- Lencioni (2006), 171
- Lencioni (2008), 90, 94, 95
- Lipietz (1988), 132, 133, 135
- Mancebo (2007), 55, 56
- Maricato (1996), 156
- Marx (2004), 131
- Mendonça (2000), 47, 48, 49
- Mendonça (2007), 161, 162, 164, 165, 166, 169, 171, 172, 174, 175, 181
- Modesto (2008), 169, 171, 172, 173, 174
- Moreira (1982), 28, 29, 30, 35, 136
- Moreira (2011), 73, 74, 75, 76
- Mori (2013), 43
- Mota (2011), 139
- Müller (1958), 93, 120
- Natal (2000), 168, 167
- Neri (2010), 11, 40, 41, 42, 43, 103
- Neri (2011), 39, 40, 43, 44
- Oliveira (2007), 168
- Oliveira (2008a), 167, 168
- Oliveira (2008b), 169, 176
- Piquet (1993), 73
- Porto e Régnier (2003), 51
- Reis (2001), 93, 97, 101
- Ribeiro Filho (2004), 93, 64
- Rodriguez (2007), 76
- Salgueiro (1998), 166
- Santos (2004), 31, 32, 58, 59, 74
- Santos (2005), 31, 34
- Santos e Almeida-Filho (2008), 52
- Santos (1982), 28, 29
- Santos (1992), 98
- Santos (1997 [1988]), 69, 151
- Santos (2008 [1979]), 35, 36, 37, 38, 39, 67, 102, 113, 114, 121, 142, 183
- Santos (2009a [1996]), 30, 36, 37, 59, 75, 98, 130, 136, 151, 152
- Santos (2009b), 126, 127
- Sassen (1991), 89
- Serpa (2001), 21
- Silva (2006), 58
- Silva (2012), 90, 118, 119, 120, 150, 154, 155, 157, 166, 169, 170
- Smith (2007), 97
- Soja (1993), 13, 67, 74, 85, 86, 87, 88
- Souza (1995), 92
- Souza (1998), 152
- Souza (2010), 110, 111, 165, 166
- Sposito (1991), 91
- Sposito (2010), 91, 160, 161
- Sposito (2011), 77, 78
- Strohaecker (1988), 92, 93, 94
- Tavares (2000), 127, 167
- Villaça (1998), 21, 85, 91, 94, 100, 111